RICARDO DUWE

ENTRE A TÉCNICA E A TRADIÇÃO: RELAÇÕES E CULTURAS POLÍTICAS NA ARENA CATARINENSE (1971-1975)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História do Tempo Presente.

Orientador: Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn

FLORIANÓPOLIS, SC
2016

D987e Duwe, Ricardo
Entre a técnica e a tradição: relações e culturas políticas na ARENA catarinense (1971-1975) / Ricardo Duwe. - 2016.
280 p. ; 21 cm

Orientador: Reinaldo Lindolfo Lohn
Bibliografia: p. 265-280
Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

1. Ciência Política - História. 2. Eleições - Santa Catarina - História. I. Lohn, Reinaldo Lindolfo. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD: 320.09 – 20.ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UDESC

Ricardo Duwe

"Entre a técnica e a tradição: relações e culturas políticas na ARENA catarinense (1971-1975)"

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:

Orientador: _____

Doutor Reinaldo Lindolfo Löhn
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____

Doutora Lucia Grinberg
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Membro: _____

Doutor Rafael Hagemeyer
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____

Doutor Emerson César de Campos (suplente)
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 07 de julho de 2016.

Para Harry e Umbilina pelo exemplo,
Para Ruth pela vida, o carinho e o eterno cuidado,
Para Priscila pelo sentido da vida e amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Este presente trabalho foi redigido na primeira pessoa do plural. Penso que, de minha parte, esta opção possuí um significado que extravasa os debates e preferências acadêmicas. Ela está profundamente relacionada a uma questão de foro mais intimo: a de que seria desonesto de minha parte sequer cogitar que a realização desta pesquisa teria sido possível sem a ajuda de tantas pessoas; ou pior, que a aprovação deste mesmo texto por uma banca qualificada e a obtenção do título de mestre poderia ser entendida como uma conquista exclusivamente pessoal. Tendo isso em vista, e, mesmo ciente do risco de cometer a indelicadeza de esquecer ou omitir algum nome, eis a hora de agradecer e de partilhar esta conquista com todos que me auxiliaram nesta caminhada.

Sem a minha família esta caminhada teria sido menos segura. Ao longo dos anos eu tive o privilégio e a sorte de contar com um núcleo familiar que jamais colocou em dúvida ou questionou a minha escolha pela profissão de professor e historiador. Agradeço especialmente os meus avós Harry e Umbilina, pois foi por meio da enorme sabedoria em seus conselhos que eu compreendi e internalizei a importância da dedicação aos estudos em minha vida; ao meu núcleo familiar mais próximo, com o qual sempre pude contar com o carinho, afeto e apoio de meu pai Rubens, de meus irmãos Roberto, Rafael e Diana, e em especial de minha mãe Ruth. Esta última merece um destaque especial, pois nos momentos em que eu me encontrei mais frágil, bem como pesaroso e preocupado a respeito de certas decisões, ela sempre utilizou de sua doce voz para dizer, em tom de grande segurança e serena tranquilidade: “não fique preocupado filho, a mãe está aqui para te ajudar”. Muito obrigado por tudo, mãe.

Sem os meus amigos e colegas esta caminhada teria sido menos divertida. Aos amigos de Blumenau (Jefferson, Roger, Edson, Pires, Fabrício) e aos amigos da UFSC

(Carrinho, Thiagão, Oliveira, André Luiz, Buca, Dandara, Abel, Clarissa, Musa, Dierre, Lídia, Gui Américo, Gui Pereira, Icles, João, Allan, Rodrigo, Celso) por provarem constantemente a importância das amizades longevas e que o aprendizado ao longo das aulas na faculdade foi um mero adorno se comparado a tudo que vocês me ensinaram e proporcionaram fora delas. Devo aqui também agradecer aos colegas de turma de mestrado da UDESC e do grupo de estudos do professor Reinaldo Lindolfo Lohn; tanto pelas amizades construídas, pelos debates que certamente influenciaram diretamente este texto, quanto pelas boas conversas e cafezinhos desfrutados nos intervalos de aulas e reuniões. Não posso deixar de expressar minha profunda gratidão às pessoas que mais diretamente auxiliaram nesta pesquisa, tais como: ao grande Clayton e ao simpaticíssimo Felipão por terem demonstrado a disposição de conversarem a respeito das angústias na escrita deste trabalho; aos bravos camaradas Hudson e Fabiano por mais de uma vez terem se se colocado à disposição para ler e compartilhar suas sempre lúcidas e precisas opiniões a respeito das singelas e titubeantes linhas que eu lhes mandei; e ao Lucas Vilella por todas aquelas tardes e noites de leituras, debates, reflexões e risadas durante os nossos estudos para as seleções de mestrado e doutorado da UDESC – sem a sua ajuda eu nem estaria cursando a pós-graduação.

Um parágrafo em especial de agradecimento deve ser feito para o casal mais amado e querido do Rio de Janeiro, Thiago Sobreira e Marina. Sem que estes tivessem – por duas vezes – me aceito enquanto hóspede no seu lar, eu não poderia ter pesquisado e consultado fontes imprescindíveis para a realização deste trabalho. Os diários gestos de afeto ao longo das minhas estadias estão eternizados em um canto muito especial do meu coração. Obrigado!

Sem grandes professores esta caminhada teria sido desprovida de grandes ensinamentos. Agradeço em primeiro

lugar aos meus grandes mestres da UFSC (Adriano Duarte, Paulo Pinheiro Machado, Joana Maria Pedro, João Klug, Maria Fátima Piazza, Mônica da Silva Martins, Márcio Roberto Voigt, etc.), em especial, devo agradecer ao mestre e amigo Alexandre Busko Valim por ter me acolhido como um grande orientador ao longo da graduação e como um parceiro de ótimas conversas e risadas fora da academia. Também agradeço aos grandes mestres e professores do corpo docente da pós-graduação em História da UDESC, com um carinho especial à Mariana Joffily, por todo a gentileza com o qual me recebeu, por ter compartilhado o seu vasto conhecimento durante duas disciplinas e pelas demonstrações de entusiasmo com esta pesquisa. Os agradecimentos também se estendem aos eruditos professores Noberto Dallabrida - pelo seu fino trato durante as aulas e disponibilidade em auxiliar nesta pesquisa - e ao professor Luiz Felipe Falcão pelas precisas reflexões e profundas contribuições na banca de qualificação.

Sem um grande orientador esta caminhada teria sido menos tranquila. Desta forma, externo os meus mais profundos agradecimentos ao professor Reinaldo Lindolfo Lohn pela forma irretocável com o qual conduziu a sua orientação. Sua leitura das diversas versões preliminares deste texto sempre demonstrou-se atenta, suas provocações instigantes e suas sugestões por diversas vezes tornaram este trabalho melhor. Um grande profissional, que, além de me divertir por diversas vezes com seus comentários espirituosos, soube também ser deveras compreensivo quando necessário. Espero que este trabalho esteja à altura das contribuições do professor.

Sem uma grande banca avaliadora esta caminhada não teria um desfecho tão perfeito. Assim, agradeço à professora Lucia Grinberg por ter aceito de forma tão simpática partilhar deste momento especial de minha trajetória e abrilhantar este evento com sua avaliação do trabalho. Tendo em vista que suas pesquisas são parte da razão deste trabalho existir – esta dívida

precisa ser externada - não haveria profissional mais qualificada para julgar este texto.

Sem o apoio da educação pública, gratuita e de qualidade, esta pesquisa não teria sido viável. Assim, devo agradecer à UDESC por me proporcionar realizar um curso de pós-graduação e à CAPES por ter me concedido este privilégio de ter uma bolsa de estudos durante todo o período do mestrado.

Sem o trabalho dos funcionários que atuam nos acervos consultados esta pesquisa teria sido muitíssimo mais trabalhosa. Agradeço à cada um destes, em especial ao Machado e ao Cris da Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina.

Por fim, sem o amor e o carinho de Priscila esta caminhada não teria razão de ser. Sem suas doses diárias de carinho, afeto e compreensão tudo isto não faria sentido. Agradeço por cada cuidado, cada beijo e cada momento ao seu lado. Desde que você chegou e nós formamos nossa linda família com nossos amados filhinhos-gatinhos Otávio, Elvis e Timothy, tudo ficou mais bonito em minha vida. Obrigado por tudo, amor!

RESUMO

A partir das indicações de um expressivo número de técnicos e militares sem filiação partidária prévia para os cargos de governadores estaduais por parte da gestão do presidente-general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), tivemos mudanças nas relações entre o regime militar e o seu partido de apoio, a ARENA. A ampliação da influência destes técnicos para esferas como a política partidária engendrou resistências por parte de setores expressivos das lideranças arenistas, os quais não admitiram a perda destes espaços de poder, bem como consideraram a inserção destes indivíduos dentro do partido como uma presença indevida. Sob este contexto, e por meio da operação do método dos *jogos de escala* proposta por Jacques Revel, este trabalho tem o fito de promover um estudo de caso a respeito das relações e culturas políticas dentro da ARENA catarinense durante o governo de Colombo Machado Salles (1971-1975).

Palavras-chave: Ditadura militar. ARENA. Culturas políticas. Relações políticas.

ABSTRACT

On the basis of a significant number of technicians and militaries without preview party affiliation to the state governors position by the government of president-general Emilio Garrastazu Medici (1969-1974) , we had changes in the relation between the military regime and its support party, ARENA. The expansion of these technicians influence into the radius of the partisan politics engendered resistance from significant sectors of ARENA leaders, who did not admit the loss of these power spaces, as well as considered the insertion of these individuals within the party an undue presence. Into this context, and through the operation of the *game of scales* method proposed by Jacques Revel, this work has the aim of promoting a case study about the political relations and cultures inside the Santa Catarina's ARENA during the government of Colombo Machado Salles (1971- 1975) .

Key-words: Military dictatorship. ARENA. Political cultures. Political relations.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Presença da Família Ramos na Prefeitura de Lages **63**
Quadro 2 – Presença Oligárquica no Executivo Estadual de Santa Catarina **66**
Quadro 3 – Presença Oligárquica no Senado Federal..... **66**
Quadro 4 – Proporção do Saldo do Tesouro do Estado de Santa Catarina depositado em Instituições Bancárias **68**
Quadro 5 – Profissões declaradas por membros da ARENA-SC **84**
Quadro 6 – Os ministros de Médici **107**
Quadro 7 – Trajetória dos governadores estaduais (1971-1975) **117**
Quadro 8 – Trajetória dos governadores estaduais (1975-1979) **139**
Quadro 9 – Secretários Colombo Machado Salles (1971-1975) **174**
Quadro 10 – Previsões do SNI para as eleições de 1974..... **235**
Quadro 11 – Número de parlamentares eleitos por partido em Santa Catarina (1966-1970) **239**
Quadro 12 – Deputados estaduais e federais mais votados nas eleições de 1974 em SC **257**
Quadro 13 – Resultados eleitorais em porcentagem para a Câmara Federal nas eleições de 1974 – SC X Regiões..... **258**

LISTA DE SIGLAS

Partidos políticos entre 1887 e 1930
PRC — Partido Republicano Catarinense
AIB – Ação Integralista Brasileira

Partidos políticos entre 1945 e 1965
PDC – Partido Democrata Cristão
PL – Partido Libertador
PR – Partido Republicano
PSB – Partido Social Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
UDN – União Democrática Nacional

Partidos políticos entre 1965 e 1979
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro

Demais siglas
ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AI – Ato Institucional
Banco INCO – Banco da Indústria e do Comércio
BESC – Banco do Estado de Santa Catarina
CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina
CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento
ESG – Escola Superior de Guerra
FIESC – Federação das Indústrias de Santa Catarina

FGV – Fundação Getúlio Vargas
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IRASC – Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina
PCD – Projeto Catarinense de Desenvolvimento
PLAMEG – Plano de Metas do Governo
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
SNI – Serviço Nacional de Informação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **21**

1. Uma família de políticos **45**

1.1 As oligarquias catarinenses: lógica liberal e práxis autoritária **48**

1.2 Oligarquias e o consórcio-autoritário: rupturas ou permanências? **74**

2. O tempo dos técnicos **97**

2.1 Reiventando o autoritarismo: Médici e os técnicos **102**

2.2 Técnicos nas vestes de arenistas: os *governadores-técnicos* e a ARENA **116**

3. A ARENA no governo Colombo Salles **147**

3.1 Uma geometria de linhas claras: as diretrizes da gestão Colombo Salles **150**

3.1.1 A trajetória profissional de Colombo Salles **153**

3.1.2 O Projeto Catarinense de Desenvolvimento **164**

3.2 – Uma ARENA de conflitos **177**

3.3 – A derrocada do projeto renovador **209**

4. A ARENA nas eleições de 1974 em Santa Catarina **225**

4.1 A campanha arenista **228**

4.2 Caem os mitos da ARENA **247**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **261**

REFERÊNCIAS **265**

INTRODUÇÃO

No dia 15 de março de 1971, o então engenheiro de portos e canais Colombo Machado Salles (1971-1975) assumia, por meio de eleição indireta, o cargo de governador de Santa Catarina. Em um estado em que as relações políticas ao longo de quase todo o século XX eram marcadas pelo domínio de duas famílias, os Ramos e os Konder-Bornhausen — inclusive durante o período ditatorial iniciado com o golpe de 1964 — a indicação de Salles pelo Governo Federal introduziu um novo elemento na dinâmica da política catarinense, especialmente no partido de apoio do governo, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Ao formar um secretariado majoritariamente composto por técnicos[1] estranhos à política local, bem como às suas tradicionais lideranças, e ao declarar, em seu plano de governo, intitulado *Projeto Catarinense de Desenvolvimento* (PCD), que "a verdadeira democracia supõe a superação das oligarquias estaduais municipais, a renovação de valores e a reforma das instituições"[2], Colombo Salles diretamente afrontava a legitimidade da tradição política dos membros das

---

[1] Ao longo deste trabalho empregaremos o termo *técnico* tendo como base o conceito de *tecnólogo* de Carlos Estevam Martins. Para o autor, *tecnólogo* é o indivíduo portador de capacitação técnico-científica, um saber que lhe atribui um poder autônomo, que não lhe é outorgado, nem passível de ser partilhado com outros membros do núcleo social. É um saber inerente ao técnico e intransferível, no sentido de: mesmo que um engenheiro perca o seu cargo, ele não perderá a sua condição de técnico. Justificamos a nossa preferência pelo termo *técnico* devido a conotação negativa ligada ao termo *tecnólogo* na linguagem política comum. Assim, buscando nos afastar de incompreensões ou de julgamentos valorativos, doravante empregaremos o termo *técnico*. Cf: MARTINS, MARTINS, Carlos Estevam. **Tecnocracia e capitalismo:** a politica dos técnicos no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1974; MARTINS, Carlos Estevam. Tecnocracia e burocracia. **Estudos CEBRAP, nº2**., out. de 1972, p. 119-146.

[2] SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1971-1975 (Colombo Salles). **Projeto Catarinense de desenvolvimento, 1971-1974.** Florianópolis: [s.n.], 1971. p.1

famílias Ramos e Konder-Bornhausen e a posição destas como principais lideranças da ARENA no estado.

Tendo como nosso objeto a ARENA catarinense e, como recorte temporal, o período da gestão dos governadores indicados que tomaram posse no mês de março ano de 1971 e que findaram o seu mandato no mesmo mês do ano de 1975, durante a ditadura militar, este trabalho busca promover uma análise do partido tomando-o como um espaço no qual uma das dualidades do período ditatorial brasileiro destacou-se de forma mais significativa: a coexistência de um discurso *modernizador* e *desenvolvimentista* oriundo da burocracia estatal chefiada por militares e técnicos com estruturas políticas vinculadas à *tradição* e ao patrimonialismo sustentadas por elites políticas. A relação entre estes dois *polos* que apoiaram e foram parte constituinte da ditadura pode ser percebida como uma característica da mesma bem como da ARENA. Todavia, uma análise mais pormenorizada das propostas *modernizadoras* do Executivo para o seu partido de apoio durante o governo do presidente-general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e a recepção das elites políticas catarinenses as mesmas podem nos revelar facetas ainda não devidamente exploradas desta relação entre estado e sociedade civil durante o período ditatorial.

Desta forma, o nosso olhar privilegiará uma das tensões que mais gerou debates entre os quadros arenistas no período referido: o constante aumento da presença de técnicos nos quadros administrativos nos governos estaduais e a frustração de políticos tradicionais locais que apoiavam o regime por meio da ARENA com a perda de uma parcela dos seus espaços de poder. Uma análise dos discursos destes indivíduos nos apresentam formas distintas de legitimar as suas ações, revelando usos estratégicos e complexos de linguagem política; os técnicos do regime valendo-se dos seus *saberes técnico-científicos* e os políticos tradicionais aludindo a sua *tradição* na vida pública. Assim, em uma constante tensão entre a *técnica* e a *tradição*, militares, técnicos e políticos tradicionais buscavam

definir os rumos e características para a ARENA nos primeiros anos da década de 1970.

A indicação do engenheiro Colombo Salles para o cargo de governador em Santa Catarina faz parte de um contexto específico do período ditatorial, ao coadunar-se com a preferência da gestão Médici por técnicos em postos estratégicos da administração pública. Tal postura também influenciou as relações do governo com a ARENA, visto que dos 22 governadores indicados no ano de 1971, 12 eram políticos de carreira, 1 militar e 9 eram técnicos (6 engenheiros, 1 economista, 1 médico e 1 jurista) sem filiação partidária prévia. Assim, devido a este quadro, consideramos que o período Médici foi um momento em que as disputas de poder internas à ARENA foram intensificadas, em especial entre governadores e Diretórios Regionais.

Portanto, para além do aumento da presença de técnicos nas esferas de âmbito administrativo do Estado, o regime passou a considerar pertinente utilizar do seu poder centralizado de forma autoritária e da legislação eleitoral do período para indicar indivíduos com este perfil aos cargos de governador. Acreditamos que tal medida esteve alinhada a uma percepção governamental de que a ARENA deveria passar por uma reformulação e seus políticos desvencilhar-se cada vez mais do legado de seus antigos partidos, os quais haviam sido extintos com o AI-2 (UDN, PSD, PTB, etc.), pretensamente comprometidos com uma ultrapassada forma de política, voltada a práticas *populistas*, *clientelísticas* e *personalistas*. Para tal *superação*, os políticos do partido deveriam se alinhar às novas diretrizes da nação, um novo *ethos*, pautado pelo binômio *Segurança e Desenvolvimento*, e tendo como grande meta a *modernização* do país mediante os objetivos do Plano Nacional de Desenvolvimento I (1972). Em outros termos, houve uma tentativa do Governo Federal de definir um novo perfil para a ARENA, com vistas de incorporar de forma harmônica os *saberes* dos técnicos com as funções típicas do

político – como a de representar demandas sociais e fiscalizar as ações dos agentes públicos. Sob os moldes de um estado centralizado e autoritário, esta inserção de técnicos como governadores estaduais na gestão Médici foi justificada no campo econômico por meio da necessidade de se *racionalizar*, dinamizar e desenvolver o modo de produção capitalista do país – com vistas de superar o *subdesenvolvimento* - e no campo político como uma necessidade de se superar o *atraso* das relações pautadas pelo *patrimonialismo* e o *clientelismo*.

Tendo este panorama como base para nossas reflexões voltadas ao caso catarinense, sustentaremos enquanto hipótese deste trabalho que tal medida gerou um conflito interno na ARENA catarinense, o qual foi caracterizado por uma disputa por espaços de poder entre: um grupo de políticos e técnicos liderado pelo governador Colombo Salles e pautado por um discurso *tecnocrático*[3] e outro comandado pelas oligarquias[4]

---

[3] O termo *tecnocracia* será empregado ao longo deste trabalho na perspectiva de Carlos Estevam Martins. Para o autor, quando nos referimos ao termo *tecnocracia*, ou mesmo à *tecnocratas*, "não estamos pura e simplesmente mencionando a presença de um contingente técnico-científico num determinado contexto social; na verdade, estamos sugerindo, no mínimo, que os tecnólogos e que o contingente técnico-científico assumiu, ou está em vias de assumir, as funções de uma elite de poder". Assim, para Martins, o conceito pode ser empregado para definir dois fenômenos específicos: o primeiro, faz referência a uma configuração social na qual os técnicos formaram uma elite de poder e estão no comando do Estado; e o segundo, busca caracterizar um fenômeno ideológico que parte da noção de que as sociedades seriam melhor comandadas por técnicos. Tendo realizado estes apontamentos, empregaremos neste trabalho o termo *tecnocracia* apenas enquanto um fenômeno ideológico. Justificamos este uso por compreendermos que durante o período militar, podemos encontrar diversas referências oriundas dos setores militares, técnicos e da sociedade civil de que a sociedade brasileira seria melhor governada por uma elite técnica. Todavia, durante o período em questão, os técnicos não chegaram a formar uma elite capaz de pautar as diretrizes e ações do estado, o qual esteve sob o comando do alto escalão militar. Assim, servindo-nos das reflexões de João Roberto Martins Filho, em sua crítica a tese do *autoritarismo-burocrático* de Guilhermo O'Donell, o que temos após 1964 no Brasil pode ser melhor

Ramos e Konder-Bornhausen e sua cultura política liberal-conservadora. Assim sendo, à medida que o Governo Federal outorgou posições estratégicas e poder político à técnicos como Salles e seus secretários, isto implicou na perda de espaços de poder nas administrações estaduais por parte de políticos com forte tradição regional. Este trabalho discute os desdobramentos da preferência do Executivo Federal por técnicos enquanto líderes estaduais da ARENA, respondida com resistência por parte dos políticos tradicionalmente vinculados às famílias Ramos e Konder-Bornhausen que, descontentes com a presença destes, não necessariamente comprometidos com suas redes de sociabilidades, utilizaram de sua influência política e de seu poder econômico local para afrontarem Salles e seus aliados. Além disso, legitimaram suas ações contra a o discurso *tecnocrático* por meio da força de suas representações oriundas de práticas socioculturais que atuavam com eficácia no campo político em Santa Catarina, delineando uma cultura política, operada especialmente para reforçar a legitimidade de sua tradição política na região.

Entendemos que durante o período ditatorial amalgamou-se uma relação de dependência entre estado e elites locais em Santa Catarina que visou benefícios mútuos a partir de uma percepção patrimonialista dos limites entre o público e o privado. Desta forma, vamos ao encontro de Reinaldo

---

definido como uma maior *militarização* – e não *burocratização* - das relações políticas em torno do estado brasileiro. Cf: MARTINS, op. cit., 1974. p.17-18; MARTINS FILHO, João Roberto. Estado e regime no pós-64: autoritarismo burocrático ou ditadura militar. **Revista de Sociologia e Política**, n. 2, 1994. p. 7-23

[4] Neste trabalho o uso do termo *oligarquia* será operacionalizado compreendido enquanto um núcleo familiar fechado que concentra o poder em si. Para uma discussão mais aprofundada a respeito da etimologia do conceito e seus diversos usos ao longo do tempo Cf: BOBBIO, Norberto. Oligarquia In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política vol.1**. Brasília, Ed. UNB, 1998. p.835-838.

Lindolfo Lohn quando este propõe que as relações entre empresas privadas, políticos estaduais e Governo Federal durante a ditadura em Santa Catarina criou uma pujante rede de interesses econômicos e políticos, a qual o autor denomina de *consórcio autoritário*.[5] Compreendemos assim que membros da ARENA catarinense fizeram parte deste *consórcio* e desempenharam importante papel na operacionalização de seus negócios tanto no âmbito privado quanto público. Enquanto os arenistas ofereciam sua lealdade ao regime, legitimando-o e promovendo-o mediante a ARENA, bem como sustentando o seu combate contra a oposição, o Estado em retribuição promoveu políticas de crédito para a *modernização* do parque industrial local, a diversificação dos setores de produção e – considerando uma exceção os conflitos durante parte da gestão de Colombo Salles — privilegiou as lideranças políticas locais como lideranças da ARENA.

Acreditamos que a proximidade entre lideranças políticas tradicionais da sociedade civil com o Estado durante o período militar recebeu contornos e características próprias no caso brasileiro devido a especificidade do mesmo em, sob os seus moldes autoritários e por meio de constante vigília e censura a oposição, manter o funcionamento de ritos e instituições tradicionalmente liberais, como as casas legislativas (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmara de Vereadores, etc.), os partidos políticos e a realização de eleições diretas e indiretas.[6] Ao realizar um estudo aprofundado sobre o tema, o cientista político Antônio

---

[5] LOHN, Reinaldo Lindolfo. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER, Ana Alice; LOHN, Reinaldo Lindolfo (orgs.). **Histórias na Ditadura**: Santa Catarina (1964 1985). Florianópolis: Ed. UFSC, 2014.

[6] Para uma análise das distintas realidades enfrentadas pelos partidos políticos durante as ditaduras brasileira, uruguaia e argentina Cf: BIELOUS, Silvia Dutrenit. Dictaduras y partidos políticos en Argentina, Brasil y Uruguay. Anotaciones para una historia comparativa. **Revista de Ciencia Política,** Montevideu, v.7, p.51-63, 1994

Carlos Pojo do Rego define nos seguintes termos a funcionalidade do Legislativo durante os anos de ditadura:

> atuando como um canal através do qual as elites econômicas e políticas regionais apresentavam suas demandas ao governo central, o Poder Legislativo ajudou a resolver uma deficiência que era sentida pelo próprio regime militar, na sua tentativa de compreender, e acompanhar as demandas apresentadas por um Estado Nacional extremamente diversificado em termos econômicos, políticos e culturais. A forma de ação básica do Legislativo foi articular demandas regionais em Brasília.[7]

A peculiaridade do caso brasileiro de manter o Congresso Nacional em funcionamento atribuiu movimentações, diálogos e estratégias entre os membros do partido governista e o Estado que devem ser analisadas nas suas devidas especificidades. Um grande passo para compreender tal dinâmica foi dado por Lucia Grinberg em sua tese *ARENA: partido político ou bode expiatório?*, na qual a autora visa desmistificar o imaginário de *partido do Sim, Senhor!* da ARENA. Para a autora, esta imagem parte de um pressuposto generalizador e nos remete a uma total subserviência do Legislativo perante o Executivo e um passivo adesismo dos arenistas em relação ao alto escalão militar, não possibilitando a escruta de certas tensões e contradições que ocorreram durante o período ditatorial e que podem nos servir para elaborar novas questões a respeito das relações e dinâmicas constituídas entre sociedade civil, representantes políticos e Estado durante a ditadura. Assim, para as discussões a serem realizadas neste trabalho, vamos ao encontro da autora neste seu preciso apontamento de que

---

[7] REGO, Antônio Carlos Pojo do. **O congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008. p.18.

> é importante considerar que os candidatos da ARENA representavam o movimento de 1964 e o novo regime, mas também possuíam vínculos com o eleitorado muito anteriores a 1964, representando muito mais do que isso. (…) Se a sigla ARENA era recente e podia não ter identificação popular, as lideranças que formavam o partido eram representantes da nata dos políticos da época. Portanto, se a ARENA foi inventada pela ditadura, seus membros não o foram, tendo, em sua maioria, longa prática na política partidária, tanto antes quanto durante os anos de 1945 a 1964.[8]

Tendo isto posto, partiremos do princípio de que, para realizarmos uma análise histórica das práticas políticas de arenistas como os membros das famílias Ramos e Konder-Bornhausen, devemos inicialmente compreender a historicidade das suas práticas políticas e do seu pensamento político.

Encontramos no uso do conceito de *cultura política* proposto por Serge Berstein um suporte teórico que nos oferece importantes recursos para analisarmos tal fenômeno. Partindo da premissa de Jean-François Sirinelli, de que ao falarmos em cultura política estamos lidando com "uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido, ou mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política"[9], Berstein desenvolve as reflexões sob o conceito e propõe que a *cultura política* constitui "um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de

---

[8] GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p.30-32.

[9] SIRINELLI, 1992. p.3-4 APUD BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX & SIRINELLI (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988. p.350.

identidade do indivíduo que dela se reclama".[10] Para o autor, de forma mais categórica, a cultura política de um grupo pode ser compreendida enquanto uma simbiose entre uma base filosófica ou doutrinal (Ex: o liberalismo, o marxismo, o positivismo, etc.), uma leitura comum e normativa do passado (Ex: a percepção positiva da Revolução Francesa para os liberais, da Revolução Russa para os comunistas, e a negativa de ambos em relação aos regimes fascistas, etc.), uma concepção de organização do Estado (Ex: Estado mínimo, Estado total, ou mesmo a própria destruição do Estado, etc.) e um discurso codificado por meio de representações, tais como vocabulários, símbolos, rituais e gestos próprios (Ex: a foice e o martelo para o comunismo, os pleitos eleitorais para os liberais – se interpretados enquanto um ritual -, a continência para grupos militares, etc.).[11]

Ao compartilhar das perspectivas dos autores já mencionados, Rodrigo Pato Sá Motta busca atribuir uma definição mais precisa para o termo, apresentando-o enquanto:

> conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (...) Dessa maneira, com base em enfoque de sentido amplo, representações configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura

---

[10] BERSTEIN, op.cit., 1988. p.350.

[11] Para uma definição mais detalhada de cada uma das categorias que compõe acultura política propostas por Berstein Cf: BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernada Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p.29-46.

> visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras, etc.).[12]

Por fim, uma dos pontos fulcrais na identificação de uma cultura política, tanto para Berstein quanto para Motta, é a questão do tempo e da duração. Para ambos os autores, este é um fenômeno marcado mais por permanências do que por rupturas, sendo inadequado utilizar o termo para definir pensamentos políticos de curta duração (Ex: o integralismo), ou mesmo um evento (Ex: a Intentona Comunista de 1935 ou o golpe de estado de 1964). Na acepção de Berstein, somente devemos usar o termo quando determinada ideia política conseguir estabelecer-se na sociedade a ponto de, não somente atribuir respostas significativas para os problemas de algum grupo social, mas atribuir-lhe um conjunto de representações e práticas de forma normativa, criando assim uma espécie de grelha de análise da realidade que se torna evidente para tal grupo, e, devido à complexidade deste processo, é necessário o espaço de pelo menos duas gerações para que ele se configure enquanto cultura política.[13] Para Motta, fazendo uso da tipologia *braudeliana*, "para configurar uma cultura política seria preciso pelo menos a média duração, não obstante alguns casos possam ser classificados como de longa duração (a exemplo de republicanismo, liberalismo e socialismo)".[14] Ainda para este, "o valor explicativo do conceito reside em mostrar como as ações políticas podem ser determinadas por crenças, mitos, ou pela força da tradição. Por isso, não há lugar para o efêmero".[15]

---

[12] MOTTA, Rodrigo P.S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo P.S. (org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p.21-22.
[13] BERSTEIN, op.cit., 1988. p.350.
[14] MOTTA, op.cit., 2008. p.22.
[15] Idem, Ibidem.

Embora sejam muito eficazes para a análise aqui proposta os aspectos salientados por Berstein e Motta, acreditamos que há nos autores uma supervalorização do papel das representações na constituição de uma cultura política. Ciro Flamarion Cardoso aponta algumas críticas à forma como Berstein utiliza o conceito, sendo adequado levar em conta uma delas: a de privilegiar as representações em detrimento dos aspectos socioeconômicos no processo de formação ou de degradação de uma cultura política.[16] Com o fito de pensarmos dialeticamente e historicamente as relações entre as atividades culturais e ideológicas (superestrutura) e as forças produtivas materiais de uma época (base), encontramos auxílio nas teses de Raymond Willians. Em suas reflexões, o autor busca afastar-se da noção de que a superestrutura é *determinada* pela base a partir de "uma noção *teleológica* do desenvolvimento dos meios de produção, como uma pré-figuração das consequências de um evento ulterior", preferindo compreender esta relação por meio da ideia "de fixar limites e exercer pressões".[17] Desenvolvendo tal argumento, Willians nos brinda com as seguintes ponderações:

> Temos de reavaliar a *determinação* para a fixação de limites e o exercício de pressões, afastando-a de um conteúdo previsto, prefigurado e controlado. Temos de reavaliar a

---

[16] As duas insuficiências apontadas por Cardoso são as seguintes: a) o de considerar imaginários coletivos e representações como antagônicos da *realidade*; b) mesmo que o autor considere que os momentos de *crise* e *instabilidade* da realidade social – proeminentemente constituída para o próprio Berstein por aspectos estruturais de tipo econômico-social – são decisivos para o nascimento ou a degradação de uma cultura política, este ainda atribuiria prioridade com ao campo da representações. Cf: CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.52.

[17] WILLIANS, Raymond. Base e estrutura na teoria cultural marxista In: **Cultura e materialismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011. p.44.

> *superestrutura* em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-a de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. E, fundamentalmente, temos de reavaliar *a base*, afastando-a da noção de uma abstração econômica e tecnológica fixa e aproximando-a das atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, atividades que contêm contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se sempre num estado de processo dinâmico.[18]

Com vistas de nos afastar de *determinações prefiguradas* e compreender as relações sociais, econômicas e políticas como *contraditórias, variáveis* e fundamentalmente dinâmicas, ao longo desta pesquisa, consideramos profícuo para os fins analíticos almejados, pensar de forma dialética as relações entre as representações constituídas pelos membros destas famílias e seus interesses socioeconômicos e políticos. Acreditamos que o nosso predicado teórico sustenta-se ao observarmos que no processo de formação de cultura política das famílias Ramos e Konder-Bornhausen, os interesses de classe e os aspectos socioeconômicos *exerceram pressões* e *fixaram limites*. Assim, desde a sua *filosofia doutrinal* baseada em um liberalismo elitista e excludente, às suas *leituras comuns e normativas do passado* que privilegiaram em grande medida os seus '*sucessos*' no ramo empresarial e político, passando por uma *concepção de organização do Estado* que viesse a favorecer a iniciativa privada e *um discurso codificado por meio de representações* que privilegiaram legitimar uma retórica de que os seus membros possuiriam uma '*predestinação à vida pública*', consideramos deveras pertinente levarmos em conta os aspectos socioeconômicos enquanto parte constituinte da cultura política destas famílias.

---

[18] Idem, Ibidem. p.47.

O conceito de cultura política demonstra-se particularmente caro a esta pesquisa pois, ao considerarmos que a presença de técnicos na ARENA catarinense e em altos cargos administrativos, engendrou não somente um ataque aos indivíduos que constituíam estas famílias tradicionais, mas também uma ameaça à cultura política liberal e conservadora que estes políticos e empresários consolidaram enquanto dominante no estado desde a Primeira República. Cultura política esta baseada em práticas políticas pautadas no clientelismo, personalismo e patriarcalismo; uma crença em comum no estado federativo pautado em uma democracia liberal; na percepção de que o desenvolvimento econômico do Estado deve voltar-se ao progresso do setor privado; e na ideia de que estes políticos tradicionais eram *predestinados* à vida pública enquanto representantes políticos da sociedade catarinense. Compreendemos também que esta chave de análise possibilita uma melhor compreensão tanto das dificuldades e resistências enfrentadas por Colombo Salles e seus aliados em pôr em prática algumas de suas reformas, quanto apresenta algumas possíveis hipóteses para explicar o retorno destes políticos tradicionais ao cargo de governador com Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979) e Jorge Konder Bornhausen (1979-1982).

Ao longo do processo de definição dos nossos aportes teóricos e metodológicos, bem como da construção de nosso *corpus documental*, buscamos privilegiar as ações dos atores sociais enquanto agentes preponderantes na atribuição das formas e dinâmicas dos processos sociais. Vamos ao encontro de Jacques Revel quando este sugere a necessidade de se repensar as associações possíveis entre os movimentos históricos estruturais (Ex: o declínio do modo de produção feudal, a construção do estado moderno, processos de industrialização e urbanização etc.) e as relações sociais entre os indivíduos, por meio do que o autor denomina de *jogos de*

escala.[19] Para Revel, existem benefícios heurísticos a serem explorados na variação da escala com a qual o pesquisador analisa o seu objeto, sendo um dos benefícios da *micro-análise* a "convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento".[20] Dando seguimento ao seu raciocínio, o autor propõe que ao reduzirmos a escala de observação para a análise de um grupo social, podemos perceber as ações dos indivíduos, suas incertezas, escolhas, e usos estratégicos das regras sociais. Desta forma, as análises desta pesquisa buscam levar em conta duas precisas indicações de Revel:

> A primeira sugere que os atores sociais – os do passado que os historiadores estudam e os do presente – sejam recolocados no coração dos processos sociais e que tentemos compreender a maneira pela qual eles intervêm na produção desses processos. A segunda, (...) sugere que o meio de compreender esses processos em sua maior complexidade é apreendê-los em diversos níveis.[21]

Partindo destes pressupostos, por meio de uma variação nas escalas a serem utilizadas – ora privilegiando as relações do âmbito da política nacional, ora do âmbito regional[22] -

---

[19] REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala**: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

[20] REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.15, nº45, set/dez, 2010. p.438

[21] REVEL, *op. cit*., 2010. p.442-443

[22] Ao trabalharmos com a ideia de *região*, ou *âmbito regional*, vamos ao encontro de Ana Luiza Setti Reckzigel quando esta compreende o termo não somente como uma definição espacial e territorial, mas também como um âmbito cultural em que se encerra "uma história própria, um conjunto de relações sociais delimitadas, um espaço de memória, de formação de

consideramos ser possível obter benefícios heurísticos em nosso estudo a respeito das relações políticas da ARENA catarinense durante a gestão Salles. Desenvolvendo a nossa justificativa, acreditamos que o período da gestão Salles pode ser compreendido enquanto um momento privilegiado para uma análise que busque compreender as complexas formas com que a ampliação das zonas de influência da burocracia estatal, o aumento da demanda por técnicos pelos estados modernos e a ditadura militar brasileira não somente repercutiram e influenciaram as ações dos arenistas catarinenses, mas também foram influenciados pelas formas particulares com que estes atores sociais atuaram neste contexto. Assim, consideramos que tais perspectivas teórico-metodológicas nos permitem explorar movimentos como as expectativas das famílias Ramos e Konder-Bornhausen em indicar um nome para o cargo de governador em 1970 e a suas frustrações com a indicação de Colombo Salles, tal como suas incertezas em relação aos planos do novo governador e as estratégias de resistência contra a presença do *governador-técnico.*

Desta forma, nos deparamos com outro questionamento: onde podemos encontrar indícios das relações políticas da ARENA e de seus membros durante o governo Colombo Salles? Devido às peculiaridades do nosso objeto, deparamo-nos na maioria dos casos com testemunhos carregados de subjetividades – biografias e livros de memória de ex-membros do partidos – mas principalmente com fontes ligadas diretamente ao poder público ou que estavam sob a constante interferência do mesmo, e que possuíam o evidente fim de produzir narrativas de apoio à ditadura e legitimar as ações da mesma e da ARENA – a imprensa, discursos de militares e membros da ARENA, relatórios do Diretório

---

identidades e de práticas políticas específicas". Cf: RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti. **História Regional**: dimensões teórico-conceituais. História: debates e tendências. V.1, n.1, 1999. p. 20.

Nacional do partido, etc. Mas, também, pela singularidade de nosso objeto, encontramo-nos em situações em que nos defrontamos com *silêncios* devido à censura do período e à falta de transparência nas decisões governamentais, como, por exemplo a relação entre membros do partido e os militares e o processo de escolha dos novos governadores.

Tendo em vista os objetivos, limites e possibilidades, bem como as nuances do recorte temporal desta pesquisa, em nosso intuito de atribuir uma agencia histórica aos membros da ARENA e perceber sob quais circunstâncias estes atuaram, bem como a partir de quais dinâmicas sociais, defrontamo-nos com a necessidade de operar com um *corpus documental* que não estivesse restrito somente a um tipo exclusivo de fonte, pois tal decisão implicaria na perda de uma série de vestígios das ações do partido e de seus membros, devido principalmente às características de serem fontes oriundas de um período de forte repressão política. Assim, dividimos as nossas fontes em 4 grupos: 1) discursos de membros do partido na Assembleia Legislativa e Congresso Nacional; 2) documentos como cartas, relatórios e um manual de campanha produzidos por arenistas e pelo Diretório Nacional da ARENA; 3) periódicos regionais e nacionais; 4) biografias e livros de memória escritos por antigos membros regionais da ARENA no período pós-ditatorial.

Ao analisarmos as cartas, relatórios e o manual de campanha contidos no acervo do Diretório Nacional da ARENA, e que está disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, localizada no Rio de Janeiro (CPDOC-FGV/RJ), atentaremos para a problematização destas fontes mediante o interrogatório proposto por Ângela de Castro Gomes, que consiste nos seguintes questionamentos: quem escreve/lê estes documentos? Em que condições e locais eles foram escritos? Onde foram encontrados e como estão guardados? Qual ou quais os seus objetivos? Qual o seu ritmo e

volume? Quais as suas características como objeto material? Que assuntos/temas envolvem? Como são explorados em termos de vocabulário e linguagem?[23]

Este interrogatório é essencial para, em primeiro lugar, o historiador não cair na falsa ilusão de que estes documentos sejam isentos de intencionalidades, tanto na forma como estes foram escritos, como onde estes se encontram, em que condições e principalmente quais eram os objetivos daqueles que os produziram. Com estas fontes e com o uso desta metodologia, podemos identificar e problematizar as razões de algumas dissidências e tensões internas do partido, a circulação de ideias entre seus membros, em especial a relação entre o seu Diretório Nacional e o Diretório Regional de Santa Catarina.

Utilizaremos em grande escala os impressos (revistas e jornais) de época ao longo da pesquisa. Embora sob forte censura, estes meios de comunicação não deixaram de registrar as movimentações dos partidos políticos em suas páginas reservadas ao tema *política*. Luís Felipe Miguel utiliza o conceito de *campo* de Pierre Bourdieu para discutir as relações entre o *campo político* e o *campo da mídia* nas sociedades contemporâneas e as formas a partir das quais estes se constituem dinamicamente. Ainda de acordo com Miguel, este fenômeno pode ser percebido no recorte atribuído pela mídia para selecionar os assuntos que constituem o seu caderno de *política*, pois esta seleção não somente afeta a forma pela qual a mídia retrata o que considera *político*, mas com o crescimento e a consolidação dos meios de comunicação de massas que não somente explicam, mas organizam o social no mundo contemporâneo, o próprio meio político passa a se adaptar ao conceito do que é *político* proposto pela mídia, como cada vez mais opera dentro deste espaço delimitado. Espaço este que demarca o que é *político* quase que

---

[23] GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.21

estritamente enquanto as ações de parlamentares, governantes e chefes partidários.[24] Nos termos de Miguel

> A delimitação da política enquanto tal nessas esferas nada possui de natural ou inevitável. Ao contrário, é fruto da própria luta política e traduz determinada hegemonia. A separação entre política e economia sob o capitalismo, por exemplo, retira do escrutínio público as decisões sobre o investimento produtivo que, no entanto, têm um impacto mais significativo na vida cotidiana do que a maior parte das medidas governamentais. Também permite que a propriedade privada se coloque como uma barreira às reivindicações de democracia e participação, que assim ficam excluídas de dentro das empresas. Em suma, trata-se de uma demarcação que contribui para a manutenção da ordem capitalista. (...) Como efeito dessa delimitação do campo político, questões importantes (como o direito ao aborto, por exemplo, a proteção ao meio ambiente ou a busca por maior autonomia no local de trabalho) recebem o *status* de periféricas mesmo quando merecem atenção pública. São importantes, talvez, mas não são *verdadeiramente políticas*.[25]

Sendo uma de nossas principais fontes para buscar compreender tanto as disputas políticas em nível estadual, quanto como estas repercutiam na chamada grande imprensa nacional, selecionamos os seguintes periódicos para consulta: a) à nível estadual: *O Estado* e *O Jornal de Santa Catarina*; b) à nível nacional: *O Estado de São Paulo* e a *Revista Veja*. Optamos pelos primeiros não somente pelo seu conteúdo e pelo fato destes serem os principais periódicos regionais do período,

---

[24] MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia e representação**. São Paulo: Ed.UNESP, 2014. p.137-170.
[25] Idem, ibidem. p. 162.

mas também devido a particularidade destes estarem sob o controle direto de membros do partido da ARENA.[26] Desta forma, vamos ao encontro de Maria Helena Rolim Capelato e Maria Ligia Prado quando estas compreendem a imprensa como "instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social"[27], pois esta esteve a serviço destas lideranças políticas e econômicas na sua tentativa de manipular a opinião pública em prol de seus interesses, especialmente defendendo a *ala tradicional* do partido durante o período estudado. Quanto aos periódicos de circulação nacional, optamos por estes com o intuito de realizar o cruzamento de fontes entre a cobertura regional e nacional a respeito dos conflitos internos da ARENA.

Por fim, para a análise destes periódicos enquanto fonte histórica, seguiremos os passos de análise documental proposta por Tânia Regina de Luca de localizar as publicações na história da imprensa; atentar para as características materiais do periódico; assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo; caracterizar o material iconográfico presente; caracterizar o grupo responsável pela publicação; identificar os principais colaboradores; identificar o público a que se destina a publicação e identificar as fontes de receita.[28]

Trabalharemos também com um *corpus* literário de livros de memórias e biografias escritos por antigos membros

---

[26] Ao longo de nosso recorte temporal, *O Estado* de Florianópolis esteve sob a posse de Aderbal Ramos da Silva, e o *Jornal de Santa Catarina* de Blumenau sob a conduta de um grupo empresarial com ligação direta com a família Konder-Bornhausen e membros do empresariado da região do Vale do Itajaí que também eram filiados ao partido. Cf: PEREIRA, Moacir. **Imprensa & Poder**. Florianópolis: Insular, 1992. p.91-117.

[27] CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O estado de São Paulo. São Paulo: Alpha-Omega, 1980. p. 19.

[28] LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010. p.111-153.

da ARENA catarinense. Embora não tenhamos a pretensão de realizar uma análise de folego a respeito destas obras, consideramos deveras pertinente salientar o que compreendemos enquanto um *boom* de produções com este caráter a respeito destes políticos regionais após o ano de 1997 até os dias atuais, o que nos apresenta indícios de uma construção memorial por parte destes e uma tentativa de reescrever este seu passado diretamente ligado a ditadura.[29] Para realizar a devida crítica destas fontes e compreender melhor este fenômeno, dialogamos a concepção de Pierre Bourdieu de *ilusão biográfica*.[30]

Por fim, ao discutirmos a campanha da ARENA nas eleições de 1974 e a recepção de seus membros em relação ao resultado do pleito, buscamos na proposição de René Rémond o necessário diálogo entre as Ciências Sociais e a História para pensarmos nossa metodologia. Para o autor a campanha é o ato inicial de uma eleição. Não é apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos: mais do que isso, o evento é constituído por operações de estratégias, por interação entre

---

[29] Por ordem cronológica, temos as publicações das biografias de Celso Ramos (1997), Antônio Carlos Konder Reis (1997), Irineu Bornhausen (1997), Ivo Silveira (1998), Aderbal Ramos da Silva (1998), Paulo Konder-Bornhausen (2000; 2001), Nelson Pedrini (2001), Jorge Konder-Bornhausen (2002), Colombo Salles (2007) e Ingo Hering (2008).

[30] Para Bourdieu, "o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim construídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (E é provável que esse ganho de coerência e de necessidade esteja na origem do interesse, variável segundo a posição e a trajetória, que os investigados têm pelo empreendimento biográfico. Essa propensão a tornar-se o ideólogo de sua própria vida (...)". Cf: BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos & abusos da historia oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.184.

os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião.[31] Ao abordarmos o pleito de 1974, temos como objetivo trazer à tona todo este preparativo estratégico para a disputa eleitoral, tal como as expectativas dos arenistas em relação a este e as frustrações perante a derrota sofrida pelo partido. Assim, cruzaremos fontes oriundas da imprensa durante o período eleitoral, de trechos de biografias de ex-arenistas que apresentem memórias a respeito do pleito, bem como alguns documentos oriundas do acervo do Diretório Nacional da ARENA no CPDOC/FGV-RJ, como um manual de campanha e um relatório da Convenção Nacional do partido em 1975.

Dividimos este trabalho em quatro capítulos, sendo o nosso critério principal o de abarcar as discussões que consideramos mais significativas para compreendermos as dinâmicas da ARENA durante o nosso recorte temporal. Iniciamos as nossas discussões traçando um histórico da cultura política liberal-conservadora das elites catarinenses antes de 1964, bem como da sua participação no golpe e da sua próxima relação com a ditadura subsequente. Desenvolveremos a hipótese de que o mútuo apoio entre militares e a elite empresarial e política catarinense pôde ser estabelecido pelo fato de que, embora tenham ocorrido grandes mudanças no sistema político nacional com o golpe de 1964, isto não significou que a nova organização do estado e da sociedade civil brasileira viesse a impedir a permanência desta cultura política.

Assim, tentaremos interpretar tanto a posição privilegiada que estes indivíduos desfrutaram durante o regime, como refletir de forma mais aprofundada a respeito da estreita relação entre esta cultura política e as práticas autoritárias pós-1964. Entendemos que, a partir da chave interpretativa de Hélgio Trindade, a ideia de liberalismo defendido por estes

---

[31] RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.49.

políticos e empresários locais seguiu o que autor denomina de *lógica liberal* e *práxis autoritária*.[32]

Em nosso segundo capítulo, trataremos de discutir o predileção do governo Médici por técnicos enquanto peças centrais na tentativa de superação do *atraso* e do *subdesenvolvimento* brasileiros e as implicações de tal postura nas relações do governo com a ARENA. Em um primeiro momento, discutiremos as particularidades da gestão Médici e sua predileção por técnicos e militares na condução da burocracia estatal brasileira. Tendo realizado estes apontamentos, analisaremos como as indicações de Médici para os cargos de governadores gerou uma série de tensões internas na ARENA, bem como analisaremos algumas criticas dos membros do partido ao que estes consideravam ser uma indevida invasão nos seus espaços de poder.

O terceiro capítulo é o momento em que apresentamos o confronto gerado pela indicação do engenheiro de portos e canais Colombo Salles ao cargo de governador e líder do Diretório Regional do partido com as tradicionais famílias políticas do estado de Santa Catarina e sua bem consolidada cultura política. Analisaremos em primeiro lugar as diretrizes da gestão de Colombo Salles, promovendo uma discussão em torno da sua trajetória profissional e do processo de formação do seu plano de governo, o *Projeto Catarinense de Desenvolvimento*. Seguiremos nossas discussões problematizando as relações políticas da ARENA catarinense, os postulados políticos conflitantes, as distintas estratégias utilizadas, bem como os momentos de aproximações e afastamentos. Consideramos que este projeto de reforma na relação entre a ARENA e o governo Médici por meio da indicação de um técnico ao cargo de governador acabou por gerar desgastes e se demonstrar insustentável para ambas as

---

[32] TRINDADE, Hélgio. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822-1945). In ROUQUIÉ, Alain et al. **Como Renascem as Democracias**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.

partes. Finalizaremos este capítulo problematizando a derrocada deste projeto de reformas, relacionando-o com o crescimento que a *ala tradicional* passou a ter dentro do partido, angariando poder político e influência suficientes para ter Antônio Carlos Konder Reis indicado ao cargo de governador no ano de 1975.

Nosso quarto e último capítulo está reservado para a discussão da atuação da ARENA nas eleições de 1974 em nível regional. Analisaremos de que forma o partido organizou a sua campanha eleitoral em Santa Catarina e mobilizou-se durante este pleito, bem como a recepção do resultado negativo obtido. Buscaremos compreender este pleito eleitoral não somente enquanto um reflexo do resultado à nível nacional, mas também a partir das próprias dinâmicas da política regional durante os anos da gestão Colombo Salles. Acreditamos que a partir destas perspectivas, podemos perceber formas ainda pouco exploradas de como as relações políticas da ARENA no período influenciaram na disputa eleitoral em questão.

1. UMA FAMÍLIA DE POLÍTICOS

No ano de 1971, em meio a uma série de ataques às oligarquias catarinenses realizadas especialmente por políticos vinculados à gestão do governador Colombo Salles, o então Deputado Estadual Celso Ramos Filho, filho do ex-governador (1961-1966) e então senador (1967-1975) Celso Ramos, sobrinho do também ex-governador (1935-1937) e ex-senador (1946-1950 e 1955-1958) Nereu Ramos, e neto do, por sua vez também ex-governador (1902-1905 e 1910-1914) e ex-senador (1915-1918, 1919-1922, 1923-1927 e 1935-1937) Vidal Ramos, e até mesmo primo do ex-governador (1947-1951) Aderbal Ramos da Silva, afirmou o seguinte, ao defender a presença da sua família no centro da política catarinense por tantos anos e de forma tão proeminente:

> Eu devo dizer que muitos tem falado sobre oligarquia neste Estado e neste País. Eu mesmo fui tachado de oligarca. Devo afirmar que não me julgo um oligarca. O termo oligarquia – ai está nos dicionários – representa um governo de poucos e, implicitamente se subentende, um governo de força. Estou na Assembleia pela segunda vez, ungido pelo voto popular. Na primeira vez com 7 mil votos, e na segunda, com 17 mil, um dos deputados mais votados. Pertenço, sim, a uma família de políticos, como existe família de magistrados, família de almirantes, de generais. Eu pertenço a uma família de políticos. Tenho comigo isto que é, antes de tudo, um ônus e uma responsabilidade: de honrar as tradições de uma família que tem, na vida pública e política deste Estado, um crédito de realizações positivas. **Por isso, que eu entendo que não se deva confundir política de família com família de políticos** [grifo nosso]. Isso já tem sido dito e eu repito. Para mim, é sobretudo uma honra e uma responsabilidade pertencer a esta família de

> políticos. E acredito que seria uma injustiça que não se permitisse que eu pudesse participar da vida pública, pelo simples fato de pertencer a uma família de políticos.[1]

Curiosamente, no ano de 2001, em uma entrevista para o programa *Roda Viva* da *TV Cultura*, o ex-governador (1979-1982), vice-governador (1967-1971), ex-ministro da Educação (1986-1987) e então Senador no seu segundo mandato (1999-2007) — o primeiro transcorrera entre os anos de 1983 e 1990 — Jorge Konder-Bornhausen, ao ser interpelado a respeito da longevidade da sua família na política catarinense, atribuiu o motivo a uma *razão muito simples*, a de que faria parte de "uma família de políticos que não faz política de família".[2] Aqueles que analisarem estas duas falas levando em conta exclusivamente os aspectos internos do texto — ou seja, sem levar em conta os aspectos sociais e históricos inerentes a produção do mesmo — facilmente perceberão a permanência na forma de defender o domínio oligárquico, mesmo tendo em vista a distância temporal de 30 anos. Por outro lado, para os que aceitarem ir além e encarar o desafio de confrontar estas falas com o mundo social e a sua historicidade, deparar-se-ão não somente com a permanência ao longo do tempo de formas normativas pelas quais um grupo se representa, bem como esta representação possuí uma evidente finalidade de postulado identitário e de auto-afirmação no cenário político, mas também perceberão uma contradição inerente na frase acima exposta e reproduzida ao longo dos anos por membros destas duas famílias: a insustentabilidade de se separar práticas políticas que visaram beneficiar as suas próprias redes de sociabilidades, privilégios e/ou negócios — a dita *política de*

---

[1] Celso Ramos explica posição de Colombo Salles. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p.4, 26/09/1971.

[2] Entrevista disponível na integra no endereço: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/354/entrevistados/jorge_bornhausen_2001.htm. Acessado em 9/6/2016.

família — com a representação construída pelos seus próprios pares de que '*por vocação*' ou *'por tradição'* estes estariam legitimamente assentados enquanto uma *família de políticos*. Ao destrincharmos as trajetórias dos Ramos e Konder-Bornhausen, buscaremos apresentar doravante que a própria noção de *família de políticos* foi historicamente construída para escamotear práticas de *política de família*, tendo estas sido expressas ao longo dos anos sob a forma de concentração de poder político e partidário local, uso patrimonialista da máquina pública em benesse dos seus negócios privados, constituição de relações clientelísticas, bem como representações sociais e imaginários construídos com o intuito de reforçar, reproduzir e legitimar a sua da condição de elites políticas e econômicas.

Expostas estas reflexões, apontamos que ao longo deste capítulo não nos ateremos somente à influência destas famílias nos quadros governamentais, administrativos e partidários da política catarinense, mas buscaremos sugerir uma alternativa teórica para se compreender e analisar algumas características dos comportamentos políticos destas famílias antes e durante o período ditatorial. Para tal, utilizaremos do conceito de *cultura política* para identificarmos não somente alguns elementos do pensamento político liberal conservador das famílias Ramos e Konder-Bornhausen, mas ao analisarmos as ações destas famílias ao longo do tempo, enfatizaremos especialmente um de seus paradoxos mais evidentes: a coexistência de uma retórica liberal e a defesa de instituições com funcionamento formalmente democrático e de uma *práxis* autoritária e coercitiva em relação à participação popular na esfera pública. Assim, em um primeiro momento apontaremos algumas características e dinâmicas da *cultura política* destas oligarquias, para, em seguida refletirmos a respeito de que maneira estes grupos relacionaram-se com o golpe de 1964 e a sua ditadura subsequente, especialmente problematizando:

houveram rupturas e/ou permanências nesta cultura política local a partir do período ditatorial?

1.1 – As oligarquias catarinenses: lógica liberal e práxis autoritária

Iniciamos nossas reflexões situando este trabalho entre os demais a respeito do pensamento político das famílias Ramos e Konder-Bornhausen. Não sendo esta a primeira incursão acadêmica na literatura catarinense a se preocupar com esta temática, consideramos importante nos distanciar de algumas obras com abordagens que julgamos problemáticas e insuficientes para dar conta das idiossincrasias do objeto em questão. Neste conjunto de pesquisas, podemos encontrar obras como as do jornalista e advogado Carlos Alberto Silveira Lenzi, as quais demonstram-se consideravelmente enviesadas pelos discursos produzidos pelas próprias famílias ao partirem do pressuposto de que nos partidos dominados pelas oligarquias existiu uma *completa falta de ideologia*.[3] Todavia,

---

[3] Esta perspectiva pode ser observada em: LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Poder político e mudança social:** estudo sobre poder político oligárquico no município de Lages-SC. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis, 1977; LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983. Convém também citarmos que em seus estudos são recorrentes narrativas '*edulcoradas*' a respeito de ações, governos e trajetórias políticas de membros destas famílias, em especial o ex-governador e ex-senador Celso Ramos, com o qual o jornalista trabalhou durante o seu governo (1961-1966). Tais narrativas podem ser encontradas em diversos textos do autor, mas apresentam-se de forma mais proeminente na biografia de Celso Ramos, escrita pelo próprio Lenzi. Cf: LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Celso Ramos:** um perfil político. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1997. Para uma crítica mais apurada de sua obra Cf: GARCIA, Fabiano. **Para além dos seletos e sinuosos consensos**: processo histórico, transformação social e a construção da memória coletiva, Lages-SC (1944-1990). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2016. p.96-104

ao analisarmos outros trabalhos, mesmo em estudos consistentes, tais como *Eleições e sistemas partidários em Santa Catarina (1945-1979)*, elaborado pelo sociológico Yan de Souza Carreirão, também encontramos algumas abordagens problemáticas no qual se afirma que os partidos chefiados por membros destas famílias seriam *menos ideológicos* do que partidos como o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o PRP (Partido da Representação Popular).[4] Outra pesquisa acadêmica com relevantes contribuições para a análise dos comportamentos políticos destas famílias, mas com uma perspectiva a ser discutida é a dissertação do historiador Marcelo Coelho Raupp, intitulada *Pequenos Getúlios: o PSD e as elites políticas catarinenses (1945-1970)*, na qual o autor sugere que o PSD catarinense (partido chefiado pelos Ramos) possuía uma postura mais *pragmática* e *flexível* do que a UDN (partido chefiado pelos Konder-Bornhausen), mais atada a um *moralismo* e um *doutrinarismo muitas vezes dogmático*.[5]

Ao justificarmos doravante as nossas razões para não seguirmos algumas conclusões sugeridas por tais pesquisas, buscaremos reforçar por meio da crítica teórica e metodológica a tais obras e autores, dois aspectos centrais da forma como encaramos o pensamento e os comportamentos políticos destas famílias: a de que estas não são carentes de conteúdo ideológico — nem plenamente, nem em uma perspectiva comparada — e de que, embora tenham construído uma rivalidade ao longo de muitos anos, estas partilharam de práticas e representações políticas muito semelhantes. Em relação à primeira crítica, compreendemos que em pesquisas

---

[4] CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistemas partidários em Santa Catarina (1945-1979)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1988. p.4.

[5] RAUPP, Marcelo Coelho. **Pequenos Getúlios**: O PSD e as elites políticas catarinenses (1945-1970). Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2010. p.51

como as de Lenzi e Carreirão há uma carência teórica em comum: a de que tais famílias eram desprovidas *totalmente* ou *parcialmente* de uma definição ideológica. Atribuímos tal leitura conceitual a uma dificuldade destes autores em inserir ideologicamente tais famílias dentro da tradição política liberal. Ao analisar suas obras, o que parece transparecer é uma dificuldade em não somente perceber as contradições e hibridismos do pensamento liberal destas famílias, mas uma escassez de recursos teóricos para analisa-lo a partir de suas ambiguidades.

Este debate pode ser inserido dentro de uma longa discussão a respeito das formas pelas quais o liberalismo europeu foi *interpretado* e *adaptado* à realidade brasileira. Autores como Roberto Schwarz defendem que durante o século XIX o liberalismo seria *uma ideia fora de lugar* em uma sociedade agrária e predominantemente escravocrata como a brasileira.[6] Por sua vez, Sérgio Buarque de Holanda afirmou que as mudanças oriundas da transição do Império para a República aos moldes europeus teriam sido *superficiais e artificiosas*, pois estas inovações foram toleradas enquanto não comprometiam a estrutura social vigente dos tempos imperiais, o levando a definir o Brasil enquanto um país "preso às tradições vestido com trajes de uma grande democracia burguesa".[7] Por fim, Francisco Weffort pôs em debate a contradição entre a coexistência na democracia brasileira de um conteúdo oligárquico que visa concentração de poder e um discurso pautado em formas democráticas liberais que partem do princípio da universalidade da participação política. Em suas palavras:

---

[6] SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas:** forma literária e processo social nos inicios do romance brasileiro. 2a ed. São Paulo: Duas Cidades, 1981. p.11-31.

[7] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1985. p.47.

> Como se sabe, nas linhas do desenvolvimento político europeu o liberalismo confere ao Estado seus fundamentos doutrinários como Estado de direito, democrático e nacional, isto é, estabelece os marcos do jogo político como padrões gerais válidos para todos os cidadãos. Os padrões oligárquicos, pelo contrário, tendem a restringir a participação política aos membros de uma *elite* vinculada à grande propriedade da terra ou àqueles setores que poderiam assimilar-se a ela. Deve-se acrescentar, para que se tenha clareza sobre a significação histórica dessas discrepâncias, que elas não se limitam ao plano das ideias políticas, nem mesmo ao plano político-institucional, mas têm haver com o modo de ordenação das estruturas sociais. A ambiguidade liberal-oligárquica no Estado se associa a fenômenos que também se dão nas relações de produção em geral.[8]

Temos assim um paradoxo no qual oligarcas são os principais defensores do liberalismo. Todavia, defendemos que isto não seria um sinal de *falta de liberalismo* ou uma *escassez de lógica liberal* por parte destas elites, como as pesquisas de Lenzi e Carreirão parecem sugerir. Como apontado por Maria Silva de Carvalho Franco em crítica a Roberto Schwartz, "a *miséria brasileira* não deve ser procurada no empobrecimento de uma cultura importada e que aqui teria perdido os vínculos com a realidade, mas no modo mesmo como a produção teórica se encontra internamente ajustada à estrutura social e política do país".[9] Partindo desta premissa e buscando compreender para os fins específicos desta pesquisa como o liberalismo proposto pelas famílias Ramos e Konder-Bornhausen não se destacou por sua *ausência*, mas sim enquanto um *produto*,

---

[8] WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira.** 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.p.121-122.

[9] FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. As ideias estão no seu lugar. **Cadernos de Debates**, n.1. São Paulo: Brasiliense, 1976. p.3

buscaremos elementos para demonstrar a forma peculiar pela qual os ideais liberais circularam e se constituíram no seio da cultura política destas famílias. Para desenvolver a nossa argumentação de forma mais precisa nos serviremos das contribuições de Domenico Losurdo e de Hélgio Trindade.

Em sua obra *Contra-história do liberalismo*, o filósofo Domenico Losurdo sugere uma forma particular de se abordar o liberalismo enquanto um movimento histórico permeado de conflitos e contradições e não somente um conjunto de preceitos e dogmas conceituais.[10] Em seus termos, não devemos analisar

> o pensamento liberal em sua abstrata pureza, mas o liberalismo, quer dizer, o movimento e as sociedades liberais em sua concretização. Tal como para qualquer outro grande movimento histórico, trata-se de indagar certamente as elaborações conceituais, mas também e acima de tudo as relações políticas e sociais nas quais ele se manifesta, assim como a ligação mais ou menos contraditória que se instaura entre essas duas dimensões da realidade social.[11]

Seguindo esta lógica, propomos que estas famílias que sempre resistiram à participação popular no interior dos seus partidos, centralizaram práticas políticas e econômicas em um seleto grupo de empresários e políticos tradicionais, estando estes atrelados ao Estado em busca de benefícios para os seus empreendimentos privados, sem nunca deixar de expressar-se

---

[10] Cf: LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo.** Aparecida: Ideias & Letras, 2006. A obra de Losurdo certamente é um indicativo de que algumas das contradições do pensamento liberal expressas nesta pesquisa não fazem parte de um *dilema* enfrentado somente em países em que esta ideologia foi '*importada*', mas que tais questões foram e continuam sendo enfrentadas também por nações considerados como o berço desta filosofia: França, Estados Unidos e Inglaterra.

[11] Idem, ibidem, p11

segundo balizas liberais. Todo este conjunto de ideias e práticas fez parte desta cultura política que podemos definir de forma mais precisa de acordo com o pensamento de Hélgio Trindade, para o qual uma parcela significativa do pensamento liberal brasileiro formou-se seguindo uma *lógica liberal* e uma *práxis autoritária*.

Trindade propõe uma importante reflexão a respeito da relação entre a formação do pensamento liberal e o sistema político brasileiro quando aponta "a tendência do liberalismo brasileiro em coexistir com estruturas políticas autoritárias".[12] O mesmo também argumenta que "a singularidade do sistema político brasileiro é a sua persistente hibridez ideológica e institucional, combinando estruturas e práticas políticas autoritárias e liberais".[13] Desta forma, Trindade compreende que o produto desta constante tensão entre ideais liberais e práticas autoritárias seria a principal característica do conservador liberalismo brasileiro, de que *tudo deveria ser feito para o povo mas nada pelo povo*.[14] Para Trindade,

---

[12] TRINDADE, op.cit., 1986, p.49.

[13] Idem, Ibidem.

[14] Tal paradoxo é apontado por uma série de outros autores, sendo o tema capaz de engendrar uma longa e profícua discussão, todavia nos limitaremos a inserir apenas mais esta contribuição de Fernando Henrique Cardoso sobre a questão: "Por necessidade lógica o pensamento liberal tende a aceitar a tese da independência da sociedade civil – das classes – diante da ordem política e a pôr o peso da crítica nos problemas da cidadania e da representação. O robustecimento destas permitiria o controle do estado; a delegação que legitima o Poder estabelece ao mesmo tempo os limites da soberania: ela deve reiterar-se para que a soberania mantenha-se legitima. Na prática, raramente os liberais têm aceito o ônus do liberalismo. Seria fastidioso relembrar os momentos em que derrubados regimes ou governos considerados pelos liberais como autoritários (como o de Vargas em 45) ou burocrático-populistas (como o de Vargas em 54 e Goulart em 64), eles próprios foram os primeiros a apelar e confiar na qualidade mediadora das Forças Armadas e do estado – e em sua capacidade repressiva – reforçando, assim, na prática, a concepção do Estado protetor". Cf: CARDOSO, Fernando Henrique. Estado e Sociedade no Brasil In:

> em vez de identificar-se *com a liberação de uma ordem absolutista*, [o pensamento liberal brasileiro] preocupa-se com a *necessidade de ordenação do poder nacional*. Além do mais, era avesso ao liberalismo radical francês considerado como uma ameaça à sociedade civil e propenso à anarquia e, consequentemente, era um liberalismo *lockeano* e *pré-democrático*. Esses traços explicam o seu conteúdo visceralmente conservador.[15]

Esta perspectiva torna-se especialmente cara para as nossas reflexões, pois nos permite dar conta de analisar a contradição inerente nos posicionamentos políticos de membros destas oligarquias catarinenses. Indivíduos estes que defenderam instituições e práticas tipicamente liberais, como os partidos políticos, pleitos eleitorais, a constituição da imprensa e eram favoráveis as diretrizes do Estado de Direito, mas utilizaram-se do seu poder político e econômico para privilegiarem os seus interesses privados e coibir a participação popular na esfera pública.

Por fim, consideramos que este liberalismo ambíguo e elitista defendido por estas famílias tem por base a crença na *presciência das elites*, o que de acordo com Maria Victoria de Mesquita Benevides consiste na convicção da incapacidade da população ser *politicamente responsável*, necessitando ser *guiada*. A autora afirma que ao ser manifesta, esta crença acaba por apresentar um desprezo destas elites pelas reivindicações trabalhistas (sinônimos da *desordem* e do *caos*) e uma desconfiança em relação ao voto popular (o povo seria incapaz

---

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p.176.

[15] TRINDADE, op.cit., 1986, p.67

de escolher os seus representantes).[16] Desta forma, optaremos por trabalhar a partir destes apontamentos e perspectivas, compreendendo que o comportamento político destas famílias jamais foi — relativamente ou parcialmente — isento de conteúdo ideológico, mas que este deve ser compreendido nas suas particularidades e contradições.

Em nossas reflexões e por meio de nossa pesquisa empírica com as fontes, consideraremos também que, embora tais famílias tenham tradicionalmente cultivado uma rivalidade política, estas comungaram de práticas e representações políticas muito semelhantes. Assim, desenvolveremos nosso trabalho em perspectiva distinta da de Marcelo Raupp. Neste, o autor serve-se da leitura de Lucilia de Almeida Neves Delgado de que durante o período democrático de 1945-1964, o PSD realizou praticas políticas mais *pragmáticas* e *flexíveis* do que a UDN, a qual estaria atada a um *moralismo* e a um *doutrinarismo dogmático*. Assim, Raupp comenta que, em termos nacionais, este apontamento pode perder "um pouco a intensidade ao longo do período de *experiência democrática*", mas que o mesmo "resume de forma magistral a lógica de funcionamento das disputas travadas entre as elites vinculadas ao pessedismo e ao udenismo em Santa Catarina".[17]

Entendemos que no caso catarinense tal distinção entre o comportamento destes dois partidos e suas lideranças não deve necessariamente ser descartada, mas consideramos que o posicionamento proposto pelo autor é prejudicado pela carência de estudos mais aprofundados para a sua tese ser confirmada. Não obstante, este pode fornecer margem para se escamotear movimentos de '*flexibilidade*' das hostes da UDN catarinense — como a aliança com o PTB na campanha estadual de 1950 —, supervalorizar os discursos de conteúdo

---

[16] BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **UDN e udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p.252-258.

[17] RAUPP, op.cit., 2010, p.51

moralista e *doutrinário* do mesmo partido, ou mesmo esconder a inflexibilidade com que o PSD tratou pautas das classes populares durante as suas gestões.[18] Acreditamos que no caso específico de Santa Catarina, tanto os partidos como as famílias que os lideravam possuíam maiores proximidades ideológicas do que distanciamentos, pois os elementos centrais para compreendermos as relações e culturas políticas das famílias Ramos e Konder-Bornhausen são as suas práticas políticas com fito de defesa e reprodução destas mesmas enquanto elites políticas e econômicas, sendo estas usualmente legitimadas por um liberalismo pautado por uma *lógica liberal* e uma *práxis autoritária*. Assim, a pergunta a ser proposta é: podemos identificar ambas as famílias a partir de uma mesma cultura política?

Dando seguimento em nossa pesquisa buscaremos demonstrar que a resposta para esta questão é positiva e que podemos encontrar uma intersubjetividade entre estas famílias no tangue o compartilhamento de alguns preceitos, representações e práticas comuns, tais como: a) o estilo político personalista e clientelístico de se fazer política, na qual o poder político passa, usualmente, do patriarca para o seu primogênito; b) uma concepção de organização do Estado em comum, na qual defendem o modelo democrático liberal de caráter federativo, pois é nele que estas famílias apresentam-se enquanto '*fidedignos representantes'* dos catarinenses na política regional e nacional; c) ambas comungaram da prática da centralização das decisões partidárias com decisões realizadas de *cima para baixo*, ou seja, concentradas pelas lideranças dos partidos que faziam parte destas famílias; d) a defesa dos interesses econômicos das elites industriais e

[18] A respeito das relações do PSD com o PTB e os ideais trabalhistas em Santa Catarina Cf: PACHECO, Diego. **Ecos da resistência**: os Grupos dos Onze e os trabalhismos em Santa Catarina (1961-1964). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2012.

agrárias de Santa Catarina, sendo que os membros de ambas as famílias desempenharam importante papel à nível nacional de negociar políticas econômicas favoráveis aos principais produtores do Estado; e) por fim, estas também nutriam em comum uma crença na já citada *presciência das elites* que as serviu na legitimação do combate às mobilizações sociais que divergissem de seus interesses — papel que ficou ainda mais evidente no período ditatorial.

Partindo destas premissas, apontaremos na primeira parte deste capítulo algumas características da cultura política liberal conservadora das famílias Ramos e Konder-Bornhausen, com o fito de demonstrar por meio de uma perspectiva histórica de maior duração como esta dialética entre *lógica liberal* e *práxis autoritária* já fazia parte do pensamento político destes grupos muito antes do golpe de 1964 e manteve-se durante a ditadura. A própria manutenção do funcionamento do Congresso Nacional e de algumas práticas liberais como os pleitos eleitorais permitiram alianças entre militares e membros deste setor conservador da sociedade civil como as oligarquias aqui em questão, o que acabou por reforçar a hibridez ideológica entre estruturas e práticas políticas autoritárias e liberais no Brasil. A seguir, traçaremos um breve histórico da presença destas famílias no cenário politico local e discutiremos alguns elementos desta cultura política que influenciaram e legitimaram visões de mundo e as ações de membros destas oligarquias locais.

Ao nos atermos a uma análise pormenorizada do passado das famílias Ramos e Konder-Bornhausen na busca das primeiras menções da presença de seus membros em cargos políticos no Estado de Santa Catarina, novamente encontramos traços em comum entre ambas: os seus primeiros líderes integraram a Guarda Nacional do Império no século XIX, tendo assumido o posto de Tenente-Coronel em seus municípios; eram grandes proprietários de terras em suas regiões; e, fiéis à monarquia, formavam lideranças locais do

Partido Conservador. Em relação aos Ramos, temos o registro de que os primeiros membros da família vieram para Santa Catarina dos Açores por volta de meados do século XVIII e que o rico fazendeiro Laureano Ramos tomou posse como Juiz Ordinário da Vila de Lages no dia 15 de maio de 1830.[19] Por sua vez, seu filho, Vidal José de Oliveira Ramos Sênior, no ano de 1868, foi nomeado pelo Imperador D. Pedro II para o posto de Tenente Coronel Comandante de Grupo de Cavalaria nº4 da Guarda Nacional da Província de Santa Catarina tendo também recebido do mesmo a comanda de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa em prova de sua fidelidade ao Imperador.[20] Devemos enfatizar também que a família provou-se fiel ao Império posicionando-se contra a Revolta Farroupilha quando esta avançou suas tropas para a então Vila de Lages.[21]

Já em relação aos Konder-Bornhausen, as primeiras referência não são precisas em relação à data em que o Tenente Coronel da Guarda Nacional, latifundiário paulista e escravocrata José Henrique Flores casou-se com Maria Clara Breves da Silveira — descendente dos Breves, uma rica família de escravocratas e cafeicultores cariocas no século XVIII e XIX — e vieram para a província de Santa Catarina tomar posse de uma gleba de terras. Esta compreendia a região dos limites da cidade de Itajaí até os limites do município de Blumenau com uma fazenda situada na cidade de Ilhota (então Poço Grande), que produzia por meio de mão-de-obra escrava cana de açúcar e trigo.[22] No ano de 1860, o Tenente Coronel

---

[19] RAMOS FILHO, Celso. **Coxilha rica**: genealogia da Família Ramos. Florianópolis: Insular, 2002. p.53.

[20] Idem, ibidem. p.94.

[21] Cf: LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Poder político e mudança social:** estudo sobre poder político oligárquico no município de Lages-SC. Florianópolis, 1977. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. p.92; LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. p.33.

[22] Tais informações encontram-se no acervo digital a respeito da família dos Breves disponível no sítio eletrônico: http://brevescafe.net/

José Henrique Flores foi eleito um dos primeiros vereadores da Câmara Municipal da cidade de Itajaí quando esta foi elevada à condição de Vila e separada da Vila de Porto Belo. O mesmo Tenente Coronel ainda seria eleito presidente da Câmara Municipal e se manteria no cargo por três quadriênios seguidos (1865-1869, 1869-1872 e 1872-1876).[23] O sobrenome Konder entraria para a família quando a filha de Flores e Breves, Adelaide Silveira Flores, casou-se com o imigrante alemão Marcos Konder Sênior. Por sua vez, o sobrenome Bornhausen passou a fazer parte deste núcleo familiar quando, em 1928, Irineu Bornhausen casou-se com Maria Konder, filha de Marcos Konder Sênior e irmã dos políticos Victor, Marcos e Adolfo Konder.

Estas características da trajetória destas famílias podem ser analisadas sob a ótica de Basílio de Magalhães, para o qual o posto de Tenente-Coronel da Guarda Nacional era geralmente concedido ao chefe político de determinada comuna, sendo que estes "eram, de ordinário, os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados", e que a sua direção política local seria *quase ditatorial, senão patriarcal*, sendo que "tal estado das coisas passou da Monarquia para a República até ser declarada extinta".[24] Tal descrição nos serve para analisarmos o caso das famílias em questão, pois com a queda do Império, o fim da escravidão e a proclamação da República os seus membros — até então fiéis a monarquia, donos de terras e/ou escravos, bem como membros ativos do Partido Conservador — não se tornaram estranhos à nova direção política do país e em Santa Catarina.

---

[23] ESMERALDINO, Herval Ângelo (org.). **A história do Legislativo (1860-2012)**. Itajaí: Câmara de Vereadores de Itajaí, 2012.

[24] MAGALHÃES, Basílio APUD LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** (o Município e o regime representativo no Brasil). 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1997. p.19-20.

Autores como Jali Meirinho e Paulo Pinheiro Machado atentam para a permanência de atores oriundos das elites catarinenses dos tempos do Império nos governos da Primeira República. Pinheiro Machado sustenta que houve uma continuidade na direção política que passou a ser imprimida pelos republicanos, na qual, "políticos conservadores (como Vidal Ramos Sênior, Antônio Pereira da Silva e Oliveira) aderiram após a Proclamação ao incipiente Club Republicano que, até novembro de 1889, reunia um grupo reduzido de militares e profissionais liberais".[25] Por sua vez, Meirinho demonstra que, para além do fato de muitos monarquistas terem aderido aos Clubes Republicanos ao longo das décadas de 1870 e 1880, a adesão à recém instaurada República foi declarada antes pelos membros do Partido Conservador, no dia 18 de novembro na Câmara Municipal de Florianópolis, do que pelos membros do Partido Liberal, que somente expressaram o seu apoio no dia 21 por meio de seu Diretório Central.[26]

Durante o período da República Oligárquica, os membros das famílias Ramos e Konder-Bornhausen começaram a se destacar enquanto importantes integrantes do PRC (Partido Republicano Catarinense). Nas primeiras décadas do século XX, o partido esteve divido entre duas alas. Uma representante do setor agroexportador do Planalto catarinense, comandada pelo tenente de engenharia Lauro Muller e que contava com o apoio de políticos como o Coronel Vidal Ramos, Felipe Schimidt e Gustavo Richard. A outra, ligada aos imigrantes do Vale do Itajaí, às companhias colonizadoras, à pequena lavoura e às pequenas indústrias dessa região esteve sob a chefia do também engenheiro, Diretor de Obras Públicas

---

[25] MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1912). In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011. v. 1. p. 1

[26] MEIRINHO, Jali. **República e oligarquias**: subsídios para a história catarinense: 1889-1930. Florianópolis: Ed. Insular, 1997. p.54.

e Chefe da Comissão de Terras de Blumenau, Hercílio Luz; sendo dentro deste grupo político que despontaram, especialmente a partir da década de 1920, os irmãos Marcos, Victor e Adolfo Konder, bem como o genro destes, o banqueiro Irineu Bornhausen.[27]

Um aspecto fundamental a ser destacado para se compreender as relações políticas destas famílias é sua atuação em setores distintos da sociedade catarinense, pois além do campo da política, estiveram entrelaçadas à importantes setores da economia regional. Servindo-nos das reflexões oriundas da tese de Alcides Goularti Filho, intitulada *Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina*, a qual nos brinda com importantes contribuições para pensarmos a relação entre o desenvolvimento econômico local e as oligarquias catarinenses, o autor identifica e periodiza quatro padrões de crescimento na economia catarinense, sendo estes: 1) os anos de 1880 a 1945: caracterizados pela origem e crescimento do capital industrial; 2) os anos de 1945 a 1962: marcados pela diversificação e ampliação da base produtiva; 3) os anos de 1962 a 1990: quando há a integração e a consolidação da indústria catarinense; e 4) pós-1990: tempos de abertura comercial e financeira e da desregulamentação da economia com o esfacelamento do Estado.[28]

Como vimos anteriormente, as famílias Ramos e Konder-Bornhausen despontaram como líderes na política local durante este primeiro período de crescimento da economia catarinense atuando nas então incipientes atividades econômicas de suas respectivas regiões. Tendo sua origem na cidade de Lages, os Ramos representavam os pecuaristas e

---

[27] Cf: HACKENHAAR, Clayton. **O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945): política, trabalho e terra**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2014. p.45-52.

[28] GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. Campinas, 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

extratores de erva mate do Planalto catarinense, enquanto os Konder de Itajaí atrelaram-se inicialmente a atividades agrícolas no século XIX, mas nas primeiras décadas do século XX partiram para as atividades de comércio marítimo e fluvial, tanto de exportação quanto de importação da cidade, e também possuíram sólidas relações com a indústria têxtil da região do Vale do Itajaí, principalmente os industriais de Blumenau e Brusque.[29] Os membros deste último grupo ainda terão participação decisiva na fundação do primeiro banco de crédito do Estado: o INCO (Banco da Indústria e do Comércio) em 1935.

Um dos períodos de maiores desencontros entre estas famílias deu-se entre o movimento de 1930 e do Estado Novo. Com o golpe de 1930, o governo estadual sob o comando dos Konder e que apoiava o Governo Federal foi deposto pela Aliança Liberal, sendo que a oposição chefiada por Nereu Ramos assumiu em seu lugar e, especialmente durante o Estado Novo, iniciou uma série de medidas contra a população teuto-brasileira e membros da família Konder-Bornhausen.[30]

---

[29] Para uma leitura mais detalhada a respeito deste processo de instalação de uma indústria têxtil e uma economia de mercado no Vale do Itajaí, bem como as implicações desta nova realidade econômica com a sociedade local e o Estado Cf: ROCHA, Cleiton Junior Pereira da. **Blumenau: acumulações originárias**. Florianópolis, 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas; BARRETO, Cristiane Manique. Entre laços: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX In: RAMPINELLI, Waldir José (Org.). **História e Poder**: a reprodução das elites em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2003. p.163-182.

[30] De acordo com René Gertz, uma série de medidas contra os Konder-Bornhausen e as populações teuto-brasileiras são tomadas a partir de então, tal como o aumento de impostos sob o capital (o que afetava especialmente os industriais de descendência alemã do Vale do Itajaí), a fragmentação da cidade de Blumenau em diversos municípios menores, e a forte reação contra esta última medida levou o governo estadual a mandar ocupar a cidade por uma seção da política militar armada com metralhadoras. Cf: GERTZ, Rene Ernani. **O fascismo no sul do Brasil:** germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p.66-67.

Convém apontarmos que trabalhos recentes como o de Clayton Hackenhaar lançam novos questionamentos a respeito destas disputas, buscando demonstrar que, para além da repressão contra os teuto-brasileiros durante a Campanha de Nacionalização, podemos encontrar interesses econômicos em jogo e relações ambíguas do Presidente Getúlio Vargas durante o período: ora favorecendo o interventor Nereu Ramos, ora indo contra alguns dos seus desígnios e até mesmo privilegiando os empreendimentos de Irineu Bornhausen.[31]

Este entrelaçamento entre poder político e econômico de suas regiões de origem foi decisivo para estas famílias construírem e manterem uma hegemonia local que pode ser observada na constante presença de membros destas famílias ou de sua rede de sociabilidades no cargo de prefeito. Na cidade de Itajaí, durante boa parte do início do século XX, os Konder-Bornhausen conseguiram manter-se à frente da prefeitura da cidade com a gestão Marcos Konder (1915-1930) e Irineu Bornhausen (1936-1939). Entretanto, na cidade de Lages, os Ramos conseguiram manter-se por um período ainda mais largo de tempo no poder municipal, assim como exposto no quadro abaixo.

Quadro 1 – Presença da Família Ramos na Prefeitura de Lages

Prefeito	**Período**	**Ligação com a família Ramos**
Vidal Ramos	1895-1902	Membro da família
Belisário José de Oliveira Ramos	1902-1910	Membro da família
Otacílio Vieira da Costa	1911-1914	Genro de Belisário Ramos
Belisário José de Oliveira Ramos	1915-1918	Membro da família
Aristiliano Ramos	1919-1922	Membro da família

[31] HACKENHAAR, op.cit., 2014, p.101-105.

Otacílio Vieira da Costa	1923-1926	Genro de Belisário Ramos
Caetano Vieira da Costa	1926-1930	-
Octávio Silveira Filho	1930-1932	Indicado por Aristiliano Ramos
Henrique Ramos Júnior	1932-1935	Membro da família
João Cruz Júnior	1935-1936	Correligionário de Nereu Ramos
Evaldo Schaefer	1937-1937	-
Indalécio Domingues de Arruda	1938-1941	Indicado por Nereu Ramos
Vidal Ramos Júnior	1941-1945	Membro da família
Indalécio Domingues de Arruda	1945-1946	Indicado por Nereu Ramos
Vidal Ramos Júnior	1946-1951	Membro da família
Osni de Medeiros Régis	1951-1954	Correligionário (PSD)
Valdo Costa Ávila	1954-1955	Correligionário (PSD)
Euclides Granzotto	1955-1956	-
Vidal Ramos Júnior	1956-1961	Membro da família
Wolni Della Rocca	1961-1966	Correligionário (PSD)
Valdo da Costa Ávila	1966-1966	Correligionário (PSD)
Nilton Rogério Neves	1966-1969	-
Áureo Vidal Ramos	1969-1973	Membro da família

Um dos trabalhos que explora de forma mais aprofundada esta relação entre elites políticas e empresariais em Santa Catarina é o de Patrícia Zumblick Santos May, *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970).* A autora, por meio da teoria de redes, apresenta o processo de constituição das relações entre empreendedores do setor comercial e industrial catarinense com políticos locais da UDN e PSD e a atuação destes como agentes legitimadores do golpe

de 1964. Com o fim do Estado Novo e o retorno dos partidos políticos em 1945, as disputas eleitorais entre as famílias em questão foram intensificadas, bem como a sua rivalidade; os Ramos passaram a chefiar o PSD e os Konder-Bornhausen a UDN.

No interior de relações de longa duração entre políticos e empresários, casamentos entre membros destas elites como forma de consolidar os laços de poder por gerações, constituição de grupos midiáticos favoráveis às suas políticas, May nos apresenta o quão bem consolidadas, duradouras e influentes foram estas redes na política catarinense desde o período da Primeira República até o período da década de 1960. A autora conclui que "estas redes, que estão na genealogia do poder político catarinense, estabeleceram seu domínio, divulgando valores ideológicos que perpassaram sucessivas gerações. Assim, criaram o que poderia ser denominado como uma espécie de cultura política local".[32] Embora o conceito de cultura política não seja definido pela mesma, encontramos neste seu apontamento uma interessante pista a respeito dos valores ideológicos e a influência destes nestes grupos durante um período de longa duração para assim aprofundarmos nossas reflexões doravante, especialmente ao que tange a permanência da presença de industriais na ARENA durante o período ditatorial.

Tendo realizado um breve histórico a respeito da trajetória política destas famílias antes do golpe de 1964 e mapeado a base social e as atividades econômicas com as quais estas estiveram integradas, passamos a apontar algumas características da cultura política liberal conservadora partilhada entre estas. O primeiro ponto que nos chama a atenção é a longa permanência destas duas famílias de políticos

---

[32] MAY, Patrícia Zumblick dos Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)**. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. p.155.

nos principais cargos políticos do Estado de Santa Catarina durante o século XX, como podemos observar nos quadros abaixo. Convém apontar que para além dos cargos políticos apontados nestes quadros, podemos destacar a presença de Victor Konder enquanto Ministro da Viação e Obras Públicas (1926-1930) e de Nereu Ramos atuando brevemente como vice-presidente (1955) e presidente interino (1955-1956) ao longo do conturbado período entre o suicídio de Vargas e a posse de Juscelino Kubitscheck.

Quadro 2 – Presença Oligárquica no Executivo do Estado de Santa Catarina

Governador	**Período**
Vidal Ramos	1902-1905
Vidal Ramos	1910-1914
Adolfo Konder	1926-1930
Aristiliano Ramos	1933-1934
Nereu Ramos	1935-1937
Nereu Ramos	1937-1945
Aderbal Ramos da Silva	1947-1951
Irineu Bornhausen	1951-1956
Celso Ramos	1961-1965
Antônio Carlos Konder Reis	1975-1979
Jorge Konder Bornhausen	1979-1982

Quadro 3 – Presença Oligárquica no Senado Federal

Senador	**Período**
Vidal Ramos	1915-1918
Vidal Ramos	1919-1922
Vidal Ramos	1923-1927
Vidal Ramos*	1935-1937
Cândido de Oliveira Ramos*	1935
Nereu Ramos	1946-1950
Nereu Ramos	1955-1958
Saulo Saul Ramos	1955-1963

Irineu Bornhausen	1959-1967
Antônio Carlos Konder Reis	1963-1971
Antônio Carlos Konder Reis	1971-1975
Celso Ramos	1967-1975
Hugo Ramos Filho**	1978-1983
Jorge Konder Bornhausen	1983-1991
Jorge Konder Bornhausen	1999-2007
*Nas eleições de 1935, Cândido de Oliveira Ramos foi eleito Senador, mas renuncia o mandato e o restante deste é cumprido por seu pai, Vidal Ramos. **Hugo Ramos Filho é o único desta lista que não foi eleito pelo Estado de Santa Catarina, mas pelo Estado do Rio de Janeiro. O mesmo foi eleito enquanto suplente de Senador no ano de 1974 pelo MDB e ocupou o cargo após o falecimento de Danton Jobim em 1978.	

Um dos elementos característicos da cultura política destas famílias é o patrimonialismo. Como vimos anteriormente, ambas as famílias possuíam negócios no âmbito privado, sendo um dos mais rentáveis os empreendimentos bancários. Se Irineu Bornhausen era um dos diretores do Banco INCO, Aderbal Ramos da Silva na capital do Estado era diretor-presidente do Grupo Hoepcke, que comandava o comércio de varejo e uma sólida companhia de navegação com navios de cargas e passageiros, e da Casa Bancária Hoepcke.[33] Todavia, como podemos perceber neste depoimento de Jorge Konder Bornhausen, os limites entre o público e o privado foram usualmente transpassados por tais famílias, sendo que o próprio afirma:

> cada gerente de agência do Banco INCO era o líder local da UDN. Considerando-se a

[33] Aderbal Ramos da Silva também foi um dos fundadores do *NossoBanco*, um banco fundado na década de 1950 para unir os negócios entre o Estado de Santa Catarina e Paraná.

> capilaridade do sistema – chegaram a ser 135 agências espalhadas pelo Estado, quando Santa Catarina tinha 197 municípios – pode-se avaliar a qualidade, confiabilidade e atualidade dos contatos firmes que meu pai matinha com seus velhos aliados políticos.[34]

Por meio de um levantamento realizado por Yan Carreirão e que pode ser conferido no quadro abaixo, torna-se possível observar como ambas as famílias utilizaram-se de seus bancos para *salvaguardar* depósitos do tesouro estadual, fazendo com que o *Banco INCO* e a *Casa Bancária Hoepcke* funcionassem em grande medida como administradores de parte das contas públicas do Estado de Santa Catarina. Indo ao encontro de Carreirão, devemos perceber a relação direta entre os picos de maior quantia de saldo circulando em cada banco com as gestões de seus respectivos donos. A *Casa Bancária Hoepcke* registrou um pico de 19,3% do tesouro do Estado circulando sob sua tutela no ano de 1950, o que corresponde à gestão de Aderbal Ramos da Silva como governador (1947-1951), sendo que o altíssimo pico de 69,0% do Tesouro do Estado circulando pelo *Banco INCO* está relacionado à gestão de Irineu Bornhausen (1951-1956).

Quadro 4 – Proporção do Saldo do Tesouro do Estado depositado em Instituições Bancárias

	Banco INCO	Casa Bancária Hoepcke	Outros*
1945	1,3	-	98,7
1946	3,3	-	96,7
1947	0,7	-	99,3
1948	1,5	-	98,5
1949	4,3	4,3	91,6

[34] GUTEMBERG, Luiz. **Jorge Bornhausen**: uma biografia. Florianópolis: Dédalo, 2002. p.44.

1950	2,1	19,3	78,6
1951	15,4	9,4	75,2
1952	58,0	6,5	35,5
1953	61,2	-	18,8
1954	57,2	-	42,8
1955	69,0	-	30,2
Fonte: Diário Oficial nº 3061; 3307; 3541; 3780; 4028; 4270; 4493; 4732; 4973; 5208; 5445 APUD CARREIRÃO, op.cit., 1988. p.57.			

* Inclui Tesouraria

Outro aspecto marcante desta cultura política é a da passagem do poder político ou econômico para o patriarca da próxima geração, bem como a continuidade dos vínculos entre as famílias. Para fins de constatação empírica, tomemos alguns exemplos da relação de longos anos entre as famílias Konder-Bornhausen e Hering, fundadores da Cia. Hering em Blumenau. De acordo com Maria Luiza Renaux Hering, os fundadores da Cia. Hering, os irmãos Hering (Hermann e Bruno), também foram os organizadores da primeira associação dos eleitores do Partido Republicano Catarinense (PRC) em Blumenau e possuíam grande vínculo de amizade com os irmãos Marcos, Victor e Adolfo Konder, nomes que no final do século XIX e início do XX vinham trilhando o seu caminho para tornarem-se as principais referências do partido em nível Estadual na década de 1920.[35] Ao passarmos de geração, podemos encontrar a permanência desta relação entre famílias no livro do centenário de Blumenau de 1950, onde Antônio Carlos Konder Reis, sobrinho dos irmãos Konder, teceu um texto em homenagem ao filho de Hermann Hering, Curt Hering, também presidente da empresa, membro do PRC

[35] Os Hering teriam desenvolvendo assim um estilo político personalista e paternalista entre empresários e colonos, legitimando-se enquanto representantes de grande número de votos, tal como os que melhor podiam representar os trabalhadores. Cf: HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí:** o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: Ed. da FURB, 1987. p.177.

e ex-prefeito da cidade, propondo elogiosamente que "embora não fosse político no sentido comum da palavra, (…) [Curt] compreendeu que as classes conservadoras deviam tomar parte na administração para o bem da comuna, e assim foi impelido a ingressar na vida pública".[36] Por fim, na biografia póstuma de Ingo Hering, filho de Curt, diretor-presidente da Cia. Hering e membro da UDN, da ARENA e do PDS, temos relatos de que, após completar os seus estudos na Alemanha em 1927, Ingo passou a residir na casa de Victor Konder para aperfeiçoar o seu português, pois os Konder eram alemães sem sotaque.[37] Na mesma biografia, possuímos um texto de Jorge Konder Bornhausen dedicado à memória de Ingo Hering.[38]

Embora tenhamos apresentado dados de diferentes épocas, sendo que não necessariamente eles possuem uma relação direta entre si, acreditamos que estes diversos exemplos da grande proximidade entre as famílias Konder-Bornhausen e Hering ao longo de três gerações nos oferecem importantes pistas para pensarmos a relação entre estes políticos e o empresariado local, bem como o papel central que os partidos políticos desempenharam na formação e consolidação desta cultura política. Além de servirem enquanto instrumentos destas elites para a defesa dos seus interesses de classe, também auxiliaram na consolidação das redes de sociabilidades destes indivíduos, nas quais circulavam ideais políticas conservadoras.

As representações que os membros destas famílias produziram de si enquanto uma *família de políticos*, ou que são *predestinados à função pública* e até mesmo o fato destes se apresentarem como *representantes do povo catarinense*, são símbolos não só de um *elitismo*, mas visam reforçar e legitimar

---

[36] **Livro comemorativo do Centenário de Blumenau**: 1850 - 2 de setembro - 1950. p. 390-392.

[37] ARANTES, Marco Antônio. **Conversa com Ingo Hering, hoje**. Tubarão: COAN, 2008. p.80.

[38] Idem, Ibidem. p.122-124

a concentração do poder familiar enquanto uma herança natural e orgânica do passado que é transmitida pelas gerações e está diretamente atrelada ao seu território de domínio. Em um pronunciamento realizado por Antônio Carlos Konder Reis na Câmara de Vereadores de Itajaí, em homenagem aos 100 anos do nascimento de Adolfo Konder em 1984, o discursista corrobora todos estes aspectos acima citados. Konder Reis relata que em meados da década de 1920, o Presidente Arthur Bernardes precisava do apoio dos Senadores catarinenses para aprovar uma reforma constitucional e, para tal, estava inclinado a apoiar um destes nomes para a reeleição no Senado. Entretanto, nem todos os políticos catarinenses estavam de acordo com este apoio, e o deputado Edmundo da Luz Pinto, em discurso na Assembleia Legislativa proferiu o seguinte:

> Presidente, o seu atlas político de Santa Catarina está incompleto. Nele faltam três novos continentes: Marcos, Adolfo e Victor Konder. Vossa Excelência, para navegar na política catarinense na busca de um porto seguro para a sucessão de Pereira e Oliveira, se ignorar nossa nova geografia catarinense, certamente naufragará.[39]

Em outro momento, Konder Reis narrou um período em que Adolfo Konder encontrava-se doente e exilado no Rio de Janeiro devido à política de nacionalização do Estado Novo que atacava diretamente os descendentes de alemães, afastando-o do cenário político. Residindo no "Rio de Janeiro, no seu pequeno escritório", Konder "recebia todos os catarinenses e sonhava com a volta à política". Mesmo tendo inúmeras oportunidades de ingressar na vida particular e abrir uma empresa ou um escritório de advocacia, pois "o seu nome

---

[39] REIS, Antônio Carlos Konder,. **Adolpho Konder:** improviso proferido na sessão solene da Câmara Municipal de Itajaí, em 16/2/84, centenário de nascimento de Adolpho Konder. Florianópolis: SECOM, 1984. p.28-29.

valia muito", resolveu manter-se isolado. "Foi empobrecendo do ponto de vista material e foi-se enriquecendo do ponto de vista moral". Pois, nada o interessava, senão "a vida catarinense, a atividade política, ser candidato, buscar votos, falar ao povo, promover a solução dos problemas coletivos".[40] Tais passagens visam destacar a concentração de poder em um seleto grupo familiar e a suposta *predestinação* destes indivíduos à política enquanto representantes dos catarinenses, sendo necessário aos '*estrangeiros*' ao Estado, conhecer a *geografia do poder local* de Santa Catarina antes de navegar por entre a mesma com *segurança*, pois aqueles que a desconhecerem correm o risco de cometer deslizes e *afundar*.

Desta forma, o poder da tradição familiar é apresentado em diversos momentos na carreira destes políticos, sendo comuns especialmente em suas biografias. Na de Paulo Konder Bornhausen podemos encontrar o próprio referindo-se a respeito do momento em que sentiu "o chamado da irresistível vocação política" dos seus *ancestrais*, completando que "o sangue dos Konder e o de Irineu Bornhausen exerceu verdadeiro fascínio pelo desejo de participar do processo democrático".[41] Para além de um capítulo intitulado *O despertar de uma vocação,* na biografia de Aderbal Ramos da Silva, temos uma passagem que também reforça essa perspectiva da predestinação a política e do poder familiar ao afirmar que "o sangue da política corria fértil nas veias da família de Aderbal, tanto do lado paterno quanto do lado materno".[42]

O vínculo entre famílias políticas e regionalismo reforça o clientelismo como uma das mais notórias práticas para reprodução social do poder deste círculos sociais ao longo

---

[40] Idem, Ibidem. p.28-29.

[41] BORNHAUSEN, Paulo Konder. **Retrato político de uma época** (1947-1960). Florianópolis: Insular, 1999. p.15.

[42] TANCREDO, Luiz Henrique. **Doutor Deba:** poder e generosidade. Florianópolis: Insular, 1998. p.26

do tempo. Segundo José Murilo de Carvalho, "qualquer noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual".[43] Em seu artigo, *Coronelismo, mandonismo e clientelismo: um debate conceitual*, Carvalho realiza importantes distinções entre os conceitos para que eles não se confundam. Partindo de suas definições, podemos observar que ao longo da história política de Santa Catarina tivemos também práticas *coronelistas* e *mandonistas*, embora seja possível interpretar que o clientelismo tenha persistido enquanto prática social de relação entre as elites e o povo catarinense durante período considerável de tempo para, assim, ser parte constituinte de uma cultura política. Justificamos este nosso apontamento a partir da própria definição de clientelismo segundo Carvalho:

> De modo geral, [clientelismo] indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. (...) Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo. De algum modo, como o mandonismo, o clientelismo perpassa toda a história política do país. Sua trajetória, no entanto, é diferente da do primeiro. Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo. Os autores que vêem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela

[43] CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: Joachim König; Marianne Wiesebron. (Org.). **Nation-building in nineteenth-century Latin America.** 1ed. Leiden: Research School CNWS, 1998. p.9.

> se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo.[44]

Realizando estes breves apontamentos a respeito de alguns elementos da cultura política destas famílias, podemos perceber que certas práticas e representações destes grupos há muito tempo acompanham a sua atuação política no Estado. Todavia pode-se questionar: com o golpe de 1964 e uma nova realidade política autoritária no país, com o fechamento dos partidos políticos fundados no pós-1945 com o AI-2 e a fundação da ARENA, como estes grupos responderam a tais mudanças? Como permaneceriam as suas relações com o empresariado local? Suas representações como *fidedignos representantes políticos dos catarinenses* e *pré-destinados à política*? E suas práticas clientelísticas visando sustentar a permanência do seu poder local? Doravante, tentaremos discutir como as ações destes poderosos grupos políticos e econômicos influenciaram e foram influenciadas pela nova realidade do país, ao aparecerem como elementos de importância fundamental da sociedade civil para a constituição e legitimação do regime ditatorial em Santa Catarina.

1.2 – Oligarquias e o consórcio-autoritário: rupturas ou permanências?

Com a implementação do Estado ditatorial por meio do golpe 1964 e a centralização das atividades e decisões políticas do país, as elites locais de Santa Catarina não ficaram de fora do alcance das novas políticas públicas. Assim, entre militares e tecnoburocratas oriundos do Governo Federal, políticos tradicionais e o empresariado local, criou-se o que Reinaldo

---

[44] Idem, ibidem. p. 3-5

Lindolfo Lohn denomina de *consórcio autoritário*. Para o autor, estes representantes de distintos setores sociais "atuando em esferas públicas e em negócios privados, estiveram no cerne de um bem montado sistema de influências, rentabilidade econômica e controle eleitoral, que seria mantido e ampliado ao longo da ditadura".[45] Partindo deste apontamento e buscando analisar a atuação destes políticos oriundos das famílias Ramos e Konder-Bornhausen neste *consórcio* criado no período ditatorial, é possível constatar que mesmo com drásticas mudanças na realidade política brasileira a nível nacional e local, as oligarquias locais conseguiram permanecer atuando politicamente e mesmo tendo que se adaptar a nova organização social, mantendo aspectos fundamentais de sua cultura política apresentadas de forma prévia, bem como a legitimidade do seu poder.

A respeito do período referente ao golpe e ao apoio dos membros das famílias Ramos e Konder-Bornhausen, podemos encontrar interessantes narrativas deste processo histórico nos livros de memórias e biografias dos membros destas famílias, sendo que as consideramos significativas para serem analisadas enquanto leituras normativas do passado que fazem parte de sua cultura política. Durante este período, destacou-se pelo lado dos Konder-Bornhausen a participação ativa de Irineu Bornhausen na conspiração golpista, atuando em dois âmbitos: enquanto Senador pela UDN formando frontal oposição ao governo João Goulart no Congresso Nacional e financiando o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) por meio da *DELTEC S.A. – Investimentos, crédito e financiamento*, companhia de crédito com ações em São Paulo, da qual este era

---

[45] LOHN, Reinaldo Lindolfo. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER, Ana Alice; LOHN, Reinaldo Lindolfo (orgs.). **Histórias na Ditadura**: Santa Catarina (1964 1985). Florianópolis: Ed. UFSC, 2014. p.19.

diretor.[46] Em sua biografia, propõe-se que, para Irineu, os projetos de João Goulart eram "meios para implantar no País uma República Populista, apoiada nas estruturas do sindicalismo de há muito funcionando em estreita ligação com o aparelho estatal.".[47] Seu filho, Paulo Konder Bornhausen, por sua vez afirmou que "não foi fácil para os grandes líderes civilistas democratas recorrerem à solução revolucionária".[48] Ainda segundo este:

> o caminho escolhido contrariava as consciências liberais, era perigoso e indesejável, mas concluíram todos que seria o único que restava para evitar que João Goulart, dominado àquela altura inteiramente pelo cunhado, Leonel Brizola, transformasse o Brasil numa república sindicalista, levando-o ao desastre, à anarquia, e à ditadura de esquerda.[49]

A ideológica relação criada entre um '*único caminho*' a ser escolhido para evitar um suposto golpe por parte de João Goulart e Leonel Brizola e a formação de uma '*república sindicalista*' por parte destes, para além de um recurso retórico visando legitimar o apoio destes indivíduos ao autoritarismo, tornam-se exemplares para reforçarmos: a) a temeridade deste grupo com os novos agentes sociais da política brasileira nos anos 1950 e 1960, colocando como pauta uma democracia com

---

[46] Relatos mais pormenorizados da atuação de Irineu Bornhausen e seu filho Paulo Konder Bornhausen na desestabilização do governo de João Goulart podem ser encontradas em: BORNHAUSEN, Paulo Konder. **Retrato político de uma época II:** 1960-1982. Florianópolis: Insular, 2000. A *DELTEC S.A. – Investimentos, crédito e financiamento* é citada por René Armand Dreifuss enquanto um dos diversos financiadores do grupo IPES em São Paulo Cf: DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981. p.509.

[47] KONDER, Victor Marcio. **Irineu Bornhausen**: trajetória de um homem público exemplar. Brasília, DF: Senado Federal, 1997. p.165

[48] BORNHAUSEN, op.cit., 2000, p.

[49] Idem, ibidem.

maior participação popular; b) uma histórica rixa entre a família Konder-Bornhausen com o trabalhismo brasileiro, a qual estes personificaram na figura de Getúlio Vargas e seus '*discípulos'* João Goulart e Leonel Brizola. Na biografia de Antônio Carlos Konder Reis, também membro desta oligarquia afirma-se que a UDN "em Santa Catarina representava o anti-varguismo".[50] Ou mesmo na biografia de Ingo Hering, empresário intimamente ligado à família Konder-Bornhausen e membro da ARENA, afirma-se que em 1964, Hering "tinha a certeza de que João Goulart, em quem ele via uma cria de Vargas, estava a ponto de implantar o comunismo no Brasil".[51] Todavia, a narrativa de Jorge Konder Bornhausen a respeito da deposição de Goulart apresenta-se enquanto a mais repleta de elementos para serem analisados. Em suas palavras:

> Não lamentei a deposição do Presidente João Goulart, que representava a continuidade de Getúlio. Na nossa família, tanto os Konder como os Bornhausen, éramos antigetulistas históricos. Desde a Revolução de 30, que impediu a posse do meu pai, que havia sido eleito prefeito de Itajaí. Sem esquecer que meu tio Victor Konder era Ministro da Viação do Governo de Washington Luís, derrubado pela Revolução de 30. Jango era a continuidade de Getúlio, seu herdeiro legítimo.[52]

Em sua fala podemos perceber que o golpe de 1964 é interpretado como uma espécie de *revanche* por parte dos Konder-Bornhausen em relação a figura de Vargas, ou mesmo contra uma suposta *herança varguista* percebida em João Goulart — visto como *a continuidade de Getúlio* ou *seu*

---

[50] MEIRINHO, Jali. "Santa Catarina: política e administração (1945-1994)". In: KONDER, Victor Marcio (org.). **Antônio Carlos Konder Reis***:* 50 anos de vida pública. Itajai: Oficina da Palavra de Itajaí, 1997. p.23-26.
[51] ARANTES, op.cit., 2008, p.94
[52] GUTEMBERG, op.cit., p.74

herdeiro legítimo. Tal perspectiva é referida por Bornhausen como uma represália às perdas sofridas pela sua família durante os anos de 1930-1945. Curiosamente, até mesmo do lado da família Ramos, que apoiou o movimento de 1930 e o Estado Novo, sendo Aristiliano Ramos e Nereu Ramos interventores federais do período varguista no Estado, podemos encontrar na biografia de Celso Ramos uma leitura que relaciona o golpe de 1964 com a derrota de ideais *varguistas*. Em sua biografia registra-se que, "no Brasil, o perigo para os militares estava em Leonel Brizola, *no paradigma varguista de pressionar Jango para obter o seu Estado Novo*, com sinais trocados de uma república sindicalista".[53]

Para além deste *anti-varguismo*, outro elemento que é recorrente na retórica dos membros destas famílias na legitimação do seu apoio ao golpe foi o anticomunismo. O mesmo Celso Ramos, então governador do Estado e principal líder do PSD no período do golpe, publicou matéria paga no jornal *O Estado* no dia 2 de abril de 1964, fazendo confissão de fé anticomunista e a favor da intervenção militar, afirmando que "o Estado que me confiou, em processo democrático, as responsabilidades de seu governador, não ignora a posição ideológica em que sempre me mantive, relativamente ao comunismo: repulsa intransigente e formal".[54] Ivo Silveira, também membro do PSD, Presidente da Assembleia e político diretamente ligado à família Ramos, seguiu o mesmo caminho publicando Nota Oficial na imprensa no dia 10 de abril, reforçando o combate ao comunismo e defendendo os ideais da tradição liberal ao colocar que "a pátria necessita de reforma na sua estrutura socioeconômica, mas as reformas devem ser

---

[53] LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Celso Ramos**: um perfil politico. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1997. p.82.

[54] RAMOS, Celso. Ao povo catarinense. **O Estado**. Florianópolis, 2/4/1964. APUD LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e politicos de Santa Catarina.** Florianópolis, SC: Ed. da UFSC: Lunardelli, 1983. p.320-321.

obtidas pelos meios pacíficos e legais que são exigência de nossa natureza liberal".[55]

O processo de formação da ARENA nos últimos meses de 1965 também não engendrou rupturas na cultura política destas oligarquias, nem diminuiu o seu poder político ou econômico. Ao analisarmos a carta de fundação do Diretório Regional, datada de 8 de março de 1966, podemos perceber alguns elementos importantes para serem refletidos. Em primeiro lugar destaca-se a permanência dos membros destas oligarquias como as principais lideranças estaduais da ARENA, sendo eleitos Irineu Bornhausen e Celso Ramos enquanto representantes do Estado na Comissão do Diretório Nacional do partido.[56]

Em segundo lugar, podemos perceber, na documentação que consta do acervo do Diretório Nacional da ARENA no CPDOC/FGV, que no processo de fundação dos Diretórios Estaduais e Municipais as lideranças locais possuíram uma parcela de autonomia para organizarem os mesmos. Assim, o que se pode observar ao compararmos a carta de fundação da ARENA catarinense com a de outros estados foi uma preocupação em especial com uma distribuição equitativa de membros das antigas legendas em postos no novo partido. Lê-se na carta que na formação do Diretório Regional optou-se para a Diretoria do mesmo por um presidente *neutro*, acompanhado de 8 membros (4 ex-UDN e 4 ex-PSD), bem como na base do partido uma "participação em igual número de representantes da ex-UDN e do ex-PSD".[57] Assim, de acordo com os dados apresentados, os parlamentares do partido eram oriundos das seguintes legendas: 27 ex-membros da UDN, 27 ex-membros do PSD, 3 ex-membros do PRP e 3 ex-membros do PDC, sendo os demais integrantes do partido não-

---

[55] **O Estado.** Florianópolis, 10/4/1964. APUD Idem, Ibidem. p. 322.
[56] 08/03/1966. ARENA 1965.02.09 op/co
[57] Idem, Ibidem

parlamentares.[58] Na formação das presidências dos Diretórios Municipais consta que "partindo-se do princípio de que a Presidência caberia a um representante, da ex-UDN quando o Prefeito fosse do ex-PSD e vice-versa".[59]

No mesmo documento, ainda podemos encontrar apontamentos de condutas a serem seguidas pelos membros do partido, como a recomendação de que nas eleições de 1966 para Senador o candidato deveria ser um membro da ex-UDN, sendo o seu suplente um ex-PSD — o que, como veremos adiante, não ocorreu — e "caso impossível esta fórmula, passaria a ser adotada solução idêntica à encontrada para a Presidência Regional da ARENA — nome neutro".[60] Para candidatos a deputado federal, estadual e em nível municipal, deveria se formar "chapa única, com igual número de candidatos do ex-PSD e da ex-UDN".[61] E, por último, e talvez a mais controversa norma, reivindicava "participação administrativa da ex-UDN no Governo Ivo Silveira, que corresponda à sua força eleitoral, patenteada na eleição de 1965".[62] O então governador Ivo Silveira fora eleito em 1965 como um representante do antigo PSD, tendo formado um Secretariado composto por políticos e técnicos próximos da antiga legenda. A reforma administrativa que visava inserir membros da antiga UDN nas Secretarias, embora não fosse do agrado do governador, foi realizada.[63]

---

[58] Idem, Ibidem
[59] Idem, Ibidem
[60] Idem, Ibidem.
[61] Idem, ibidem.
[62] Idem, Ibidem.
[63] Em seu livro de memória Ivo Silveira relata as alterações administrativas da seguinte maneira: "Na reforma, o professor Norberto Ungaretti foi para a Secretaria da Justiça, o João Paulo Rodrigues para a Secretaria do Trabalho, o engenheiro Adair Marcola foi para a Secretária de Obras Públicas, o Antônio Henrique Bulcão Vianna para sub-chefe da Casa Civil do Palácio do Governo, o Cyro Gevaerd para diretor do BESC, o Hélio Guerreiro para diretor do Irasc, o Eduardo Canziani para a diretoria da Caixa Econômica,

Um evento marcante do período de fundação da ARENA e que reforçou o poder que os membros do partido possuíam em nível local, legitimados não só pelo sua autoridade na região, mas também por suas estreitas conexões com o Governo Federal a partir da implementação do regime ditatorial, foi a da indicação de Jorge Konder Bornhausen para substituir o então cassado Francisco Dall'Igna (PTB-SC) no cargo de vice-governador em 1966. Durante a campanha de 1965, os membros da UDN espalharam um boato de que o candidato a vice-governador de Ivo Silveira, o deputado estadual Francisco Dall'Igna seria comunista, e que Silveira poderia trilhar o mesmo caminho. Os candidatos inclusive iniciaram uma campanha de desmistificação desta imagem perante a população ao buscar apoio nos setores eclesiásticos do estado durante o período eleitoral. Todavia, no ano de 1966, Francisco Dall'Igna teve o seu mandato de vice-governador cassado pelo regime.[64] A partir deste momento um debate interno tomou conta da ARENA catarinense para se decidir quem seria o novo vice-governador.

De forma concomitante, ocorriam os preparativos para a campanha eleitoral de 1966, na qual, como vimos previamente na carta de fundação do partido, a ARENA lançaria um

---

todos representando a antiga UDN".Cf: PEREIRA, Moacir. **Ivo Silveira**: um depoimento. Florianópolis, Insular, 1998. p.58

[64] De acordo com Ivo Silveira, "depois que o deputado Francisco Dall'Igna foi escolhido candidato a vice-governador, os adversários espalharam que ele era comunista. E naquela época falar de comunismo era proibido. A campanha girava em torno dessa acusação: que eu estava acompanhado de um comunista e que concordava com suas ideias. Precisava de um antidoto. Obtive manifestações de vários bispos de Santa Catarina. Há, inclusive, uma carta muito bonita do monsenhor Agenor Marques, vigário de Urussanga. Assinaram, também, os bispos Dom Wilson Schmidt (Chapecó), Dom Daniel Hostins (Lages), monsenhor Sebastião Scarzelli (Joinville, que não era Bispado ainda). Isso funcionou e muito. A igreja tinha muita autoridade no eleitorado. No nosso tempo você chegava ao município, visitava primeiro o presidente do PSD, e depois visitava o vigário". Idem, Ibidem. p.42-43

membro da UDN como candidato ao Senado, sendo o nome cogitado até então o de Irineu Bornhausen para uma possível reeleição ao cargo. Entretanto, uma grande articulação é realizada, na qual, os membros da antiga UDN cederiam a sua candidatura já prevista ao Senado para o ex-governador Celso Ramos, desde que um membro da ex-UDN ficasse com o cargo de vice-governador, sendo indicado por Irineu o seu filho, Jorge Bornhausen. O grande empecilho é que Jorge Bornhausen possuía apenas 29 anos no momento, e a Constituição Estadual previa que idade mínima para a posse do cargo seria de 35 anos. Assim, por meio de uma grande negociação política, uma emenda constitucional é aprovada na Assembleia Legislativa reduzindo a maioridade necessária ao cargo de 35 para 25 anos, viabilizando a posse de Jorge Bornhausen.[65]

Todavia, devemos ressaltar que tal característica da ARENA catarinense não é uma peculiaridade meramente local. De acordo com Lucia Grinberg, a presença de políticos de carreira no partido foi comum tanto em nível estadual como no Diretório Nacional. Segundo dados levantados pela autora, boa parte dos políticos mais influentes da UDN e do PSD formaram a ARENA, sendo que entre estes

> quase todos eram políticos profissionais que, durante o período de 1946 e 1964, foram eleitos sucessivamente para diversos mandatos parlamentares ou executivos, sendo que alguns deles ingressaram na carreira política nos anos 1930, seja como parlamentares até 1937, seja ocupando cargos através de nomeações no Estado Novo. Entre os membros do Diretório Nacional da ARENA de 1966, há 2 ex-interventores, 3-ex-governadores de territórios nomeados pelo presidente da República, 9 ex-governadores eleitos pelo voto direto, 18 senadores e 38 deputados federais. O Diretório

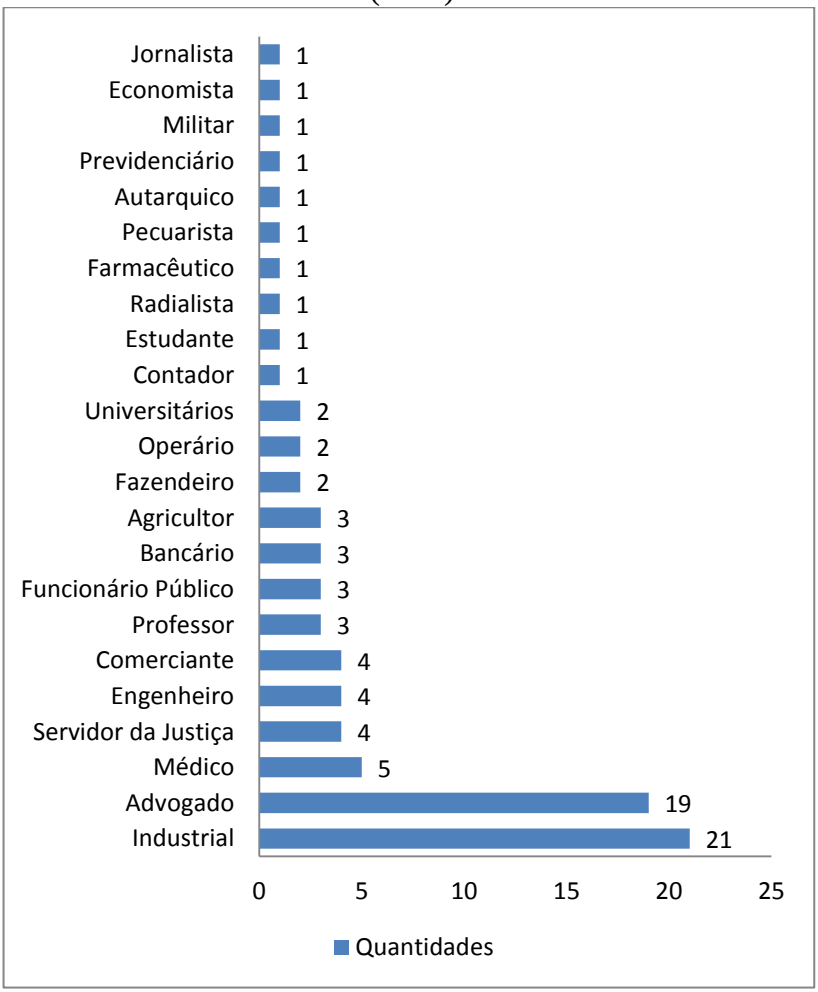
[65] PEREIRA, 1998, op.cit., p. 39-75

> Nacional foi formado por políticos com experiência e representação em seus estados, a maior parte eleita para diversos mandatos consecutivos entre 1946 e 1964 – tanto é que havia vários ex-governadores de estado, senadores, deputados federais e deputados estaduais.[66]

Retornando à carta de fundação do Diretório Regional em Santa Catarina, temos um dado muito interessante que merece ser analisado com sua devida atenção para tentarmos compreender de forma mais aprofundada quem eram estes indivíduos que passavam a constituir a ARENA catarinense. Junto com a carta de fundação, podemos encontrar uma listagem dos membros do Diretório Regional do partido, na qual é possível obter informações sobre as profissões dos membros da ARENA local, o que nos possibilita ter um panorama mais preciso da origem profissional destes, bem como podemos perceber no quadro abaixo.

[66] GRINBERG, op.cit., 2009, p.76.

Quadro 5 – Profissões declaradas por membros da ARENA-SC (1965)



Como podemos observar no quadro acima, a ARENA em Santa Catarina foi formada por um grande contingente de industriais e advogados, sendo que os indivíduos oriundos

destas profissões correspondiam a 47% dos membros do partido e entre estes temos as principais lideranças do mesmo. Inseridos nestas categorias profissionais estão importantes membros das famílias Ramos e Konder-Bornhausen, como Celso Ramos (industrial), Joaquim Ramos (advogado), Aderbal Ramos da Silva (registrado como advogado, mas diretor-presidente do Grupo Hoepcke), Irineu Bornhausen (industrial e banqueiro) e Jorge Konder Bornhausen (registrado como advogado, mas também possuía negócios no âmbito privado).[67] Outras importantes lideranças do partido no setor industrial também constam nesta listagem, como Ingo Wolfgang Hering (diretor-presidente da Cia. Hering) e Lenoir Vargas (advogado e Senador por dois mandatos pela ARENA).[68] Outro aspecto curioso a ser salientado é que atividades profissionais do partido parecem não refletir ou representar um Estado de Santa Catarina que, ao longo da década de 1960 tinha como sua principal atividade econômica a exportação da madeira e o contingente populacional rural girava em torno de 67,61%, todavia entre os arenistas podemos encontrar uma grande presença de profissionais típicos de centros urbanos — industriais (21), advogados (19), médicos (5), servidores da justiça (4), engenheiros (4) e comerciantes

---

[67] Embora ainda não estivessem registrados no partido neste período, outros nomes importantes destas famílias fizeram também parte da ARENA enquanto proeminentes lideranças do partido, como Antônio Carlos Konder Reis (formado em advocacia, mas também industrial) e Paulo Konder Bornhausen (formado em advocacia, mas também industrial).

[68] Embora ainda não estivessem filiados ao partido, a lista de industriais que fizeram parte da ARENA ainda seria muito ampla, constando: Bernard Wolfgang Werner (ex-diretor-presidente da Cia. Eletro Aço Altona e a partir de 1971 até 1986 presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina — FIESC), Carlos Curt Zadrozny (diretor-presidente da Cia. Artex), Nilson Bender (diretor-presidente da Fundação Tupy), os irmãos Jorge Buechler (diretor-presidente da Cia.Garcia) e Marcos Henrique Buechler (diretor-presidente da Eletro Aço Altona) Enquanto que no quadro dos bacharéis em Direito, temos ainda o nome do então governador Ivo Silveira (1966-1971).

(4) — e poucos pecuaristas (1), fazendeiros (2) e agricultores (3).[69]

A partir da leitura dos dados expostos, podemos perceber o caráter classista que marcou a ARENA catarinense, formada por eminentes membros da elite empresarial catarinense, cabendo ao partido um papel central nas ações do *consórcio autoritário*, tanto na esfera pública quanto em negócios privados. A participação das famílias Ramos e Konder-Bornhausen neste esquema de interesses será essencial, com especial destaque às posições estratégicas que membros destes grupos terão na relação com o Governo Federal no intuito de angariar crédito para o desenvolvimento do parque industrial catarinense e para a diversificação dos setores produtivos da economia local. Um exemplo disto foi a posição privilegiada de Paulo Konder Bornhausen enquanto Diretor da 3ª Região de Crédito Geral do Banco do Brasil, responsável pela concessão de crédito às regiões dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Podemos encontrar também nos livros de memórias de Paulo Konder Bornhausen e de Aderbal Ramos da Silva, relatos de jantares privados com Antônio Delfim Neto e Mario Henrique Simonsen, Ministros da Fazenda e do Planejamento durante o período ditatorial.[70]

Indícios desta relação próxima entre as oligarquias, a elite econômica local e o Governo Federal também podem ser percebidos na atuação de outro membro da família Konder-Bornhausen no Congresso Nacional, o então senador Antônio Carlos Konder Reis, que também foi relator da Constituição de

---

[69] De acordo com dados levantados pelo Instituto Brasileiro Geográfico (IBGE), tal quadro não seria tão drasticamente alterada na década de 1970, com a população rural do Estado de Santa Catarina permanecendo maior que a urbana, com uma taxa respectiva de 57,55 contra 42,45. Cf: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8. Acessado em: 9/6/2016

[70] Relatos de encontros e jantares com o Ministro podem ser vistos em: BORNHAUSEN, op.cit., 2000; TANCREDO, op.cit., 1998.

1967 e exerceu o cargo de governador do Estado entre os anos de 1975 à 1979. Ao analisarmos os seus discursos proferidos no Congresso Nacional durante a sua segunda legislatura, de 1971 a 1975, identificamos o seu entusiasmo com as políticas econômicas promovidas pelo Governo Federal, tendo como os dois principais focos da sua atuação no Congresso: a defesa das políticas econômicas do Governo Federal e a busca por recursos para a ampliação da infraestrutura do Estado de Santa Catarina com fito de beneficiar a indústria local.

Referente ao primeiro aspecto, temos um significativo exemplo da atuação de Konder Reis em defesa das políticas econômicas do regime em seu longo debate travado no ano de 1971 com o recém-eleito Senador Franco Montoro (MDB-SP). Em seu discurso de posse, Montoro proferiu duras críticas ao modelo de desenvolvimento nacional a partir do que considerou ser o tripé fundamental para um *verdadeiro desenvolvimento*: 1) desenvolvimento com democracia; 2) um desenvolvimento com independência, e 3) um desenvolvimento com justiça social. Tecendo contundentes afirmações como a de "que crescimento econômico não se confunde com desenvolvimento" e de que o Brasil seria um "país rico com um povo pobre", bem como de que "a democracia não é uma espécie de sobremesa, a ser servida depois do crescimento econômico", comportando "uma exigência ética de respeito à dignidade humana"[71], Montoro criticou a tendência do desenvolvimento econômico e tecnológico da gestão Médici em progredir apenas no âmbito das riquezas materiais sem levar em conta a participação da sociedade civil na elaboração dos planos de desenvolvimento[72], nem a autonomia da

---

[71] **Anais do Congresso Nacional**. v.2, nº1, 1971, p.137-147.

[72] Montoro também questionou se o desenvolvimento nacional deveria se dar "a exemplo dos Estados totalitários, em que desprezados os direitos, as liberdades e as iniciativas dos cidadãos, o Chefe onipotente cuida de tudo e de todos, conforme o famoso slogan massificador: *Não penses, porque o chefe pensará por ti*". Cf: Idem, Ibidem,

economia nacional[73], bem como de não realizar uma necessária distribuição de renda, sendo essa carência exemplificada em frágeis políticas de salário mínimo.[74] Considerando-se atacada, a bancada arenista tratou de elaborar uma resposta às críticas de Montoro, sendo o responsável para tal, Antônio Carlos Konder Reis.

Em um longo discurso de réplica, o autor buscou rebater as críticas do senador paulista apontando que, em relação ao continuo adiamento do retorno ao Estado democrático de direito, Konder Reis foi ao encontro da frase — então criticada por Montoro em seu discurso — do então deputado federal pela ARENA, Clovis Stenzel (ARENA-RS) de que *a democracia não deve vir antes de tudo, mas depois de tudo*. Para o senador catarinense, o objetivo da frase seria de

> alertar que o regime democrático não pode existir a despeito de tudo, isto é, alheio aos pressupostos do desenvolvimento económico, social, cultural e politico, da ordem e da segurança, da disciplina e da justiça social. Sob esse enfoque, ela não faz um juízo de valor, constata uma realidade, pois que o subdesenvolvimento, a ignorância, a luta de classes, a subversão, a desordem, a insegurança, a indisciplina e a injustiça não se afinam com o estado de direito nem garantem quaisquer liberdades. De outra parte, o Governo não

---

[73] Neste aspecto, Montoro indagou em seu discurso se os presentes aceitariam "caminhar para um desenvolvimento económico amplamente dominado por grupos estrangeiros, com a evasão exorbitante de recursos, o perecimento das empresas nacionais e a passagem de importantes centros de decisões para fora do Pais". Cf: **Anais do Congresso Nacional**. v.2, nº1, 1971, p.138.

[74] Para Montoro, "se tem insistido muito em planos de assistência, bolsas de estudo, auxílios e benefícios indiretos, com o esquecimento de um elemento fundamental, que é o salário. Tais benefícios têm sua importância, mas são, de certa forma secundários. O ponto básico de qualquer política social é a remuneração do trabalho". Cf: Idem, Ibidem, p.141.

> pretende negar seus compromissos internacionais, nem retirar o apoio do Brasil à Declaração Universal dos Direitos do Homem, a menos que alguém surpreendesse incompatibilidade entre ela e o combate à subversão e sua forma mais grave: o terrorismo. Esta, estou certo, não será nunca a colocação do nobre Senador Franco Montoro, a quem tanto admiro e respeito. O terrorismo não pode ser enfrentado sem firmeza e decisão.[75]

Neste mesmo discurso de resposta, Konder Reis relativizaria a presença de capital estrangeiro no país, propondo que

> um país em desenvolvimento, como o nosso, não pode ter uma atitude passional ante *o* capital estrangeiro. E esse *passionalismo* se caracteriza, justamente, pela tentativa de se classificar o capital. Não tem sentido a classificação do capital estrangeiro em benéfico ou maléfico; espoliador ou benfazejo; progressista ou reacionário. Capital, entendido como 'toda riqueza capaz de dar renda e que é empregada ou destinada a obter nova produção' ou, em sentido mais restrito, como 'fundo de dinheiro para uma empresa', não possui atributos éticos. Sua aplicação sim, é que pode e deve obedecer a princípios e normas conformes ao bem comum.[76]

E, por fim, quanto à crítica à fragilidade das políticas sociais de distribuição de renda no país, que na percepção de Montoro estaria privilegiando auxílios e benefícios indiretos (bolsas de estudos, planos de assistência, etc.) à população, porém servindo como escusa do governo para a não promoção de um substancial aumento do salario mínimo, Konder Reis

---

[75] **Anais do Congresso Nacional**. v.3, nº1, 1971, p.109-110.
[76] Idem, Ibidem, p.105.

apresentou dados e normas legais que estariam indicando que o aumento salarial teria sido proporcional aos índices da inflação e que a presença dos auxílios indiretos seria essencial para que a população fosse *estimulada* e *instruída* a realizar os *melhores* investimentos com tais benefícios. Assim, afirmou Konder Reis que:

> nossa gente é boa e amável, mas precisa daqueles estímulos para bem cuidar de sua saúde, para comer bem, para saber morar, para melhor instruir os filhos! E do que mais se ressente é do conhecimento das regras mais simples de economia pessoal e familiar. Para esses nossos irmãos, a participação cada vez maior na riqueza nacional tem que vir através de uma instrumentação legal que acione tais estímulos.[77]

Todavia, o tema mais recorrente da atuação parlamentar de Konder Reis durante a legislatura de 1971 a 1975 é a da busca por investimentos do Governo Federal para o Estado de Santa Catarina. Realizando uma análise da grande quantidade dos seus discursos voltados para tal temática, podemos perceber que sua atuação política esteve voltada para a busca de recursos para o financiamento da infraestrutura dos setores da indústria e do transporte, em especial nas regiões do Vale do Itajaí, tradicional núcleo eleitoral de sua família.[78] Assim,

---

[77] Idem, Ibidem, p.104.

[78] Muitos discursos foram realizados com tais intuitos, sendo alguns dos que mais se destacaram: 6ª Sessão da 1ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, em 12 de abril de 1971 - *De júbilo, pelo início da dragagem do Porto de Itajaí*; 12ª Sessão da 1ª Sessão Legislativa da 7.a Legislatura, em 19 de Abril de 1971 *Congratulando-se com o Governo Federal pelo muito que vem realizando no setor dos transportes em Santa Catarina;* 104ª Sessão da 1ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, em 16 de agosto de 1971 - *Reivindicando para Santa Catarina uma Refinaria de Petróleo*; 112ª Sessão da 1ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, em 26 de agosto de 1971 – *Ressaltando o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina no que se*

Konder Reis tornou-se um expoente das pautas da elite industrial da região no Congresso Nacional, inclusive levando propostas elaboradas por membros desta para a questão do transporte ferroviário. Em discurso realizado no dia 7 de março de 1974, Konder Reis trouxe para o Congresso a contribuição de Ingo Hering, industrial e membro da ARENA, que propôs um traçado para o trajeto da ligação ferroviária entre Itajaí-Blumenau-Ponte Alta-(EF-116)-Vale do Rio do Peixe, a qual estaria nos planos do governo para substituir, em parte, a antiga Estrada de Ferro Santa Catarina, ligando assim os setores produtivos do Oeste do Estado com o do Leste.[79]

As ações políticas destas famílias também se expressaram no controle de veículos de comunicação antes e durante a ditadura. Ambas já possuíam seus canais de comunicação no rádio e na imprensa no período anterior ao de 1964, sendo que, de acordo com Benhur de Marco, "da mesma forma que dividiam o poder no Estado, os dois grupos políticos repartiam o controle da comunicação de massa".[80] Segundo

---

refere às vias de transporte; 57ª Sessão da 2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura em 20 de junho de 1972; *Apelando, no sentido de serem adotadas as medidas necessárias, a fim de que o Porto de Itajaí seja um porto exportador de carnes*; 79ª Sessão da 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura em 27 de junho de 1973; *Analisando a situação energética do Estado de Santa Catarina, tendo em vista as providências adotadas pelo Ministro das Minas e Energia naquele setor por ocasião de sua recente visita àquele estado. Importância de hidrelétrica de Itaipu para o desenvolvimento industrial catarinense*; 106ª Sessão da 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura em 24 de agosto de 1973 – *A extração de madeira em Santa Catarina*; 121ª Sessão da 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura em 12 de setembro de 1973 – *Situação do sistema rodoviário de Santa Catarina.* Para uma análise da legislatura de Konder Cf: **Anais do Congresso Nacional**. v.1, nº1, 1971 até **Anais do Congresso Nacional**. v.1, nº1, 1975.

[79] **Anais do Congresso Nacional**. v.1, nº1, 1974, p.106-108.

[80] MARCO, Benhur de. **O controle da mídia: elites e radiofusão em Santa Catarina**. Florianópolis, 1991, Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. p.55.

levantamentos realizados pelo autor, durante os anos 1945 e 1964, os Ramos controlavam ou possuíam participação societária em 5 emissoras de rádio, ao mesmo tempo em que exerciam influência nas 9 emissoras controladas por seus correligionários do PSD.[81] Pelo lado dos Konder-Bornhausen as estatísticas são as mesmas, pois estes comandavam ou eram sócios diretamente de 5 emissoras de rádio, sendo que exerciam influência nas demais 9 emissoras comandadas por membros da UDN.[82] Devemos destacar que as emissoras de maior destaque e popularidade em Santa Catarina neste período estavam sediadas na capital, Florianópolis, sendo elas a *Rádio Guarujá*, sob o comando dos Ramos e a *Rádio Diário da Manhã*, sob a conduta dos Konder-Bornhausen.

---

[81] Os Ramos comandavam ou eram sócios das emissoras: *Rádio Guarujá* (Florianópolis), *Rádio Difusora* (Laguna), *Rádio Sociedade Cruz de Malta* (Orleans), *Rádio Clube* (Lages) e *Rádio Araucária* (Lages). E vinculados a outros membros do PSD estavam as emissoras: *Rádio Araguaia* (Brusque – Raul Schaefer), *Rádio Sociedade Oeste Catarinense* (Chapecó – Serafim Bertaso e Protógenes Vieira), *Rádio Rural* (Concórdia – Attílio Fontana), *Rádio Cultura* (Campos Novos – Attílio Fontana), *Rádio Cultura de Joinville* (Joinville – José Gonçalves), *Rádio Clube de Itajaí* (Itajaí – Roberto Grossenbacher), *Sociedade Radiodifusora do Vale do Itajaí* (Blumenau – Roberto Grossenbacher), *Rádio Cultura de Xaxim* (Xaxim – Egydio Lunardi), *Rádio Difusora de São Joaquim* (São Joaquim – Adolfo José Martins). Idem, Ibidem, p.59.

[82] Os Konder Bornhausen eram proprietários ou possuíam sociedade nas seguintes emissoras: *Rádio Diário da Manhã* (Florianópolis), *Rádio Sociedade Catarinense* (Joaçaba), *Rádio Canoinhas* (Canoinhas), *Rádio Canoinhas* (Florianópolis) e *Rádio Difusora* (Itajaí). E ligadas a políticos udenistas estavam: *Rádio Colon* (De Joinville sob a posse de João Herbert Colin), *Rádio Difusora de Imbituba* (Imbituba - Álvaro Luiz Bocayuva Catão), *Rádio Araranguá* (Araranguá - Diomício Freitas e Afonso Guizzo), *Sociedade Radiodifusora Eldorado* (Criciúma - Heriberto Hulse e seu filho Ruy Hulse), *Rádio Difusora de São Francisco do Sul* (São Francisco do Sul – Francisco Mascarenhas), *Rádio Canoinhas* (Tubarão – Aroldo Carneiro de Carvalho) , *Rádio Princesa do Oeste* (Xanxerê - Aroldo Carneiro de Carvalho), *Rádio Princesa* (Lages – Laerte Ramos Vieira), *Rádio Videira* (Videira – Ricarte Freitas). Cf: Idem, ibidem, p.60-61.

A partir de 1964 a concentração dos periódicos locais também permaneceu sob o controle e influência das famílias, mas sob outras características e dinâmicas. O jornal *O Estado*, publicado em Florianópolis e de posse do arenista Aderbal Ramos da Silva, despontava como o periódico de maior circulação em Santa Catarina, todavia no ano de 1971 este passaria a sofrer a concorrência do moderno *Jornal de Santa Catarina* na cidade de Blumenau. Fundado como um dos grandes empreendimentos da *Rede Coligadas* de Blumenau, uma sociedade anônima de telecomunicação, constituída por empresários ligados à família Konder-Bornhausen e à ARENA, o periódico foi criado por meio de grandes investimentos em novas tecnologias de impressão e uma ampla rede de distribuição do mesmo por todo o Estado.[83] É importante frisar que a *Rede Coligadas* recebeu no ano de 1967 a outorga oficial de sinal de televisão, tornando-se a primeira emissora de TV catarinense a operar com regularidade no final do mesmo ano.[84] Assim, durante o período ditatorial, tivemos uma permanência na concentração dos meios de comunicação por parte desta elite política formada por estas famílias e por membros da ARENA. Durante os anos de 1975 e 1979, por exemplo, Santa Catarina teve 22 concessões de emissoras de rádio e cinco de televisão, sendo que estas foram distribuídas entre 20 contemplados, os quais estavam todos filiados ao partido.[85]

---

[83] Para uma análise da rede de relações constituída pelo periódico, a elite empresarial do Vale do Itajaí, membros da ARENA e a família Konder Bornhausen Cf: DUWE, Ricardo. **O partido da ARENA na imprensa catarinense**: poder e cultura política no Jornal de Santa Catarina (1974-1979). Florianópolis, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso — Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

[84] PEREIRA, Moacir. **Imprensa & Poder**. Florianópolis, Insular, 1992. p.94-95.

[85] Idem, Ibidem.

O que buscamos apresentar por meio da análise destas fontes e dados, para além de destacar a relação privilegiada que os membros das famílias Ramos e Konder-Bornhausen possuíram com o Estado chefiado por militares pós-1964, é compreender como, a partir de novas dinâmicas sociais e políticas, os membros destas famílias conseguiram manter o seu domínio local, tanto sob a égide do seu poder tradicional e local como o de seu poder racional e econômico. Com a manutenção de espaços como o Congresso e os partidos políticos durante o período ditatorial, estas conservadoras lideranças civis e militares puderam tecer uma poderosa aliança. Assim, se ao mesmo tempo as grandes decisões foram centralizadas no Governo Federal, o próprio poder central encontrou-se na necessidade de dialogar com lideranças locais em busca de apoio e legitimidade ao novo regime, sendo que, no caso de Santa Catarina, entre encontros e desencontros, esta relação demonstrou-se enquanto satisfatória para ambos os grupos.

Por fim, nossas reflexões buscaram focar, demonstrar e analisar as permanências na cultura política destas famílias durante o período ditatorial. Tendo posto isto, compreendemos que no seio da formação política das oligarquias catarinenses havia indícios de aversão ao alargamento da participação popular e desconfiança em relação a um regime francamente aberto ao controle da sociedade civil nos rumos das decisões políticas nacionais desde muito antes do golpe de 1964. Desde o seu nítido caráter classista, no repúdio às pautas populares nas decisões políticas durante as décadas de 1950 e 1960, suas crenças em uma democracia *feita para o povo, mas não pelo povo*, suas identificações sociais enquanto indivíduos oriundos de famílias predestinadas à vida pública, bem como a concentração de poder local entre os seus membros e práticas clientelísticas envolvendo seus negócios privados, todos estes elementos formaram a sua cultura política baseada na dialética entre *lógica liberal* e *práxis autoritária*.

Cultura política esta que parece ter influenciado diretamente Antônio Carlos Konder Reis quando, em entrevista ao jornal *O Estado* no ano de 1997, o mesmo sintetizou em sua fala uma série de elementos abordados ao longo desta pesquisa ao afirmar que "**no Brasil, de 1964 a 1985, não houve uma ditadura** [grifo nosso]; ditadura, segundo Aristóteles, é o governo de um só. Não houve um governo de um só; na ditadura não há eleição, no Brasil houve, diretas e indiretas".[86] Concluímos este capítulo reforçando a nossa compreensão de que ao analisarmos a trajetória políticas destas famílias e sua cultura política podemos destacar que a relação destas com práticas autoritárias não foi uma circunstância conjuntural criada pela ditadura pós-1964, mas despontava no decorrer dos anos passados: no período ditatorial a dimensão autoritária desta cultura política encontrou condições de emergência e modalidades de exercício do poder que condiziam com uma trajetória histórica razoavelmente coerente.

---

[86] REIS, Antônio Carlos Konder. Uma trajetória única em Santa Catarina. **O Estado**, Suplemento Especial, Florianópolis, p.5, 25 mar. 1997. Entrevista concedida a Carlos Damião.

2. O TEMPOS DOS TÉCNICOS

Na data de 17 de março de 1971, dois dias após os novos 22 governadores serem indicados pelo presidente-militar Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), a *Revista Veja* iniciava a sua matéria intitulada *A nova federação* da seguinte forma:

> Os 22 governadores empossados esta semana chegaram ao poder de uma forma historicamente original. Foram indicados pelo presidente da República, mas não surgem nos palácios com a grandiloquência revolucionária dos interventores de 1930. Formalmente foram eleitos pelas assembleias, mas não chegaram com as gordas pastas dos compromissos políticos. Em muitos casos, a escolha de seus nomes desagradou aos antecessores (...). Livres de pequenos compromissos, escolheram seus secretários com uma liberdade certamente maior que a deixada pela complicada rede de acordos em que se sustentavam as velhas coligações partidárias. Interessados na boa convivência com os políticos, tiveram sempre a cautela de deixar uma porta do gabinete aberta para quaisquer entendimentos.[1]

Dando prosseguimento à mesma matéria, destaca-se a grande presença de técnicos indicados para os cargos de governador e na formação das Secretarias estaduais, sendo que a respeito deste fenômeno podemos encontrar a seguinte fala do recém-empossado governador do Acre, Francisco Wanderley Dantas (ARENA–AC): "quando pude aliar o técnico ao político, muito bem. Mas, quando isso não foi possível, esqueci o político".[2] Por sua vez, um contundente

---

[1] A nova federação. **Revista Veja,** São Paulo, p. 19, 17/03/1971.
[2] Idem, Ibidem, p.20.

Ernani Satyro (ARENA–PB) afirmou que "político bom ganhou eleição. Se o povo não o elegeu, não sou eu quem tem a obrigação de arranjar uma colocação no governo".[3] Todavia, sua fala terminaria com uma curiosa ressalva: "mas técnico é uma palavra muito exagerada. Tenho medo dela".[4]

O medo do parlamentar provou-se fundamentado de alguma forma, pois se as expectativas pareciam promissoras na matéria acima, seis meses após a posse dos novos governadores foi tempo suficiente para a mesma *Revista Veja* analisar que "para eles [os políticos arenistas] os novos governadores pareciam simples cobaias de uma ousada experiência política destinada ao fracasso e a terminar, como todas as experiências mal planejadas, com o fim – no caso, político – das cobaias".[5] Descrevia-se também que, em uma reunião da bancada da ARENA, para se discutir previamente o Plano Nacional de Desenvolvimento, o deputado Élcio Álvares (ARENA–ES) acusou os novos governadores de "protegerem novos líderes, emergentes da administração, sem nenhuma tradição política em detrimento dos próprios deputados".[6] Por fim, em letras em negrito de uma legenda fotográfica, a revista estampava o seguinte dizer: "Em Brasília, as queixas da ARENA: *É preciso defender as lideranças tradicionais*".[7] Mas, afinal de contas, defende-las de quem e por qual razão?

Neste capítulo, enfocaremos as relações entre arenistas e os chamados *técnicos* durante a gestão Médici. As reflexões que se encaminham buscam ir de encontro à leitura realizada por Luiz Carlos Bresser-Pereira a respeito ao enfatizar que somente a partir do final do ano de 1974 houve uma fissura no núcleo de poder da ditadura brasileira. Em sua linha de raciocínio, Bresser-Perreira acredita que este núcleo foi

---

[3] Idem, Ibidem.
[4] Idem, Ibidem.
[5] As cobaias resistentes. **Revista Veja,** São Paulo, p.22, 29/09/1971.
[6] Idem, ibidem.
[7] Idem, ibidem.

constituído por meio de uma aliança entre a tecnoburocracia civil-militar, a burguesia nacional e empresas multinacionais, consubstanciada em um subdesenvolvimento industrializado no Brasil, tendo como sua contrapartida forte influência estatal em setores estratégicos da economia nacional e que, pelo menos por dez anos, foi benéfica para todos os envolvidos nesta estrutura de poder. Entretanto, o autor percebe que a partir do final do ano de 1974, os setores capitalistas passaram a criar fissuras nesta aliança — embora não chegando a rompê-la — e a nutrir uma certa desconfiança em relação aos tecnoburocratas, pois estes estariam promovendo uma intervenção nociva do Estado na economia, bem como concentrando poder para promover políticas próprias deste grupo, colocando em cheque a durabilidade desta aliança.[8]

Para além da percepção do fenômeno, Bresser-Pereira também propõe uma explicação para o mesmo, atribuindo tal fissão no núcleo duro do regime à recessão em que a economia entrou a partir de 1973, o que resultou na marginalização das classes menos abastadas do processo político e do desenvolvimento econômico nacional, bem como na fragorosa derrota da ARENA em 1974, colocando em cheque a legitimidade da ditadura e da sua tríplice aliança entre tecnocratas civis e militares, burguesia nacional e multinacionais.[9] Todavia, consideramos que o recorte meramente social e econômico para se analisar o fenômeno acaba por reduzir a complexidade deste, pois não somente setores ligados à burguesia nacional demonstravam-se frustrados com a tecnoburocracia. O que pretendemos apontar a seguir são alguns indícios de que políticos ligados à ARENA passaram a analisar o setor tecnoburocrata com desconfiança desde muito antes de 1974, sendo que a crítica destes não

---

[8] BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Estatização ou redefinição do modelo político? In: **O colapso de uma aliança de classes:** a burguesia e a crise do autoritarismo tecnoburocratico. São Paulo: Brasiliense, 1978. p.114-121.
[9] BRESSER-PEREIRA, op.cit, 1978, p.120.

necessariamente provinha de interesses restritos às políticas econômicas do regime. Longe de apontar que as críticas à tecnoburocracia eram um consenso no partido, compreendemos que muitos partidários consideravam que estes *técnicos* intervinham de forma perniciosa não somente no campo econômico, mas também em setores eminentemente políticos como os Diretórios da ARENA e as Secretarias Estaduais, entre demais setores da burocracia estatal.

Em nossa perspectiva, a partir do momento que a gestão Médici passou a privilegiar a indicação de *técnicos* para cargos ministeriais, bem como indivíduos com este perfil para o cargo de governadores de Estado, temos um processo de centralização de muitas decisões políticas — em especial no campo econômico — em agências, instituições e conselhos administrativos chefiados por estes *técnicos*, bem como à expansão de suas zonas de influência, sendo um exemplo deste fenômeno a própria conformação da ARENA. Neste período, muitos diretórios regionais do partido passaram a ser chefiados pelo governador do Estado que, em 9 dos 22 estados da federação, eram técnicos e/ou funcionários públicos sem filiação partidária prévia. Nesta conjuntura, podemos encontrar críticas de membros da ARENA a este quadro, considerando-se '*marginalizados*' dos processos de decisão política, bem como '*substituídos*' pelos técnicos em atribuições que julgavam ser da competência dos políticos profissionais, ou do Legislativo.

Desta forma, o que fundamentalmente distingue nossa proposta da interpretação clássica de Bresser-Pereira é que enquanto este propõe os anos de 1973-74 como o marco inicial das fissões no núcleo de poder da ditadura, podemos encontrar indícios de que os conflitos deste período já são resultados de tensões internas mal resolvidas que remontam à edição do AI-5 e o fechamento do Congresso Nacional por tempo indeterminado. Tensões estas que perpassam a gestão Médici e tornar-se-iam mais evidentes pela crise de legitimidade experimentada a partir de 1973-1974 pelo regime com a

diminuição dos resultados do setor econômico, uma classe trabalhadora descontente com a política salarial do regime e que passa se mobilizar no combate ao mesmo, bem como com a derrota da ARENA no pleito eleitoral para o MDB em diversos estados.

Assim, de forma mais precisa, propomos enquanto hipótese a ser desenvolvida, que ao recuarmos um pouco no tempo, podemos perceber que desde 1968 temos indícios de uma crise no núcleo duro de poder da ditadura que tinha por sua base uma desconfiança por parte dos militares em torno não somente dos políticos em geral, mas dos mecanismos institucionais liberais de participação como os partidos e as Casas Legislativas. Embora o fenômeno possa ser analisado por distintas perspectivas, compreendemos que a predileção da gestão Médici por *governadores-técnicos* denota uma continuidade nestas tensões nunca plenamente resolvidas entre militares e ARENA, bem como uma tentativa muito particular de se afastar os próprios políticos dos mecanismos de participação institucionais acima citados. Todavia, este movimento não demonstrou-se incólume à resistências, suscitando por sua vez uma crítica em comum que passou a ser partilhada por distintos setores da sociedade civil brasileira: a de que os *técnicos* estavam acumulando um poder excessivo dentro do aparelho estatal brasileiro. Como veremos a seguir, esta percepção negativa em relação às ações dos *técnicos* do regime desencadeou críticas no campo político, sendo estas o principal foco de nossas reflexões, pois compreendemos que membros da ARENA tiveram papel importante em legitimá-las.

Dividiremos as nossas reflexões em dois momentos. Para iniciarmos as nossas análises, buscaremos compreender de forma mais detalhada o modo como o governo Médici buscou gerir as relações entre Estado e sociedade civil, atendo-nos em especial ao importante papel que a sua gestão atribuiu aos *técnicos* enquanto agentes '*mais capacitados*' que os políticos

na condução dos assuntos governamentais. Em seguida, abordaremos como a ampliação de poder e zonas de influência destes técnicos passou a ser considerada uma ameaça para muitos membros da ARENA, em especial a partir do AI-5 e das indicações de Médici para os cargos de governador em 1970, o que ocasionou o recrudescimento das tensões entre ambos os grupos e gerou críticas de importantes membros do partido ao que consideravam ser uma intervenção indevida dos *técnicos* dentro dos flancos da política partidária e do aparelho estatal.

2.1 Reiventando o autoritarismo: Médici e os técnicos

Nos seus primeiros discursos enquanto presidente-militar, Médici asseverou firmes críticas direcionadas a combater as pressões regionais por parte de lideranças locais que almejavam influenciar e/ou direcionar as ações e investimentos do Governo Federal em seu benefício. Em mensagem lida em cadeia de rádio e televisão no dia 10 de outubro de 1969, Médici externou repudiar o "apelo de oligarquias que recomendam a sua inalterável manutenção. Nosso dever é impor-lhes uma profunda transformação pela qual deixem de servir aos privilégios de minorias, para atender aos supremos interesses dos País".[10] No dia 27 do mesmo mês e ano, o general afirmou: "não uso critérios políticos ou regionalistas, não pago dívidas eleitorais que não precisei contrair, não tenho a vocação do favoritismo e da cortesia no exercício de meu dever, e me declaro incompetente na mecânica da composição, do conchavo, da barganha".[11]

---

[10] MÉDICI, Emílio Garrastazu. O jogo da verdade. Mensagem lida no rádio e na televisão. 7/10/1969. p.12. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1969/01.pdf/view. Acessado em: 9/6/2016

[11] MÉDICI, Emílio Garrastazu. Como vejo um ministro. Mensagem lida em cadeia de rádio e televisão. 27/10/1969. p.23. Disponível em:

Embora tal retórica não seja um reflexo preciso das relações constituídas entre Governo Federal e elites locais durante a gestão Médici, estas ofensivas do presidente-militar servem para constatarmos uma tensão marcante deste período: a da disputa pela delimitação de espaços de poder dentro do regime militar entre militares e *técnicos* de um lado e políticos locais do outro.

O primeiro grupo estava concentrado na esfera burocrática do Estado e era conduzido neste período principalmente por militares e *técnicos*, com constante ampliação das suas zonas de influência em um regime autoritário, com certo viés nacionalista entre alguns de seus próceres e que almejava atingir rapidamente altas metas de crescimento econômico. Já o segundo, composto por membros de elites políticas regionais da ARENA, encontrava-se ainda mais afastado da formação, condução e fiscalização das políticas públicas promovidas pelo Governo Federal após a edição do AI-5 e a eleição indireta de Médici para presidente. Em muitos casos, estes vieram a questionar a opção do governo em inserir *técnicos* e militares em posições e cargos administrativos que julgavam serem melhor geridos por políticos.

Para melhor definirmos estas disputas entre os grupos citados, nos sustentaremos na proposta de Alessandra Carvalho para se abordar a questão. De acordo com a autora, o regime militar implementou um cenário distinto para a realização das práticas políticas, bem como promoveu transformações no funcionamento do Estado, desenvolvendo assim uma discussão acerca da definição das competências necessárias para a elaboração de políticas públicas, suscitando uma alteração na forma das elites políticas exercerem suas funções. Para Carvalho, durante o regime, a burocracia pública interviu e

---

http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1969/02.pdf/view. Acessado em: 9/6/2016

modificou as interações entre os políticos e suas *constituencies*, pressionando-os a reverem as suas relações junto às agências estatais e suas bases eleitorais. Assim, o quadro da questão é colocado pela autora de forma elucidativa nesta passagem:

> Como parte desse novo cenário instituído pelas transformações no Estado durante o regime autoritário, desenvolveu-se uma discussão acerca da definição das competências necessárias para a elaboração de políticas públicas, uma vez que o maior poder dos funcionários técnicos significou uma alteração nas prerrogativas dos representantes eleitos. Essa contestação, de caráter público, envolveu diferentes visões acerca do espaço e das habilidades exigidas de burocratas e de políticos no processo de *policy-making*.[12]

Tal perspectiva não somente satisfaz as necessidades desta pesquisa em mapear sob quais mecanismos e dinâmicas o conflito entre técnicos e elites políticas locais se desenvolveu durante o regime militar, mas a mesma nos fornece subsídios para inserir esta disputa em um processo histórico específico. Partindo de tal premissa, consideramos o período da gestão Médici um momento privilegiado para observamos este embate, pois embora tais conflitos entre os dois grupos tenham perdurado em distintas formas durante todo o regime, compreendemos que ao longo desta gestão houve um maior esforço por parte dos militares em interferir no sistema político com o fito de substituir as lideranças políticas por indivíduos com o perfil mais próximo do caráter *tecnocrático* que o regime havia adotado. Entendemos também que esta feição ideológica adotada pela gestão Médici vai ao encontro de uma forma muito particular de se conceber a relação entre Estado e sociedade, sob uma dinâmica de que o primeiro agente deve prover as diretrizes ao segundo; direcionando a forma de sua

[12] CARVALHO, op.cit., 2008, p.158

organização social, suas estratégias no campo econômico e até mesmo sua produção e circulação de bens culturais. E foi dentro desta visão autoritária da organização social pautada por um desproporcional e violento uso da repressão policial e censura política a vozes dissonantes ao regime e rígidas imposições na política econômica, que os técnicos ganharam importância fundamental nos planos dos militares.

De acordo com Fernando Henrique Cardoso, durante o governo Médici a busca por legitimidade deslocou-se do plano político para o plano econômico. Nas suas palavras: "o regime passou a desejar medir-se pela eficiência mais do que por qualquer outro critério e antes pela eficiência econômica do que por seus acertos em quaisquer outros terrenos".[13] Com a manutenção de Antônio Delfim Netto na pasta da Fazenda e a inserção de José Paulo dos Reis Veloso enquanto Ministro do Planejamento, a gestão Médici apostou em uma nova e ousada política econômica. Se durante o governo Castelo Branco as medidas neste campo visaram promover rígidos ajustes fiscais em um duro combate às altas taxas de inflação, de 1967 à 1973 foi-se imposto um modelo econômico baseado em um crescimento acelerado do PIB, pautado na exportação de produtos agrícolas e importação de bens de consumo duráveis e tecnologia — com o fito de integrar o Brasil no mercado internacional — bem como em altas taxas de concentração de riquezas. Desta forma, o outro lado deste modelo econômico demonstrou-se cruel com as classes populares. Com rígidas políticas de arrocho salarial e baixos índices de distribuição de renda, o crescimento econômico foi realizado sem equidade, levando ao próprio presidente-militar Médici afirmar que "o Brasil vai bem, mas o povo vai mal".[14]

---

[13] CARDOSO, op.cit., 1975, p.291.

[14] EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O "milagre brasileiro": crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de Renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O**

Para a implementação deste modelo econômico, o governo federal buscou assumir uma feição pautada pela *técnica* e pelo planejamento desenvolvendo assim o programa de *Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1974)* de 1970 e o *I Plano Nacional de Desenvolvimento* de 1971. De forma concomitante, a gestão Médici ficou marcada por afastar ainda mais do governo as lideranças civis e oriundas de partidos políticos que apoiaram o golpe de 1964; em especial do seu Ministério, formado principalmente por militares e técnicos. De acordo com Thomas Skidmore, tal proposta administrativa diferenciou o governo Médici dos demais governos militares desde a tomada do Estado em 1964. Enquanto os Ministérios anteriores foram formados em sua grande maioria por políticos profissionais e representantes dos interesses econômicos e sociais, o de Médici tomou uma feição distinta. Para o autor,

> o governo Médici afirmava ser um Estado elevando-se *acima* de sua sociedade, com os tecnocratas e os militares administrando atentos aos melhores interesses dos setores sociais nominalmente não representados. (...) Esta postura *não política* era o que mais agradava aos militares.[15]

A gestão Médici apresentava substancias indícios de uma tendência a centralizar as decisões políticas nas mãos dos militares e técnicos, ao mesmo tempo em que diminuía a participação de políticos no seu governo. Em perspectiva comparada, nas gestões anteriores a presença de políticos, mesmo que em baixa quantidade, é percebida em cargos

---

Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4.

[15] SKIDMORE, Thomas. **De Castelo a Tancredo**, 1964-1985. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p.213.

ministeriais, sendo 5 na gestão de Castelo Branco[16] e 3 na de Costa e Silva.[17] Todavia, como registrado no quadro abaixo, os políticos não foram contemplados com ministério durante o governo Médici, excetuando o caso específico e ambíguo de Jarbas Passarinho, que possuía uma carreira enquanto militar até ser indicado governador do estado do Pará por Castelo Branco em 1964, sendo eleito Senador pelo mesmo estado em 1966, embora já em 15 de março de 1967 tenha renunciado o cargo para assumir o Ministério do Trabalho no governo Costa e Silva.

Quadro 6 - Os ministros de Médici

Ministério	**Nome**	**Origem**	**Profissão**
Justiça	Alfredo Buzaid	Civil	Técnico
Relações Exteriores	Mário Gibson Barbosa	Civil	Técnico
Fazenda	Antônio Delfim Netto	Civil	Técnico
Transportes	Mário Andreazza	Militar	
Comunicações	Hygino Corsetti	Civil	Técnico
Agricultura	Luís Fernando Cirne Lima	Civil	Técnico
Educação	Jarbas Passarinho	Militar	Político
Trabalho	Júlio Barata	Civil	Técnico
Saúde	Francisco Rocha	Civil	Técnico

[16] As pastas assumidas por políticos e seus respectivos Ministros durante a gestão Castelo foram: Justiça (Milton Campos/UDN-MG), Viação e Obras Públicas (Juarez Távora/PDC-GB), Agricultura (Ney Braga/PDC-PR), Trabalho (Walter Peracchi Barcellos/UDN-RS) e Casa Civil (Luiz Vianna Filho/PSD-BA). Cf: REGO, op.cit., 2008, p.60.

[17] As pastas assumidas por políticos e seus respectivos Ministros durante a gestão Costa e Silva foram: Gabinete Civil (Rondon Pacheco/UDN-MG), Educação (Tarso Dutra/PSD-RS) e Relações Exteriores (Magalhães Pinto/UDN-MG). Cf: Idem, ibidem, p.90.

	Lagoa		
Indústria e Comércio	Fábio Yassuda	Civil	Técnico
Interior	Costa Cavalcanti	Militar	
Minas e Energia	Dias Leite	Civil	Técnico
Planejamento	João Paulo dos Reis Velloso	Civil	Técnico
Gabinete Civil	João Leitão de Abreu	Civil	Técnico
Marinha	Adalberto de Barros Nunes	Militar	
Exército	Orlando Geisel	Militar	
Aeronáutica	Márcio de Souza e Mello	Militar	
Chefe do Gabinete Militar	João Baptista de Oliveira Figueiredo	Militar	
Chefe do Serviço Nacional de Informação	Carlos Alberto de Fontoura	Militar	
Fonte: quadro adaptado a partir de: REGO, op.cit., 2008, p.157 APUD Brasil. Presidência da República, 1987: p.221.			

Uma instigante leitura destes conflitos entre políticos e técnicos ao longo dos primeiros anos do regime militar foi levantada por Roberto Schwarz no seu ensaio *Cultura e Política* (1970), escrito durante estes conflitos da gestão Médici. Para o autor, o golpe apresentou-se como "uma gigantesca volta do que a modernização havia relegado; a revanche da província, dos pequenos proprietários, dos ratos de missa, das pudibundas, dos bacharéis em lei etc".[18] Em sua

[18] SCHWARZ, Roberto. Cultura e política In: **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008. p.83.

perspectiva, a tomada do Estado pelos militares em 1964 foi apoiada por *antiquados* setores da burguesia rural e da pequena burguesia que tinham por princípio que "a célula da nação é a família" e que "o Brasil é altivo", bem como "nossas tradições cristãs".[19] Todavia, o autor ressalva que embora vitorioso, este grupo foi sendo posto de lado pela política tecnocrática do governo Médici. Em seus termos:

> O governo que instaurou o golpe, contrariamente à pequena burguesia e a burguesia rural, que ele mobilizara mas não ia representar, não era atrasado. Era pró-americano e antipopular, mas moderno. Levava a cabo a integração econômica e militar com os Estados Unidos, a concentração e racionalização do capital. Neste sentido o relógio não andara para trás, e os expoentes da propriedade privada rural e suburbana não estavam no poder.[20]

Tais reflexões de Schwarz a respeito de um projeto entre os militares de um Brasil *moderno*, nos levam a questionar o conteúdo desta *modernidade* vista da perspectiva dos militares. Em seus estudos voltados a propaganda política produzida pela Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp-1968-1973) e pela Assessoria de Relações Públicas (ARP-1974-1978), Carlos Fico percebe a construção de um discurso por parte dos militares pautado por uma visão *otimista* do futuro brasileiro neste recorte temporal específico — vinculado à ideia de um *Brasil Potência*, do *País do Futuro* — e que suscitou, bem como legitimou, uma série de discursos pautados pela crítica ao *atraso brasileiro*, o qual seria constituído pelo subdesenvolvimento econômico, carência de planejamento e pelas práticas *populistas* dos *políticos*

---

[19] Idem, Ibidem. p.84.
[20] Idem, Ibidem. p.84.

demagogos.[21] Assim, nesta perspectiva conservadora, autoritária e negativa da sociedade brasileira, concebeu-se uma noção de que os técnicos teriam um papel fundamental a ser desempenhado no processo de *modernização* da sociedade brasileira: racionalizando e melhor gerindo um Estado marcado por '*administrações populistas*', usando dos seus saberes profissionais para retirar o país do *subdesenvolvimento*, e até mesmo reformando os quadros políticos brasileiros e seus '*maus hábitos*', ao se inserir a *técnica* e o *planejamento* acima da *política de conchavo* e da *demagogia*.

Convém destacarmos que esta visão perniciosa da prática política e enaltecedora do saber técnico não foi criada pelos militares pós-64, mas apropriada por estes, em especial durante o governo Médici. De acordo com Ângela de Castro Gomes, há uma *tradição* na política brasileira que data a partir da década de 1920 que nutre uma "descrença da probidade moral dos homens que fazem política e também da eficiência das práticas institucionalizadas que regem a esfera pública", bem como em contrapartida concebe na figura do *técnico* a solução para tais males.[22] Tais leituras teriam sido partilhadas por portadores de uma formação específica de alto nível, supostamente *isolados* da política e *embebidos de neutralidade* nas suas decisões. Estes *técnicos* viriam a formar uma nova elite burocrática que, em contrapartida aos bacharéis do Império e da Primeira República, estruturariam "um novo modelo de governo (mais autoritário), de governantes (mais especializados) e de relações entre governantes e governador (mais diretas e *verdadeiras*)".[23]

---

[21] FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**. ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

[22] GOMES, Ângela de Castro. Novas elites burocráticas In: DIAS, Jose Luciano de Mattos; MOTTA, Marly Silva da.; GOMES, Ângela de Castro. **Engenheiros e economistas : novas elites burocráticas.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1994. p.1.

[23] Idem, Ibidem. p.4.

A autora também salienta que a *invenção* desta *tradição* está inserida em um movimento histórico de uma tendência mundial que vinha se desenvolvendo desde os fins da I Guerra Mundial e que ganhou ainda mais força após a depressão de 1929, cujas características marcantes seriam: a formação de centros de reflexão reunindo *técnicos*, a criação de escolas e instituições que discutiam a *organização científica do trabalho* e a publicação de livros e revistas postulando o novo papel *planejador* do Estado. Gomes ainda conclui apontando que esta nova percepção da organização social deixava claro que a "emergência de um novo papel do Estado em assuntos econômicos e sociais e, vinculada a isso, a atuação de um novo tipo de *funcionário público*, designado como *técnico*".[24] Ao confrontarmos tal tradição política apontada por Gomes com as diretrizes da gestão Médici, podemos encontrar similitudes no que tange a uma visão positiva do Estado enquanto um agente organizador do tecido social e da economia, tal como uma descrença nas práticas e articulações realizadas por políticos e uma noção da necessidade de funcionários públicos especializados para a condução dos assuntos públicos nacionais. Por fim, devemos também destacar o importante papel que a Escola Superior de Guerra (ESG) desempenhou enquanto uma instituição veiculadora de ideais muitíssimo semelhantes a estes salientados acima por meio do seu ideal de Segurança Nacional.[25]

Outro elemento também a ser destacado é que a sistematização de um projeto político pautado no combate ao *atraso* e ao *subdesenvolvimento* brasileiro, bem como em uma presença cada vez maior dos técnicos dentro da burocracia

---

[24] Idem, Ibidem. p.2-3.

[25] Em relação a estruturação da ESG enquanto instituição e o seu papel ideológico no meio militar Cf: FREIRE, Silene de Moraes. **Cultura política, questão social e ditadura militar no Brasil**: o simulacro do pensamento político de militares e tecnocratas pós-1964. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

estatal para atingir tais fins, pode ser percebida desde o *Plano de Metas* de Juscelino Kubitscheck na década de 1950. Ativos politicamente de forma mais proeminente a partir deste período, os técnicos conseguiram ao longo dos anos concentrar poder e estabelecer influentes redes de relações políticas, indo muito além do que a sua retórica *apolítica* e pretensiosamente *neutra* pautada na *racionalidade* promovia. Com a ampliação do Estado brasileiro em sua busca de abarcar as novas dinâmicas da ordem econômica e social do país em um intenso processo de industrialização e urbanização a partir da década de 1950, a presença de técnicos tornou-se uma constante nos planejamentos de ordem nacional e estadual, o que também implicou em aumento das zonas de influencia e poder destes indivíduos.

Ao observar este movimento de ampliação da presença de técnicos no Estado brasileiro pós-JK, René Armand Dreifuss destaca que uma característica desta nova elite burocrática e técnica foram suas fortes relações com o que autor denomina de *bloco de poder multinacional e associado*. Ou seja, setores do alto escalão do funcionalismo público brasileiro passaram a construir sólidas alianças com acionistas e diretores de empresas nacionais e internacionais, mas também com seus executivos (administradores, gerentes e técnicos), cabendo aos técnicos o papel de estender a influência ideológica destes grupos para dentro do aparelho estatal brasileiro. Foram atuantes nesta empreitada os economistas Eugenio Gudin e Roberto de Oliveira Campos, sendo que o último chegou a atuar como embaixador nos EUA no ano de 1961.[26] Por operarem a favor do setor privado multinacional no setor público, Dreifuss propõe que estes técnicos formaram *anéis de poder burocrático-empresariais*,[27] tendo como

[26] DREIFUSS, op.cit., 1981, p.73.

[27] Convém apontar que este conceito cunhado por Dreifuss é uma releitura da proposta de *anéis de poder burocráticos* previamente elaborada por Fernando Henrique Cardoso em sua obra *Autoritarismo e democratização*.

objetivo o uso da máquina pública para a articulação de interesses próprios do setor empresarial. De forma mais precisa e detalhada, o autor indica que a ação destes *anéis de poder burocrático-empresariais* seguiu a seguinte forma de conduta a partir da década de 1950:

> Eles aplicaram a racionalidade capitalista da empresa privada às soluções dos problemas socioeconômicos nacionais, proporcionando a contrapartida pública do *macro-marketing* empresarial sob a forma de um planejamento limitado e recomendações técnicas. Esta

---

No ano de 1975, Cardoso apontava este conceito enquanto uma nova proposta para se compreender as relações de influencia mutua entre Estado e sociedade civil. Para este "é preciso pensar o sistema político em termos de *anéis* que cortam horizontalmente as duas estruturas burocráticas fundamentais, a Pública e a Privada. Dessa forma, partes das Empresas Públicas, ou melhor, da burocracia dessas empresas e seus dirigentes, podem ser captados pelo sistema de interesses das Empresas Multinacionais. O mesmo pode ocorrer com diversos setores do Estado (ministério, divisões, grupos executivos, etc.). Inversamente, parte do setor controlado pela Empresa Privada (inclusive seus órgãos de classe, como os sindicatos, federações, etc.) pode aliar-se com segmentos da burocracia estatal, formando um *anel* de pressão, e assim por diante" (CARDOSO, op.cit., 1975, p.182). Embora Cardoso traga à tona a importância de se pensar a relação destes tecnocratas que passam a fazer parte da burocracia estatal com os interesses privados, Dreifuss acredita ser necessário trabalhar o conceito com algumas ressalvas, propondo uma releitura do mesmo no ano de 1981, optando pelo uso de *anéis-burocráticos empresariais*. Para o autor, a justificativa pelo acréscimo do adjetivo *empresarial* deu-se por duas razões principais: "Primeiramente, os *burocratas* em sua maioria eram empresários, apesar de ocuparem posições burocráticas. Em segundo lugar, e talvez o fato mais significativo, é que esses anéis tendem a ser mais permanentes do que o termo de Fernando Henrique Cardoso, e favorecem, quase exclusivamente, a interesses empresariais específicos contra outros setores da sociedade civil. A base lógica dos anéis-burocráticos empresariais é influenciada em alto grau por suas conexões empresariais regulares e não por normas burocráticas de comportamento, ou por efêmeras e eventuais ligações econômicas". Cf: DREIFUSS, op.cit., 1981, p.110

> *intelligentsia* técnica, estreitamente ligada aos empresários em decorrência de interesses e congruência de valores, enfatizava o gerenciamento científico, a administração pública normativa, assim como a formalização e rotinização de tarefas.[28]

Ainda no decorrer de sua obra, Dreifuss atribui uma participação ativa deste *bloco de poder multinacional e associado* na desestabilização do governo João Goulart e no golpe de 1964, entendendo que estes técnicos desempenharam um importante papel enquanto ponte nas relações com setores da sociedade e do Estado estadunidense, como militares, agentes do Departamento de Estado e donos de multinacionais.

Uma contribuição importante a este debate é proposta no trabalho *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-1964*, de Adriano Nervo Codato. Neste, o autor enfatiza que os setores dominantes da burguesia nacional e internacional relacionaram-se e participaram em alguma medida da formação de políticas públicas durante o período pós-1964 sob duas formas. A primeira, de caráter *formal*, almejava atribuir maior legitimidade ao processo de formação de políticas públicas ao se inserir representantes de setores empresariais dentro de agências e conselhos estatais – normalmente chefiadas diretamente por ministros -, visando à consulta e ao debate entre membros da burocracia estatal e representantes da sociedade civil. A segunda, esta sob um caráter *informal*, seriam justamente as realizadas por meio dos *anéis burocrático-empresariais*, sendo estas expressas na forma de pressões exercidas por meio de contatos pessoais entre representantes de classe e técnicos, os distintos *lobbies* e as diversas modalidades de *clientelismo*.[29]

---

[28] Idem, Ibidem. p.76.

[29] CODATO, Adriano Nervo. **Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-1964**. São Paulo: Hucitec, 1997. p.234-236.

Para Codato, embora o regime propagasse que a primeira forma de relação entre estes setores era a preponderante e que os técnicos garantiriam a '*eficiência*' do mesmo, o segundo modelo foi o mais privilegiado e recorrente. As consequências dessa estrutura de poder durante a gestão Médici foram: o *informalismo*, a *segmentação* e a *entropia*. Em seus termos, o que ocorreu pode ser definido enquanto a "*balcanização* da atividade alocativa do Estado em meio a um contexto altamente conflituoso, em que a ausência de normas e procedimentos públicos, controláveis e burocratizados exercia um poderoso efeito desagregador na estrutura do Estado como um todo".[30]

Os apontamentos de Gomes, Dreifuss e Codato são caros para os fins desta pesquisa, pois nos fornecem substanciais subsídios para compreendermos que os conflitos em questão no governo Médici fazem parte de um particular momento em um processo histórico mais amplo e deveras complexo. Assim, devemos compreender tais disputas de força por meio de uma dialética entre as especificidades do sistema político autoritário do período, o que permitiu aos militares centralizarem decisões políticas no âmbito do Governo Federal, inserirem técnicos sem qualquer experiência no campo da política partidária em postos como o de governador de Estado — algo muito pouco provável de ocorrer por meio de pleitos eleitorais democráticos — e dos aspectos culturais dos agentes políticos envolvidos. Consideramos a análise destes últimos elementos fundamentais para compreendermos as influências ideológicas e de culturas políticas que estes políticos e técnicos possuíam entre si e que foram mobilizados para legitimarem

---

[30] O autor ainda destaca que durante os anos da gestão Médici, os *policy-makers* da política estatal conseguiram manter sólidas relações com estes representes da burguesia nacional e internacional, porém, a partir das reformas administrativas de Geisel em 1974, a ampliação da intervenção estatal na economia e a diminuição da representação *formal* destes setores da sociedade civil nos centros de formação de políticas públicas gerariam grandes tensões entre ambas as partes. Cf: Idem, ibidem. p.234

suas ações neste período, tal como para deslegitimarem as de seus adversários.

Ao darmos seguimento às nossas reflexões, discutiremos no próximo subcapítulo as relações tecidas entre técnicos e arenistas durante o período Médici. Como iremos observar, a ARENA não esteve isenta dos anseios da gestão Médici por retirar o país do *atraso* e do *subdesenvolvimento* por meio de um ambicioso e arriscado planejamento pautado em altíssimas taxas de crescimento no campo econômico, bem como por uma maior *eficiência administrativa* e relações menos pautadas pelo *clientelismo* e pela *demagogia* no campo político. Assim, o governo federal promoveu mudanças na organização partidária da ARENA, nas relações entre os diretórios locais e o governo federal, bem como tentou impor um perfil mais *técnico* aos membros do partido. Entretanto, tais medidas não foram isentas de críticas por parte dos setores arenistas. Assim, buscaremos refletir a respeito de algumas características destes desencontros entre arenistas e governo federal.

2.2 – Técnicos nas vestes de arenistas: os técnicos e a ARENA

Para os políticos da ARENA, o período da gestão Médici foi marcado por algumas tensões promovidas pelas novas dinâmicas entre governo e partido. Para Lucia Grinberg, desde o confronto no *Caso Moreira Alves* em dezembro de 1968, quando uma parte considerável dos membros da ARENA votou contra a ordem do Executivo, negando assim a licença que permitia a abertura de um processo contra o deputado federal Márcio Moreira Alves (MDB-GB), as relações entre militares e arenistas foram abaladas.[31] Exemplo deste entrevero

[31] Nesta votação, decidiu-se, pelo voto da maioria, negar a licença requisitada pelo Executivo para processar o deputado Márcio Moreira Alves. No total, 216 deputados votaram contra a licença para processar o parlamentar; 141 a favor; 12 em branco. Entre os votos apurados contra a

foi a ocasião em que presidente Artur da Costa e Silva, no dia 31 de dezembro do mesmo ano, responsabilizou, em grande parte, os membros da ARENA pela decretação do AI-5. Por meio de mensagem divulgada em rádio e televisão pela Agência Nacional, Costa e Silva definiu como irresponsável a atitude de tais parlamentares, além de "uma tentativa de humilhar, diminuir e desafiar as Forças Armadas".[32] Para Grinberg, após este ato dos arenistas, a edição do AI-5 e o fechamento por tempo indeterminado do Congresso Nacional "de fato, só havia uma certeza: a ARENA não seria mais a mesma. Poderia ser extinta, reorganizada ou reagir à orientação do Executivo".[33] Como veremos a seguir, a relação entre governo e partido foi alterada, sendo uma das consequências destas mudanças uma tentativa de reformular a identidade da ARENA inserindo técnicos nos cargos de governador e aproximando-a de uma ideologia tecnocrática.

Antes de avançarmos em nossas discussões, realizaremos uma breve análise do quadro de governadores indicados pelo governo Médici para não somente assumirem o mais alto cargo executivo de seus estados, como também para serem as lideranças dos Diretórios Regionais da ARENA. De acordo com Lucia Grinberg, a partir de 1969, a direção dos diretórios regionais era um tema em disputa entre governo e políticos regionais. Para a autora com o anteprojeto da Lei Orgânica, o governador indicado pelo Governo Federal, "na prática, passava a controlar o diretório regional e, através dele, embora com certos limites, os seus parlamentares. Guardadas as distâncias históricas, isso configurava uma espécie de política dos governadores dos anos 1970".[34] A situação demonstra-se ainda mais complexa quando observamos a

---

licença, 122 eram de parlamentares do MDB e 94 de arenistas. Cf: GRINBERG, op.cit., 2009. p.125

[32] Idem, Ibidem. p.122.

[33] Idem, Ibidem. p.132.

[34] GRINBERG, op.cit., 2009, p.156-157.

quantidade de técnicos sem experiência prévia na política partidária que assumiram o governo dos seus respectivos estados.

Quadro 7 - Trajetória dos governadores estaduais (1971-1975)

Nome	**Estado**	**Trajetória prévia ao cargo**	**Filiação partidária prévia ao cargo**
Francisco Vanderlei Dantas	AC	Professor, funcionário público, deputado federal	PSD, ARENA
Afrânio Lajes	AL	Advogado, professor, funcionário público, deputado estadual, senador	UDN, ARENA
João Valter de Andrade	AM	Militar engenheiro	Sem filiação
Antônio Carlos Magalhães	BA	Médico, professor, deputado estadual, deputado federal, prefeito nomeado	UDN, ARENA
César Cals de Oliveira Filho	CE	Militar, engenheiro, atuação no setor de energia	Sem filiação
Artur Carlos Gerhardt Santos	ES	Engenheiro do DER, membro de órgão de planejamento econômico e	Sem filiação

		secretário estadual.	
Antônio de Pádua Chagas Freitas	GB	Advogado, jornalista, deputado federal	UDN, PSP, PSD, MDB
Leonino di Ramos Caiado	GO	Engenheiro, membro de órgão de planejamento econômico, secretário estadual e prefeito nomeado.	Sem filiação
Pedro Neiva de Santana	MA	Médico, prefeito nomeado de São Luiz (1937-1945), funcionário público, professor e Secretário de Estado.	Sem filiação
Rondon Pacheco	MG	Advogado, deputado estadual e federal e Chefe da Casa Civil do governo Costa e Silva	UDN, ARENA
José Frageli	MT	Advogado, professor, Secretário de Estado	UDN, ARENA
Fernando José Leão Guilhon	PA	Engenheiro e funcionário Público	Sem filiação
Ernani Sátiro	PB	Advogado, deputado	PR, UDN, ARENA

		estadual, deputado federal, Ministro do Supremo Tribunal Militar do Governo Costa e Silva.	
Haroldo Leon Peres*	PR	Advogado, professor e deputado estadual e federal	UDN, ARENA
Eraldo Gueiros Leite	PE	Advogado, funcionário público, Ministro do Superior Tribunal Militar do governo Costa e Silva	Sem filiação
Alberto Tavares Silva	PI	Engenheiro, funcionário público, prefeito eleito, deputado estadual	UDN
Raimundo Padilha	RJ	Deputado federal	AIB, PRP, UDN, ARENA
Cortez Pereira	RN	Advogado, professor, diretor do Banco do Nordeste, deputado estadual	UDN
Euclides Triches	RS	Militar engenheiro, Secretário de Estado, prefeito eleito e deputado	UDN, PDC, ARENA

		federal	
Colombo Machado Sales	SC	Engenheiro, funcionário público e secretário estadual	Sem filiação
Paulo Barreto de Meneses	SE	Engenheiro e funcionário público	Sem filiação
Laudo Natel	SP	Banqueiro, economista e governador do Estado	PR, ARENA
Fontes: Quadro construído a partir de: CARVALHO, Alessandra. op.cit., 2008, p.181 e 183 e consultas ao acervo de verbetes biográficos do CPDOC. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo			
* Após o governador ser afastado do cargo sob a suspeita de estar envolvido em esquema de corrupção, Pedro Viriato Parigot de Souza o substituiu, sendo este um indivíduo com perfil mais tecnocrático, tendo trabalho enquanto advogado e promotor do Superior Tribunal Militar. Todavia, Parigot de Souza vem a falecer durante o mandato, tendo sido eleito para terminar o mesmo Emílio Hoffman Gomes, um engenheiro e funcionário público que também foi ex-deputado federal pelo PDC e ARENA no Paraná.			

Ao analisarmos o quadro acima podemos destacar alguns importantes elementos, como o fato de 40,9% dos governadores indicados não possuírem filiação partidária prévia à indicação ao cargo, sendo que entre estes, 77,7% eram engenheiros, ou possuíam formação na área. Ao observarmos o quadro geral, a porcentagem de engenheiros impressiona (36,6%), em especial ao considerarmos que a mesma é equivalente a de indivíduos com formação na área de direito, até então tradicional núcleo profissional do quadro político brasileiro. A mesma porcentagem (36,6%) pode ser percebida ao levarmos em consideração o número de governadores com experiência no funcionalismo público, seja por meio de

concurso ou cargo indicado. Tais estatísticas parecem corroborar com o aumento da presença de técnicos e funcionários públicos especializados na esfera estatal durante a gestão Médici abordado no subcapitulo anterior, bem como a necessidade da presença estratégica destes em cargos públicos para os projetos de desenvolvimento da infraestrutura nacional abordada no *PND I*, como a construção de pontes, rodovias, hidroelétricas, etc.

Todavia, devemos também destacar que a presença de políticos (59,1%) ainda é preponderante a de técnicos, e que metade dos governadores indicados possuíram passagem pela extinta UDN – sendo que entre os políticos que foram indicados ao cargo o percentual é de altíssimos 84,61% (11 de 13). Convém apontar que ao cruzarmos as informações do quadro acima com levantamentos do IBGE a respeito do PIB dos estados brasileiros a preços constantes, perceberemos que políticos foram indicados nos 6 estados com o maior PIB em 1970, o que corresponde a 79,01% do PIB nacional.[35] Estes últimos dados e apontamentos nos levam a reforçar a noção de ser inviável considerar uma ruptura entre estes dois grupos durante este período, ou mesmo uma supervalorização dos conflitos entre ambos.

No mais, a análise destes dados certamente possuem limites, pois ainda carecemos de pesquisas de âmbito regional para nos aprofundarmos na compreensão dos múltiplos significados deste quadro político diferenciado nos distintos âmbitos regionais. Um exemplo que pode nos servir para uma breve reflexão é o caso do Ceará, com a indicação do militar engenheiro César Cals de Oliveira Filho para o cargo de

---

[35] Referimo-nos aqui ao PIB a preços constantes dos estados de São Paulo (40,67%), Rio de Janeiro, Guanabara (a porcentagem correspondente ao estado da Guanabara nesta pesquisa foi incluída de forma conjunta ao do estado do Rio de Janeiro, totalizando o valor de 18,24%), Minas Gerais (8,29%), Rio Grande do Sul (7,48%) e Paraná (4,33%) Estes dados podem ser conferidos no site www.ipeadata.gov.br.

governador. Mas, de acordo com Maria Aparecida Lemenhe, embora o nome inicialmente tenha desagradado as lideranças locais, isto não significou rupturas ou mesmo significativos atritos com as mesmas durante o seu governo, em especial pelo fato do seu vice-governador ter sido Francisco Humberto Bezerra, membro da tradicional família dos Bezerra.[36] Assim, para além de uma visão dicotômica do quadro, separando políticos tradicionais de militares e técnicos, acreditamos que as pesquisas empíricas dos casos regionais podem nos trazer, como ressalta Alessandra Carvalho, "aproximações, afastamentos e hibridismos"[37] entre políticos e técnicos. Outras questões ainda ficam em aberto por carecerem de maiores informações, tais como: quais fatores preponderaram no processo de escolha da gestão Médici para cada estado? Dos 9 estados que foram governados por técnicos, 4 eram oriundos do Nordeste (PE, CE, MA e SE), 2 da região Norte (PA, AM), 1 do Sul (SC) e 1 do Sudeste (ES), quais os possíveis significados a serem ainda levantados em relação a este quadro? Seria possível uma correlação entre a maior presença de técnicos na região Nordeste com as políticas da gestão Médici voltadas para a região?

Doravante, seguiremos discutindo a relação entre arenistas e a gestão Médici atribuindo uma especial atenção aos discursos de membros do partido em relação à presença dos técnicos na política nacional. Um exemplo de insatisfação com a situação pode ser percebido na fala do deputado federal Ernesto Pereira Lopes (ARENA-SP), um dos principais líderes do partido e representante do empresariado industrial paulista, que já em 1971, ao assumir a presidência da Câmara Federal no mês de fevereiro, apresentou ressalvas a um possível predomínio dos técnicos dentro do aparelho estatal nas sociedades contemporâneas em geral. Segundo o jornal *O*

---

[36] LEMENHE, **Família, tradição e poder**: o (caso) dos coronéis. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995. p.124-127.
[37] CARVALHO, op.cit., 2008, p.156.

Estado de São Paulo, este afirmou enfaticamente não aceitar "a tutela da burocracia ou da tecnocracia. Os burocratas, no seu sentido ideológico de agentes políticos que monopolizam o poder e sufocaram a liberdade nos regimes socialistas".[38] Ainda segundo o periódico, Pereira Lopes enfatizou que "aumentou muito a importância do técnico dentro desse novo quadro e que isso envolve certo inconveniente, o risco de uma tutela da burocracia ou da tecnocracia".[39] Assim, o deputado louvou o técnico por sua competência, em seus termos "indispensável à elucidação, planejamento, assessoramento e realização na área do Executivo".[40] Porém, finalizou apontando que a tecnocracia não pode "invadir domínios que lhe são defesos, porque inerentes, por sua essência e objeto, às instituições políticas da nação, de que o Congresso é a representativa".[41] Como veremos a seguir, esta retórica que visou enfatizar uma *invasão* dos técnicos em espaços tipicamente sob o domínio dos políticos foi uma constante nas críticas levantadas por arenistas a essa expansão burocrática da gestão Médici.

A partir de março de 1971, o deputado federal João Baptista Ramos (ARENA-SP), assumiu a presidência do Diretório Nacional do partido. Ao entregar o relatório de sua gestão na data de 9 de fevereiro de 1972, Ramos apontou a necessidade de "um melhor relacionamento entre o Executivo e o meio político"[42] para, em seguida, sugerir 5 causas que "poderiam ser resumidamente recordadas, para melhor compreensão do problema e indicação terapêutica".[43] Assim, Ramos apontou naquele momento que "ainda estão vivos em nossa memória acontecimentos como":

---

[38] Lopes justifica as funções restritas. **O Estado de São Paulo**, 04/02/1971 p.4
[39] Idem, Ibidem.
[40] Idem, ibidem.
[41] Idem, Ibidem.
[42] ARENA 70.05.13, pasta 2
[43] Idem, ibidem.

> a) a Revolução de 64 que liquidou com velhas práticas inconciliáveis com o interesse público e o novo ideal reformista;
> b) a eleição indireta dos Governadores que, por isso mesmo, se sentem desvinculados do meio político;
> c) o secretariado, em sua maioria técnico, infenso à política;
> d) o AI-5, como recesso punitivo, que afastou do Governo os parlamentares e políticos, que passaram a ser considerados e mesmo a se sentirem elementos indesejáveis à administração.[44]

De forma muito precisa, o político indicou em seu relatório problemas centrais na relação da ARENA com o Executivo que já tivemos oportunidade de explorar ou citar por meio do trabalho de Lucia Grinberg. Todavia, buscaremos agora desenvolver de forma mais pormenorizada alguns aspectos desta relação durante a gestão Médici. O primeiro destes, diz respeito à própria alteração da presidência da Direção Nacional do partido. Se a leitura de Baptista Ramos possuía algumas discordâncias a respeito da gestão Médici e suas políticas para a ARENA, com a chegada do ex-chefe de polícia do Estado Novo e então Senador Filinto Muller (ARENA–MT) ao cargo as coisas mudariam.

É ainda com Lucia Grinberg que cabe apontar uma tentativa por parte de Filinto Muller de estruturar um projeto de fortalecimento do partido por meio de uma maior aproximação deste com a Escola Superior de Guerra (ESG) e seus ideais. Para a autora

> Antes mesmo de empossado na presidência do Diretório Nacional, Filinto Muller procurou vincular o partido à ESG. Essa iniciativa era

[44] Idem, ibidem.

> uma estratégia para prestigiar o partido, pois a aproximação entre a ARENA e a ESG foi vista como uma maneira de *limpar a ficha da agremiação* e superar *todo o muro de prevenções acumuladas ao longo dos anos*".[45]

Embora a própria autora aponte que "a tentativa de incluir a ARENA entre as instituições prestigiadas pelo governo não funcionou, uma vez que não houve qualquer interesse da ESG em colaborar com a ARENA"[46], bem como que "a iniciativa de Filinto Muller encontrou resistências entre membros do próprio partido"[47], consideramos este conjunto de ações do presidente do Diretório Nacional muito significativo para as nossas reflexões. De forma distinta de outros que passaram pelo cargo em que este se encontrava, Filinto Muller não propôs maiores enfrentamentos ou discussões com o alto escalão militar. Desta forma, compreendendo o político no contexto e na cadeia de eventos ao qual estamos nos atendo, consideramos importante nos questionar o quanto esta aproximação com a ESG seria uma iniciativa do próprio Filinto Muller. Consideramos mais provável que tal proposta esteja inserida não em um projeto pessoal do Senador mato-grossense, mas sim do Governo Federal, de tentar reformular o partido atribuindo-lhe uma maior consistência ideológica e aproximando-o não somente do ideal de Segurança Nacional promovido pela ESG, mas de toda a influência do seu pensamento político e de sua visão de mundo. Embora este trabalho não possua como um dos seus objetivos discutir os pormenores desta tentativa de influencia ideológica, convém apontar que a leitura da ESG em relação à inserção dos técnicos no Estado contemporâneo possui fortes similitudes com o que a gestão Médici vinha promovendo, como podemos ver neste trecho de um de seus manuais:

---

[45] GRINBERG, op.cit., 2009. p.168.
[46] Idem, ibidem.
[47] Idem, ibidem.

> Preliminarmente, cabe estabelecer a esfera de atuação e o nível de responsabilidade que compete ao técnico e ao político: este, como detentor institucional do Poder, decide o **que se deve fazer** com vistas a atingir os objetivos nacionais, e ao técnico fica reservada a indicação do **que e como fazer**, para viabilizar e otimizar a aplicação de recursos e processos para a consecução dos objetivos determinados. A compreensão e o desempenho dentro desses parâmetros neutralizarão possíveis confrontos entre técnicos e políticos, restringindo deformações que se poderiam concretizar com o predomínio do técnico nas decisões políticas – a tecnocracia – ou a atuação do político sem considerar a diferença entre o desejável, o possível e o viável, podendo resvalar para a demagogia, ambos, extremos condenáveis. Em nome da melhoria da eficiência do governo, o Estado Contemporâneo vem-se constituindo em um imenso organismo técnico e racional, mobilizando, mais e mais, especialistas que o mundo moderno coloca ao seu dispor; estes podem conviver e somar esforços ao político, para que este desempenhe com propriedade a sua vocação de vislumbrar o destino da nação.[48]

Uma fonte que possibilita perceber um maior debate dentro dos quadros arenistas a respeito da questão do incremento da presença de técnicos é a *Revista Mensal*. Periódico criado em setembro 1972 durante a gestão de Filinto Müller, a *Revista Mensal* foi elaborada com o intuito de "ser veículo de informação partidária, capaz de estabelecer um contínuo e permanente intercâmbio entre a Direção Nacional e os integrantes – em todos os setores – dos quadros da

---

[48] ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual básico**. Rio de Janeiro, 1977. p.119.

ARENA".[49] Assim, a revista era produzida pelo próprio Diretório Nacional e sua circulação era restrita aos congressistas da ARENA e presidentes dos Diretórios Regionais e Municipais, sendo que a partir de sua sexta edição, também passou a ser distribuída aos prefeitos e vereadores do partido. Desta forma, ao analisá-la podemos refletir a respeito dos assuntos considerados de grande relevância pelo Diretório Nacional para que os demais partidários tomassem conhecimento e formassem, na medida do possível, uma opinião mais coesa a respeito de determinado tópico.

E entre tantos assuntos abordados pelo periódico, uma constante foi a publicação de entrevistas, palestras ou trechos de discursos de arenistas que abordavam o tema do papel dos técnicos na política nacional e na sociedade contemporânea. Na sua 11ª edição, a revista publicou um grande trecho de uma palestra proferida por Ivan Luz (ARENA – PR), ex-deputado federal, antigo membro do PRP, no Curso Preparatório de Lideranças Políticas promovido pelo Diretório Nacional da ARENA. Pelo que as informações da própria revista indicam, este curso esteve inserido em uma série de outros que foram promovidos neste período com o intuito de auxiliar na '*profissionalização*' dos membros do partido. Com a sua fala intitulada *Tecnologia e Ciência Política*, Luz buscou promover uma defesa aos moldes liberais da condição do político em uma sociedade industrial cada vez mais pautada por uma ideologia tecnocrática. Nas suas palavras:

> O homem político está em pânico. Lenta e progressivamente, com a força do inelutável que as realidades sociais criam, a tecnologia avança sobre seu território, derruba-lhe os muros dos castelos onde exercia seu monopólio do poder e operando uma transferência cuja ameaça atinge não apenas os valores instrumentais das instituições políticas a

[49] **Revista Mensal**, ano 1, nº1, julho de 1972, p.1.

> administrativas, mas aqueles ligados à sua mesma gênese e aos limites do poder consentido. No fundo, o que está em jogo, no processo, é a própria liberdade do homem, esmagado na engrenagem das estruturas da sociedade industrial. As pontas do dilema tradicional, continuam, na verdade, as mesmas: a confrontação liberdade-autoridade e as várias fórmulas e tentames de uma possível – ou impossível? – conciliação. Todavia, o avanço tecnológico introduziu fatores novos na permanente equação, uma força que se qualifica moralmente neutra – por isso mesmo perigosa – e que tende, mais do que a influenciar, dominar totalmente os centros de decisão. Alargando sempre a sua influência, na medida em que se multiplicam as especializações, penetrando os escaninhos mais íntimos dos órgãos do Estado, infiltrando-se nos gabinetes ministeriais, substituindo-se à autoridade ostensiva, e, logo, à sua competência, a tecnocracia já esvaziou o Poder Legislativo, cuja crise universal é universalmente reconhecida e vai levando o Executivo a uma submissão cuja consequência imediata será despolitização sua em favor do tecnicismo que passa a exercer, por delegação implícita, um poder político obtido à margem dos processos juridicamente estabelecidos par a presunção de sua legitimidade. Trata-se de um poder que flui, muitas vezes, de duvidosas competências, aureolado por uma mística – a da técnica e informado por uma ideologia – a tecnocrática.[50]

Uma série de aspectos podem ser destacados nas críticas formuladas por Luz, tais como a relação entre o avanço da tecnologia e dos técnicos em detrimento da própria liberdade do indivíduo, o qual seria progressivamente

---

[50] LUZ, Ivan. Tecnologia e ciência política. **Revista Mensal**, ano 2, nº11, maio de 1973, p.5

esmagado na engrenagem das estruturas da sociedade industrial em um processo perigoso, capaz de se qualificar moralmente neutro ao mesmo tempo em que viria a dominar *totalmente os centros de decisão* ao penetrar nos *escaninhos mais íntimos dos órgãos do Estado*, nos *gabinetes ministeriais* e até esvaziar o Poder Legislativo. Em outros termos, o ex-deputado parece estar externando uma percepção negativa não somente desta ampliação da burocracia estatal, do avanço tecnológico e do constante crescimento e multiplicação das especializações técnicas, mas ao abordar os riscos da centralização do poder entre os técnicos, o mesmo promove uma crítica *velada* à ampliação do poder conferido a estes últimos indivíduos no caso brasileiro.

Ao darmos sequencia na análise de sua fala, Luz segue considerando ser indispensável "promover uma conciliação entre as áreas das categorias técnicas e das categorias políticas. Não o contraste face a face, mas o caminho ombro a ombro".[51] Todavia, o seu receio perante o modelo tecnocrático é reforçado novamente quando este indica que

> nada de pior poderia acontecer à democracia ao estilo em que a entendemos no mundo ocidental (...) como modelo desejável do que transpasse clandestino do poder a uma tecnocracia com iniludível feição de casta, que o vai empolgando silenciosa e sutilmente em nome de eficiência que poderá, até consultar aos interesses do progresso e desenvolvimento do Estado-empresa, mas que se realizará em detrimento do homem, e de seus valores transcendentes, de virtude instrumental desejável que é, passar a uma finalidade em si, que não deve ser.[52]

[51] Idem, ibidem.
[52] Idem, ibidem.

O tom alarmista da fala de Luz novamente coloca em questão o que este considera ser o risco de se apostar em um modelo de desenvolvimento sob o poder de uma elite tecnocrática, pois por detrás da retórica da *eficiência*, do interesse no *progresso* e *desenvolvimento*, teríamos o detrimento do homem, dos seus valores e da própria democracia. Ao contrastarmos o conteúdo do discurso de Luz com os caminhos tomados pelo governo Médici de ampliação da burocracia estatal e inserção de técnicos em cargos políticos, encontramos um curioso contraponto deste movimento na fala do ex-deputado. Embora difícil precisar as motivações de Luz ao levantar tão asseverada crítica aos técnicos e à tecnocracia, suspeitamos que esta não pode ser reduzida somente ao aspecto ideológico, como uma inclinação súbita de um ex-integralista pelos ideais liberais. Acreditamos que sua fala carrega demandas por uma maior participação dos políticos na esfera administrativa a partir de uma situação muito mais concreta: a da sensação de marginalização destes e de seus saberes nas esferas administrativas durante a gestão Médici.

Em outras edições da revista podemos encontrar mais opiniões de membros do partido que reforçam as críticas à tecnoburocracia por meio de sua interferência indevida em setores e instituições políticas, como, por exemplo, a do deputado federal Airon Rios (ARENA – PE) que propôs uma leitura negativa da intervenção tecnocrática no campo de atuação dos políticos parlamentares. De acordo com a revista, em uma das reuniões da bancada da ARENA no Congresso Federal visando à dinamização da ação partidária,

> o Deputado Airon Rios falou da preocupação existente no Congresso com a desenvoltura dos Secretários de Estado que, via de regra, técnicos recrutados na iniciativa privada para servirem às administração estaduais, vêm procurando substituir os políticos '*agindo em ostensiva hostilidade aos que exercem a atividade política e parlamentar*'. Disse esse

> que não é um problema de um Estado em particular, mas de todos os Estado, a exigir uma ação da direção partidária, porque muitos Secretários, usando os instrumentos do Governo, estão preparando as suas candidaturas.[53]

Percebemos nas falas de Luz e Rios uma tensão entre o progressivo incremento da presença de técnicos nas Secretarias estaduais e uma perda de espaço de representantes políticos que antes dominavam estes cargos por meio de indicações partidárias que atendessem os seus interesses regionais, mas que agora são tratados com *hostilidade* por aqueles técnicos que lá estão. Alessandra Carvalho, em seus estudos a respeito da atuação das elites políticas durante o período ditatorial, aponta ainda que os políticos, por princípio, ao serem eleitos, encontram-se na posição de operar mecanismos institucionais de controle criados para influenciar e fiscalizar as ações dos técnicos, limitando assim o seu escopo de atuação. Todavia, durante o período ditatorial "a expansão do Estado e de sua burocracia se deu em um contexto no qual os instrumentos de controle dos agentes políticos foram extremamente reduzidos, ou mesmo anulados".[54] Desta forma, para a autora, criou-se um *descompasso* entre os dois processos sublinhados acima, sendo que, em sua percepção, as elites políticas encontraram-se em muitos casos incapacitadas de fiscalizar a atuação destes técnicos, cabendo a estas "delimitar socialmente seu espaço próprio nesse cenário adverso, no qual a legitimidade de seu conhecimento específico foi enfraquecida pelo caráter renovado do Estado e maior abrangência de sua estrutura burocrática, bem como pela ideologia subjacente a esse processo".[55]

---

[53] Bancadas convocadas para dinamização partidária. **Revista Mensal**, ano 2, nº12, junho de 1973, p.12
[54] CARVALHO, op.cit.,2008. p.156
[55] Idem, Ibidem.

Assim, uma das facetas destes discursos provenientes de lideranças arenistas que não podemos desprezar é a de que ao construírem uma narrativa com o fito de legitimar o seu espaço de atuação, estas não somente buscaram construir uma representação negativa da expansão de poder e influência dos técnicos, como construíram uma imagem dos políticos enquanto *vítimas* deste processo por estarem com o seu espaço de atuação ameaçado. Ao inserir no primeiríssimo plano de suas narrativas a sua posição de '*oprimidos*', como quando Luz propõe que o indivíduo político está sendo *esmagado na engrenagem das estruturas da sociedade industrial* pelo avanço tecnológico, ou quando Rios aponta que os técnicos nas posições de Secretários estaduais estariam *procurando substituir os políticos agindo com hostilidade aos setores que exercem a atividade política e parlamentar*, estes indivíduos estão enfatizando as pressões estruturais e conjunturais desfavoráveis sofridas pelos membros da ARENA durante a gestão Médici.

Todavia, devemos ter os devidos cuidados ao analisarmos tais discursos para compreendermos as suas movimentações políticas intrínsecas. Neste caso, compreendemos que ao encontraram-se em um momento marcado pela perda de determinados espaços de poder para técnicos especializados, estes arenistas estariam utilizando-se de distintos recursos retóricos para buscarem reverter este processo e manterem, ou mesmo recuperarem os seus postos e ampliarem a sua influencia dentro das decisões do regime. Assim, são frequentes as caracterizações negativas dos técnicos como indivíduos *ambiciosos* e *opressores* que estariam tomando o seu espaço de forma *indevida* e *nada legitima*. Não é por coincidência que nas duas falas apresentadas previamente estão presentes a deslegitimação das capacidades e intenções dos técnicos, como quando Luz propõe que estes teriam *duvidosas competências* para assumir determinadas posições e cargos, ou quando Rios acusa-os de estarem *usando os*

instrumentos do Governo para preparar as suas candidaturas. Mas, enfatizamos que consideramos pouco proveitosa a compreensão deste movimento enquanto um súbito levante de caráter ideológico contra os técnicos, sendo mais provável e profícua a ideia de que estes indivíduos estariam respondendo a um processo de '*marginalização*' dos políticos de importantes centros de decisão com o fito de ampliar o seu prestígio perante o regime.

Em um discurso do então deputado federal Aureliano Chaves (ARENA–MG), podemos perceber o uso destas estratégias por parte dos políticos arenistas na sua tentativa de demonstrar o quão '*benéfica*' pode ser a sua influência dentro do regime militar. Com uma fala voltada aos candidatos arenistas para as eleições indiretas referentes aos cargos de governador em 1974 — no qual este seria eleito para o governo de Minas Gerais — o deputado pediu ao presidente-militar Ernesto Geisel um maior papel aos políticos na elaboração dos *Planos Nacionais de Desenvolvimento*. Em discurso intitulado *Participação política e co-responsabilidade*, Chaves afirmou:

> Creio, Senhor General Ernesto Geisel, que ao verdadeiro homem público, ao autêntico político, deve caber um legítimo papel na elaboração de um Plano Nacional. Sentimos a injusta e tendenciosa deformação, que alguns insistem em imprimir à vida política. Deformação que começa por considera-la o próprio desengano e termina por inquina-la de inútil, de vez que aos expoentes da tecnologia estaria reservada a sábia direção política. A essa verossimilhança corresponde uma total ausência de veracidade. Aos técnicos cabe a tarefa válida de estudos e propor soluções viáveis. Aos políticos, optar por aquelas melhor afinadas com os legítimos anseios do povo. Não se pretende que a construção das Nações seja obra exclusiva dos políticos, mas, sem eles isto não seria possível. (...) Aceitamos e não subestimamos a importância da racionalização

> técnica. O que não se deve é correr o risco de superestimá-la. Se o nível de vida, o conforto, o bem-estar social advém de realizações e providências técnico-administrativas isto, entretanto, não é todo o *Bem Comum*.[56]

A retórica de que o político não é infenso ao técnico e que, embora providos de saberes distintos, estes poderiam coexistir de forma proveitosa dentro dos centros administrativos desde que os limites entre ambos fossem respeitados foi partilhada não somente por arenistas. Para além dos flancos do partido do governo podemos encontrar outros indivíduos que refletiram a respeito da questão, como o então ex-ministro do Planejamento do governo de Castelo Branco, Roberto Oliveira Campos. No ano de 1972, este publicou um artigo no *Estado de São Paulo*, chamado *Uma útil, porém não santa aliança*, no qual propunha que mesmo com a aliança entre militares e tecnocratas adotada desde 1964 tendo conquistado *estabilidade social* e *desenvolvimento econômico*, esta deveria estar atenta aos *perigos do sucesso*. Na sua leitura, se o regime obteve êxito no campo econômico, infinitamente seria mais complexa a formulação de modelos de desenvolvimento político e social. Para tal, uma maior institucionalização dos partidos e uma melhor definição dos papéis exercidos por técnicos e políticos deveria ser fomentada. Assim, para tal desenvolvimento, Campos argumentou que:

> Em primeiro lugar, é difícil fazer política sem político. Em segundo lugar, as tarefas sociais não são imutáveis no tempo: a aliança entre tecnocratas e militares provou-se de extraordinária eficiência na atual fase de desenvolvimento em que a prioridade é dada ao processo acumulativo. Será talvez menos eficaz quando atingido determinado nível de crescimento do produto, tivermos que reorientar

---

[56] **Revista Mensal**, ano 2, nº16, outubro de 1973, p.5

> nossas prioridades num sentido redistributivo. **O crescimento da produção é um problema técnico; a redistribuição é um problema político [grifo nosso]**. Em terceiro lugar, (...) a co-gestão militar tecnocrática, (...) não deve ter veleidades de se substituir indefinidamente à vida partidária. A história ensina que só se perpetuaram as revoluções que buscaram institucionalizar-se através de mecanismos político-partidários.[57]

Porém, nem toda crítica à presença de técnicos em cargos políticos e seu predomínio nas decisões da administração pública foram polidas como as de Roberto Campos. Em um duríssimo artigo chamado *Réquiem para os governadores*, escrito no ano de 1973 também para o *Estado de São Paulo*, o colunista Carlos Chagas realizou uma leitura deliberadamente vexatória das gestões dos governadores-técnicos. O autor categoricamente afirmou que "ninguém duvida terem os governadores do general Médici, fora as exceções de sempre, fracassado, amplamente em suas missões"[58], bem como propunha que estes transformaram-se em *nulidades completas* e que assumiram o papel de *fantoches regionais*. Como visto, sua conclusão não poderia ser mais dura:

> Com os governadores técnicos, vale repetir, fora as exceções, aconteceu pior. Sem tradição, gosto ou conhecimento pela política, isolaram-se num pequeno comitê de *iluminados* todos os hábeis manipuladores de relatórios, mas dissociados do mundo real onde deveriam atuar. O resultado, é o que se vê: os governadores atuais, ainda com um ano e cinco

---

[57] CAMPOS, Roberto Oliveira. Reflexões sobre uma útil, porém não Santa Aliança. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 23/08/1972, p.4.

[58] CHAGAS, Carlos. Requiem para os governadores. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 21/10/1973, p.10

> meses de mandato pela frente, assemelham-se a defuntos administrativos, peças estáticas decorando palácios suntuosos mais ou menos como os anjos de mármore de todos os cemitérios.[59]

Retomamos assim a nossa concepção de que ao menos no campo político, tivemos fissões dentro do núcleo de poder da ditadura anteriores a 1973-1974, mas que viriam a influenciar nos conflitos deste período. Assim, entre outras características a serem destacadas, a leitura negativa do papel dos técnicos é um elemento que perpassa a crise econômica de 1973, a constante marginalização das classes populares na distribuição de renda e no processo político, e a vitória do MDB em 1974. No campo econômico, os técnicos eram criticados pela centralização das decisões, pelos baixos índices de distribuição de renda aliados à manutenção de uma dura prática de arrocho salarial, sendo que com a crise de 1973 e a diminuição das taxas de crescimento do ciclo 1967-1973, tais críticas seriam asseveradas. No campo social, as classes populares a partir de 1974 passaram a se mobilizar cada vez mais na oposição ao regime, clamando por maior participação popular nas decisões políticas e pelo fim da ditadura. E ao observarmos a campanha do MDB no pleito de 1974, podemos perceber uma amalgama destes fatores, seja por meio de lemas como *Vote por pão!*, que enfatizavam as privações vividas pelas classes populares devido as políticas econômicas adotados pelo regime, ou seja pela retórica em prol da valorização da liberdade de atuação dos políticos e do Legislativo, pois seria por meio destes instrumentos que o partido poderia canalizar as demandas populares e promover *justiça social*.

Com a morte de Filinto Muller no dia 11 de julho de 1973, a presidência do Diretório Nacional da ARENA foi

---

[59] Idem, Ibidem.

assumida pelo Senador Petrônio Portella (ARENA–PI). E a partir da indicação do general Ernesto Geisel para ser o substituto de Médici na presidência, mudam-se as dinâmicas do governo militar com a ARENA. Com promessas de distensão política, Geisel enviou Portella para negociar os novos nomes para os cargos de governadores estaduais, porém com um enfoque de promover o diálogo com as lideranças partidárias, permitindo uma maior participação destas no processo de indicação, com o objetivo último de realizar a almejada *unificação partidária*. Tal evento ficou conhecido como *Missão Portella*. Assim, a *Revista Mensal* abria a sua 17ª edição destacando que Portella foi incumbido por Geisel da "tarefa de aglutinar a ARENA em torno de soluções que, ao lado de possibilitarem a escolha de homens capazes, valorizem os políticos e favoreçam a coesão, o engrandecimento e o fortalecimento do nosso Partido".[60] Em sua edição posterior, sendo esta também a sua última, a revista destacaria o que compreendia enquanto o sucesso da *Missão*. Em suas palavras:

> Com êxito total, expresso sobretudo na ampla e irrestrita participação que tiveram todas as correntes arenistas na indicação dos candidatos aos governos estaduais, o Senador Petrônio Portella encerrou a sua missão de que foi incumbido pelo Senhor Presidente da República, de coordenar a sucessão governamental nos Estados. Os escolhidos são homens de vida partidária, sendo que mais da metade deles tem intensa militância política. Foram ou são prefeitos, vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores. A Missão Portella, portanto, não apenas fortaleceu a ARENA, como promoveu a valorização da classe política.[61]

---

[60] **Revista Mensal**, ano 3, nº17, março de 1974, p.1
[61] **Revista Mensal**, ano 3, nº18, abril/maio de 1974, p.1

Entretanto, a postura adotada pela revista deve ser problematizada. Ao confrontarmos a leitura de que a *Missão Portella* teria promovido uma *valorização da classe política* com as trajetórias profissionais dos governadores indicados, podemos perceber algumas incoerências e distorções. Embora o número de membros sem filiação partidária prévia ao cargo tenha diminuído em comparação ao do governo Médici — de 9 (40,9%) para 6 (28,57%) — ainda temos uma considerável presença destes, inclusive no Piauí, estado pelo qual Petrônio Portella era senador e onde o próprio coordenou a indicação de Dirceu Mendes Arcoverde — um médico e ex-Secretário da Saúde com ligação ao seu grupo político local. Nos dois estados de maior PIB da Federação – São Paulo e Rio de Janeiro – também tivemos a indicação de indivíduos com perfil técnico e/ou militar. Outro aspecto interessante a ser observado é que 1/3 dos governadores indicados jamais haviam sido eleitos para cargos políticos previamente.

Quadro 8 - Trajetória dos governadores estaduais (1975-1979)

Nome	**Estado**	**Trajetória prévia ao cargo**	**Filiação partidária prévia ao cargo**
Geraldo Gurgel de Mesquita	AC	Professor, secretário estadual, prefeito, deputado federal, senador	PSD, ARENA
Divaldo Suruagy	AL	Economista, jornalista, secretário estadual, funcionário público, prefeito	PSD, ARENA
Artur de	AM	Militar	Sem filiação

Azevedo Henning			
Roberto Santos	BA	Médico, professor, funcionário público, secretário estadual, reitor da UFBA	Sem filiação
Adauto Bezerra	CE	Militar, deputado estadual	UDN, ARENA
Élcio Álvares	ES	Advogado, deputado federal	PSD, ARENA
Irapuan Costa Júnior	GO	Engenheiro, funcionário público, prefeito indicado	MDB
Osvaldo da Costa Nunes Freire	MA	Médico, funcionário público, secretário estadual, deputado estadual, deputado federal	PST, PSD, UDN, ARENA
Aureliano Chaves	MG	Engenheiro, professor, funcionário público, secretário estadual, deputado estadual, deputado federal	UDN, ARENA

José Garcia Neto	MT	Engenheiro, funcionário público, professor, prefeito, deputado federal, vice-governador	UDN, ARENA
Aluísio Chaves	PA	Advogado, juiz, professor, reitor, secretário estadual	ARENA
Ivan Bichara Sobreira	PB	Advogado, jornalista, funcionário público, deputado estadual, deputado federal	UDN, PL, ARENA
Jaime Canet Júnior	PR	Empresário, fazendeiro, banqueiro, funcionário público, vice-governador	ARENA
Moura Cavalcanti	PE	Advogado, empresário, funcionário público, secretário estadual, prefeito, governador indicado, ministro	Sem filiação

Dirceu Mendes Arcoverde	PI	Médico, professor, secretário estadual	Sem filiação
Floriano Peixoto Faria Lima	RJ	Militar	Sem filiação
Tarcísio Maia	RN	Médico, secretário, deputado federal	UDN, PSD, ARENA
Sinval Guazzelli	RS	Advogado, funcionário público, secretário estadual, vice-prefeito, deputado estadual, deputado federal	UDN, ARENA
Antônio Carlos Konder Reis	SC	Advogado, secretário estadual, deputado estadual, deputado federal, senador	UDN, ARENA
José Rollemberg Leite	SE	Engenheiro, professor, funcionário público, senador, governador	PSD, ARENA
Paulo Egydio Martins	SP	Engenheiro, empresário, funcionário	Sem filiação

		público, ministro	
Fontes: Quadro construído a partir de consultas ao acervo de verbetes biográficos do CPDOC. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo			

Todavia, um dos fatores de grande mudança no quadro é o da origem profissional dos membros, em especial a quantidade de engenheiros. Se 77,77% dos governadores sem filiação partidária previa da gestão Médici eram engenheiros, os que se enquadraram neste perfil do governo Geisel, tivemos somente 1 engenheiro (o governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins), constando entre os demais 2 médicos, 2 militares e 1 advogado. E no quadro geral, se em 1971, 36,36,% dos governadores eram engenheiros, em 1975 foram apenas 23,80% oriundos desta profissão. No mais, em comparação ao governo Médici, a retórica de um retorno a uma maior valorização dos políticos não deve ser descartada ao analisarmos o quadro de governadores, afinal os números são expressivos: 71,43% destes eram filiados a partidos políticos antes de tomarem posse dos cargos, bem como 66,66% já haviam exercido algum cargo político por meio de eleições diretas.

A respeito ainda do processo de escolha dos governadores por Ernesto Geisel, consideramos pertinente apontar algumas informações oriundas de pesquisa realizada pelo historiador Celso Castro a respeito das *apreciações* do Serviço Nacional de Inteligência durante o quadriênio 1975-1979. As *apreciações* consistiam em documentos preparados pelo alto escalão do SNI – neste período sob o comando do General João Baptista Figueiredo - para serem difundidos para as outras centrais do órgão, bem como para o próprio presidente-militar. Castro nos aponta que tanto a ARENA quando o MDB foram objetos de suspeição por parte do órgão e que um dos analistas do SNI, a respeito do processo de escolha dos novos governadores em 1974, lamentou o fato de

que o governo, embora forte o suficiente para poder escolher livremente, teria escolhido o caminho mais difícil, "atribuindo papel relevante à opinião da classe política".[62] Tais dificuldades seriam oriundos de três fatores principais, sendo estes: a falta de unidade da ARENA em alguns estados; o imediatismo do comportamento de muitos líderes políticos, que não priorizavam o interesse nacional: e a "pouca ou nenhuma aceitação da influência de políticos na condução de problemas nacionais, por parte de setores revolucionários, particularmente militares".[63] Assim, o mesmo analista concluiria que o papel decisivo no campo político deveria ser exercido pelo presidente da República, bem acima do "papel importante, porém acessório, desempenhado pelos políticos".[64] Já em junho de 1974, ao comentar a *Missão Portela*, o analista afirmou que "esta conseguiria obter pleno existo em alguns estados, mas em outros estados, porém os candidatos escolhidos sofreriam restrições dentro do próprio partido governista"; entre os citados estavam: PR, ES, PB, RN, GO e MA.[65]

Assim, como pudemos perceber ao longo deste capítulo, tanto a ampliação do poder dos técnicos dentro do Estado ditatorial, como a presença destes em setores tradicionalmente ocupados por políticos de carreira gerou uma série de atritos e críticas por parte de membros da ARENA. O estudo destes conflitos a partir de uma perspectiva histórica nos possibilitou observar estes conflitos a partir das ações e discursos promovidos por agentes históricos inseridos em um contexto (o da gestão Médici) e um processo específico (o da ampliação da burocracia estatal e centralização das decisões políticas em ministérios, agências e instituições controladas por

---

[62] CASTRO, Celso. As apreciações do SNI. In: CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **Dossiê Geisel**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002. p.43-44

[63] Idem, Ibidem. p.44

[64] Idem, Ibidem.

[65] Idem, Ibidem.

técnicos), nos afastando de leituras baseadas excessivamente em modelos teóricos pré-concebidos. Assim, buscamos privilegiar o foco de nossa análise nas ações de descontentamento e resistência por parte dos arenistas às mudanças e reestruturações promovidas pelo regime militar. Ao direcionarmos o nosso olhar para as ações e projetos políticos destes arenistas, e compreendermos estes enquanto agentes históricos capazes de mobilizarem relações e culturas políticas por meio de mecanismos, lógicas e influências que refletem formas muito particulares de se compreender a esfera pública e a organização social, temos a possibilidade de escrutar de forma mais detalhada os movimentos de aproximação e distanciamento entre arenistas e militares/técnicos oriundos do *staff* governamental. Se autoras como Carvalho e Grinberg apontam para um fracasso na tentativa do regime militar de inserir um perfil *tecnocrático* aos membros da ARENA, buscamos apresentar ao longo deste capítulo que tal fenômeno não pode ser entendido sem levarmos em consideração a agência política dos próprios arenistas — em especial dos setores mais *tradicionais* do partido — que em muitos casos demonstram-se insatisfeitos com tal proposta e buscaram externar este descontentamento de forma pública. E embora tais tensões jamais tenham levado a uma ruptura entre governo e partido, entendemos que estas geraram fissuras no núcleo de poder do regime.

Nos dois próximos capítulos retomaremos o nosso foco em uma escala de observação que privilegia as relações políticas em Santa Catarina. Mas, as reflexões realizadas neste, demonstraram-se essenciais para compreendermos como estas tensões se desenvolveram em âmbito nacional, para doravante nos aprofundarmos nas formas pelas quais estas vieram a ressonar, obter significados próprios e usos políticos particulares no âmbito local. Ao partimos do entendimento de que a indicação de Colombo Salles para o cargo de governador — um engenheiro e funcionário público sem filiação partidária

prévia — gerou descontentamentos das lideranças locais da ARENA, buscaremos problematizar a analisar de forma mais pormenorizada este caso. Em especial, ao atribuirmos especial enfoque na forma como o projeto de governo de Salles pautado por um discurso em prol da *técnica* e da *modernização* não foi bem recebido pelas elites regionais catarinenses e sua cultura política baseada na concentração de poder político e econômico entre seus pares e uma retórica estruturada na *tradição* e na *predestinação* destes à vida pública. Entre estas duas realidades as relações e culturas políticas da ARENA catarinense foram forjadas neste período.

3. A ARENA NO GOVERNO COLOMBO SALLES

Um estudo focado nas relações políticas na ARENA catarinense durante a gestão de Colombo Machado Salles pode ser revelador de fissuras que contribuam para a compreensão do funcionamento de mecanismos e redes de sustentação do regime autoritário. Entendemos que a partir do momento em que o governo federal privilegiou a indicação de um *técnico* sem filiação partidária prévia ao cargo de governador estadual em detrimento de uma liderança partidária local, tensões e conflitos começaram a manifestar-se no partido, ao passo em que permaneceram irresolutos durante toda a gestão de Colombo Salles. A partir de uma escala de observação reduzida ao âmbito regional buscamos lançar um olhar voltado para as movimentações destes políticos membros da ARENA no cenário político catarinense durante o referido recorte temporal. Partiremos do pressuposto que as relações políticas do partido com o governo Médici — discutidas no capítulo posterior — também foram constituídas e influenciadas por pressões políticas e socioculturais próprias das distintas regiões do país. Logo, as reflexões que se seguem almejam explorar esta faceta ainda pouco explorada das relações entre ARENA e governo durante o período Médici em Santa Catarina.

Ao longo deste período a ARENA catarinense encontrou-se dividida. De um lado, uma ala formada pelo novo governador, pelo seu secretariado e por arenistas que buscavam aproveitar o momento de *fragilidade* das elites políticas locais para galgarem postos de lideranças partidárias. Devido a sua heterogeneidade, este grupo promoveu uma retórica pautada por um ideal difuso de *renovação política* que se demonstrou influenciado por múltiplos interesses e referências, como o plano de governo de Colombo Salles — o *Projeto Catarinense de Desenvolvimento* — a *pregação anti-oligárquica* e o fomento de novas lideranças partidárias com perfil empresarial e *técnico*. Do outro lado, tivemos um grupo composto por

tradicionais políticos locais oriundos das famílias Ramos e Konder-Bornhausen, bem como seus aliados políticos ligados às redes de influências e negócios destas famílias. Em linhas gerais, esta ala buscou defender-se das acusações de que tais famílias formariam uma *oligarquia* e contrapôs-se a qualquer noção de *renovação política* que não prestigiasse as lideranças locais, buscando por meio de distintas estratégias recuperar espaços de poder na política catarinense.

Analisar a ARENA neste recorte temporal significa embrenhar-se em um período de constantes debates, mudanças e contradições no quadro político local. Acompanhar o desenrolar destes conflitos, o processo de formação de alianças, as conversações e perscrutar as oscilações geradas por eventos que provocaram veementes reações dos agentes históricos envolvidos e alterações nas dinâmicas do quadro político local é uma tarefa que requer precauções por parte do pesquisador. Em especial, para que este perceba que ao longo deste processo histórico podemos encontrar distintas dinâmicas que devem ser analisadas em suas particularidades, permitindo uma análise da composição e articulação de estratégias de cada grupo de acordo com o seu contexto e sua temporalidade. Assim, partindo dos critérios acima expostos, compreendemos que o olhar do historiador não pode estar voltado para a ARENA catarinense enquanto um partido composto por uma *ideologia concisa* e que teria se mantido perfeitamente coerente ao longo de sua existência, pois assim compreenderíamos o nosso objeto enquanto *pronto, acabado* e *isento de contradições*. O nosso enfoque privilegiará uma análise da ARENA enquanto um agrupamento político em constante formação, muitas vezes contraditório e permeado por conflitos e incertezas a respeito do seu futuro.

Iniciaremos abordando as diretrizes adotadas pela gestão Colombo Salles. Embora consideremos que aquele governo tenha caminhado ao encontro das prerrogativas ideológicas e reformas institucionais propostas pelo governo

Médici, tendo o próprio Salles afirmado ser um "procurador do regime militar"[1] e admitido publicamente ter recebido a influência direta do *Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo* (1970), não compreenderemos seu *Projeto Catarinense de Desenvolvimento* como um mero reflexo das estratégias e planejamentos do governo federal.

No nosso entendimento, embora estas influências ideológicas e conjunturais sejam imprescindíveis a compreensão do objeto em questão, elas também podem silenciar e obscurecer as ações de uma série de agentes históricos envolvidos neste processo e que foram fundamentais para delimitar e enquadrar tais projetos do governo federal na realidade catarinense. Desta forma, em primeiro lugar discutiremos a própria trajetória profissional de Colombo Salles em um constante confronto entre sua trajetória de ascensão no funcionalismo público enquanto engenheiro, a conjuntura de constante ampliação das zonas de influência da burocracia estatal que se demonstrou favorável a seu nicho profissional e sua capacidade para construir uma consolidada rede de sociabilidades que reuniu indivíduos oriundos das elites burocráticas, políticas e, especialmente, militares que se demonstraram fundamentais para sua indicação ao cargo de governador. Em um segundo momento, analisaremos de forma pormenorizada alguns elementos centrais do seu plano de governo e o processo de constituição do mesmo.

Dando seguimento às nossas reflexões, um dos momentos centrais desta pesquisa concentra-se na discussão a respeito das relações políticas da ARENA catarinense durante a gestão Salles. As disputas entre as duas alas do partido foram uma constante no período, resultando em diversas pequenas crises caracterizadas por renúncias de mandatos, demissões de cargos e polêmicas notícias veiculadas pela imprensa local que evidenciavam as tensões entre ambas as partes. Todavia, nem

---

[1] PEREIRA, Moacir. **Colombo Salles**: o jogo da verdade. Florianópolis, Insular, 2007. p.91

somente de embates viveram estes dois grupos durante este período, mas foram diversas as tentativas de conciliação e busca por acordos. Estas usualmente partiam do próprio governador Colombo Salles, na tentativa de garantir harmonia e estabilidade para sua gestão. Desta forma, sustentaremos que tais movimentações do governador podem ser vistas enquanto indícios da insustentabilidade de enquadrá-lo enquanto um *técnico* supostamente *neutro* e alheio à *política de favores*. Como veremos, a própria cobertura jornalística local soube explorar esta contradição ao confrontar a sua retórica em prol de um governo *técnico* com suas práticas de busca por negociações e acordos entre as partes conflitantes — embora estas jamais tenham sido efetivas em neutralizar por completo os confrontos.

Se durante seus primeiros anos a ofensiva por uma *renovação política* foi mais intensa, com o caminhar do governo Salles as lideranças tradicionais passaram cada vez mais a retomar espaços dentro do partido e da política local, movimento este que culmina com a indicação de Antônio Carlos Konder Reis para governador do estado no quadriênio de 1975 a 1979 e, posteriormente, de Jorge Konder Bornhausen, que assumiu o poder entre os anos de 1979 e 1982. Assim, a última parte deste capítulo está reservada para uma análise destas articulações e estratégias das lideranças tradicionais com vistas de obter maior influência na gestão de Salles, retomar a frente do partido, bem como do governo estadual.

3.1 Uma geometria de linhas claras: as diretrizes da gestão Colombo Salles

Antes de tomar posse como governador de Santa Catarina, Colombo Salles promoveu uma série de comícios em diferentes cidades do estado com o fito de apresentar-se e exibir seu plano de governo à população. Este procedimento

teve um significado especial para os seus futuros planos, pois visava introduzi-lo na cena política catarinense, na qual ainda era um *estranho*, com uma trajetória profissional alheia à política partidária.[2] Todavia, ao analisarmos o conteúdo de seus discursos, o que podemos perceber é uma apropriação de sua trajetória profissional como um engenheiro — um *técnico* — para se diferenciar dos demais *políticos* catarinenses. Em um destes pronunciamentos, realizado na cidade de Lages em agosto de 1970, Salles apresentou-se da seguinte maneira:

> Foi, infelizmente, aceito por muito tempo que a palavra inflamada e desprendida estivesse na proporção inversa da prática administrativa. Já não é assim! Não vos trago um verbo fácil e acalorado, mas uma conjugação correta e apropriada de esforços, numa equação justa de finalidades, de meios e de ações. (...) Não venho de reuniões escondidas na noite, nem de promessas embuçadas. Venho de uma geometria de linhas claras, de finalidades sólidas e de ângulos retos".[3]

Ao observarmos este enfático pronunciamento de Salles, podemos perceber uma distinção fundamental criada pelo próprio emissor do discurso a respeito de dois modelos possíveis de administração para Santa Catarina. O primeiro é apresentado de forma negativa, sendo este *já aceito por muito tempo*, pautado pelo *verbo fácil e acalorado*, por *reuniões escondidas na noite* e pelas *promessas embuçadas*; em outros termos, uma representação caricatural das gestões realizadas por **políticos**, oriunda da percepção depreciativa de Salles a

---

[2] Em sua biografia chega a relatar ter afirmado ao presidente-militar Médici que jamais participou de partido político, tal como nunca havia ido a um comício na vida. Cf: Idem, ibidem. p.196.

[3] SALLES, Colombo Machado. Discurso em Lages, ao iniciar sua visitação às sedes das micro-regiões como candidato ao Governo – agosto/1970 In: **Geometria de linhas claras**. Florianópolis: [s.n], vol.1, [197-], p.8.

respeito destes e de suas práticas. De forma concomitante, Salles também nos apresenta uma alternativa a este primeiro modelo, sendo esta exposta de forma positiva, tendo como sua base *equações justas* e *uma geometria de linhas claras, de finalidades sólidas e de ângulos retos*, a qual pode ser compreendida como uma *antítese* do primeiro; esta seria a imagem idealizada de uma gestão promovida pelos **técnicos** e pautada rigorosamente pela ciência e pela técnica.

Assim, o que evidenciamos neste discurso de Colombo Salles, e em tantos outros de seu governo, é uma operação de contraposição entre uma gestão da máquina pública pautada por *soluções políticas* e outra por *soluções técnicas*, sendo que a primeira é compreendida enquanto sinônimo de *atraso*, *clientelismo* e *ineficácia*, e a segunda é apresentada sob a justificativa de ser *moderna*, *isenta* e *eficiente*. Ao analisarmos o seu plano de governo, facilmente podemos perceber a influência deste segundo modelo de gestão nas suas diretrizes.

Como abordaremos adiante, o *Projeto Catarinense de Desenvolvimento* foi formulado a partir de três fatores preponderantes: a) a influência do *Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo*, desenvolvido no ano de 1970 pela gestão Médici; b) os ciclos de estudos e debates promovidos entre civis e militares pela Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG); c) consultas a empresários e lideranças locais de microrregiões de Santa Catarina, definidas a partir de uma divisão administrativa do território estadual idealizada pela gestão Salles para melhor compreender as distintas características e demandas do estado. Devido à carência de fontes a respeito destas consultas locais, restringiremos nossa análise às influências da gestão Médici no escopo ideológico do programa, bem como nos serviremos das contribuições da pesquisa de Michel Goulart da Silva a respeito dos ciclos de debates da ADESG em Santa Catarina.[4]

---

[4] Cf: SILVA, Michel Goulart da. **Crescer com o Brasil**: planejamento, modernização e utopia de desenvolvimento em Santa Catarina (1970-1975).

Ao analisarmos os discursos e projetos políticos de Colombo Salles, podemos encontrar interessantes usos da retórica *tecnocrática* com o fito de legitimar sua gestão enquanto capaz de solucionar o que este percebia como históricos problemas administrativos de Santa Catarina. Todavia, quais problemas seriam estes? Como seriam solucionados? De que forma Salles credenciava-se enquanto capaz para tal? Acreditamos que um meio para responder tais questionamentos é o de entendermos de forma mais aprofundada as condições sociais e históricas em que a trajetória profissional de Salles se deu e a sua relação com o PCD.

Consideramos tal abordagem rica em possibilidades, pois na retórica comum nos discursos do governador, estão presentes estes elementos de forma inter-relacionada; em linhas gerais, o governador sustentou por diversas vezes que as qualidades do PCD seriam fruto do seu passado profissional *técnico* e alheio à *política*. Assim, mediante a problematização e crítica das fontes, almejamos explorar e discutir de forma mais pormenorizada que, para além das possíveis influências conjunturais oriundas da gestão Médici, as ações e discursos do governador circularam em um espaço temporal e geográfico específico e desencadearam reações muito particulares e não necessariamente óbvias.

3.1.1 - A trajetória profissional de Colombo Salles

Como já discutido previamente neste trabalho, a indicação do engenheiro de portos e canais Colombo Machado Salles para o cargo de governador em Santa Catarina fez parte de um contexto específico do período ditatorial e coaduna com a preferência da gestão Médici pela inserção de *técnicos* em postos estratégicos da administração pública brasileira.

Formado em engenharia civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) no ano de 1949, os primeiros anos da carreira profissional de Salles foram dedicados a estudos e avaliações técnicas a respeito das condições hidrográficas de rios, baias e portos nas cidades de Blumenau, Laguna e Joinville. No ano de 1955 foi aprovado em concurso público para o quadro permanente de engenheiro do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), órgão criado em 1940 durante o Estado Novo e elevado ao posto de autarquia pela gestão João Goulart em 1962.[5] Era da competência deste órgão a realização de obras de infraestrutura voltadas para a contenção de enchentes, canalização de córregos e drenagens.

De acordo com José Luciano de Mattos Dias, ao analisar a trajetória da profissão de engenheiro na história recente brasileira, o período entre 1945 e 1965 — no qual Salles obtém sua graduação e ingressa na carreira pública dentro de um grande órgão estatal — foi marcado pelo processo de constituição das grandes empresas estatais e dos órgãos de planejamento. A profissão de engenheiro passa a ser amplamente requisitada nestes centros, sendo uma consequência a ampla especialização na área por meio da implementação dos cursos de pós-graduação.[6] Para o autor, foi durante este período, no qual o Estado brasileiro foi influenciado por formulações desenvolvimentistas e ocorreram avanços no controle estatal sobre ramos das atividades econômicas, que oportunidades *radicalmente novas* apareceram para os profissionais de engenharia na condução das ações governamentais. Nas suas palavras:

> Em termos gerais, essas entidades começavam a afastar as atividades técnicas – *locus* da

[5] PEREIRA, op.cit., 2007. p.45

[6] DIAS, Jose Luciano de Mattos. Os engenheiros do Brasil In: DIAS, Jose Luciano de Mattos; MOTTA, Marly Silva da.; GOMES, Ângela de Castro. **Engenheiros e economistas : novas elites burocráticas.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

> atuação profissional dos engenheiros – da estrutura tradicional do funcionalismo público e apresentavam exigências específicas que fortaleciam a posição do engenheiro como agente de decisão.[7]

A grande demanda do Estado brasileiro por profissionais desta área é um elemento fundamental para compreendermos a ascensão de Salles nos quadros do funcionalismo público brasileiro. No ano de 1956, Salles foi nomeado pelo então Ministro da Viação e Obras Públicas, Lúcio Martins Meira, para viajar à cidade de Maison-Alfort na França com o intuito de acompanhar os estudos sobre modelos hidráulicos para os portos catarinenses, promovidos pelo Laboratório Central d'Hydraulique de France. No ano posterior, o mesmo recebeu a Ordem do Mérito Nacional da França como professor da Universidade de Nacionalidade Brasileira.[8] Já no ano de 1960, foi realocado como Chefe do 17º Distrito de Portos, Rios e Canais, órgão que fazia parte do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, sediado em Florianópolis. Por fim, por duas vezes Salles foi removido ex-ofício para outros cargos. Na primeira, foi designado para a Administração do Porto do Rio de Janeiro, em 1961. Já na segunda, realizada no ano de 1964, foi indicado para prestar serviços na Prefeitura de Brasília[9] na gestão de Plínio Reis de Cantanhede Almeida (1964-1967), no desempenho de Secretário do Governo, mas acabou por acumular e centralizar as funções de Secretário da Educação e Cultura, bem como da Fazenda. Neste mesmo ano Salles foi aprovado em concurso

---

[7] Idem, ibidem. p.52.

[8] PEREIRA, op.cit., 2007. p.49

[9] Convém destacar que durante os anos de 1960 e 1969, a cidade de Brasília foi governada por um prefeito indicado pelo Presidente da República e administrada por uma Prefeitura. Somente a partir de 1988, com a reorganização do território brasileiro, o Distrito Federal passou a ser governado por governadores eleitos pelo voto popular.

público para lecionar na Universidade Federal de Goiás (UFGO).[10]

Em sua biografia, o próprio Salles considera o período de sua atuação como Secretário em Brasília o momento em que se aproximou do alto escalão militar e civil do regime. Em seu texto, Salles narra que foi inicialmente indicado para assumir o cargo de Secretário do Governo, mas com os pedidos de demissão do Secretário da Fazenda e do Secretário da Educação acabou assumindo também as funções de ambas as pastas. A partir desta grande centralização de poder sob sua responsabilidade, Salles passou a fazer maiores contatos, bem como a ser requisitado pelas autoridades do regime militar.

Em seus termos, devido ao acúmulo de cargos, "se alguma autoridade, um parlamentar, um profissional, empresário ou cidadão comum precisasse de um telefone, era a mim que recorria. Se faltasse matrícula numa escola, era eu sempre o procurado".[11] Nesta posição, passou a ter vínculos com o então presidente-militar Humberto Castelo Branco, com o qual manteve "um relacionamento muito afetivo, íntimo até", considerando-o "um grande homem, muito inteligente e muito culto", sendo que sua filha frequentava a mesma escola que a neta do presidente-militar.[12] Salles também afirma que durante este período recebeu vários pedidos do General Ernesto Geisel, então Chefe do Gabinete Militar.[13] Inclusive, foi nesta época que Salles utilizou-se do poder e da influência de seu cargo para levar o economista catarinense Alcides Abreu — que viria a ser Secretário de seu governo futuramente — para trabalhar no Banco Regional de Brasília. Importante salientar que, de acordo com Salles, sua projeção no governo federal deveu-se à reforma administrativa que realizou em Brasília.[14]

---

[10] Idem, Ibidem. p.54-55.
[11] Idem, Ibidem. p.190.
[12] Idem, ibidem. p.189.
[13] Idem, ibidem. p.190.
[14] Idem, Ibidem. p.198-199.

Após prestar serviços como Secretário da Prefeitura de Brasília, Salles permaneceu lecionando na Universidade Federal de Goiás. No ano de 1969, um evento em sua trajetória profissional nos desperta um particular interesse. Colombo Salles assumiu, durante um curto período da gestão do governador Ivo Silveira (1966-1971), o cargo de Secretário do Plano de Metas do Governo (PLAMEG).[15] Ao confrontarmos

---

[15] Fundado na administração Celso Ramos (1960-1965), o PLAMEG, segundo Sérgio Schmitz, foi a primeira tentativa de planejamento global das ações do Estado de Santa Catarina. De acordo com o autor, o mesmo foi estruturado para a "execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e ao desenvolvimento social e econômico de Santa Catarina", tendo para isso a importância de 17 milhões de cruzeiros do tesouro estadual, os quais deveriam ser destinados aos investimentos que objetivassem a melhoria das condições de vida do homem; a infra-estrutura; e a expansão agrícola e industrial, discriminadas em setores. Ainda segundo Schmitz, o PLAMEG possuía características ideológicas que iam ao encontro do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitscheck, como o seu ímpeto industrializante, a ideia de planejamento das contas e serviços públicos, tal como de planificação. Assim, fazem parte deste período: a criação do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), a Federação das Industrias de Santa Catarina (FIESC), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC) e a unificação das empresas de fornecimento de energia para a criação das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC). Com a vitória de Ivo Silveira nas eleições de 1965 para o cargo de governador, sendo este membro do mesmo grupo político de Celso Ramos dentro do PSD, a sua gestão demonstrou-se uma continuidade de muitos projetos da gestão anterior, inclusive o PLAMEG que acabou por entrar na sua segunda fase. Assim os objetivos do então intitulado PLAMEG II foram catalogados em 4 grupos, que em âmbitos gerais almejavam: a melhoria dos meios administrativos e a adequação dos mecanismos de ação pública à sistemática da administração planejada; a valorização dos recursos humanos, através da difusão cultural, da pesquisa e do ensino, com papel preponderante da recém-criada UDESC; a expansão econômica por meio do incremento da infra-estrutura, dinamização do setor primário e estímulos para o desenvolvimento industrial; e a melhoria das condições sociais por meio do desenvolvimento harmônico da infra-estrutura social .Cf: SCHMITZ, Sergio. **Planejamento estadual:** a experiência catarinense

as narrativas das biografias de Ivo Silveira e Colombo Salles a respeito da indicação de Colombo Salles para o cargo de Secretário do PLAMEG, temos interessantes leituras a respeito do evento. De acordo com o testemunho de Ivo Silveira, teria sido o deputado federal Joaquim Ramos que informou o desejo de Colombo Salles em retornar para Santa Catarina. Silveira afirma que a questão foi definida em um consenso partidário local, pois em suas palavras: "as lideranças do ex-PSD pediram para nomeá-lo e assim procedi".[16] Ao ser questionado a respeito da atuação de Salles no cargo, o ex-governador afirmou que o mesmo não pareceu demonstrar interesse na política partidária e alguns de seus *tradicionais rituais*. Assim, o mesmo frisou que

> uma única questão me intrigava: ele não tinha entusiasmo pela construção de ginásios de esportes e assinatura de convênios com as prefeituras municipais. Não aceitei a ponderação. "Vou continuar na construção dos ginásios e na celebração de convênios municipais – enfatizei – porque eu tenho a obrigação de fazer política com os meus companheiros na formação da ARENA". A minha intenção era ter na sucessão alguém que não hostilizasse o partido e a administração.[17]

Ao analisarmos a fala de Silveira a respeito da insatisfação de Salles com os compromissos políticos como as inaugurações de obras e as celebrações de convênios com as prefeituras municipais, temos um elemento central de caráter ideológico do pensamento político de parte das elites burocráticas brasileiras pós-1920, como uma pretensa ojeriza ao *clientelismo*, ao *jogo de favores* e a práticas ditas *populistas*,

---

como Plano de Metas do Governo - PLAMEG, 1961/1965.Florianópolis: Ed. da UFSC, 1985. p.21-54.

[16] PEREIRA, op.cit., 1998. p.127

[17] Idem, ibidem. p.128

que de alguma forma almejavam atender demandas das classes populares. Tais elementos eram considerados perniciosos para a administração pública, pois na retórica elitista destes técnicos e burocratas, estes inseriam a *política* acima da *técnica* e eram frontalmente opostos aos princípios do *planejamento* e da *neutralidade*. Veremos mais adiante que, em grande medida, tais princípios moldaram ideologicamente o plano de governo da gestão Salles, mas demonstraram-se insustentáveis na prática cotidiana das relações políticas.

Por sua vez, Colombo Salles fornece uma narrativa a respeito da sua indicação à Secretaria do PLAMEG que nos traz outros elementos para compreendermos o episódio. Em especial, ao afirmar que a mesma foi "insistência do [Mário] Andreazza, que pretendia ser candidato a presidente da República e precisava de um articulador no Estado".[18] Também em sua biografia, Salles afirma sequer lembrar-se de um convite formal por parte de Ivo Silveira para assumir o cargo, reforçando a narrativa de que a sua indicação foi uma decisão tomada pelo Ministro dos Transportes Mário Andreazza.[19]

Embora não possamos constatar ou refutar nenhuma das versões a respeito da indicação de Salles ao PLAMEG, acreditamos que duas importantes considerações podem ser extraídas do que foi apontado até o momento: a) novamente as habilidades e os saberes técnicos de Salles são requisitados enquanto peça central para o desenvolvimento e administração de um planejamento de crescimento econômico, o que reforça a influência política que esta nova elite burocrática e técnica

---

[18] PEREIRA, op.cit., 2008. p.203

[19] Na integra a passagem em que Salles faz esta afirmação: "é esta a verdadeira história da nomeação para o PLAMEG. Há um detalhe a confirmar. Eu não me lembro do convite formal do governador Ivo Silveira. Lembro-me muito bem de o Andreazza me chamou e disse: "Você vai para Santa Catarina para fazer um plano rodoviário. Eu quero que você fique lá porque o Costa Prometeu que me fará seu sucessor". Ele era ministro, o que eu poderia fazer? Vim para cá, mas não vim já de armas e bagagens". Cf: Idem, ibidem, p.203.

nacional passou a exercer após a década de 1950; b) para além dos seus saberes técnicos, também cabe destacar o processo de formação de uma rede de sociabilidades por parte de Salles ao longo da sua trajetória de ascensão no funcionalismo público ao aproximar-se de membros de elites civis, burocráticas, militares e políticas. Estas últimas parecem ter influenciado diretamente nas suas indicações a cargos de alto escalão em órgãos públicos, secretarias estaduais e até mesmo ao governo do estado de Santa Catarina.

O último cargo que Salles ocupou antes de ser indicado para governador de Santa Catarina foi também o mais influente de sua carreira. Por indicação de Mario Andreazza, Salles deixou o seu posto de Secretário do PLAMEG no dia 9 de dezembro de 1969 para assumir o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis no gabinete do Ministro dos Transportes. Neste posto, Salles coordenou e supervisionou diversas obras ao longo do país, sendo uma destas um projeto para melhorar o transporte da produção da Refinaria da Petrobras situada em Paulínia (SP) para a cidade de São Paulo. Devemos destacar que foi durante uma apresentação na Universidade Mackenzie a respeito do desenvolvimento desta obra em São Paulo que Salles ficou sabendo de sua indicação ao cargo de governador — o que teria considerado algo inesperado e surpreendente.[20]

Como citamos anteriormente, uma de suas primeiras ações como governador indicado e antes de serem realizadas as eleições indiretas de 1970 na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, foi a de viajar e realizar encontros em diversos municípios catarinenses. Em seus discursos podemos ver constantes referências positivas ao fato de ser um engenheiro e não um *político*, sugerindo que seus *saberes técnicos* viriam a ser utilizados com a finalidade de *modernizar* a administração estadual. Por exemplo, Salles afirmou o seguinte em discurso realizado na cidade de Rio do Sul em agosto de 1970:

---

[20] Idem, ibidem, p.193-196.

> Venho sazonado do convívio com as ciências exatas e mensuráveis. Na minha profissão, o resultado final de um projeto é sempre fruto da quantificação das fases componenciais e dos fatores ingerenciais dessas fases. Averiguados esses fatores ingerências, calculadas as fases componenciais, o projeto se regerá, certamente, pelo comportamento previsto. Nem ações opinativas nem malabarismos verbais impedirão a efetivação de um projeto técnico, assim normalizado. (...) Nada disso é novo na administração privada nem no processo tecnológico. Mas até poucos anos atrás, era inusitado na administração pública. É tempo de trazer para este Estado esse espírito de conformação à realidade, de processamento gerencial e de previsão firmada na possibilidade averiguada. Já não se administra sofismando, nem se dirige a coisa pública com malabarismos e tergiversações verbais. Tal prática não nos levou ao progresso que merecíamos no setor econômico-social. Quando muito, enriqueceu, onde houve, o passado de episódios tristemente notórios e de feudalismos coloridos, preços altos demais às populações laboriosas.[21]

Nesta passagem do discurso de Salles destacamos quatros aspectos que consideramos essenciais em sua retórica e que se repetiriam em muitos dos seus discursos quando governador: 1) a caracterização pejorativa das gestões realizadas por *políticos* como alheias ao planejamento e que se valiam de recursos como *malabarismos verbais* e *ações opinativas* — ou seja, *não técnicas* — que impediam o

---

[21] SALLES, Colombo Machado. Discurso em Rio do Sul, em início de visitação às sedes das Micro-Regiões como candidato ao Governo – agosto/1970. In: **Geometria de linhas claras**. Florianópolis: [s.n], vol.1, [197-], p.8.

desenvolvimento; 2) as ações do seu *governo técnico* seriam previstas mediante cálculos e quantificações oriundas de *saberes científicos* das *ciências exatas e mensuráveis*; 3) a defesa de uma gestão da máquina pública baseada na aproximação entre *governo* e *empresa*, inclusive quanto aos métodos de administração; 4) por fim, seguidos os passos anteriores, o resultado seria o *progresso* no setor econômico-social, deixando para trás os *feudalismos coloridos* do passado. Como pudemos observar, estão presentes em seus discursos diversos indícios de métodos e estratégias utilizadas pelo governador para legitimar a eficiência da sua nova gestão por meio da técnica em contraponto aos *sofismas* da *política*. Até mesmo à sua campanha de visitas aos municípios seria negado o caráter de *ato político*. Em seus termos: "não faço uma campanha política; faço uma constatação do que ainda precisa ser feito".[22]

Ainda a respeito dos usos de sua própria trajetória profissional para fins políticos, dentre os discursos a que tivemos contato, dois nos chamaram especial atenção por serem voltados aos seus companheiros de profissão. O primeiro destes foi proferido em um jantar comemorativo do Dia do Engenheiro, no qual Salles afirmou que ao adentrar neste *novo território* — referindo-se à política — ainda seria a engenharia a sua "mentora e conselheira".[23] Já o segundo, realizado na ocasião em que este foi patrono dos formandos em engenharia da turma de 1972 da Universidade Federal de Santa Catarina, destaca-se pela leitura de Salles direcionada aos seus pares de profissão a respeito do que o governador percebia como a *chamada do dever* destes para um setor em específico: o da

---

[22] SALLES, Colombo Machado. Discurso em Canoinhas, em início de visitação às sedes das Micro-Regiões como candidato ao Governo – agosto/1970. In: **Geometria de linhas claras**. Florianópolis: [s.n], vol.1, [197-], p.22.

[23] SALLES, Colombo Machado. Jantar comemorativo do Dia do Engenheiro – maio/1972. In: **Geometria de linhas claras**. Florianópolis: [s.n], vol.1, [197-], p.118.

administração de empresas e a administração pública, a qual deveria "ser focalizada por ele do ponto de vista empresarial"[24]. A construção da argumentação de Salles foi conduzida para finalizar com a defesa de um modelo do papel que o engenheiro deveria desempenhar na administração pública. Em seus termos:

> Tal comportamento intelectual transcende aos campos especificamente engenherísticos e passam a abranger toda e qualquer atividade a qual se define o engenheiro. Nesse comportamento intelectual, a opinião não comprovada, ou a assertiva apriorística, ou o resultado inesperado não tem lugar. Aplicado este comportamento intelectual ao campo da administração, seja ela tipicamente empresarial ou pública, requererá do engenheiro, nessas funções, o mesmo esquema de funcionalidade e comprobatório da atuação que dele se exige nas tarefas mais típicas de sua profissionalização, assim como dele se exigirá a existência de um modelo, consolidado em um plano, com seus múltiplos projetos e subprojetos, com predeterminações respectivas de prazos e das performances exigíveis para a consecução proposta.[25]

Assim, com uma carreira profissional distante da política partidária, Salles desenvolveu uma sólida carreira enquanto engenheiro na burocracia estatal brasileira, chegando a desempenhar cargos de alto escalão. A sua indicação, bem como de outros engenheiros, para o cargo de governador estadual e líder local da ARENA nos demonstra uma interessante aproximação entre o alto escalão militar e tais

---

[24] SALLES, Colombo Machado. Discurso como patrono dos Engenheiros turma/72 da Universidade Federal de Santa Catarina – dezembro/1972. In: **Geometria de linhas claras**. Florianópolis: [s.n], vol.2, [197-], p.13-15.
[25] Idem, Ibidem. p.15.

elites burocráticas do campo da engenharia. Se por parte da gestão Médici havia um interesse em relação aos *saberes técnicos* destes indivíduos e uma crença de que estes trariam a almejada legitimidade ao governo por meio da eficácia no plano econômico, por parte de tais engenheiros temos uma leitura favorável ao autoritarismo e elitismo promovido pelo regime, bem como ao papel central que este veio a atribuir a tais *técnicos*. Todavia, como Salles viria a operacionalizar tais *saberes* na administração de Santa Catarina?

3.1.2 - O Projeto Catarinense de Desenvolvimento

O PCD foi desenvolvido enquanto plano de governo da gestão Colombo Salles, tendo como uma de suas principais finalidades estabelecer metas e objetivos para o crescimento econômico, desenvolvimento dos setores produtivos e *modernização* da sociedade catarinense. Para tal, o projeto também buscou diagnosticar os *obstáculos para o desenvolvimento* do estado e apontou caminhos para tentar superá-los. Influenciado pelas diretrizes econômicas de âmbito nacional — de acordo com o documento, se havia "o Projeto Brasileiro de Desenvolvimento", teria que "haver um Projeto Catarinense"[26] — a formulação do PCD foi influenciada pelo *Programa de Metas e Bases para a ação do governo* de 1970, por contribuições dos ciclos de estudo da ADESG que contaram com a participação de membros influentes da elite acadêmica catarinense, bem como de lideranças empresarias das distintas microrregiões de Santa Catarina. Neste sentido, uma passagem do documento é especialmente cara aos fins desta pesquisa, sendo esta a que define o PCD da seguinte maneira:

---

[26] SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1971-1975 (Colombo Salles). **Projeto Catarinense de desenvolvimento, 1971-1974.** Florianópolis: [s.n.], 1971. p.5

> Apesar do seu conteúdo técnico, é também um documento político. A política não é infensa à técnica: nos tempos modernos, os seus campos se interpenetram para se completarem em resultados cada vez mais urgentes, em benefício das multidões sempre e sempre mais solicitantes.[27]

A noção de que o plano de governo de Salles, para além do seu *conteúdo técnico*, deveria ser compreendido como um *documento político*, bem como de que nos tempos modernos a *política não é infensa à técnica*, são interessantes indícios para refletirmos a respeito desta fonte. Há uma noção geral e precisa que é defendida pelo PCD de que a *técnica* e a *política* não seriam campos antagônicos ou diametralmente opostos, mas que, inclusive, deveriam se interpenetrar com o fito de se complementarem. Tal percepção parece estar baseada na necessidade de se legitimar a ampliação da presença de técnicos no campo político, bem como de promover uma leitura positiva de um modelo de desenvolvimento que se instrumentaliza de *saberes técnicos* para atingir os seus objetivos e incorporar demandas sociais. Todavia, ao analisarmos o processo de elaboração do PCD, podemos encontrar estas duas características? Os técnicos desempenharam um papel fundamental na sua formulação? E se assim foi, seus saberes foram utilizados para a incorporação de demandas sociais?

Tais questionamentos nos levam a um ponto central das nossas reflexões, pois se há a possibilidade de resposta positiva no que tange à presença fundamental dos técnicos no desenvolvimento do PCD, isso não se repete em relação à instrumentalização dos *saberes técnicos* para uma maior incorporação das demandas sociais nos objetivos e desígnios do governo Salles. Em nossas análises, o que pôde ser observado é o caminho contrário: as classes populares foram

---

[27] Idem, Ibidem. p.12.

amplamente excluídas deste processo. Este movimento pode ser constatado na observação das consultas locais do governo as microrregiões catarinenses, quando somente foram sondadas as demandas de empresários locais, bem como nos restritos ciclos de estudos promovidos pela ADESG.

De acordo com Michel Goulart da Silva, estes ciclos de estudos foram realizados na primeira metade da década de 1970 enquanto espaços fundamentais "para diagnosticar demandas e apontar possíveis soluções para os problemas enfrentados pelo estado de Santa Catarina, conforme diretrizes e posturas da ditadura e a difusão da doutrina da Escola Superior de Guerra".[28] Assim, grupos de debates foram organizados por ex-alunos da ESG e diversos membros convidados da academia catarinense, como os historiadores Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Piazza, os cientistas sociais Nereu do Valle Pereira e Sílvio Coelho dos Santos, e os jornalistas Moacir Pereira e Paulo da Costa Ramos. Nestes grupos de estudos também podemos encontrar a participação de membros do secretariado de Colombo Salles, como o Secretário da Fazenda Sérgio Uchôa Rezende, o Secretário de Transportes e Obras, César Amim Gahen Sobrinho e o seu colaborador de longa data e Secretário do Desenvolvimento Econômico, Alcides de Abreu, que chegou a assumir o posto de delegado regional da ADESG a partir de 1974.[29] Outros membros do seu governo vieram a cursar a ESG — como o Secretário de Administração Eugênio Lapagessi — ou participaram de outros ciclos de estudos da ADESG fora de Santa Catarina – como o Secretário da Segurança e Informações, Coronel Delso Lanter Peret Antunes.[30]

Ao destacar a influência que o ideal de *Segurança e Desenvolvimento* propagado pela ESG teve sob a gestão Colombo Salles — e em especial no PCD — Silva vai ao

---

[28] SILVA, op.cit., 2010, p.71.
[29] Idem, ibidem. p.72
[30] Estes são os novos secretários. **O Estado**, Florianópolis, 17/3/1971, p.2-3.

encontro da leitura de Dreifuss quando este propõe que a "ESG compartilhava com os interesses multinacionais e associados tanto a perspectiva quanto o sentido de urgência em transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial capitalista"; bem como de que a mesma "encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais" que visavam um modelo de crescimento "cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não 'políticas'".[31] As interpretações destes autores apontam para uma abordagem que se demonstra profícua para a análise de dois aspectos fundamentais na estrutura do PCD: a exclusão dos antagonismos entre Governo-Empresa e a necessidade de se realizar um processo de *renovação* e *revitalização* das elites catarinenses. Convém destacarmos que o vice-governador da gestão Salles foi Attílio Fontana, político e empresário de longa carreira no Oeste do estado, sendo que este assumiu o cargo após o empresário e presidente da FIESC, Carlos Cid Renaux, ser impossibilitado de registrar sua candidatura por não ter se desvinculado de seu cargo na federação em tempo hábil.

Um dos aspectos centrais na lógica administrativa proposta pelo PCD é a concepção de um entrelaçamento entre *governo* e *empresa*, chegando a propor que durante o quadriênio 1971-1975, "o Estado funcionará como agente catalizador das iniciativas privadas".[32] Nesta passagem do plano de governo, o raciocínio é desenvolvido da seguinte forma:

> O Projeto Catarinense exclui os antagonismos Governo-Empresa, de vez que entende que a Empresa e o Governo são sócios do mesmo empreendimento: o progresso, a prosperidade, o bem estar. O governo não será empecilho nem

[31] DREIFUSS, op.cit., 1981. p.79
[32] SANTA CATARINA. GOVERNADOR, op.cit., 1971. p.3-4.

> pretende executar diretamente nada que possa ser atribuído à Empresa. (...) Os egressos do sistema de formação, em nível superior ou médio, serão, por conseguinte, estimulados a se organizarem em empresas geradoras de emprego, difundido os seus conhecimentos de maneira sistemática e lucrativa (o que é mais importante).[33]

Em outros momentos do PCD, temos uma série de propostas com estes mesmos princípios ao apontarem para políticas de isenção fiscal para empresas, concessões de crédito, expansão e diversificação do setor empresarial estadual e até mesmo parcerias com indústrias de outros países em busca de novas tecnologias para a *modernização* da iniciativa privada no Estado. E ainda em relação a esta passagem, devemos salientar mais uma vez a importância atribuída aos *técnicos* enquanto protagonistas neste modelo de desenvolvimento, pois a estes caberiam o papel de promover por meio dos *seus conhecimentos* e de *maneira sistemática* o que *é mais importante*: o lucro.

Como parte desta movimentação em prol de um maior entrelaçamento entre *governo* e *empresa*, podemos encontrar uma proposta de desenvolvimento de um capitalismo agrário norteado pela concepção de que a empresa rural seria o modelo mais apropriado para o uso da terra, o que iria diretamente ao encontro da política econômica baseada no modelo agroexportador, então posta em prática pelo Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto. Não obstante, o PCD considerou que a *modernização* somente viria a ocorrer na sociedade catarinense se, entre outros fatores, fossem fortalecidos "os desempenhos privados nas suas várias manifestações (agricultura, indústria, serviço)".[34]

---

[33] Idem, ibidem. p.17
[34] Idem, ibidem. p.9

De acordo com Reinaldo Lindolfo Lohn, no ano de 1971, a gestão Salles avaliava que em relação ao trabalho no campo em Santa Catarina: havia um baixo índice de agricultores integrados aos novos métodos produtivos (apenas 15% do total); a renda média dos agricultores era em geral muito baixa (giraria em torno de 600 dólares, caindo mais ainda no litoral); bem como foram diagnosticados entre as populações rurais problemas de grave deficiência alimentar, notadamente de vitaminas e uma alta incidência de verminoses. A partir destas constatações, Lohn assevera que uma proposta de solução para tais problemas foi apontada pelo próprio governo, na qual enfatizou-se a necessidade da mudança de "hábitos, atitudes e habilidades dos agricultores, ou seja, pela transformação de uma agricultura tradicional, de subsistência, em uma agricultura moderna, voltada para o mercado".[35] Por fim, o autor salienta que

> na linguagem oficial do governo, Santa Catarina integrava-se "as ideias de renovação e modernização da sociedade, objetivos da Revolução de 1964 e missão nossa neste Estado". Em 1973 anunciava-se que a "utilização técnica e racional da terra" brevemente permitiria "superação da fase de subsistência" e o "ingresso na agricultura empresarial e de mercado". Em modalidades específicas como a suinocultura, estariam desaparecendo "os grandes rebanhos decorrentes da criação extensiva, sem cuidados técnicos", pois o produtor estaria preocupado em "apresentar um produto dentro das exigências dos frigoríficos".[36]

---

[35] LOHN, Reinaldo Lindolfo. Santa Catarina e a ditadura empresarial : o caso da política agrária. **Fronteiras**, v. 24, p. 23-41, 2014. p.37-38.
[36] Idem, Ibidem, p.40.

A forma como a gestão Salles lidou com a questão agrária e com as relações de trabalho no campo possibilita demonstrar que na retórica *tecnocrática* implícita ao PCD em defesa do *avanço tecnológico* e maior *modernização* das formas de produção temos uma base ideológica em prol da legitimação de novas relações entre governo e iniciativa privada. Tais formulações configuram uma nítida defesa dos interesses da burguesia rural catarinense e de empresas multinacionais dispostas a exportarem maquinário e novas formas de tecnologia para suprirem a demanda do mercado agrícola regional. Cabe destacarmos aqui também a atuação fundamental de um *técnico* neste processo de implementação de uma lógica empresarial e de mercado a agricultura catarinense, sendo este o Secretário da Agricultura da gestão Salles, o engenheiro agrônomo Glauco Olinger.[37]

---

[37] Nascido em Lages-SC, Glauco Olinger foi um engenheiro agrônomo formado pela Universidade de Viçosa, em Minas Gerais. De acordo com Lohn, sua carreira profissional esteve vinculada à família Ramos e ao PSD, tendo importante presença no alto escalão do governo de seu conterrâneo Celso Ramos, no qual foi responsável pelas ações previstas para o setor agrícola no conjunto de medidas estabelecidas pelo PLAMEG, bem como foi Secretário da Agricultura na gestão Ivo Silveira e Colombo Salles. Ainda segundo Lohn, o tema da *modernização* do campo e da prática da agricultura a partir de uma lógica empresarial foi uma tônica de longa data na carreira de Olinger. O mesmo foi o fundador do Serviço de Extensão Rural catarinense, em 1956, que logo foi transformado em Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), sendo esta uma entidade que buscou auxiliar os agricultores que não possuíssem propriedades *patológicas* – termo utilizado para as terras que não apresentassem condições mínimas para a *modernização* – e que tivessem interesse em se adequar as novas demandas do mercado. Ainda sob o tema da *modernização* do campo, já enquanto Secretário da Agricultura, Oliger defendeu em um congresso cooperativista no ano de 1970 que caberia ao homem do campo adquirir a *mentalidade de progresso*, entendida como a "permanente certeza de que hoje estamos realizando melhor que ontem e que amanhã estaremos trabalhando e vivendo melhor do que hoje". Estariam então criadas condições para a elevação da produtividade, afigurada como "melhoria contínua das técnicas de trabalho e de produção",

Outro momento que consideramos significativo do PCD é aquele reservado para a discussão dos obstáculos para o desenvolvimento de Santa Catarina, sendo que entre estes podemos encontrar a *insuficiência* de suas elites. Neste tópico, procurou-se justificar esta *insuficiência* com os seguintes fatores: desconhecimento da realidade em sua dimensão dinâmica; ausência de prospectiva; falta de grandeza; e medo à renovação e à modernização das estruturas do Poder Público.[38] Dando seguimento a este tópico, o PCD sugeria meios para se superar tais obstáculos.

> A identificação dos obstáculos impeditivos do desenvolvimento catarinense simplifica a composição das soluções e a respectiva implementação. A Nova Sociedade emergirá do diálogo permanente entre o Governo e a elite revitalizada e renovada, capaz de grandezas e de renúncias, modernizada e modernizante. Será resultado da participação permanente do Povo nas ações do Governo, como inspirador ou agente verificador dos desempenhos.[39]

Esta perspectiva em relação às elites catarinenses suscitou uma série de desdobramentos e resistências no campo político estadual. Na pesquisa de Silva demonstra-se que este tema foi uma preocupação de um dos primeiros ciclos de estudos da ADESG em Florianópolis no ano de 1970, sendo que o mesmo tinha enquanto um dos seus objetivos movimentar as elites culturais e dirigentes do Estado para uma

---

com vistas a satisfazer "a mais fundamental das necessidades sentidas pelo homem: 'ser mais do que é'". Cf: LOHN, op.cit., 2014, p.33; LOHN. Reinaldo Lindolfo. **Campos do atraso, campos modernos:** discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, 1997.

[38] SANTA CATARINA. GOVERNADOR, op.cit., 1971. p.9-10.

[39] Idem, Ibidem, p.10.

"participação mais efetiva na vida nacional, despertando a atenção para os seus problemas de um modo global e de conjunto, como um todo, a fim de que possam desempenhar funções de direção e assessoramento".[40] Desta forma, podemos encontrar no PCD uma preocupação direcionada à formação de uma nova elite *técnica* para o Estado.

No entanto, como abordaremos de forma mais aprofundada no subcapitulo seguinte, esta perspectiva aliada à ideia, também presente no programa, de que as oligarquias estaduais deveriam ser superadas, acabou por influenciar o que veio a se denominar de *renovação política*, sendo que tais ideais geraram uma série de resistências por parte de importantes líderes da ARENA local. Como será discutido doravante, em um Estado em que boa parte da política do século XX até aquele momento foi marcada pelo domínio de duas famílias, os Ramos e os Konder-Bornhausen — inclusive durante o período ditatorial iniciado com o golpe de 1964 — tais *planos* e objetivos do novo governador e sua equipe não foram bem recebidos por parte dos seus correligionários da ARENA.

Esta percepção a respeito das *insuficiências* das elites catarinenses e as prerrogativas propostas pela gestão Médici de uma maior centralização das decisões políticas na esfera dos técnicos e militares do governo federal, bem como de um perfil mais *técnico* para os políticos da ARENA, parece ter influenciado em grande medida o processo de formação dos secretários que vieram a compor a gestão Salles. Assim, as lideranças locais da ARENA não possuíram influência direta na indicação dos nomes para os cargos, sendo, em grande medida, *marginalizadas* deste processo. Os secretários indicados por Salles assumiram seus cargos no dia 16 de março de 1971. As matérias publicadas no jornal *O Estado* nos dias

---

[40] Delegacia de Santa Catarina. **Ciclo de Estudos em Florianópolis**: diretrizes e bases gerais. Florianópolis: ADESG, 1970a. p. 3 APUD SILVA, op.cit., 2010. p.71.

anteriores sugerem um clima de expectativa em relação à divulgação dos nomes devido à carência de informações. Vinculado diretamente à família Ramos, o periódico promoveu por meio da coluna política *Trivial e Variado*, escrita pelo jornalista Marcílio Medeiros Filho, uma curiosa cobertura a respeito do processo de formação da equipe de governo de Salles.

Na data de 5 de março de 1971, a citada coluna tecia uma crítica ao governo que seria empossado ao enfatizar a "falta de notícias" e o "excesso de boatos" em relação aos nomes do secretariado, asseverando que "o clima mais propício para a proliferação da boataria é criado justamente pela ausência de informações por parte de fontes qualificadas".[41] Por outro lado, na primeira página desta mesma edição do jornal, noticiava-se a ida do governador Colombo Salles a Brasília com o intuito de levar os nomes de sua equipe para a apreciação do Presidente Médici. Ainda sob este tema, o colunista Márcio Medeiros Filho interpretou que a discrição que se fazia em torno da divulgação dos nomes do secretariado do governo estava sendo creditada pela assessoria do escritório de Colombo Salles a "uma questão de ética, pois o futuro Governador faz questão de levar primeiro os nomes ao Presidente Médici antes de apresentá-los à opinião pública".[42] Por meio da análise destas fontes, o que parece se destacar é o clima de suspeita por parte do periódico e das lideranças arenistas locais em relação aos nomes que seriam indicados e a centralização das decisões no âmbito do governo federal e do governador, deixando os políticos à margem do processo. Como podemos ver no quadro abaixo, o perfil *técnico* foi hegemônico na equipe de Salles.

---

[41] MEDEIROS FILHO, Marcílio. O real e o imaginário In: Trivial e variado. **O Estado**. Florianópolis, 5/3/1971, p.4.

[42] MEDEIROS FILHO, Marcílio. Informação In: Trivial e variado. **O Estado**. Florianópolis, 5/3/1971, p.4.

Quadro 9 - Secretários Colombo Machado Salles (1971-1975)

Cargo	**Secretário**	**Trajetória prévia ao cargo**
Secretário de Administração	Eugênio Lapagessi	Químico, funcionário público
Secretaria da Agricultura	Glauco Olinger	Engenheiro agrônomo, professor, funcionário público, secretário estadual
Secretário do Desenvolvimento Econômico	Alcides Abreu	Economista, professor, funcionário público e secretário estadual
Secretário da Educação	Carlos Augusto Caminha	Militar, professor, funcionário público
Secretário da Fazenda	Sérgio Uchoa Rezende	Economista, professor, funcionário público
Secretário da Justiça	Geraldo Gama Salles	Advogado, funcionário público, professor
Secretário do Oeste	Plínio de Nez	Empresário, secretário estadual, prefeito, deputado estadual
Secretário da Saúde	Henrique Manuel	Médico,

	Prisco	funcionário público, professor e sub-reitor
Secretário da Segurança e Informações	Delso Lanter Peret Antunes	Militar
Secretário de Serviços Públicos	Paulo Müller de Aguiar	Engenheiro, professor, funcionário público
Secretário de Serviços Sociais	Marcelo Bandeira Maia	Militar, funcionário público
Secretário de Transportes e obras	César Amim Gahen Sobrinho	Engenheiro, funcionário público
Secretário do Governo	Victor Fernando Sasse	Economista, funcionário público, professor, vereador
Chefe da Casa Civil	Nuno Campos	Promotor público do Estado
Fonte: Estes são os novos secretários. **O Estado**, Florianópolis, 17/3/1971, p.2-3.		

Ao analisarmos o passado profissional dos membros do secretariado de Salles, o primeiro aspecto a ser destacado é a grande presença de funcionários públicos no mesmo (85,71%). Dentre estes, 66,7% eram professores universitários (em relação ao quadro geral dos secretários a porcentagem de professores universitários é alterada para 57,14%), sendo a maioria destes oriundos do corpo docente da UFSC. Tal característica da gestão Salles parece refletir a sua firme convicção na necessidade de se promover uma *modernização* das instituições públicas e da gestão administrativa de Santa

Catarina, sendo que tais professores seriam peças-chave neste projeto. Desta forma, o recrutamento de secretários estaduais nos corpos docentes de universidades confirmam duas percepções a respeito do papel destas instituições durante o regime militar que, de acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, eram compartilhadas pelos setores mais *desenvolvimentistas* do regime militar: 1) a de que as universidades deveriam ser agentes promotoras de uma *modernização conservadora*; 2) a de que a principal contribuição das universidades estaria na formação de *técnicos* para atuarem tanto no âmbito privado, quanto nas instituições públicas.[43] Por fim, outro elemento a ser destacado é o fato de somente 2 entre os 14 secretários terem exercido algum cargo eletivo prévio, sendo estes Plínio de Nes, que foi prefeito da cidade de Chapecó (1956-1960) e deputado estadual (1962-1966), e Victor Fernando Sasse, vereador em Blumenau.

Para fins comparativos, uma passagem da biografia do ex-governador Ivo Silveira pode nos fornecer alguns indícios de como este afastamento das lideranças partidárias no processo de indicação dos nomes para o secretariado foi uma *experiência nova* para as elites políticas catarinenses. Em seu texto, ao remeter-se ao processo de formação do seu secretariado no ano de 1966, Silveira afirmou — referindo-se ao já extinto PSD — que no seu governo "a decisão sobre a formação da equipe era de comum acordo com o partido" e que "era o partido que decidia sobre cargos relevantes" e até em termos mais sucintos precisou que "o partido indicava e a gente nomeava".[44] Tal exemplo nos serve para contrastarmos os dois processos de formação do secretariado. Se na gestão Ivo Silveira este foi formado com grande participação das lideranças partidárias, resultando em uma equipe composta por

---

[43] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

[44] PEREIRA, op.cit., 1998. p.52.

nomes vinculados às redes de sociabilidades do partido, o de Colombo Salles distinguiu-se por não ter privilegiado a consulta às lideranças partidárias, centralizando a composição da sua equipe entre indivíduos de sua confiança e que se aproximavam do perfil *técnico* desejado pelo Governo Federal.

Ao assumir o cargo de governador de Santa Catarina, no dia 15 de março de 1971, Colombo Salles pretendia colocar em prática um projeto de *renovação* das elites locais. Porém, sua falta de diálogo com as lideranças arenistas para formação do seu secretariado logo gerou suspeitas de parte de seus correligionários. Sentindo-se marginalizadas pelo executivo federal por não terem suas indicações ao cargo de governador atendidas, e pelo executivo estadual pelo fato deste reduzir seus espaços de poder nas secretarias e até mesmo na Assembleia Legislativa — em especial a partir do momento em que o governador indicou o deputado estadual Nelson Pedrini ao cargo de Presidente da Casa —, as famílias Ramos e Konder-Bornhausen buscaram resistir a estas mudanças no quadro político. Por esta divisão interna e os consequentes conflitos, a ARENA catarinense durante a gestão Salles permite ampliar discussões acerca das relações entre *técnicos* e políticos durante o período ditatorial. Assim, uma nota publicada no jornal *O Estado* em um período de intensos conflitos internos da ARENA demonstrou-se condizente com a realidade do partido. Ao observar a relação entre a palavra gerada pela sigla (ARENA) e o que vinha acontecendo com o partido no estado de Santa Catarina, um de seus deputados teria bradado: “que perfeita coincidência!”.[45]

3.2 Uma ARENA de conflitos

Para compreendermos os entreveros entre distintos setores da ARENA catarinense durante o governo Colombo Salles, consideramos fundamental recuar a análise para o

---

[45] ARENA In: Política parlamentar. **O Estado**. Florianópolis, 8/8/1971. p.4.

período anterior à indicação do governador e levantarmos o seguinte questionamento: afinal, quais eram as expectativas das lideranças arenistas locais em relação a quem assumiria o cargo de governador em um futuro próximo? Embora seja difícil propor uma precisa e conclusiva resposta ao questionamento, as fontes nos permitem engendrar instigantes reflexões. Nos anos de 1969 e 1970, o tema da sucessão de Ivo Silveira no governo do Estado esteve em aberto, o que suscitou uma série de especulações na ARENA catarinense a respeito de quem poderia assumir o cargo. Inserida nesta conjuntura, temos a divulgação de uma campanha publicitária eleitoral na cidade de Florianópolis em agosto de 1969 com vistas de fomentar a candidatura de um tradicional membro da família Konder-Bornhausen para o governo do Estado. No dia 5 de agosto de 1969, o jornal *O Estado* dava publicidade a esta campanha em prol da candidatura do ex-deputado estadual pela UDN e então Diretor da 3ª Região de Crédito Geral do Banco do Brasil, Paulo Konder Bornhausen, descrevendo que ao sair de casa e dobrar a primeira esquina o *ilhéu* se depararia com "as lajotas do Dr. Acácio, os tapumes da construção civil, os postes da Celesc e as pedras das calçadas, unidas em torno do mesmo ideal cívico": os cartazes da campanha *PKB-70* espalhados pela cidade.[46]

Em duas de suas biografias — *Pesquisas e arquivos políticos do PKB* (2001) *e Retrato político de uma época: 1960-1982* (2000) — Paulo Konder Bornhausen abordou a questão da campanha para a sua candidatura.[47] Com o fito de construir uma memória própria como o candidato supostamente mais cotado pela ARENA e pela população no período para o cargo de governador, em ambas as biografias Paulo Konder Bornhausen insere em anexo notícias de

---

[46] MEDEIROS FILHO, Márcio. A difícil condição de não ser candidato In: Trivial e Variado. **O Estado**. Florianópolis, p.4, 05/08/1969.

[47] BORNHAUSEN, Paulo Konder. **Pesquisas e arquivos políticos do PKB**. Florianópolis, SC: Insular, 2001. P.199-208

diferentes jornais como *O Estado* e *A Gazeta* de Florianópolis, o *A Nação* e *A Notícia* de Joinville e o *Jornal do Povo* de Itajaí, que divulgavam e/ou enalteciam a sua candidatura nos anos de 1968, 1969 e 1970. Nestas, podemos perceber não somente o grupo ligado aos Konder-Bornhausen buscando fomentar na opinião pública uma imagem favorável à sua candidatura mediante o uso da imprensa local, mas também as estratégias de outros grupos da ARENA na tentativa de viabilizar as suas próprias candidaturas.[48] Assim, ao realizarmos este exercício de retroceder o escopo de nossa análise a este período e direcionarmos o nosso foco para as movimentações das lideranças locais da ARENA, o que podemos observar são indivíduos ativos politicamente e com planos e expectativas que partiam de lógicas e referenciais próprios que não eram meros reflexos dos projetos políticos da gestão Médici.

Portanto, consideramos que ao privilegiarmos uma escala de âmbito regional, podemos identificar pressões socioculturais e projetos políticos que influenciaram as ações destes atores sociais neste período, mas que não necessariamente provinham do governo federal e sim do próprio âmbito regional. Tal perspectiva demonstra-se profícua para melhor compreendermos dois aspectos fundamentais desta pesquisa: o sentimento de frustração por parte destas elites locais com a sua incapacidade de influir na decisão do governo federal em relação ao processo de indicação ao cargo de governador — resultando na nomeação de Colombo Salles para o cargo, a contragosto destas lideranças; e o descontentamento destes com muitos aspectos da gestão subsequente, tais como a preferência por técnicos na formação do seu secretariado e a *pregação anti-oligárquica*.

---

[48] São muitas e variadas as especulações dos impressos a respeito dos possíveis candidatos da ARENA para o cargo de governador em 1970. Todavia, os nomes mais recorrentes são os de Paulo Konder Bornhausen, Nilson Bender, Renato Ramos da Silva, Atílio Fontana, Ari Oliveira e Antônio Muniz de Aragão.

Em sua biografia, Paulo Konder Bornhausen destaca que uma série de nomes foram especulados pelos membros do Diretório Regional da ARENA para o cargo de governador: além do seu próprio, o do então prefeito de Joinville, Nilson Bender, o do deputado federal Renato Ramos da Silva e o do senador Atílio Fontana. Mas as sugestões dos partidários regionais da ARENA teriam sido negadas pelo *poder revolucionário*, e os membros do Diretório Regional informados pelos militares de que "o candidato não poderia ser um elemento visceralmente ligado às chamadas oligarquias".[49] Assim, o então Presidente Nacional da ARENA, Rondon Pacheco, viajou a Florianópolis em março de 1970 com o intuito de tratar da sucessão estadual com as lideranças locais. Nos termos de Bornhausen: Pacheco era "ex-udenista, amigo de meu pai e meu, sua intenção era encontrar a melhor solução que, respeitados os critérios estabelecidos pelo Presidente, melhor atendessem a nossa facção partidária".[50] Todavia, os esforços das lideranças locais não surtiram o efeito esperado. Bornhausen ainda relata que ao perceberem a resistência por parte do governo federal, os membros do Diretório Estadual tentaram se esforçar em escolher uma lista de nomes de *técnicos* e empresários de sua confiança para sugerir ao alto escalão militar, mas estes também foram negados e prevaleceu a vontade de Médici que, no mês de abril de 1970, indicou o engenheiro Colombo Salles para o cargo.[51]

Ainda a respeito deste tema, na sua edição de 29 de abril de 1970, a *Revista Veja* publicou uma matéria, intitulada *Chamados e escolhidos*, na qual destacou o caráter centralizador e autoritário do processo da sucessão governamental em Santa Catarina, Paraná, Bahia e São Paulo. De acordo com esta, "numa ação fulminante, o Presidente Garrastazu Médici decidiu, em três dias (...) os problemas da

---

[49] BORNHAUSEN, op.cit., 2000, p.229.
[50] Idem, Ibidem. p.234.
[51] Idem, Ibidem.

sucessão" nestes estados e "em quatro conversas formais" comunicou às lideranças estaduais da ARENA "a escolha da Revolução"; o artigo ainda concluiria afirmando que as decisões tomadas pelo governo Médici a respeito das sucessões governamentais seriam "irreversíveis e indiscutíveis".[52] Ao citar em específico o caso catarinense, o texto relata que o General Médici recebeu na ocasião o governador Ivo Silveira e os senadores Atílio Fontana e Antônio Carlos Konder Reis para informá-los que, após examinar o relatório de Rondon Pacheco, o presidente-militar decidira que "o homem mais indicado para governar Santa Catarina é o engenheiro Colombo Salles".[53]

Na mesma notícia, a revista ainda sugere a existência de um *boato* — este partilhado por "vários políticos, inclusive o Senador Konder Reis" — que sustentaria a ideia de que na indicação do engenheiro Colombo Salles haveria "pesado bastante a influência do Ministro Mário Andreazza"; este *boato* contaria com "fortes indícios", como "o fato de ele ser funcionário do Ministério dos Transportes, de ter sido indicado por Andreazza quando ocupou a Secretaria do Planejamento de seu Estado e de que, na manhã de quinta-feira, Andreazza teve uma significativa entrevista com Médici".[54] Embora não faça parte dos nossos objetivos corroborar ou refutar este *boato*, o que buscamos apontar com a análise destas fontes é a forma como o governo federal deslocou as lideranças locais da ARENA do processo de decisão em relação à indicação do novo governador e acabou por frustrar as suas expectativas por maior participação no mesmo.

O tema que gerou as maiores controvérsias na ARENA catarinense durante o governo Salles foi o da *renovação*

---

[52] Chamados e escolhidos. **Revista Veja**. p.20-22. 29/4/1970

[53] Idem, Ibidem.

[54] Convém destacar que em sua biografia, Colombo Salles nega a influência do então Ministro de Transportes Mário Andreazza em sua indicação, mas não descarta a de Augusto Rademaker, almirante da Marinha e com passagem no comando do 5º Distrito Naval. Cf: Idem, Ibidem. p.202.

política, alinhando-se às determinações do general-presidente Médici. Após assumir o cargo de governador, este buscou praticar uma série de reformas não somente no modo de se administrar o Estado de Santa Catarina, mas também na composição da ARENA estadual. Na sua tentativa de atingir tais objetivos, o governador indicou para o cargo de Presidente da Assembleia Legislativa o deputado estadual Nelson Pedrini, sendo este o principal defensor dos projetos de Salles no Legislativo. Assim, formou-se um grupo de deputados arenistas que apoiavam as propostas por *renovação*, do mesmo modo que defendiam publicamente as metas e projetos do PCD, sendo alguns destes: o próprio Nelson Pedrini, Henrique Córdova, Epitácio Bittencourt, Aldo Pereira de Andrade, Gentil Belani, Homero de Miranda Gomes, Celso Ivan da Costa, Afonso Ghizzo e Wilmar Ortigari. Todavia, quais seriam as características e as diretrizes desta *renovação política*?

Para respondermos este questionamento, devemos adentrar em uma reflexão absolutamente central para esta pesquisa: os limites e objetivos da *renovação política* não foram consensuais no grupo de apoio a Colombo Salles. Portanto, o que pudemos perceber nos discursos deste heterogêneo grupo que apoiava o governador é que, embora partilhassem entre si uma convicção em torno da necessidade de se promover uma *renovação* no quadro político catarinense, tal compromisso demonstrou-se difuso em relação ao seu conteúdo e forma, bem como não eram claros os meios pelos quais tais mudanças seriam promovidas. Esta *renovação* deveria ser compreendida como uma *superação* das oligarquias *locais*, como preconizado pelo PCD? Ou enquanto um movimento para a formação de novas lideranças com *perfil técnico* em detrimento das oligarquias? Seria possível realizar uma *renovação* que não afastasse tais setores tradicionais da política local? Em grande medida, o que as fontes nos apresentam são interpretações distintas e por vezes contraditórias a respeito do tema.

Entre os que praticaram uma retórica mais agressiva, estavam os políticos arenistas que realizaram a *pregação anti-oligárquica*. Consideramos que a principal característica deste grupo foi a de fomentar a noção de que uma *renovação política* em Santa Catarina somente seria viável com o afastamento ou a *superação* das oligarquias. Assim, um exemplo deste estilo de discurso pode ser percebido neste trecho de uma entrevista concedida por Nelson Pedrini no dia 5 de julho de 1971 para uma rádio de Joinville, na qual o mesmo bradou que:

> não podemos ter o nosso Estado como se fosse uma grande fazenda onde três milhões de catarinenses que lá vivem fossem três milhões de peões a receber ordens ditadas por quatro famílias que mandam na política desde 1930. (…) Não serão meia dúzia de lavadeiras de fundo de quintal que farão eu me afastar das minhas diretrizes.[55]

Em sua biografia, intitulada *Pedra Lisa*, Pedrini declara que um dos maiores desafios para este grupo era o combate às críticas e aos *silêncios* impostos pela grande mídia catarinense, a qual era monopolizada pelas oligarquias, como visto no primeiro capítulo deste trabalho. De acordo com o ex-deputado estadual, nos jornais e nas rádios em posse destas famílias, "era terminantemente proibido noticiar as andanças dos renovadores e, mais ainda, citar os seus nomes"; portanto, a mídia local se dedicaria a "vencer o ímpeto dos rebeldes, pelo cansaço e pelo desconhecimento de suas atividades".[56] A mídia demonstrou-se

---

[55] PEREIRA, Moacir. **Colombo Salles**: o jogo da verdade. Florianópolis, Insular, 2007. p.111.

[56] Ainda a respeito deste tema, Pedrini afirma em sua biografia que: "a pregação tinha de ser ao vivo e diretamente. Na época o jornal de maior circulação era "O Estado", de propriedade do doutor Aderbal Ramos da Silva, portanto da maior estirpe do conservadorismo pessedista. Na Capital, circulava também "A Gazeta", intimamente ligada ao grupo tradicional da UDN. Impresso em Blumenau, o "Jornal de Santa Catarina", no começo,

uma ferramenta e um espaço fundamental para tais famílias se defenderem das acusações que a elas vinham sendo direcionadas. Mas, uma análise pormenorizada da cobertura realizada pelos jornais *O Estado* e *O Jornal de Santa Catarina* em relação à gestão Salles nos apresenta distintas dinâmicas de aproximações e distanciamentos entre estes grupos dentro da ARENA.

Publicado em Florianópolis, vinculado aos antigos ex-pessedistas que faziam parte da ARENA e sob a posse de um membro da família Ramos — o ex-governador Aderbal Ramos da Silva —, o periódico *O Estado* foi o jornal de maior circulação em Santa Catarina durante a década de 1970. Em termos gerais, sua cobertura da gestão Colombo Salles conciliou um tom predominante de críticas em relação à *marginalização* dos políticos, nutriu suspeições quanto às propostas por *renovação política*, bem como realizou retóricos elogios às qualidades profissionais e ao caráter do governador. Todavia, o que chama mais atenção nesta cobertura são as mudanças ao longo do tempo da postura do jornal em relação ao governo. Se nos primeiros meses da gestão Salles o jornal buscou imprimir uma conduta ambígua, marcada por críticas moderadas ao governo, expectativas em relação ao cumprimento das *ousadas* metas do PCD e tentativas de conciliação entre as alas conflitantes da ARENA, com o passar

---

dava cobertura às andanças dos renovadores. Depois se calou. O diário "A Notícia", de Joinville, adotou posição de neutralidade. As duas maiores rádio-emissoras de Florianópolis também se posicionaram contra nossa pregação. A Rádio Guarujá era de propriedade, também, do doutor Aderbal Ramos da Silva, e a Rádio Diário da Manhã pertencia ao ex-governador Irineu Bornhausen. Portanto, os deputados que pregavam a renovação não dispunham de espaços na mídia. Quem mais divulgava nossas ações era o "Correio do Povo", de Porto Alegre, que mantinha uma página inteira com noticiário de Santa Catarina, diariamente. Diante dessa realidade, não havia outro jeito senão ir diretamente ao povo. Foi o que eu e os deputados acima citados fizemos. Todos ou alguns de nós estivemos para proferir palestras, de preferência para estudantes, nas cidades". PEDRINI, Nelson. **Pedra Lisa**: como tudo aconteceu. Florianópolis: Ed. Papa livro, 2001. p.161.

do tempo as críticas passaram a se tornar mais incisivas, bem como recorrentes as desconfianças em relação aos objetivos do governador e suas reformas.

Esta postura ambígua do jornal é perceptível antes mesmo do início do mandato de Salles. Marcílio Medeiros Filho, em coluna intitulada *Relações* e publicada no dia 3 de março de 1971, analisou a forma com a qual a futura gestão buscaria dialogar com os políticos da ARENA. Para tal, combinou críticas e elogios ao próximo governador. Deixando implícitas as suas suspeitas quanto a centralização das decisões da ARENA na figura de Salles, Medeiros Filho afirmou o seguinte:

> A timidez dos políticos para com o futuro Governador é ditada pela conhecida aversão que alguns dos auxiliares do Sr. Colombo Salles têm para com a sua classe e encontra suas origens mais profundas nas condições em que se deu a eleição do sucessor do Sr. Ivo Silveira, que chega ao Governo sem quaisquer compromissos além da inabalável fidelidade ao Presidente da República, que avocou a si a responsabilidade de indica-lo ao posto. Nas suas relações com a classe política, falta ao Sr. Colombo Salles aquilo que, mal comparando, poder-se-ia chamar de **pecado original** [grifo do jornal], isto é, a sua ascensão ao poder graças ao trabalho dos políticos do seu Partido, gerando então um compromisso partidário que tradicionalmente os eleitos não tinham condições de relegar. Uma vez já conhecidos os propósitos do futuro Governador de se transformar ele próprio no comandante da ARENA em Santa Catarina, no líder número um do Partido, homem inteligente e perspicaz que ele é certamente haverá de se aproximar dos políticos no momento em que achar oportuno. E, pelo que se tem observado, ele

> Governador, se avoca o direito de escolher o momento.[57]

A postura do jornal neste momento foi marcada por expectativas em relação à maneira pela qual Salles iria se relacionar com os políticos da ARENA. Embora Medeiros Filho tenha enfatizado que a indicação de Colombo Salles estava inserida no conjunto de algumas políticas empreendidas por Médici — como a indicação do seu nome de forma autoritária pelo governo federal, um passado profissional alheio à política partidária e a centralização das decisões do partido na sua pessoa — o colunista também demonstrava estar inseguro quanto à forma como o novo governador viria a se relacionar com os demais membros da ARENA, sugerindo que um *homem inteligente* e *perspicaz* como o novo governador, haveria de realizar esta aproximação em algum momento.

Ainda no início do governo Salles, *O Estado* preocupou-se de forma recorrente com a possibilidade das posturas adotadas por Salles exercerem uma influência negativa nos resultados eleitorais de 1972 e 1974. Assim, o jornal não via bons olhos uma concreta ruptura das ações e do diálogo entre a burocracia administrativa do Estado com a ARENA. Tal postura demonstrou-se presente na coluna *Trivial e Variado* do dia 4 de março, quando o jornal publicou um rumor a respeito da fala de um *destacado parlamentar* da Assembleia Legislativa, o qual teria afirmado que, "por mais eficiente e empreendedora" que fosse uma administração, as obras realizadas "não dão voto a ninguém se não houver, paralelamente, um trabalho político de convencimento junto ao eleitorado".[58] Seguindo esta linha de raciocínio, o deputado dava continuidade a seu argumento ponderando que "o contato

---

[57] MEDEIROS FILHO, Marcilio. Relações In: Trivial e variado. **O Estado**. Florianópolis, 3/3/1971, p.4

[58] Idem. Política In: Trivial e variado. **O Estado**. Florianópolis, 4/3/1971, p.4

íntimo e permanente com as bases eleitorais é mantido pelos Deputados" e caberia a estes "a maior parte do trabalho a ser cumprido para uma vitória da ARENA no pleito de 1972, mesmo porque até lá, o Sr. Colombo Salles não terá muito tempo para comparecer com um grande volume de obras".[59] Por fim, o mesmo concluiu sua fala lembrando que o futuro Governador teria "a grave responsabilidade de manter o partido e os políticos que o compõem em regime de prontidão e coesão para enfrentar os dois grandes embates eleitorais dos próximos anos".[60]

Ao longo do mês de março de 1971, o da posse da gestão Salles, o colunista Márcio Medeiros Filho publicou uma série de notícias fomentando a necessidade da união partidária, em especial visando garantir bons resultados à ARENA nas eleições de 1972 e 1974, sendo para isso fundamental o entendimento entre governo e setores tradicionais. Partindo desta perspectiva, em texto publicado no dia 12 de março, o colunista afirmou que "a determinação do futuro Governador em não admitir, sob hipótese alguma, a interferência dos políticos no seu Governo não implica necessariamente na marginalização da classe política em Santa Catarina".[61] No dia anterior à posse de Salles — 14 de março — Medeiros Filho afirmou que, ao se investir no mandato governamental, o novo governador iniciaria "uma missão que não se prende apenas aos seus deveres da administração pública, mas igualmente a uma tarefa de eminente cunho político", a de "reformular a vida partidária da ARENA" por meio da implementação de "uma filosofia da ação que nada tenha a ver com os padrões tradicionais".[62] O mesmo concluiria seu texto afirmando que

---

[59] Idem, Ibidem.
[60] Idem, Ibidem.
[61] Idem. Técnicos e políticos In: Trivial e variado. **O Estado**. Florianópolis, 12/3/1971. p.3
[62] Idem. Colombo na política In: Trivial e variado. **O Estado**. Florianópolis, 14/3/1971. p.3

para debater os problemas da ARENA, o governador não iria prescindir "da colaboração dos líderes da agremiação", a quem convocaria "na ocasião oportuna para darem a sua experiência e o seu prestígio ao fortalecimento do Partido em face dos compromissos eleitorais".[63] A importância da *união partidária* para fins eleitorais também foi o tema da sua coluna no dia 16, quando Medeiros Filho pontuou que "o Sr. Colombo Salles pretende governar com a ARENA", pois estaria consciente de que "pesam sobre os ombros do Governador graves responsabilidades políticas e que já no próximo ano, após as eleições municipais, ele deseja apresentar ao País uma significativa vitória do seu Partido em Santa Catarina".[64]

A postura conciliatória do jornal no início do governo Salles também foi adotada pelo seu editorial do dia 17 de março, intitulado *Novos Secretários*. Embora este inicie com a afirmação de que se justificava "até certo ponto a estranheza de uns" em relação à gestão Salles, pois a mesma pretendia "fugir aos métodos tradicionais de administração pública", ao inserir no Governo catarinense "sistemas de planejamento e execução que inovam em muitos pontos", algumas destas reformas seriam "essenciais".[65] O editorial é encerrado com a posição favorável do jornal em relação ao novo governo: "confiamos na obra administrativa recém-iniciada, pois o Governador Colombo Salles, conforme seus reiterados pronunciamentos, é um homem que sabe o que quer e há de lutar pelos objetivos propostos".[66]

Assim, a cobertura do jornal a respeito das relações entre o governo Salles e a ARENA catarinense seguiu esta postura ambígua nos primeiros meses desta gestão. Ora enfatizou amenizar as tensões internas do partido e a sua

---

[63] Idem, Ibidem.
[64] Idem. O tempo para a política In: Trivial e variado. **O Estado**. Florianópolis, 16/3/1971. p.3
[65] Novos secretários. **O Estado**. Florianópolis, 17/3/1971. p.3
[66] Idem, Ibidem.

conciliação, como quando o governador — inspirado em frase do General Médici — demonstrou o caráter autoritário e centralizador da sua forma de conduzir a ARENA local ao afirmar "não delegar poderes políticos" e que ninguém falaria em seu nome neste momento em que assumia "a responsabilidade do comando político"[67] e realizou uma cobertura deste pronunciamento por meio de artigos e um editorial destacando que a recepção do ato entre os demais membros do partido teria sido positiva.[68] Todavia, a veiculação de críticas também não foi abandonada, sendo um exemplo destas o texto *Pacificação arenista* publicado por Sérgio Lopes na sua coluna *Política Parlamentar*, no qual afirmou que apesar dos "setores ligados ao gabinete da liderança partidária veicularem vez por outra que '*a fumaça branca começa a aparecer*', a verdade é que a representação da ARENA na Assembleia Legislativa é hoje um organismo desordenado, intranquilo e cheio de contradições internas".[69]

Convém destacarmos que os conflitos internos da ARENA não receberam a atenção somente da imprensa regional. A *Revista Veja*, por exemplo, realizou uma cobertura muito particular a respeito dos eventos concernentes à ARENA catarinense e à situação das oligarquias com a chegada de

---

[67] Possivelmente a frase de Colombo Salles possuí inspiração em uma passagem do discurso *Tempo de reconstrução*, realizado pelo General Médici ao se filiar a ARENA em convenção nacional do partido no ano de 1969. Em determinado momento de seu texto, o general afirmou: "Desejo proclamar que esta filiação partidária é um ato de comando, que não transfiro, nem delego a ninguém, as responsabilidades superiores de condução dos problemas nacionais". Cf: Colombo: não delego poderes políticos. **O Estado**. Florianópolis, 25/3/1971. p.3; MÉDICI, Emilio Garrastazu. Tempo de reconstrução. Discurso pronunciado na Convenção da ARENA. 20/11/1969. p.46. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1969/02.pdf/view. Acessado em: 9/6/2016

[68]

[69] LOPES, Sérgio. Pacificação arenista In: Política parlamentar. **O Estado**. Florianópolis, 1/5/1971. p.5

Colombo Salles. Em uma reportagem especial a respeito de Santa Catarina intitulada *Arenogarquia?*, o tema principal foi a disputa entre o novo governador e as lideranças tradicionais do partido, representadas pela revista como *os valorosos Ramos* e *os briosos Konder*. A chamada da matéria merece atenção à parte, sendo esta reproduzida por completo a seguir:

> Os velhos políticos são habitualmente céticos. Por isso, quando o governador de Santa Catarina, engenheiro Colombo Salles, anunciou em seu Projeto de Desenvolvimento que *a verdadeira democracia impõe a superação das oligarquias estaduais*, nem a família Ramos, do ex-PSD, nem a dos Konder-Bornhausen da ex-UDN, se consideraram atingidas. Afinal de contas, elas não se consideram oligárquicas. Tolerantes, também não se irritaram quando o governador recrutou seus auxiliares entre técnicos equidistantes das duas famílias, hoje congregadas na comunidade arenista.[70]

No artigo, um *lance prosaico* e sintomático é relatado: os quadros a óleo de membros das famílias Konder-Bornhausen e Ramos que haviam ocupado o governo do Estado foram retirados do gabinete civil do palácio Rosado e teriam sido levados ao porão.[71] A narrativa enviesada em prol das famílias segue registrando em outra passagem que "mesmo depois de mais de meio século de poder político e de lutas memoráveis", as duas estariam enfrentando um impasse inédito, pois "fora do poder não tem sequer a ventura de exercitar o lugar-comum dos vencidos, dizendo que *oposição também é governo*, pois são da ARENA".[72]

---

[70] Arenogarquia? **Revista Veja,** São Paulo, p. 20, 26/05/1971.
[71] Idem, Ibidem.
[72] Idem, Ibidem.

Ao analisarmos os elementos que compõem a narrativa da reportagem, podemos observar que a mesma buscou rechaçar a pecha de *oligarquia* para tais famílias como uma forma de atuar em defesa destas no embate de forças com Salles. Tal concepção e uso do termo *oligarquia* por parte da revista parece ir ao encontro do que Norberto Bobbio aponta a respeito do histórico significado negativo atribuído ao mesmo. Assim, o autor nos conduz à linguagem política grega para afirmar que, desde a Antiguidade, "o termo Oligarquia é usado com um significado que envolve um juízo de valor negativo", sendo que "este significado negativo perdurou em toda a tradição do pensamento político posterior", seja na sua acepção etimológica usual de um *governo de poucos*, ou de um *governo dos ricos*.[73] Bobbio desenvolve também que

> Devido ao seu forte significado de valor negativo, o termo Oligarquia teve e tem ainda, na linguagem política, mais uma função polêmica que ilustrativa. Pode-se dizer por outras palavras que, enquanto é imediatamente perceptível seu significado valorativo, por ser imediatamente claro que, quando se diz que um Governo é oligárquico, pretende-se afirmar que ele é nocivo e chama-se assim justamente porque há vontade de o condenar, já não é tão inequívoco o seu significado descritivo, uma vez que, diversamente do que ocorre com outros termos da mesma família, como monarquia e democracia, que designam um certo tipo de instituições, Oligarquia não designa tanto esta ou aquela instituição, não indica uma forma específica de Governo, mas se limita a chamar a nossa atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e

[73] BOBBIO, op.cit., 1998. p.835.

> que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar.[74]

Partindo das contribuições de Bobbio para analisarmos o conteúdo da matéria acima, podemos perceber que, ao rechaçar o termo *oligarquia* para definir a condição social e política das famílias Ramos e Konder-Bornhausen, a *Revista Veja* buscou relativizar e diminuir a *função polêmica* do termo, ao propor que este não possuiria valor *ilustrativo* ou *empírico*, pois os seus membros não se consideravam como parte de uma *oligarquia*.[75] Assim, a posição da revista parece corroborar com um elemento central da cultura política destas famílias e que foi previamente discutido no primeiro capítulo deste trabalho: a da representação de que estas seriam *famílias de políticos que não fazem política de família*.

Pode-se remeter essa compreensão ao início do regime republicano, quando Renato Lessa, na esteira de Raymundo Faoro, localiza a construção de um modelo de estabilização do sistema político com base no que seria uma distribuição do poder assentada em cada estado brasileiro, como se fossem "várias *polis* regionais".[76] Deste modo, podemos novamente perceber como as disputas internas da ARENA neste período suscitaram debates a respeito da legitimidade do histórico domínio político das famílias Ramos e Konder-Bornhausen em Santa Catarina. Todavia, devemos destacar que embora Salles tivesse assumido o comando da máquina pública estadual, concentrado suficiente poder para fazer valer suas preferências na formação de uma equipe de governo e angariado políticos

---

[74] Idem, Ibidem.

[75] Para um interessante debate a respeito do uso do conceito *oligarquia* para definir sociologicamente tais famílias Cf: RAUPP, op.cit., 2010.

[76] LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: IUPERJ; São Paulo: Vértice, 1988. p.100.

da ARENA para lhe apoiar no Legislativo, o mesmo não conseguiu estender a sua influencia aos meios de comunicação e teve que enfrentar a oposição da mídia ao longo do seu governo.

Um evento que consideramos como uma ruptura na forma como a mídia regional estava promovendo a cobertura do governo colombo Salles foi o furo de reportagem anunciado pelo jornal *O Estado* em agosto de 1971. No dia 5 do mesmo mês, o periódico teve acesso a um documento de 23 páginas que foi apresentado por Colombo Salles em reunião com o General Médici.[77] O conteúdo que deveria ser sigiloso foi parar na primeira página do jornal, com destaques para os momentos em que governador afirmou que "em Santa Catarina perduram as divisões da ARENA, o que pode comprometer o desejo de renovação e o aparecimento de novos líderes", bem como que, no campo administrativo, "os compromissos assumidos pela Administração anterior equivalem a 80% deste orçamento".[78] A reportagem afirmou que os documentos demonstravam que Salles teria manifestado nesta reunião a disposição e o empenho de "assumir a responsabilidade de promover a renovação político-partidária, fazendo emergir novas lideranças, sobretudo da classe empresarial e dos jovens políticos não engajados aos esquemas tradicionais".[79] Para tal, o governador tomaria a iniciativa de estruturar e chefiar um *Grupo de Consulta*, destinado a atuar em 12 micro-regiões do

---

[77] Segundo o jornalista Moacir Pereira, foi Aldo Grangeiro, repórter do Estado na época que teve acesso a este documento. De acordo com um relato do próprio Grangeiro, uma cópia do mesmo lhe foi concedida pelo Chefe de Gabinete da Secretaria do Desenvolvimento, então comandada pelo Secretário Alcides de Abreu. O repórter também afirma que o texto do documento também foi de autoria de Abreu. Para uma leitura do relato a respeito da reportagem em si Cf: PEREIRA, op.cit., 2007. p.92-94.

[78] Colombo acusa ARENA de divisionismo. **O Estado**. Florianópolis, 05/08/1971, p.1.

[79] Franqueza na audiência de Colombo com Médici. **O Estado**. Florianópolis, 05/08/1971, p.19

Estado com o fim de articular as ações políticas de renovação e fortalecimento partidário. Este grupo coordenaria as inscrições partidárias e as eleições dos Diretórios Municipais, sendo que os representantes oriundos destes últimos deveriam "refletir o interesse do Governador".[80]

Com a publicação do conteúdo deste documento nas páginas do jornal, os conflitos internos da ARENA catarinense se acirraram. Se antes havia expectativas e incertezas a respeito dos possíveis planos do governador para com o partido, agora as suspeitas alcançavam maior embasamento e a *renovação* proposta por Salles era cada vez mais tida como uma ameaça pelos setores tradicionais da ARENA. No dia seguinte ao da publicação da reportagem, *O Estado* estampava em sua primeira página que a maioria dos parlamentares da ARENA e mesmo do MDB receberam "com um misto de reserva e perplexidade as declarações do Sr. Colombo Salles", chegando mesmo a duvidarem "sobre a veracidade do relato governamental, lembrando que o Sr. Colombo Salles era o maior interessado na pacificação do partido arenista".[81] Na coluna *Politica parlamentar*, de Sérgio Lopes, o mesmo salientou o "caráter imprevidente da atitude" do governador e afirmou que "qualquer que venha a ser o entendimento final sobre o episódio", se o governador viesse a colocar em prática os seus planos, o resultado seria inevitável: "as condições do jogo político, daqui para frente, haverão de ser outras".[82] Mas, a crítica de maior contundência do jornal foi apresentada por meio do seu editorial do dia 8 de agosto, intitulado *A Política e o Poder*. Embora o mesmo se mostrasse favorável à ideia de se renovar os quadros políticos estaduais, este também destoava

---

[80] Idem, Ibidem.

[81] Declarações de Colombo causam impacto. **O Estado**. Florianópolis, 6/8/1971. p.1

[82] LOPES, Sérgio. ARENA consulta In: Política parlamentar. **O Estado**. Florianópolis, 6/8/1971. p.5

em grande medida dos métodos escolhidos pelo governador para tal, argumentando que

> talvez em virtude da falta de experiência política e da ausência de uma assessoria eficiente nessa área, parece-nos que o Sr. Colombo Salles parte da formulação transversa para atingir os seus louváveis propósitos renovatórios. (...) Ora, não resta dúvida de que, teoricamente, esse esquema é perfeito. Preconiza uma estrutura que vai desde o chefe supremo do Partido no âmbito do Estado – isto é, o próprio Governador – ao prestigioso cabo eleitoral do mais longínquo distrito interiorano. Mas na prática, porém, para quem conhece os rudimentos da dura luta política que se trava para manter um Partido com razoáveis condições de estabilidade, harmonia e disciplina, parece-nos que as medidas preconizadas pelo Sr. Colombo Salles, além de difícil execução, são de uma viabilidade extremamente precária. Líderes não se nomeiam, não se elegem e nem se formam. Eles simplesmente emergem do seio da comunidade em que vivem em razão de qualidades que levam os seus concidadãos a credenciá-los a essa posição.[83]

O texto seguiu enfatizando não ser da intenção do jornal "semear pessimismo em relação ao empenho de renovação política do Estado", mas que neste editorial se "encerra uma crítica": embora "perfeito", o projeto de renovação de Salles dificilmente conseguiria atingir na prática "os objetivos almejados", caso não fosse "reformulado". Por fim, o editorial alerta: "a assessoria pública do Governador deve atentar para esta realidade para não frustrar uma iniciativa que nos merece todo o respeito e apoio, desde que seja executada em bases

[83] A política e o poder. **O Estado**. Florianópolis, 8/8/1971. p.3

‘realistas”.[84] Convém destacarmos que, novamente em editorial, no dia 11 de agosto o jornal voltou ao tema e asseverou que “a política é uma ciência essencialmente humana — quase uma arte — e não pode ter sua estrutura forjada da fria rigidez de uma concepção técnica”.[85] Percebe-se, em meio aos conflitos, uma discussão que envolvia os próprios usos da linguagem política, entendida aqui como “uma estrutura complexa abrangendo um vocabulário, uma gramática, uma retórica e um conjunto de usos, pressupostos e implicações que existem juntos no tempo”.[86]

Além da leitura negativa do jornal para com as ações de Salles, podemos encontrar em suas páginas algumas reações dos próprios membros do partido a respeito da questão. Ao desembarcar em Florianópolis após a sua reunião com o General Médici, o próprio governador afirmou que “os problemas políticos existem exatamente como foram postulados” e que este não se furtaria deles, pois estaria exercendo “um comando outorgado pelo Presidente Médici” e declarou de forma enfática que “liderança não se assume; liderança se adquire por confiança e por mérito”.[87] Do lado favorável ao conteúdo do documento apresentado pelo governador esteve o deputado estadual Gentil Bellani (ARENA-SC) que, em pronunciamento realizado na Assembleia Legislativa, afirmou ter “razão o Governador quando acusa a ARENA de divisionismo” e que este não seria um problema atual do partido, pois nas últimas eleições o próprio deputado teria sido “uma das vítimas da divisão arenista”, já que a agremiação “se preocupava mais em eleger

---

[84] Idem, Ibidem.
[85] Idem, Ibidem.
[86] POCOCK, Jonh. Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentários sobre o paper de Melvin Richter. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES, João Jr. **História dos Conceitos**: Debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio; Edições Loyola: IUPERJ, 2006. p. 83.
[87] Colombo reafirma divisionismo na ARENA. **O Estado**. Florianópolis, 8/8/1971. p.1

maior número de representantes desta ou daquela corrente, esquecendo até mesmo a Oposição".[88] Já do lado desfavorável às medidas preconizadas pelo governador, manifestou-se Paulo Konder Bornhausen em entrevista à *Rádio Diário da Manhã*, quando defendeu a ideia de que a renovação estava contida nos ideais da '*Revolução de Março'*, à qual estaria engajado "muito antes de ser vitoriosa", mas que a mesma dizia respeito "aos métodos de administração, aos métodos de governo, não visando, especificamente, pessoas ou famílias".[89] Em seguida, argumentou:

> muitos daqueles hoje aqui no Estado querem falar em nome da Revolução, não seriam capazes de corajosamente dizer em público com quem andavam, o que faziam, e onde estavam antes e em março de 1964. Fala-se muito em oligarquias e procura-se confundir com objetivos inconfessáveis políticos de família com família política quando, na verdade são coisas totalmente distintas. Aquela é o uso e o abuso do poder em favor da parentela. Já uma família política é a que tem a nobre vocação de se dedicar à causa pública, vocação tão honrada como aquelas famílias que se dedicam ao glorioso Exército Nacional, à Magistratura, etc. A esta me engajo com muita honra, pois há quase 17 anos dediquei o melhor de minha mocidade integralmente à vida pública. Considero que ser político não constitui desonra. Ser politiqueiro, isto sim, traduz um passado que não mais há de voltar no nosso País.[90]

Na mesma entrevista, Konder Bornhausen referiu-se à *pregação anti-oligárquica* usualmente levantada pelo

---

[88] Audiência de Colombo repercute na Assembleia. **O Estado**. Florianópolis, 6/8/1971. p.15.
[89] Paulo Bornhausen anuncia. **O Estado**. Florianópolis, 31/8/1971. p.3
[90] Idem, Ibidem.

presidente da Assembleia, Nelson Pedrini, enquanto "um episódio lastimável que denigre o Estado de Santa Catarina e a que só posso atribuir também ao seu palpável e constatado desequilíbrio emocional".[91] As soluções para os entreveros arenistas não eram claras neste momento, cabendo ao jornal *O Estado* sugerir a intervenção do Diretório Nacional do partido por meio de uma visita do então presidente Batista Ramos, que recém havia declarado a respeito dos conflitos entre os governadores de estado e arenistas: "é preciso ficar bem claro que estão inteiramente mortos os velhos estilos políticos do filhotilhismo [sic], mas que nem por isso se devem deixar de lado os políticos".[92] O mesmo também apontou uma possível solução: "o que custa, por exemplo, o Governador levar em sua companhia alguns políticos, quando tiver que inaugurar obras no interior do Estado? Para os líderes políticos isso é importante".[93] Convém destacarmos que a visita de Batista Ramos veio a ocorrer no mês de novembro de 1971, e embora tenha movimentado o noticiário local, não nos parece ter contribuído para amenizar os conflitos.

Embora as informações contidas no documento apresentado por Colombo Salles ao General Médici tenham sido interpretadas como suficientes para que setores da ARENA e da mídia regional confirmassem suspeitas em relação às ofensivas do governador contra as lideranças tradicionais, oriundas dos extintos partidos da UDN e do PSD, o que pudemos observar nas ações do governador após o vazamento dos seus planos e estratégias é um notório recuo na sua forma até então autônoma e centralizadora de conduzir a ARENA regional. Deste modo, nos meses após o ocorrido, o governador buscou a manutenção de constante diálogo e negociação com políticos das famílias Ramos e Konder-Bornhausen, como o Senador Antônio Carlos Konder Reis,

---

[91] Idem, Ibidem.
[92] Governo & Política. **O Estado**. Florianópolis, 15/8/1971. p.3
[93] Idem, Ibidem.

Jorge Konder Bornhausen e o Presidente do Diretório Estadual da ARENA, o deputado federal Renato Ramos da Silva.[94]

O maior exemplo desta sua nova movimentação política foi a indicação do ex-governador Ivo Silveira para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Após ser noticiado pelo jornal *O Estado* que Colombo Salles informara o General Médici a respeito da situação das obras promovidas pelo governo estadual em Santa Catarina, as quais estariam inviabilizadas devido aos compromissos assumidos pela administração de Ivo Silveira (os quais seriam equivalentes a 80% do orçamento), a oferta do referido cargo, tradicionalmente ambicionado por políticos em final de carreira, parece indicar uma manobra com vistas a amenizar os conflitos entre governo e lideranças tradicionais.

Tal perspectiva é reforçada ao cruzarmos estas informações com as da biografia de Ivo Silveira, na qual o ex-governador afirma haver um compromisso com a sua indicação para o Tribunal de Contas após a sua saída do cargo

---

[94] Podemos perceber exemplos destas estratégias de aproximação entre as duas alas nas seguintes reportagens: Konder Reis já falou com Colombo: agora tudo em paz. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p.1, 26/09/1971; ZIGUELLI, Adolfo. Konder Reis e este encontro que deixou a casa em ordem In: Ponto por ponto. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 26/09/1971; ZIGUELLI, Adolfo. Renovação sem erradicação In: Ponto por ponto. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 9/10/1971; Colombo prossegue diálogo com políticos. **O Estado**, Florianópolis, 8/10/1971, p.1. Colombo diz que quer governar com a ARENA. **O Estado**, Florianópolis, 12/10/1971, p.15; Renovar sem desunir. **O Estado**. Florianópolis, 8/10/1971. p.3 Nesta última noticia uma passagem se destaca, pois em editorial do jornal o mesmo elogia "a superior compreensão" e "a aguda sensibilidade do Governador Colombo Salles" em se aproximar do senador Antônio Carlos Konder, considerando que tal atitude foi pertinente ao lema do governo de Salles: *Unir para desenvolver*. Nos termos do editorial: "quando convidou para o diálogo o Senador Antônio Carlos Konder Reis, o Governador deixou superlativamente claro que deseja renovar sem desunir. Não fora assim, estaria renegando um lema que poderá, ao afim do governo, talhar a sua atuação: 'União com desenvolvimento'.

de governador, mas que tal acordo não foi seguido por Colombo Salles.[95] De acordo com o jornalista Moacir Pereira, consta nos Anais da Assembleia uma cópia de mensagem de um período logo após a posse do governador Colombo Salles indicando Silveira para este cargo, mas que a mesma foi retirada sem esclarecimentos.[96] Assim, embora Silveira atribua em sua biografia a razão da indicação a uma intervenção direta do General Médici com o fito de cumprir o citado compromisso político, é possível compreender que a mesma seguiu uma estratégia de aproximar o governador Colombo Salles das lideranças tradicionais após a repercussão gerada pela matéria do jornal *O Estado*.

Convém também salientarmos que em sua biografia menciona-se uma repercussão negativa na Assembleia Legislativa a respeito de sua indicação, mas ao observarmos a cobertura de *O Estado* e do *Jornal de Santa Catarina* em relação à posse de Ivo Silveira como Conselheiro do Tribunal de Contas, não encontramos nenhuma menção a esta situação, mas sim uma ampla e positiva cobertura do evento realizada pelo primeiro jornal — devido às estreitas relações entre Silveira e Aderbal Ramos da Silva — e um silêncio a respeito da questão por parte do segundo — possivelmente motivado por antigas rixas entre os Konder-Bornhausen e o ex-governador.[97]

No mês de setembro de 1971 um novo elemento havia sido inserido nas relações entre o governo estadual e a ARENA, bem como entre o governo estadual e a sociedade

---

[95] PEREIRA, op.cit., 1998, p.137.
[96] Idem,, Ibidem. p.138
[97] Cf: Ivo Silveira assume TC terça-feira. **O Estado**. Florianópolis, 30/9/1971, p.1; Ivo Silveira assume hoje o cargo de Conselheiro do Tribunal. **O Estado**. Florianópolis, 1/10/1971, p.15; Ivo ao assumir no TC: "Quero servir ao povo". **O Estado**. Florianópolis, 3/10/1971, p.1; Ivo Silveira: o que importa é servir ao povo. **O Estado**. Florianópolis, 3/10/1971. p.3; MEDEIROS FILHO, Márcio. Ivo Silveira In: Trivial e variado. **O Estado**. Florianópolis, 3/10/1971, p.4.

civil. Em uma grande cerimônia de lançamento realizada no dia 21 do mesmo mês e ano na cidade de Blumenau, o governador Colombo Salles acionou a moderna impressora *off-set* — a primeira no Estado — do recém-criado *Jornal de Santa Catarina* para assim ser impresso o seu primeiro exemplar.[98] Ironicamente, a manchete que estampava a primeira página do jornal era uma denúncia contra a administração pública estadual, criticando as condições de saneamento básico no Estado de Santa Catarina: "Esgoto só existe em duas cidades de Santa Catarina".[99] O *Jornal de Santa Catarina* (*JSC*) foi lançando como um ambicioso investimento da elite empresarial do Vale do Itajaí para ser o maior e mais moderno jornal do estado, tendo como seu grande projeto cobrir todos os então 197 municípios de Santa Catarina.[100] Com os seus diretores e

---

[98] De acordo com Moacir Pereira em dezembro de 1970 ocorreram os primeiros contatos para a compra da impressora *off-set*, capaz de oferecer um produto de melhor qualidade gráfica e ser passível de imprimir de forma mais rápida e em maior quantidade. A compra da impressora era um grande investimento e um diferencial na época, pois os demais jornais do Estado ainda operavam com antigas e ultrapassadas rotoplanas. Cf: PEREIRA, 1992, op.cit., p. 124-125.

[99] Esgoto só existe em duas cidades de Santa Catarina. **O Jornal de Santa Catarina**. Blumenau, 22/9/1971. p.1

[100] Segundo o autor**,** o *JSC* surge como um projeto dentro da TV Coligadas de Blumenau, a primeira rede televisiva do Estado de Santa Catarina. Um grupo de empresários em sociedade formavam a diretoria da TV Coligadas e do *JSC*, sendo estes: Wilson de Freitas Melro (diretor-presidente), Caetano Deeke de Figueiredo (diretor-superintendente) e Flávio de Almeida Coelho (diretor-comercial). Inicialmente uma rede autônoma, mas que logo filiou-se a Rede Globo, a TV Coligadas estava em expansão em Santa Catarina no início da década de 1970, tendo iniciado suas transmissões no dia 1° de setembro de 1969, dia do aniversário de fundação da cidade de Blumenau. Um ano depois de inaugurada, a emissora já cobria praticamente dois terços do território catarinense, num esforço técnico e de investimentos sem precedentes no Estado. A TV Coligadas retransmitia a programação da Rede Globo, mas também oferecia uma ampla programação regional e tinha como principal slogan ser a *emissora da integração catarinense* – slogan este que também seria utilizado no *JSC*. Sua programação era voltada para o público da região do Vale do Itajaí, sendo que alguns dos principais

principais investidores ligados à rede de sociabilidades e influência da família Konder-Bornhausen, o jornal apresentou-se no campo político com uma intransigente postura de defesa das *famílias tradicionais* durante o governo Colombo Salles, bem como de duras críticas aos arenistas e secretários ligados às propostas de *renovação*.[101]

O ano de 1971 encerrou-se com duas derrotas para os aliados de Colombo Salles: a desmoralização promovida pela imprensa da figura do deputado estadual Nelson Pedrini e a exoneração do Secretário do Governo, Victor Fernando Sasse. Em relação ao primeiro caso, o mesmo marcou uma grande ofensiva de três grandes veículos de comunicação distintos contra a figura do deputado estadual, sendo estes os jornais *O Estado*, *Jornal de Santa Catarina* e a revista *Veja*. O conflito teve inicio após um conjunto de ações e discursos de Nelson Pedrini que geraram amplo descontentamento entre parlamentares da Assembleia Legislativa e da mídia regional. O deputado acusou diretamente Ivo Silveira de, durante sua gestão, ter usado de sua influência na reforma administrativa da Assembleia Legislativa para aumentar o número de cargos da Casa, com a exclusiva finalidade de empregar seus aliados políticos. Pedrini também ordenou, enquanto Presidente da Assembleia, a presença de policiais militares para vigiar o cartão ponto de todos os funcionários da casa — inclusive dos deputados — sendo que a partir do início da sessão não era permitida a entrada ou saída de ninguém sem a devida autorização. Segundo Pedrini, a medida não deveria causar

---

programas já recebiam o patrocínio de empresas da mesma região, tal como o *Repórter Garcia* (Cia. Garcia) e o *Telejornal Malhas Hering* (Cia. Hering). Cf: PEREIRA, 1992, op.cit., p.124-125 e p.143-144.

[101] O *Jornal de Santa Catarina* contou com anúncios publicitários constantes de determinadas empresas que eram presididas por importantes membros do partido da ARENA, tal como: a Cia. Artex (Carlos Curt Zadrosny), a Cia. Garcia (Jorge Buechler e Marcos Henrique Buechler), a Eletro Aço Altona (Bernardo Wolfgang Werner) e a Cia.Hering (Ingo Hering). Cf: DUWE, op.cit., 2013. p.43-44.

temor aos deputados que cumpriam os seus horários, mas sim punir os que desrespeitavam as normas.[102]

Ambos os casos repercutiram de forma muito negativa na mídia regional. O primeiro jornal a criticar as ações de Pedrini foi o *JSC*, estampando na capa da sua edição de 30 de setembro de 1971 a manchete *Escândalo na Assembleia*.[103] A cobertura do jornal foi repreendida por Henrique Córdova, aliado político de Pedrini e do governador Colombo Salles. Ao criticar a forma como o *JSC* adjetivou o evento na Assembleia Legislativa, Cordova afirmou:

> pode a imprensa usar do episódio, mas é forçoso que se diga, que aqui NENHUM ESCANDALO OCORREU. E, quem quiser fazer escândalo para fazer manchete, que faça também o escândalo. A ninguém, portanto, cabe o direito de ditar normas a homens como nós, que fomos trazidos pelo 'beneplácito do voto popular', de no mínimo dez mil votos. E, muito menos qualificar o que aqui se passa, de escândalo.[104]

O *JSC* respondeu as críticas de Córdova por meio do seu editorial do dia 9 de outubro
de 1971, afirmando que apenas realizou o seu papel que lhe cabia como imprensa de informar
e formar opinião e que “escândalo foi, efetivamente, o que houve na Assembleia. Escândalo, e
não merece outro qualificativo o pronunciamento de um presidente de Assembleia que denuncia, da tribuna, um ex-

---

[102] Escândalo na Assembleia. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 29/9/1971. p. 4
[103] Idem, Ibidem. p.1
[104] Agora Córdova culpa a imprensa. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 6/10/1971. p.4

governador".[105] Também houve resposta na coluna *Ponto por Ponto* assinada pelo jornalista Adolfo Zigelli, o qual ironizou o caso, comentado que "gostamos muito mais do Senhor Córdova como Deputado brilhante e advogado respeitado. O papel que começou a desempenhar não lhe assenta bem e não terá muito futuro com ele".[106] Por sua vez, o jornal *O Estado* publicou a nota de protestos da Associação dos Servidores Públicos de Santa Catarina contra a presença dos policiais militares na Assembleia, afirmando que o ato de Pedrini "denota o desejo inano de transferir a própria responsabilidade, jogando-a às costas dos mais fracos e indefesos para atingir objetivos possivelmente inconfessáveis, mas nitidamente de promoção pessoal".[107] A situação também gerou uma aliança entre parlamentares da ARENA e do MDB na Assembleia contra a figura de Pedrini, a qual chegou a influenciar também a imprensa, como podemos ver na capa do dia 3 de outubro de 1971 do jornal *O Estado*, quando atipicamente o mesmo publicou uma fala de um deputado do MDB; no caso, um trecho do discurso de Dejandir Dalpasquale (MDB-SC) acusando Nelson Pedrini de não ter condições para ocupar o cargo, pois queria "administrar pela força e não pela lei".[108] Todavia, entre as fontes analisadas, a crítica mais agressiva contra as ações do deputado foi realizada pelo editorial do dia 3 de outubro do jornal *O Estado*. O texto afirmou que "em hora de pouca inspiração", o deputado estadual Nelson Pedrini "foi guindado à presidência do Poder Legislativo de Santa Catarina", sendo este despreparado para

---

[105] A imprensa e o escândalo. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 6/10/1971. p.2

[106] ZIGUELLI, Adolfo. A crise e o governador In: Ponto por ponto. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 6/10/1971. p.4

[107] Servidores protestam contra Presidente da AL. **O Estado**. Florianópolis, 1/10/1971. p.1

[108] Deputados preparam manifestação de repúdio ao presidente do Legislativo. **O Estado**. Florianópolis, 3/10/1971. p.1

assumir tal posto.[109] Em uma longa e dura crítica ao parlamentar, o editorial colocou que:

> O Poder Legislativo, fator de equilíbrio do regime democrático e essência inigualável da representação popular, vive momentos difíceis e delicados em Santa Catarina a partir do início da atual legislatura. A cadeira de sua presidência que deveria ser o ponto de equidistância e ponderação, é sem sombra de dúvida um foco gerador de crises a esta altura já praticamente insuportável pelos membros da Assembleia que, sem distinção de Partido, consideram intolerável as tristes situações criadas pelo seu chefe nos campos político e administrativo, pondo em risco a austeridade do Poder. O fato de o presidente da Assembleia haver colocado dois soldados da Polícia Militar fardados para policiarem o funcionalismo no cumprimento das suas obrigações para com o relógio do ponto é um sintoma doentio de que padece a administração da Casa. (...) Este pequeno detalhe bem demonstra o despreparo desse parlamentar para ocupar tão elevada posição nos destinos de Santa Catarina. Despreparo que vai ao ponto de distorcer e até mesmo faltar com a verdade quando esboça qualquer pronunciamento à guisa de justificação para os seus desatinos, produto de uma imaginação pouco fértil mas extremamente perigosa quando colocada a serviço do mal. Não estamos aqui para defender pessoas ou interesses de quem quer que seja. O que queremos é não ver maculado o nome do Poder Legislativo por atos inconsequentes e irresponsáveis que possam comprometê-lo a ponto de torna-lo desacreditado diante deste Estado laborioso, ordeiro e progressista que não

[109] Até quando? **O Estado**. Florianópolis, 3/10/1971. p.3

> está acostumado a presenciar semelhantes desvarios.[110]

O caso gerou repercussão também na mídia nacional, por meio da revista *Veja*. Mantendo-se em defesa das lideranças tradicionais e em posição crítica aos *renovadores*, a revista acusou Nelson Pedrini de ter "contra si todos os deputados" da Assembleia Legislativa, bem com uma "memória fraca".[111] A última crítica se deu pelo fato do mesmo ter afirmado em discurso que "com menos cem funcionários, talvez os serviços [da Assembleia] funcionassem melhor", o que levou o deputado Zany Gonzaga retrucar que "essa afirmação do presidente evidencia, sobretudo, sua fraca memória. Em dezembro de 1970, ele foi o relator do projeto que criou 105 novos cargos no funcionalismo da Assembleia. E o seu parecer foi favorável".[112] A pressão por parte da mídia, dos parlamentares e demais funcionários da Assembleia foi tamanha que a permanência dos policiais durou apenas duas semanas, sendo os mesmos retirados dos seus postos no dia 14 de outubro de 1971. Estes contundentes ataques ao principal aliado do governador Colombo Salles na Assembleia demonstram-se significativos para os fins desta pesquisa, pois, além de exemplificarem a grande influência dos setores tradicionais da ARENA no campo da mídia, demonstra os limites do setor *renovador* na Assembleia Legislativa. Seja devido à desigual proporção de representatividade que este grupo possuía na Casa em relação aos políticos tradicionais, ou mesmo pelas ações autoritárias e discursos agressivos do seu principal líder Nelson Pedrini, sendo este um alvo constante de críticas por parte da mídia.

A outra derrota do governo Salles se deu com a renúncia do Secretário de Governo Victor Fernando Sasse no

---

[110] Idem, Ibidem.
[111] Ponto sob guarda. **Revista Veja**. São Paulo, 6/10/71, Ed.161, p.28
[112] Idem, Ibidem.

dia 21 de dezembro de 1971. O motivo foi a pressão política gerada pela repercussão de uma entrevista que o então Secretário concedeu ao jornal gaúcho *Correio do Povo* no dia 20 de dezembro de 1971. Sasse afirmou que "o governo de Santa Catarina conseguiu contornar a crise política com as lideranças tradicionais, surgida após uma manifestação do Presidente da Assembleia, sem fazer quaisquer concessões de caráter político ou administrativo".[113] O Secretário também chegou a enfatizar que o governo não abriria "concessões que proporcionassem às oligarquias maior participação e nem poderíamos abrir".[114] Por fim, o mesmo teria causado situação constrangedora junto às Forças Armadas ao comentar não sentir a "ingerência dos militares no governo e na política. Talvez porque o Estado tenha apenas uma unidade naval e a Marinha seja normalmente mais retraída".[115]

Como Secretário do Governo, Sasse representava Colombo Salles nesta passagem pelo Rio Grande de Sul e tais palavras de afronta às oligarquias tradicionais e uma possível alusão à intervenção da Marinha em questões políticas e administrativas não passaram despercebidas. Ao chegar em Florianópolis no dia seguinte à publicação da entrevista, o secretário não resistiu às pressões e pediu a renúncia. Segundo o colunista Adolfo Ziguelli, do *Jornal de Santa Catarina*, o pecado capital de Victor Sasse foi "o entusiasmo quase juvenil" e sua "audácia em afrontar as lideranças tradicionais".[116] Em sua coluna o mesmo definiu nos seguintes termos o ocorrido com o secretário:

> Moço e idealista, o Secretário do Governo tinha pressa, como tem pressa todos os que vem abrir

---

[113] ZIGUELLI, Adolfo. Secretariado, ponto final? In: Ponto por ponto. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 21/12/1971.
[114] Idem, Ibidem.
[115] Idem, Ibidem.
[116] ZIGUELLI, Adolfo. A segunda queda In: Ponto por ponto. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 22/12/1971.

> as perspectivas de uma ação positiva na vida pública. Minimizou, contudo, a importância e o legado da tradição política, mãos invisíveis que do fundo da história estendem a sua influência e seu magnetismo sobre as ações do presente. E sucumbiu ante os longos braços das lideranças tradicionais, nascidas e educadas para o desempenho da função política.[117]

Compreendemos que com a exoneração de Victor Sasse encerra-se o período de maiores conflitos internos na ARENA catarinense durante a gestão Salles. Embora estes conflitos jamais tenham cessado ao longo do período estudado, eles seguiram se manifestando por distintos meios e dinâmicas, sendo que a partir de 1972 até o término do governo Salles, as famílias tradicionais conseguiram cada vez mais recuperar espaço como lideranças da ARENA catarinense. Assim, ao alterarmos a nossa escala de observação em relação ao segundo capítulo deste trabalho, buscamos dar maior ênfase à forma com que as pressões políticas e as influências socioculturais oriundas do próprio âmbito regional influenciaram as ações dos atores sociais envolvidos nestes conflitos. Para tal, experimentamos analisar as relações políticas da ARENA no âmbito regional catarinense não somente enquanto um produto de movimentações estruturais mais amplas como a ampliação das zonas de influência da burocracia estatal, o aumento da demanda por *técnicos* pelo Estado brasileiro, ou mesmo a forma particular com que a gestão Médici veio a gerir o próprio Estado. Mas, sem descartar tais processos em uma esfera *macrossocial*, buscamos atentar para como a formação de planos, expectativas, estratégias e até mesmo de frustrações por parte dos membros locais da ARENA catarinense vieram a influenciar movimentos de maior abrangência.

---

[117] Idem, Ibidem.

3.3 – A derrocada do projeto renovador

Dois meses após pedir a exoneração de seu cargo de Secretário do Governo, Victor Fernando Sasse foi entrevistado pelo *Jornal de Santa Catarina*, ocasião em que afirmou ter adotado medidas saneadoras baseadas no *Projeto Catarinense de Desenvolvimento* que iam de encontro aos interesses das oligarquias, as quais, ao serem contrariadas, passaram a obstaculizar as suas ações. Em suas palavras:

> (...) os grupos oligárquicos que se valem do passado político, glorioso, sem dúvida, desempenhado pelos partidos políticos, notadamente, os homens ligados ao PSD e UDN, para inteligentemente utilizá-los como instrumentos para a continuidade no uso de privilégios junto ao Governo. Este enfoque, caracterizadamente catarinense, faz do nosso Estado, um dos mais atrasados em política no contexto nacional.[118]

O caso da renúncia de Victor Sasse parece evidenciar os limites das reformas políticas propostas no *Projeto Catarinense de Desenvolvimento* e a necessidade do governo de Colombo Salles em evitar confronto constante e direito com as poderosas e influentes famílias. Embora as tensões internas continuassem na ARENA, a partir do ano de 1972 as famílias políticas obtiveram diversas vitórias em relação aos *renovadores*: maior influência no governo Colombo Salles; a eleição, em 1972, de Zany Gonzaga para a presidência da Assembleia Legislativa; o controle sobre o Diretório Regional da ARENA, quando Jorge Konder Bornhausen assumiu sua presidência, em 1973; bem como no ano de 1974 , Antônio Carlos Konder Reis foi

---

[118] Sasse explicando a sua saída do governo. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 4, 9/02/1972.

indicado pelo General Geisel para o cargo de governador do estado.

No acervo do Diretório Nacional da ARENA no CPDOC/FGV-RJ há três documentos referentes a este período que merecem um especial destaque em nossas análises, especialmente quando cruzamos os seus conteúdos: um resumo do relatório da situação da ARENA catarinense produzido pelo Presidente do Diretório Regional do partido em Santa Catarina, Renato Ramos da Silva; uma carta de Renato Ramos da Silva endereçada a Colombo Salles; e uma carta de Jorge Konder Bornhausen endereçada ao Diretório Nacional da ARENA. O primeiro documento, datado de 18 de agosto de 1972, faz parte de um relatório maior intitulado *Resumo dos relatórios dos Presidentes dos Diretórios Regionais da ARENA nos estados do Paraná, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*, cujo relator final foi o deputado federal Dib Cherem (ARENA-SC).[119] Neste, os presidentes dos Diretórios Regionais do partido abordaram os seguintes tópicos: os aspectos negativos, a situação do partido, relações com o governo estadual, dificuldades do Diretório, a situação do partido nas eleições municipais e possíveis sugestões ao Diretório Nacional da ARENA.

No caso catarinense, o então presidente do Diretório Regional, Renato Ramos da Silva, apresentou um quadro positivo da situação da ARENA no estado. Em relação aos *aspectos negativos*, apenas afirmou: "a ARENA objetiva incrementar a filiação partidária, pois há apenas 60.088 filiados".[120] Quanto à *situação do partido*, esta foi avaliada como "muito boa", pois o partido havia elegido, no pleito de 1969, 161 prefeitos contra os 25 do MDB.[121] A respeito das

---

[119] Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC/FGV-RJ. **ARENA**, microfilmes, pasta 5, p.497-499.
[120] Idem, Ibidem. p.498.
[121] Idem, Ibidem.

dificuldades do diretório, Ramos da Silva externou que o partido se ressentia "de falta de estrutura organizacional".[122] Sobre a *situação do partido nas eleições municipais*, o relatório salientou que a ARENA deveria promover "um trabalho eleitoral muito intenso para evitar o crescimento do MDB, principalmente nos grandes centros urbanos como Joinville, Blumenau, Criciúma, Tubarão, Itajaí e Lages".[123] Relativamente às *sugestões*, apenas requisitou a intervenção do Diretório Nacional no diálogo com o presidente da Assembleia Legislativa para que a sede regional do partido viesse a funcionar no local, permitindo assim uma maior aproximação do Diretório Regional com a sua bancada.[124] Entretanto, o tópico que mais nos chamou a atenção foi o referente às *relações com o governo estadual*, no qual Ramos da Silva frisou:

> A ARENA mantém as melhores relações com o Governador de Santa Catarina, cujos contatos são permanentes. O próprio Partido, por solicitação do Senhor Governador, indicou um elemento para ocupar a Secretaria do Governo, que é a Pasta política. O Partido pretende organizar um foro de debates políticos, com a presença de membros do Diretório, Secretários de Estado e Deputados estaduais.[125]

O conteúdo do relatório nos leva a especular as razões de Renato Ramos da Silva ao apresentar leitura excessivamente positiva da situação arenista em Santa Catarina. Seria este um reflexo do sucesso das aproximações de Colombo Salles perante os membros tradicionais do partido? Ou seria uma mera tentativa de construir uma falsa imagem de harmonia e coesão partidária perante o Diretório Nacional? Embora não

---

[122] Idem, Ibidem.
[123] Idem, Ibidem.
[124] Ibdem. Ibidem. p. 499.
[125] Idem, Ibidem. p. 498.

tenhamos subsídios para fornecer respostas a tais questionamentos, os silêncios que envolvem a produção deste documento demonstram-se tão instigantes quanto o seu próprio conteúdo, especialmente devido ao fato de que meses depois da sua produção — mais precisamente no dia 11 de abril de 1973 — Renato Ramos da Silva veio a renunciar ao cargo de presidente do Diretório Regional por meio de uma sucinta e formal carta endereçada a Colombo Salles, justificando o ato como um "imperativo de consciência".[126] Tal ação nos leva ao nosso terceiro e último documento em destaque, uma carta endereçada ao Diretório Nacional da ARENA, datada do dia 25 de abril de 1973, e escrita pelo ex-vice-governador e presidente em exercício do Diretório Regional da ARENA, Jorge Konder Bornhausen. Nesta, podemos encontrar uma narrativa a respeito da situação interna do partido destoante daquela relatada previamente por Renato Ramos da Silva.

A carta de Bornhausen possuí 13 páginas e foi dividida em seis tópicos, sendo estes: histórico; período pré-eleitoral; resultado eleitoral; situação pós-eleitoral; soluções preconizadas; e conclusão. Em geral, a narrativa traçada por Bornhausen busca delinear uma visão negativa da administração de Salles e da sua forma de conduzir o partido. Logo em seu início, o então presidente interino do Diretório Regional traça um histórico dos conflitos internos do partido desde a indicação de Colombo Salles para o governo do estado, enfatizando que "as lideranças estaduais, embora não houvessem convergido para o seu nome, por ocasião da visita do então Presidente [do Diretório Nacional da ARENA] Rondon Pacheco, fiéis aos postulados revolucionários,

---

[126] Convém destacarmos que a carta de renúncia de Renato Ramos da Silva foi enviada ao Diretório Nacional da ARENA por Jorge Konder Bornhausen enquanto um documento anexo da sua própria carta. Cf: Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC/FGV-RJ. **ARENA**, microfilmes, pasta 6, p.586.

imediatamente manifestaram integral solidariedade" ao mesmo.[127] Bornhausen também sustenta que a direção partidária não veio a ser convidada para "colaborar no programa administrativo, nem ouvida sobre o esquema político, tomando conhecimento das escolhas dos auxiliares, vários vindos de outros Estados, quando da efetivação das nomeações".[128] Na mesma carta, encontra-se citada e anexada, uma cópia do documento entregue por Colombo Salles ao General Médici em agosto de 1971 — o mesmo publicado pelo jornal *O Estado* e analisado previamente. Ainda abordou de forma positiva as aproximações realizadas por Salles com as lideranças partidárias no final do ano de 1971, mas enfatizou as discordâncias de seu grupo político em relação ao fato de Salles ter optado pelo nome do deputado estadual Nelson Pedrini para presidir a Assembleia Legislativa. Nas palavras de Bornhausen:

> O primeiro ato de conotação política, às vésperas de sua posse, foi a indicação do Presidente da Assembleia [Nelson Pedrini]. (...) Apesar das ponderações sobre o risco da indicação, em razão das inúmeras manifestações de instabilidade emocional, que marcaram as atividades do aludido parlamentar, o futuro Chefe do Executivo manteve a decisão. Iniciado o novo período governamental, o Presidente da Assembleia começou em todo Estado uma campanha distorcida e injuriosa contra os políticos que em momento histórico uniram-se para a formação da Arena em Santa Catarina, imbuídos dos ideias e postulados revolucionários. O movimento desagregador não sofreu qualquer contestação pública por parte do Governador, citado seguidamente pelo Deputado Nelson Pedrini como orientador da

[127] Idem, Ibidem, p.588
[128] Idem, Ibidem.

> pregação que efetuava. Tendo o referido parlamentar repetido por diversas vezes referências desairosas a seus companheiros, especialmente àqueles que denominava pejorativamente de oligarcas, confundindo propositalmente os sacrifícios de vidas inteiras dedicadas à causa pública com oportunismo (...).[129]

Com uma nítida estratégia de deslegitimar as ações do governador, a carta de Jorge Bornhausen seguiu apontando que após a renúncia de Victor Fernando Sasse da Secretaria do Governo e Nuno Campos da Chefia da Casa Civil, Colombo Salles convocou as lideranças arenistas para que as mesmas viessem a indicar o nome de um ex-membro do PSD (para a Secretaria do Governo) e um ex-membro da UDN (para a Chefia da Casa Civil). Todavia, segundo o relato de Bornhausen, enquanto o nome do ex-membro do PSD foi escolhido em comum acordo entre governador e lideranças arenistas — sendo indicado o ex-deputado Orlando Bértoli para o cargo —, o da Casa Civil não seguiu o mesmo caminho, pois Salles nomeou o então Secretário da Administração, Eugenio Lapagesse, para o posto, sendo este na leitura de Bornhausen "trazido de Brasília pelo próprio governador e que, em absoluto, constava da lista apresentada".[130] Tal informação demonstra-se especialmente interessante pelo fato de que no relatório de Renato Ramos da Silva, o caso da chefia da Casa Civil foi omitido, enquanto a indicação de Bértoli apresentada como exemplo da *boa relação* que a ARENA vinha mantendo com o governador.

Quanto à campanha eleitoral dos pleitos municipais de 1972, Bornhausen apontou que após as escolhas dos candidatos pelos Diretórios Municipais, "se por um lado o Governador demonstrava interesse pelos candidatos, boa parte de seus

---

[129] Idem, Ibidem. p.589.
[130] Idem, Ibidem. p.590.

assessores ignorava o processo sob a alegação de suas posições exclusivamente técnicas". Na sua visão, o governador acolheu bem as sugestões do partido para o pleito, sendo que este e o partido participaram efetivamente da campanha, "mas sem a existência do indispensável vínculo entre Governo e ARENA".[131] Convém também destacar que, mesmo com a ARENA se saindo vitoriosa do pleito, tendo elegido 144 de 181 prefeituras em Santa Catarina e totalizado 565.022 votos contra 320.833 do MDB, o presidente interino do Diretório Regional concluiu que a avaliação geral sobre o pleito era negativa em função das derrotas do partido, por ampla margem, nos maiores centros urbanos e zonas eleitorais do Estado — Blumenau, Joinville e Lages —, bem como em cidades de importância estratégica como Joaçaba, Brusque e Rio do Sul. Em tom de pesar, Bornhausen sugere que "o quadro por si só revela uma posição delicada, que tende a se agravar em razão da conquista das grandes prefeituras por parte da oposição e que são polos de atração de suas micro-regiões".[132]

Por fim, Bornhausen destaca que após as eleições municipais de 1972, o governador Colombo Salles permaneceu coerente à sua conduta de abrir maior diálogo com as lideranças *tradicionais* da ARENA, sendo que nas eleições para os cargos de direção da Assembleia Legislativa, o mesmo foi ao encontro das sugestões deste grupo, indicando o nome do deputado Zany Gonzaga para substituir Nelson Pedrini no cargo de Presidente da Casa. Ainda de acordo com Bornhausen, tal postura não foi bem recebida pelos antigos aliados de Salles na Assembleia que, em contraponto, registraram a candidatura de Epitácio Bittencourt, resultando assim em uma eleição somente vencida por Gonzaga devido à

---

[131] Idem, Ibidem.
[132] Idem, Ibidem. p.589.

aliança construída pelos setores arenistas favoráveis à sua candidatura com a bancada do MDB.[133]

Embora Bornhausen tenha salientado a positiva aproximação de Salles com as lideranças *tradicionais*, o mesmo não o isentou de culpa pela situação conflituosa da ARENA catarinense, considerando que a mesma "perdura até hoje e só uma ação do Governador, enérgica e eficaz, conjugada com a direção do partido poderá pôr um ponto final nas divergências".[134] Como propostas de soluções para os conflitos internos do partido, sugeriu "modificações nos quadros administrativos do Governo, com a participação da classe política" e uma "veiculação estreita entre partido e governo".[135] Por fim, a carta é encerrada com o Presidente interino do Diretório Regional apontando:

> a atuação do partido (...) foi sempre prejudicada pelo desconhecimento dos objetivos reais do Governador. Este é o clima atual da ARENA Catarinense, que vive momentos difíceis pela desunião interna, pela falta de entrosamento com o Governo e às vésperas de uma eleição que não se apresenta, no momento, como das mais promissoras.[136]

Após assumir a presidência do Diretório Regional da ARENA de forma interina, no mês de maio de 1973, Jorge Konder Bornhausen foi efetivado no cargo. Um fator interessante a ser destacado neste processo que levou Bornhausen a assumir tal posto é uma possível influência do Diretório Nacional nesta decisão, mais especificamente do então presidente do Diretório, o senador Filinto Muller.

---

[133] O resultado da votação registrou: 12 votos da ARENA e 11 do MDB para Zany Gonzaga e 14 votos da ARENA para Epitácio Bittencourt. Cf: Idem, Ibidem. p.591

[134] Idem, Ibidem.

[135] Idem, Ibidem. p.592

[136] Idem, Ibidem. p.592.

Embasamos tal leitura na análise de como a imprensa regional acompanhou este processo, bem como esta é a leitura proposta pelo então deputado estadual Nelson Pedrini em sua biografia.

Em relação à imprensa, ao acompanharmos a cobertura realizada pelo jornal *O Estado* dos eventos posteriores à renúncia de Renato Ramos da Silva ao cargo de presidente do Diretório Regional do partido no dia 11 de abril, podemos observar que as lideranças arenistas locais decidiram não tomar nenhuma decisão a respeito da questão antes de realizar consulta ao Diretório Nacional.[137] No dia 21 de abril o jornal registrou que o governador Colombo Salles esteve em uma reunião em Brasília com o presidente nacional da ARENA, Filinto Muller, sendo que no dia 28 foi a vez de Bornhausen realizar o mesmo.[138] Por sua vez, Nelson Pedrini atesta em sua biografia que após a renúncia de Ramos da Silva, Colombo Salles haveria prometido aos deputados *renovadores* da Assembleia que estes poderiam indicar um nome ao cargo de presidente do Diretório Regional, mas após retornar de sua viagem a Brasília teria revelado — para a surpresa e frustração dos mesmos deputados — o acordo com o senador Filinto Muller a respeito da escolha de Jorge Konder Bornhausen para o cargo.[139]

---

[137] Cf: ARENA começará a analisar critérios que tomará com a saída de Renato. **O Estado**. Florianópolis, 17/4/1973. p.3; MEDEIROS FILHO, Marcílio. Soluções deverão vir de Brasília In: Trivial e variado. **O Estado**. Florianópolis, 18/4/1973. p.4

[138] Cf: Crise da ARENA: Colombo acerta visita de Filinto a Florianópolis. **O Estado.** Florianópolis, 25/4/1973. p.3; Jorge debate com Filinto a crise da ARENA catarinense. **O Estado.** Florianópolis, 28/4/1973. p.3

[139] Cf: PEDRINI, op.cit., 2001. p.172-173. Uma crítica que deve ser realizada a narrativa de Pedrini a respeito do evento é que o mesmo afirma ter tomado conhecimento da renúncia de Renato Ramos da Silva por meio de uma nota oficial deste dirigida a imprensa, na qual ter-se-ia alegado por parte de Ramos da Silva: "divergências políticas insuperáveis com o governador" (p.172). Todavia, nenhuma nota oficial foi emitida na imprensa por Renato Ramos da Silva, sendo que os jornais enfatizam o silêncio do mesmo a respeito da questão, e que este apenas teria emitido 3 cartas

Embora a possível influência de Filinto Muller na questão seja uma conjectura de nossa parte, a partir de indícios fornecidos por nossas fontes abre-se margem para relativizarmos algumas questões previamente levantadas no segundo capítulo deste trabalho. Por exemplo, a tentativa de Filinto Muller de aproximar a ARENA dos ideais da ESG ou mesmo a adoção de um perfil mais *técnico* para os políticos do partido. Deste modo, consideramos pertinente levantar dois questionamentos: 1) em que medida os aspectos ideológicos da ESG ou em prol de um perfil *tecnocrático* foram determinantes em decisões partidárias como estas?; 2) Em que medida a aproximação de Colombo Salles com as famílias *tradicionais* influenciou este processo de decisão? Embora não seja possível apontar respostas definitivas para tais questionamentos, consideramos haver aí uma problemática que instiga reflexões para além dos aspectos ideológicos acima citados, cabendo levar em consideração as negociações e acordos existentes nas relações entre Diretório Nacional do partido e Diretórios Regionais. É possível que os movimentos prévios de aproximação de Colombo Salles com as lideranças tradicionais tenham influenciado a indicação de Jorge Konder Bornhausen ao cargo.

Assim, enquanto pudemos perceber previamente uma leitura positiva por parte de Jorge Konder Bornhausen em relação à aproximação de Salles com as lideranças tradicionais,

---

formais que foram direcionadas ao governador Colombo Salles, ao vice-presidente do Diretório Regional da ARENA Jorge Konder Bornhausen e ao senador Celso Ramos. Acreditamos ser muito provável que uma das cópias destas cartas seja a que consta no Acervo do Diretório Nacional da ARENA no CPDOC/FGV-RJ e que foi previamente analisada nesta pesquisa. Sendo assim, devemos frisar que no conteúdo da carta em questão não há nenhuma referência à divergências entre Renato Ramos da Silva e Colombo Salles – embora isto de forma alguma exclua a existência de tais tensões. Tais críticas demonstram-se necessárias pois, consideramos a narrativa de Pedrini pouco precisa a respeito deste processo e possivelmente permeada por intenções políticas próprias do ex-deputado.

do outro lado do conflito, tal movimentação foi compreendida como um *erro fatal*. De acordo com Nelson Pedrini, após os últimos meses de 1972 a pregação anti-oligárquica passou a se restringir aos parlamentares da ARENA, a partir do momento em que o governador Colombo Salles iniciou negociações com membros da *ala tradicional* e cedeu-lhes espaço no partido. Para o então líder da *ala renovadora*:

> ficava cada vez mais evidente que o projeto de renovação política, em Santa Catarina, estava indo para o espaço. O governador Colombo Machado Salles, ao concordar com a escolha de Jorge Bornhausen para presidir a ARENA, cometeu o seu segundo e fatal equívoco político. O primeiro foi concordar com a eleição do deputado Zany Gonzaga à presidência da Assembleia Legislativa, queimando os nomes, primeiro de Henrique Córdova e depois de Epitácio Bittencourt, com certeza, os seus dois mais leais e íntimos amigos políticos. Colombo Salles pagou, porque quis, um alto preço por sua ingenuidade política e porque nunca aceitou ouvir conselhos de amigos leais e que entendiam da arte. Em todo o seu governo, na parte política, prevaleceu a picardia de Aderbal Ramos da Silva, de Renato Ramos da Silva, de Jorge e Irineu Bornhausen e de Celso Ramos.[140]

Indo ao encontro deste movimento de declínio do projeto por *renovação política* e ascensão do General Geisel à presidência, temos a maior vitória da *ala tradicional*: a indicação do senador Antônio Carlos Konder Reis para suceder Colombo Salles no governo do estado. As questões que envolveram a escolha de Konder Reis para o cargo de governador ainda são encobertas por silêncios e incertezas. De acordo com Yan Carreirão, os contatos do senador com

---

[140] Cf: PEDRINI, op.cit., 2001. p.174.

Golbery do Couto Silva, então Ministro da Casa Civil da gestão Geisel, e com o presidente do Diretório Nacional da ARENA, o senador Petrônio Portella, foram decisivos para a sua indicação.[141] Também devemos enfatizar que Konder Reis exerceu diversas funções em cargos públicos, sendo um político de grande influência no cenário nacional e com longa carreira parlamentar. Tendo iniciado sua carreira na extinta UDN, até o momento de sua indicação Konder Reis exercera os cargos de deputado estadual (1947-1951), de deputado federal (1955-1959 e 1959-1963), de Chefe de Gabinete do então Ministro da Agricultura João Cleófas, durante o governo de Getúlio Vargas (1952-1954), Secretário da Fazenda do governo Jorge Lacerda (1957) e de senador por dois mandatos consecutivos (1964-1969 e 1969-1975), além de ter sido o relator da Constituição de 1967 e, desde junho de 1973, era ocupante da vice-presidência do Senado Federal.[142]

Para Carreirão, a escolha de Antônio Carlos Konder Reis significou uma espécie de vitória das *lideranças tradicionais* em relação à tentativa do governo federal de influenciar na política local catarinense por meio da indicação de Colombo Salles. Na perspectiva do autor, as oligarquias conseguiram resistir a interferência externa dos militares e concomitantemente souberam cooptar os setores de oposição à nível regional para o seu lado.

> a verdade é que o poder oligárquico se mostrou mais forte do que esperava a tecnocracia federal. Ao final do período, Colombo Salles já fazia um jogo ambíguo em relação às forças tradicionais da política catarinense; Nelson Pedrini virá a ser o líder do governo na gestão de Antônio Carlos e Henrique Córdova será o vice-governador de Jorge K. Bornhausen. De um lado ficou patente que a resistência ao poder

[141] CARREIRÃO, op.cit., 1988. p.93-94
[142] CF: KONDER, op.cit., 1997.

> oligárquico internamente à ARENA catarinense não tinha consistência ideológica alguma – tratava-se de aproveitar o momento em que o poder central sinalizou para a 'renovação política', no intuito de ganhar o espaço ocupado pelas oligarquias; de outro lado, fica claro também o poder de composição das tradicionais forças políticas estaduais, cooptando seus principais 'inimigos internos' e conseguindo, no plano federal, o aval para a indicação dos dois próximos governadores.[143]

Embora destoemos da noção de *cooptação* empregada pelo autor, sendo preferível compreender este processo como uma confluência de projetos distintos dos membros das oligarquias e dos parlamentares que constituíram a base de apoio do governo Salles, acreditamos que a leitura de Carreirão é pertinente aos fins aqui propostos. Deste modo, duas características que nos chamam especial atenção na composição do governo de Konder Reis são: 1) a presença de nomes que participaram da *pregação anti-oligárquica* durante a gestão Salles na base de apoio de seu governo, como Nelson Pedrini, que veio a ser líder do partido na Assembleia Legislativa a partir de 1976; 2) a grande presença de políticos no secretariado, em detrimento a predominância dos *técnicos* no governo Colombo Salles.

Na data da posse do secretariado, o ex-deputado estadual e então Secretário da Justiça, Zany Gonzaga, afirmou que o governo Konder Reis estaria determinado a cumprir "os deveres do administrador sem descumprir o do político, já que um separado do outro jamais conhecerá o êxito na condução da coisa pública".[144] Portanto, no secretariado de Konder Reis, tivemos a presença de dois ex-prefeitos indicados: Hélio Wassum, de São Miguel do Oeste, na Secretaria do Oeste, e

---

[143] CARREIRÃO, op.cit, 1988. p.94.

[144] À tarde, Konder Reis empossou o secretariado. **O Jornal de Santa Catarina**. Blumenau, 16 e 17/03/1975, p.3

Ari Oliveira, de Florianópolis, na Secretaria de Segurança e Informações. Também foram empossados os deputados estaduais Zany Gonzaga, na Secretaria da Justiça, Fernando Bastos, na Secretaria do Trabalho e Promoção Social, Sebastião Neto Campos, na Secretaria da Indústria e Comércio, além do deputado federal Albino Zeni, na Secretaria do Governo.

Com a feição de um governo que privilegiaria os políticos, Antônio Carlos Konder Reis assumiu no dia 15 de março de 1975 o cargo de governador do estado de Santa Catarina. Nas páginas do *Jornal de Santa Catarina* do mesmo dia, uma das principais matérias do periódico afirmava *Políticos no Governo, como Geisel prometeu*. ao destacar a maior presença de políticos no cargo de governador do estado.[145] Como abordado no segundo capítulo deste trabalho, a ideia de um maior vínculo e um maior diálogo de Geisel com a ARENA no processo de indicação dos governadores de 1975 deve ser relativizada, mas para além desse fator, o que nos questionamos é: seria possível analisar este fenômeno como uma decisão unilateral e imposta pelo governo federal? Ao longo deste capítulo, buscamos defender a hipótese de que, ao menos no caso catarinense, a análise da indicação de Antônio Carlos Konder Reis torna-se prejudicada se não a inserirmos como parte de um processo mais amplo de disputas internas da ARENA local. Também parece ser importante levar em consideração como a cultura política destas famílias continuou influente no cenário político regional durante o período ditatorial, mesmo após uma conjuntura em que os membros destas famílias foram afastados do comando do Executivo estadual e resistiram a ofensivas que buscavam deslegitimar seu domínio político em Santa Catarina.

Ao analisarmos as relações e culturas políticas na ARENA catarinense durante a gestão Colombo Salles por meio

---

[145] Políticos no Governo, como Geisel prometeu. **O Jornal de Santa Catarina**. Blumenau, 15/03/1975, p.4

de uma escala de observação reduzida que privilegia o âmbito regional, é possível lançar um novo olhar a respeito deste fenômeno. Assim, ao longo das reflexões realizadas neste capítulo, buscamos ir constantemente ao encontro de Jacques Revel e sua perspectiva teórico-metodológica de atribuir uma importância central aos atores sociais na constituição dos próprios processos sociais, tal como o de compreender que o meio de se estudar os grandes processos estruturais em sua maior complexidade é apreendê-los em diversos níveis.[146] Deste modo, ao voltarmos o nosso foco de análise para os políticos membros do governo Salles e da ARENA catarinense, pudemos observar suas redes de sociabilidades, suas alianças, o processo de formação de estratégias e táticas individuais e/ou coletivas. Acreditamos que a análise de tais fenômenos políticos a partir de uma diferente escala de observação não exclui, mas atribui um grau de complexidade ainda não explorado aos fenômenos de maior amplitude como as relações políticas da ARENA, o governo Médici ou a ampliação da presença de *técnicos* na sociedade, no Estado e na política brasileira.

Por meio de tais perspectivas analíticas, podemos concluir que a tentativa do governo federal de promover uma reformulação na ARENA catarinense demonstrou-se insustentável devido às fortes pressões de caráter político e sociocultural contra tais reformas. Pressões estas que foram exercidas de diferentes formas, em especial por meio da imprensa, utilizada como um instrumento de veiculação de valores e ideais que visaram deslegitimar as propostas de *renovação política*, bem como desmoralizar os principais agentes que propagavam tais reformas. Com tamanhos conflitos internos dentro do partido, compreendemos a indicação de Antônio Carlos Konder Reis ao cargo de governador como uma tentativa de amenizar tais conflitos e reestruturar uma coesão interna a ARENA. Todavia, ao tomar

---

[146] REVEL, op.cit., 2010.

posse em 1975, o governo encontrou nova realidade no cenário político catarinense. Os resultados das eleições de 1974 em Santa Catarina alteraram a composição da representação parlamentar dos partidos nas casas legislativas, em especial devido ao aumento da presença de membros do MDB. Buscando compreender a atuação da ARENA nestas eleições, seguimos ao último capítulo deste trabalho.

4. A ARENA NAS ELEIÇÕES DE 1974 EM SANTA CATARINA

O exercício de análise das eleições de 1974 a partir de uma perspectiva histórica pode nos fornecer um distinto olhar em relação a este evento, especialmente ao atribuirmos um enfoque não somente ao resultado do pleito em si, mas nas distintas expectativas fomentadas por diversos grupos sociais em relação a este, os seus possíveis significados e o que o mesmo pode nos dizer a respeito dos movimentos políticos de seu tempo. Sob esta ótica, o resultado positivo do MDB em 1974 parece ganhar um *destaque especial*, pois, até então, o partido de oposição não havia conseguido obter resultados eleitorais expressivos. Os resultados dos pleitos anteriores não foram favoráveis ao MDB. Nas eleições de 1966, a ARENA obteve 50,5% dos votos contra 28,4% do MDB. Já em 1970, o partido do governo registrou 48,4% dos votos contra 21,3% da oposição, sendo que, neste pleito, 30,3% dos votos foram nulos. A situação parecia ainda mais difícil após as eleições municipais de 1972, quando o quadro geral registrava que a ARENA possuía no país: 87,76% dos prefeitos, 83,25% dos vereadores, 59 dos 66 senadores, 223 dos 310 deputados federais, e 493 dos 701 deputados estaduais.[1]

Em Santa Catarina, os resultados dos pleitos de 1966 e 1970 foram ao encontro das seguidas vitórias da ARENA em nível nacional, com o partido do governo conseguindo eleger a grande maioria de deputados estaduais, deputados federais e todas as cadeiras para o Senado. Todavia, como pudemos observar no capítulo anterior, durante a gestão Colombo Salles

---

[1] Dados baseados em: BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados estatísticos**: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1970. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, v.9, 1973; BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados estatísticos**: eleições municipais realizadas no Brasil em 1972. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, v.10, 1988.

foram externadas manifestações de pessimismo por parte de arenistas em relação às eleições de 1974. Em abril de 1973, Jorge Konder Bornhausen comunicou ao Diretório Nacional do partido que devido à situação da ARENA em Santa Catarina, as eleições de 1974 não pareciam ser "das mais promissoras".[2] No mesmo período, o jornal *O Estado* publicou um editorial criticando a inabilidade dos arenistas catarinenses — em especial do governador Colombo Salles — em resolver suas disputas internas. Entendia-se que o momento deveria ser de mobilização no partido para se evitar uma derrota nas futuras eleições.

> Não há mais tempo, nem campo para o exercício de sutilezas ou a prática do esporte da dicotomia. É sobretudo necessária a eleição de um comportamento pragmático em relação à política e às suas coisas. Não há mais tempo, inclusive, para se valer de filosofias abstratas engendradas na frieza de gabinetes com ar refrigerado. É preciso sair em campo e já. A não ser, é claro, que o sistema revolucionário, pretenda fazer em Santa Catarina uma concessão ao Partido da Oposição.[3]

Neste capítulo, prosseguiremos com o uso de uma escala de observação reduzida para a análise das eleições de 1974, com o fito de compreendermos, em um primeiro momento, sob quais circunstâncias e dinâmicas a campanha arenista em Santa Catarina se formou. Voltaremos o foco de nossa análise para as estratégias desta campanha e as expectativas dos arenistas catarinenses para com o resultado do pleito. Muitas das expectativas de tais políticos com o pleito, fossem otimistas ou pessimistas, tinham como base a

---

[2] Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC/FGV-RJ. **ARENA**, microfilmes, pasta 6, p.586.

[3] A crise. **O Estado**. Florianópolis, 15/04/1973. p.3.

experiência da gestão Salles e suas relações com o partido. Assim, nos exemplos anteriormente citados, Jorge Bornhausen não se demonstrou otimista com o pleito devido às suas desconfianças em relação a Colombo Salles como líder do partido, bem como o jornal *O Estado* especulou a hipótese de uma vitória do MDB por meio de uma alusão a inabilidade política dos *técnicos* que fizeram parte da gestão Salles e as suas *filosofias abstratas engendradas na frieza de gabinetes com ar refrigerado*.

Portanto, entendemos a campanha eleitoral como um objeto rico em possibilidades para analisarmos as relações e culturas políticas da ARENA catarinense. As expectativas de tais políticos para com o pleito nos fornecem elementos para refletirmos sobre a forma como estes indivíduos projetaram os seus futuros e o do partido mediante suas experiências durante a gestão Salles. Deste modo, a observação destas movimentações políticas e projeções de futuro durante o pleito podem nos trazer elementos ainda não devidamente explorados a respeito das particularidades das eleições de 1974 em Santa Catarina e da atuação dos políticos da ARENA ao longo do pleito.

Em um segundo momento, pretendemos discutir os significados que os próprios membros da ARENA atribuíram ao resultado das eleições em Santa Catarina. Assim não nos interessa somente compreender as mudanças promovidas pelo resultado destas eleições na composição do quadro político local e das disputas de forças entre os partidos, ou mesmo no funcionamento das instituições, mas como os atores sociais interpretaram este evento. A derrota de Ivo Silveira para Evelásio Vieira (MDB-SC) na disputa para o Senado e a ampliação da representatividade do MDB catarinense na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa engendraram um sentimento de derrota e frustração nas hostes arenistas. Ao interpretaram a atuação do seu partido na disputa eleitoral, com vistas de compreenderem o ocorrido, os arenistas não só

responsabilizaram indivíduos e setores do partido pelo resultado, como criaram correlações entre o resultado, a campanha eleitoral e o governo Colombo Salles.

4.1 A campanha arenista

Para René Rémond, campanhas eleitorais são parte integrante das eleições, momento de operações de estratégias e de intensa movimentação política, quando as relações de forças e de intenções podem mudar a cada dia.[4] Tal perspectiva nos leva a considerar que ao analisarmos tais eventos, nos defrontamos com a necessidade de atentar para as pressões e constrangimentos das mais distintas ordens (política, econômica, social, cultural, religiosa, etc.) que exercem suas influências na formação dos planos e ações dos candidatos e partidos, mas também devemos aceitar o desafio de promover o esforço de pensar tais elementos de maneira dialética, confrontando-os com os aspectos relativos ao cotidiano da política; lembrando assim que esta última também é formada por indivíduos que possuem um relativo grau de autonomia e que, sob certas circunstâncias, realizam escolhas que podem alterar as configurações ou rumos de uma eleição. Portanto, quais os benefícios heurísticos que tal perspectiva pode nos fornecer na análise da campanha arenista para as eleições de 1974 em Santa Catarina?

Em primeiro lugar, acreditamos que o referido método nos distancia de estudos como o de Yan Carreirão, que buscam analisar os comportamentos eleitorais e observar as suas singularidades regionais, seus possíveis padrões e a permanência de suas orientações. Deste modo, em sua análise do pleito de 1974 em Santa Catarina, Carreirão não se aprofunda nas particularidades do mesmo. O autor limita-se a caracterizá-lo como um momento distinto do comportamento eleitoral regional durante os anos de 1945 e 1979, afirmando

[4] RÉMOND, op.cit., 2003. p.49.

que este representou "uma ruptura na história eleitoral de Santa Catarina, pois pela primeira vez nesta história um partido de oposição às oligarquias dominantes pelo menos desde 1930, vence as eleições justamente no cargo mais elevado em jogo: o de Senador".[5] Entretanto, poucas são as informações na sua obra a respeito das campanhas eleitorais dos partidos, quais foram suas estratégias e seus discursos predominantes. Embora efetue levantamentos de dados a respeito do pleito que são contribuições inegáveis para a compreensão do fenômeno eleitoral em questão, a ação dos indivíduos e o cotidiano da política não são zonas privilegiadas de sua pesquisa.

Portanto, se buscamos compreender as campanhas eleitorais como fenômenos sociais caracterizados por *intensa movimentação política* e por *operações de estratégias*, devemos partir de uma perspectiva histórica de análise que privilegie as ações dos atores sociais na temporalidade. Para tal, devemos partir de questionamentos como: quem eram os agentes envolvidos nesta campanha? Quais foram suas estratégias eleitorais? Como tais agentes se comportaram neste período? Quais eram as suas expectativas com relação ao pleito? Que eventos marcaram esta campanha? Entendemos assim que, embora os aspectos socioeconômicos tenham fixado importantes limites e exercido fortes pressões nas condições em que a disputa do pleito se desenvolveu, a compreensão deste evento não pode restringir as dinâmicas e resultados das eleições como um mero epifenômeno destes fatores estruturais. Ao lançarmos um olhar para o cotidiano das relações políticas entre arenistas durante a campanha eleitoral, podemos observar que elementos de ordem cultural e política também estiveram no cerne de suas movimentações e de suas estratégias de campanha.

Antes de adentarmos de forma mais pormenorizada em nossas análises a respeito da campanha arenista em Santa Catarina, devemos realizar um trabalho de contextualização das

---

[5] CARREIRÃO, op.cit., 1988. p.229.

eleições de 1974 para melhor compreendermos as particularidades deste momento da ditadura militar brasileira, bem como da ARENA e do MDB. No campo político, com a chegada à presidência do grupo ligado ao general Ernesto Geisel e ao general Golbery do Couto e Silva — então Ministro da Casa Civil de Geisel — uma nova retórica surgiu das hostes militares. Pautado por promessas difusas em torno de uma possível abertura do regime, a extinção do AI-5 e o retorno das eleições diretas, o projeto de distensão apresentado pelo alto escalão militar idealizava um processo de abertura que fosse *isento de tensões* em sua forma, e *lento, gradual e seguro* em sua dinâmica.[6]

Todavia, tais discursos revelavam o conteúdo profundamente autoritário deste projeto de distensão, levantado por autores como Francisco Carlos Teixeira da Silva quando aponta que o projeto de distensão de Geisel-Golbery "supunha, para seu completo êxito, a subordinação completa da sociedade civil aos objetivos e prazos estabelecidos pelo poder e jamais revelados ao público".[7] Por outro lado, conforme Aloysio Carvalho, "a estratégia de distensão explica-se, sobretudo, pelos antecedentes ideológicos da cultura política e dos

---

[6] Em relação à dinâmica *lenta*, *gradual* e *segura* do projeto de distensão militar, Geisel afirmou o seguinte: "(...) essas três condições, acho que se justificam por si mesmas. Por que ela tem que ser lenta? Porque não pode ser uma abertura abrupta. Porque cria um problema maior com a área que é favorável à revolução. Sobretudo a área que havia nas Forças Armadas, que era a tal chamada linha-dura. Ela tinha de ser gradual, progressiva. E tinha que ser segura, porque nós não podíamos admitir uma abertura que depois não funcionasse e voltasse o regime de exceção. Era preciso que ela fosse montada e organizada de maneira que representasse uma solução definitiva". Cf: COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar**. São Paulo: Ed. Record, 1999. p. 209.

[7] SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar eu processo de abertura política no Brasil,1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (O Brasil Republicano, vol. 4). p.264.

diversos atores, cujos componentes pluralistas se manifestaram até mesmo no discurso adotado pelos dirigentes militares comprometidos com a ideia de uma democracia forte."[8] Pode-se sugerir, assim, que a *democracia forte* seria salvaguardada contra a esquerda por um regime político liberal e conservador capaz de resistir às pressões populares pela força, ao passo em que, dada a necessidade de assegurar mais consistência política ao regime junto às suas bases de legitimidade, afigurou-se a necessidade de abrir espaços para a elite civil e para o desempenho eleitoral do partido oficialista, o que ficaria caracterizado com a própria formalização de um Colégio Eleitoral para a *escolha* do Presidente.

Autores como Suzeley Kalil Mathias e o próprio Teixeira da Silva destacam ainda a necessidade de correlacionarmos o projeto de distensão de Geisel e Golbery com os aspectos sociais e econômicos do final do governo Médici.[9] Por meio da propaganda governamental, buscou-se sustentar que as altas taxas de crescimento atingidas no período 1967-1973 e as recentes vitórias dos militares contra movimentos de esquerda que pregavam o combate armado seriam indicativos de que os governos ditatoriais teriam cumprido dois dos principais objetivos da *revolução de 1964*: a *reconstrução econômica* do país e o fim da *ameaça da luta armada*.[10] Ao observamos a tônica predominante das campanhas eleitorais da ARENA e do MDB nas eleições de

---

[8] CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). **Dados**, Rio de Janeiro , v. 48, n. 1, p. 115-147, Mar. 2005.

[9] Cf: Idem, Ibidem; MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil**: o projeto militar (1973-1979). Campinas: Papirus, 1995.

[10] Desde o Ato Institucional de número 1, expõe-se como objetivos do movimento militar: "restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista (...)". Cf: Ato Institucional de Número 1, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acessado em: 9/6/2016

1974, podemos perceber leituras deveras distintas deste cenário político, social e econômico da ditadura. Enquanto a ARENA demonstrava-se otimista em relação à política econômica do regime e suas realizações no campo da infraestrutura, o MDB criticava a política de crescimento econômico sem distribuição de renda e denunciava as consequências do arrocho salário perante as condições de vida das classes populares. A disparidade entre as narrativas dos partidos a respeito do presente quadro da sociedade brasileira pode ser percebida no testemunho de Paulo Torres (ARENA-RJ) sobre a campanha eleitoral de 1974. Nas suas palavras:

> Eu apresentava gráficos e estatísticas na televisão, mostrando que em 1963 havia tantos analfabetos e que agora só existiam tantos. Falei das obras da Revolução, principalmente da ponte Rio-Niterói. Ai eles vinham e falavam que precisavam de tantas horas de trabalho para comprar um quilo de carne e que ponte não enche barriga.[11]

De acordo com Alessandra Carvalho, uma das estratégias centrais de campanha do MDB em 1974 foi a de redefinir a ideia de desenvolvimento e colocá-la como decorrência do restabelecimento do Estado de direito, contestando diretamente o projeto político-econômico governamental baseado no lema *Segurança e Desenvolvimento.*[12] Ainda segunda a autora, esta crítica ao modelo de desenvolvimento proposto pelos ideólogos e técnicos do regime tinha como um dos seus principais objetivos promover um contraponto à retórica oficial de que

---

[11] GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. p.466.

[12] CARVALHO, Alessandra. Democracia e desenvolvimento versus Segurança e desenvolvimento: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970. **Varia História**, Belo Horizonte, vol.28, no 48, p.555-572: jul/dez 2012. p.562

"os instrumentos autoritários usados pelos militares" serviam "para garantir a segurança nacional", e expor tais mecanismos "como produtores não da ordem e estabilidade, mas da desigualdade social e da opressão".[13] Devemos salientar também que no ano de 1974, intelectuais que atuavam no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) — entre os quais, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer e Francisco Weffort — contribuíram com a elaboração de um manual de campanha para os candidatos do MDB, tendo como principal eixo articulador a interseção entre desenvolvimento e democracia.[14] Por fim, ainda de acordo com Alessandra Carvalho, a partir das eleições de 1974, o discurso do MDB em prol de um projeto de desenvolvimento que atribuísse aos políticos e ao Legislativo a função de canalizar as *demandas sociais* e promover maior justiça social, passou a enfrentar "publicamente a ideologia nacional tecnocrática trabalhada pelo governo, enfatizando o espaço da política na elaboração dos programas de desenvolvimento nacional".[15]

Por sua vez, a ARENA também estruturou um manual de campanha para os seus correligionários. Este, desenvolvido pelo Diretório Nacional do partido e sob a coordenação do então Presidente Petrônio Portela, investiu em uma propaganda que amalgamou distintos elementos para se criar uma imagem positiva dos 10 anos do regime militar e defendê-lo de críticas da oposição. Assim, podemos encontrar neste documento tabelas que comparam dados entre os anos de 1963 e 1973 em relação ao PIB, taxas de inflação, produção industrial, etc. Ao comentar a respeito do novo planejamento do governo — o PND II — o manual corroborou com as desproporcionais metas que constavam no documento, como a de que no ano de 1979 "a renda per capita nacional (...) terá ultrapassado dois

---

[13] Idem, Ibidem. p.567

[14] KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB. São Paulo: Idesp/Vértice, 1988. p.156-157

[15] CARVALHO, op.cit., 2008. p.173.

mil dólares".[16] Quanto às demandas por aumento salarial, asseverou-se que os governos pós-1964 deixaram "de lado a enganosa política de tentar distribuir a renda através de generosos e demagógicos reajustes salariais", compreendendo-os como "agentes alimentadores" da inflação.[17] Um dos poucos momentos de '*criticidade*' do documento encontra-se no reconhecimento da queda nas taxas de crescimento e o aumento do custo de vida a partir de 1973; todavia, o mesmo limitou-se a responsabilizar o embargo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo por tais fenômenos.

O difícil momento pelo qual a economia brasileira passava foi alvo também da última edição da *Revista Mensal* — periódico produzido pelo Diretório Nacional e de circulação interna entre os arenistas. Em matéria intitulada *Eleições à vista*, podemos perceber na fala do deputado federal Geraldo Guedes (ARENA-PE) a falta de alternativas e a dificuldades dos membros da ARENA em defenderem o governo das críticas no campo econômico.

> É possível que os nossos adversários, como geralmente fazem, venham nos comícios a culpar o Governo pelo 'aumento do custo de vida', pela 'injusta distribuição de renda nacional', pelo 'déficit' em nosso 'balanço de pagamentos' e por outros refrãos semelhantes. Mas nós já estamos habituados com isso e nos encontramos suficientemente amadurecidos para não fazermos o jogo da oposição. (...) Ninguém pode negar que o custo de vida aumentou. Mas onde é, neste mundo, que a vida não está cada vez mais difícil?[18]

---

[16] ARENA el ce 1974.00.00

[17] Idem, Ibidem.

[18] GUEDES, Geraldo. Eleições à vista. **Revista Mensal**. Brasília, Abril/Maio de 1974, ano III, nº18. p.16

Em grande medida, consolidou-se uma perspectiva otimista por parte dos setores governistas em relação ao pleito. Na esteira deste otimismo, uma previsão do resultado da disputa que se destaca é a levantada por Celso Castro ao estudar os arquivos do Serviço Nacional de Informação (SNI) durante a gestão Geisel — período em que o órgão foi chefiado pelo general João Baptista Figueiredo. De acordo com Castro, os analistas do SNI acreditavam que a superioridade da ARENA no Congresso seria uma garantia de vitória nas eleições de 1974 e que o MDB não possuía o intuito de obter vitória no pleito, mas que buscava aumentar a sua representatividade nas Assembleias Legislativas dos Estados e conseguir 1/3 da Câmara Federal.[19] Porém, como apresentado no quadro abaixo, temos uma grande disparidade entre as previsões levantadas pelo órgão de inteligência e o resultado do pleito.

Quadro 10 – Previsões do SNI para as eleições de 1974

	Número de deputados federais antes das eleições	**Previsão do resultado feito pelo SNI**	**Resultado das eleições de 1974**
ARENA	223	238 a 265	204
MDB	86	99 a 126	160
Fonte: CASTRO, op.cit., 2002. p. 45.			

Um fato inédito das eleições de 1974 foi o uso da propaganda eleitoral por meio da televisão. Para David de Castro Netto, o período da década de 1970 foi um momento em que a televisão deixou de ser “um modo de entretenimento de

[19] CASTRO, op.cit., 2002. p. 44

luxo para se tornar uma realidade comercial".[20] Segundo levantamentos realizados por Sérgio Caparelli, esta expansão foi tamanha que, se em 1970 eram 4,931 milhões de televisores no Brasil, em 1980 o número já extravasava os 18,300 milhões.[21] Assim, os partidos políticos encontraram-se na necessidade de criarem e adaptarem estratégias de marketing eleitoral para tais veículos. Carlos Estevam Martins definiu da seguinte maneira esta nova realidade das campanhas eleitorais:

> Em lugar dos pronunciamentos políticos, os partidos adotaram os anúncios comerciais, como a forma ideal de se relacionarem com o público. (...) Segundo esse arranjo, e tal qual produtos fabricados pelos dois partidos, os candidatos passaram a ir ao ar juntamente com marcas de cigarro, as várias modalidades de desodorantes e as embalagens de macarrão. Essa gigantesca manipulação da consciência política nacional era feita pelas mesmas empresas de publicidade e segundo as mesmas técnicas de persuasão graças as quais os fabricantes de mercadorias promovem a venda de seus produtos.[22]

Devemos enfatizar que no caso de Santa Catarina, a campanha eleitoral por meio da televisão demonstrou-se um recurso importante para os candidatos do MDB conseguirem espaço na mídia local. Com os principais jornais, rádios e até mesmo canais de televisão do estado sob o domínio de lideranças arenistas, a campanha do MDB dificilmente

---

[20] NETTO, David Antonio de Castro. **Propaganda e legitimação da ditadura civil-militar brasileira** (1968-1977). Maringá, 2011. Dissertação – Universidade Estadual de Maringá. p.72.

[21] CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982. p. 88.

[22] MARTINS, Carlos Estevam. O balanço da campanha In: LAMOUNIER, Bolivar; CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 118.

encontrou espaços nestes veículos. Por meio de um acordo entre ambos os partidos, as propagandas eleitorais foram veiculadas pela *TV Coligadas* de Blumenau e pela *TV Cultura* de Florianópolis. Combinou-se também que as propagandas de ambos os partidos seriam transmitidas sempre no mesmo horário, mas em canais distintos. Assim, por exemplo, enquanto a propaganda da ARENA estivesse sendo transmitida por um canal a do MDB estaria no outro.[23] Convém destacarmos que os Diretórios Regionais possuíram a autonomia de negociar com as empresas televisivas como estas campanhas seriam veiculadas.[24]

Inserido neste complexo contexto de reestruturação de estratégias nos flancos do governo e da oposição, o pleito de 1974 perde a sua riqueza enquanto objeto de estudo se não levarmos em conta tais particularidades das disputas por espaços de poder e projetos políticos do período. Todavia, ao alterarmos a nossa escala de observação para o âmbito regional catarinense, seria possível perceber as mesmas motivações e expectativas em relação à campanha eleitoral? Ou podemos encontrar preocupações, movimentações e até mesmo adaptações de estratégias que foram operacionalizadas a partir de mecanismos socioculturais e históricos próprios do âmbito regional? Neste período de *intensa movimentação política* e *operação de estratégias* que é a campanha eleitoral, como se estruturou a ARENA em Santa Catarina?

Para respondermos a tais questionamentos, devemos previamente ressaltar algumas características do bipartidarismo

---

[23] MEDEIROS FILHO, Marcílio. Horário político: TV In: Trivial e variado. **O Estado**. Florianópolis, 4/9/1974. p.4.

[24] De acordo com Alessandra Carvalho, em São Paulo "o MDB fez um acordo com as emissoras de televisão, que trocaram o tempo corrido do horário eleitoral gratuito pela inserção de anúncios de trinta segundos nos intervalos comerciais, sem alterar sua programação normal. A empresa contratada para fazer a campanha de Quércia retratou o candidato andando de táxi, comprando jornal, tocando violão e jogando bola - um cidadão comum". Cf: CARVALHO, op.cit., 2012. p.569.

catarinense e das disputas eleitorais anteriores a de 1974 no estado. Em Santa Catarina, as eleições de 1974 colocaram em disputa uma ARENA com uma ampla estrutura partidária para a campanha, porém desestabilizada por rixas internas, contra um MDB que vivenciava um processo de gradual ampliação do número de diretórios no estado, bem como de vitórias em importantes cidades nas eleições municipais de 1972, elegendo prefeitos em Blumenau, Lages e Joinville. Importante ressaltar que, segundo Yan Carreirão, embora o MDB estivesse expandindo a sua estrutura partidária por Santa Catarina, a diferença entre ambos os partidos neste aspecto era significativa. Em um levantamento realizado pelo autor, pode-se constatar que desde as eleições municipais de 1969 a ARENA lançou candidaturas para prefeito em todas as cidades do Estado, enquanto no mesmo ano o MDB apenas conseguiu registrar candidaturas em 50% destas, sendo que o máximo que o partido conseguiu durante os anos de bipartidarismo foi lançar candidatos a prefeito em 90% dos municípios, no ano de 1976.[25]

Assim, o predomínio eleitoral da ARENA nos resultados dos pleitos de 1966 e 1970 parece ser influenciado, em grande medida, pelos seguintes fatores: as redes de sociabilidades e influência política das antigas lideranças da UDN e PSD — dominantes no cenário político do estado entre 1945-1966; pela dificuldade do partido de oposição em montar diretórios no interior catarinense;[26] e a grande diferença de

---

[25] CARREIRÃO, op.cit., 1988. p.170-171.

[26] Em entrevista concedida por Roberto Motta - antigo líder do MDB em Santa Catarina - à Yan Carreirão, o mesmo se referiu as dificuldades do partido em formar diretórios no interior da seguinte maneira: "é muito difícil formar partido (...). Havia municípios que se ia 30 vezes para fazer 30 filiações (...). Tinha que ir lã, tinha que visitar, tinha que provar que o cidadão não ia perder a aposentadoria (...) porque quando se sabia que estava se fundando um partido de oposição, iam lá dizer que ia se perder a aposentadoria, que não ia receber mais uma passagem de ônibus quando precisasse, etc”. Cf: Idem, Ibidem. p.171.

tratamento do governo federal para com os líderes do MDB e da ARENA, tal como no ano de 1968, quando toda a bancada federal (3 deputados) do partido foi cassada, mais alguns deputados estaduais e prefeitos.[27]

Quadro 11 – Número de parlamentares eleitos por partido – SC (1966-1970)

	Assembleia Legislativa		Câmara Federal		Senado	
Ano	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB
1966	34 (76%)	11 (24%)	11 (79%)	3 (21%)	1	-
1970	26 (70%)	11 (30%)	9 (69%)	4 (31%)	2	-
Quadro adaptado de CARREIRÃO, op.cit., 1988. p.225						

Embora exista uma carência de estudos e fontes[28] a respeito da campanha eleitoral do MDB neste pleito em Santa

[27] Idem, Ibidem. p.170

[28] Convém salientarmos aqui a dificuldade de se trabalhar as campanhas eleitorais do MDB por meio da imprensa catarinense, devido ao monopólio das lideranças arenistas neste setor. A cobertura que estes jornais vinculadas aos membros da ARENA realizam em relação ao MDB demonstram-se amplamente enviesadas, ora relegando as ações do partido ao descrédito por meio da crítica em seus editoriais e colunas políticas, ora ao mais tácito silêncio. Não por acaso, no ano de 1976, o deputado estadual da ARENA, Nelson Pedrini, fez a seguinte declaração na Assembleia Legislativa: "Queremos fazer uma proclamação, senhor presidente e senhores deputados, para que fique bem claro e não se cometa continuamente proposital confusão: a de que se o MDB e os seus integrantes desejarem ter cobertura de suas atividades, em maior intensidade neste Estado, devem constituir a sua própria imprensa". Cf: PEDRINI, Nelson. Diário da Assembleia. Florianópolis. 18/03/1976. p. 14 APUD PEREIRA, Moacir.

Catarina, alguns indícios nos sugerem a possibilidade da candidatura de Evelásio Vieira ao Senado em 1974 ter buscado uma ampliação do eleitorado emedebista no interior e nas regiões rurais. O próprio Evelásio declarou que deixou os seus companheiros "fazendo a campanha na capital, na televisão, defendendo a liberdade e a democracia, discutindo a situação dos operários e dos estudantes", mas preferiu ir "para o interior mostrar ao agricultor que ele é um abandonado, que a ARENA não estava cuidando dele".[29] Todavia, os resultados desta tentativa de expansão da influência eleitoral do MDB nas zonas rurais deve ser problematizada, tendo em vista as constantes derrotas que o partido sofreu por ampla margem nas disputas pela prefeitura e câmaras municipais no interior do estado para a ARENA. Em grande medida, o MDB catarinense concentrou um grande eleitorado nos principais centros econômicos do estado, como Blumenau, Joinville e Lages.

Ao analisarmos os jornais *O Estado* e *Jornal de Santa Catarina* em busca de informações a respeito da campanha eleitoral arenista, ou como a mesma foi interpretada em suas páginas, devemos estar cientes que os próprios veículos de comunicação em questão estavam integrados à campanha arenista. Assim, na cobertura das eleições de 1974 pelo *JSC*, podemos encontrar manchetes, reportagens e publicidade de campanha em favor do candidato ao Senado pela ARENA, o ex-governador Ivo Silveira, estampadas na primeira capa do jornal. Na sua seção *Política*, foram frequentes as manchetes que visavam desacreditar o eleitor das intenções do MDB e de uma possível vitória do partido no Estado, sendo o principal enfoque das notícias nas supostas rixas internas do partido e um descontentamento dos membros em relação ao candidato ao

---

Imprensa & Poder: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 1992. p. 91.

[29] CARVALHO, op.cit., 2012. p.571 APUD VIEIRA, Evelásio In: NERY, Sebastião. **As 16 derrotas que abalaram o Brasil.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1975. p.98.

Senado, o ex-prefeito de Blumenau, Evelásio Vieira.[30] Temos um exemplo deste ataque a Evelásio em notas como esta:

> Já o MDB, que no início realizou uma grande arrancada, principalmente nos pronunciamentos, segundo membros do seu diretório, está nestes últimos dias, com suas energias praticamente esgotadas, acentuando-se mais a desunião entre os seus membros, havendo casos em que candidatos e deputados federais, não esconderam o descontentamento pelos assuntos abordados pelo candidato ao Senado Evelásio Vieira. Este que elaborou vários roteiros, e não seguiu nenhum deles, vai encerrar também a campanha através de um pronunciamento, mas o MDB nacional, compreendendo naturalmente a pouca experiência do catarinense, envia sábado o Senador Franco Montoro (…).[31]

Por sua vez, o jornal *O Estado*, também buscou fomentar o descrédito na campanha emedebista. Em uma nota intitulada *Barra Limpa* e publicada no dia 5 de setembro de 1974, o colunista Marcílio Medeiros Filho afirmou que alguns observadores localizados no Congresso Nacional que consideravam a eleição de Ivo Silveira "como uma das duas mais difíceis da ARENA, em todo o país" já teriam alterado as suas projeções em relação à vitória do partido governista em Santa Catarina, passando a mapear o estado como uma vitória assegurada para a ARENA.[32]

---

[30] Franco Montoro não crê na vitória do MDB em SC. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 8/11/1974. p.2; União nacional, tese que ainda não preocupa o MDB. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 11/11/1974. p.2

[31] ARENA e MDB aceleram campanhas. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 7/11/1974. p.2

[32] MEDEIROS FILHO, Marcílio. Barra limpa In: Trivial e variado. **O Estado**. Florianópolis, 5/9/1974. p.4.

A expectativa em torno de uma vitória de Ivo Silveira foi consideravelmente ampliada quando no dia 24 de outubro divulgou-se na mídia o resultado de uma pesquisa de intenção de votos do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) encomendada pelo Presidente do Diretório Regional da ARENA, Jorge Bornhausen. Nesta, Ivo Silveira possuía 51,3% das intenções de voto no estado para o Senado, contra 20% de Evelásio Vieira. A citada pesquisa recebeu comentários da revista *Veja*, que colocou em descrédito a campanha de Evelásio ao afirmar que, mesmo o candidato emedebista conquistando os 26% dos votos que apareciam como indecisos e os 2,7% dispostos a votar em branco, não conseguiria alcanças os números de Ivo Silveira. Todavia, o mais interessante desta reportagem é a sugestão aventada pela revista — dando como certa a derrota de Evelásio — quanto a uma correlação entre a campanha do MDB e uma suposta união entre as lideranças arenistas. De acordo com *Veja*, a retórica agressiva da campanha do candidato ao MDB ao Senado teria "criado as condições para sua derrota, pois forçou a união das duas correntes arenistas, adversárias tradicionais com uma equânime divisão de cargos: ficou o governo do Estado com o ex-udenista Antônio Carlos Konder Reis e o Senado com ex-pessedista Ivo Silveira".[33]

De sua parte, o colunista Marcílio Medeiros Filho interpretou a pesquisa como "um balde de gelo sobre o MDB", bem como enfatizou que os dados comprovavam que "nunca houve motivo para tamanha euforia" por parte do partido de oposição.[34] O jornalista aproveitou o momento para realizar uma previsão própria do resultado do pleito. Para a Câmara Federal, a ARENA elegeria 10 deputados e o MDB 4. Já na Assembleia Legislativa, não haveria "grande margem de erro ao se prever" que a ARENA conquistaria 25 cadeiras contra 15

---

[33] Uma ciranda de boa vontade. **Veja**. São Paulo, ed.321, 30/10/74. p.24-25

[34] MEDEIROS FILHO, Marcílio. As prévias reveladas In: Trivial e variado. **O Estado**. Florianópolis, 25/10/1974, p.4.

do MDB. Neste mesmo texto, Medeiros Filho comentou o seguinte a respeito do que, em seu entendimento, os resultados desta pesquisa poderia dizer a respeito das campanhas eleitorais de ambos os partidos:

> Ademais, a pesquisa de opinião pública divulgada na última quinta-feira vem revelar que o grande eleitor deste pleito não é o aumento do custo de vida, nem tampouco a questão político-institucional. A verdade é que, se esses temas favorecem o MDB, não o fazem a tal ponto que se tornem eles fatores decisivos para traçar os destinos destas eleições. A estrutura da ARENA e força de apelo dos Srs. Ivo Silveira e Antônio Carlos Konder Reis neutralizam substancialmente a influência que tais fatores poderiam exercer no pleito do dia 15 em favor do MDB e o resultado aí está: os métodos convencionais de pregação política e a expectativa de melhores dias apresentada pela ARENA ainda conseguem induzir o eleitor a votar com o Governo, numa proporção que, para decepção do MDB, obriga a Oposição a parar para pensar se convém continuar batendo nestes temas até o próximo dia 15.[35]

O que podemos constatar ao analisarmos a postura destes periódicos são alguns consensos a respeito da forma como abordaram a disputa eleitoral em Santa Catarina em favor da ARENA. As justificativas a respeito do descrédito em relação à campanha do MDB por parte destes veículos de informação sugeriram uma possível relação entre, por exemplo, os resultados desfavoráveis de Evelásio nas pesquisas de intenção de voto do IBOPE com a sua retórica agressiva e os temas levantados pelo mesmo em sua campanha (o aumento do custo de vida e reformas institucionais no Legislativo). Deste modo, propaga-se uma interpretação de que o antevisto

[35] Idem, Ibidem.

fracasso do partido estaria vinculado — em alguma medida — à sua maior mobilização em anos recentes e seus discursos por mudanças na política nacional. Tal retórica da imprensa regional será fundamental para compreendermos, no subcapítulo posterior, como foi interpretada a vitória do MDB em Santa Catarina, atribuída tão somente às divisões internas da ARENA e no seu insucesso de obter uma coesão partidária durante o governo Salles e não no êxito da mobilização política do partido de oposição no estado.

Os conflitos internos da ARENA catarinense não somente estiveram presentes durante a campanha eleitoral, como tais tensões geraram grande repercussão por parte da imprensa local. Dentre os imbróglios arenistas, os dois temas que mais estiveram em evidência nas colunas políticas dos jornais foram: as acusações de ingerência do futuro governador indicado, o senador Antônio Carlos Konder Reis, na gestão de Colombo Salles e a pouca participação deste último na campanha eleitoral arenista. Em relação ao primeiro aspecto, as relações entre Salles e Konder Reis passaram a ter maiores atritos no início de setembro de 1974, quando a Assembleia Legislativa arquivou projetos de lei enviados pelo governador Colombo Salles. No jornal *O Estado*, o colunista Marcílio Medeiros Filho destacou no dia 4 de setembro de 1974 que, pela primeira vez naquela legislatura, o governo não pôde contar com o apoio da maioria parlamentar, demonstrando que "apesar dos exemplos anteriores de acatamento às pretensões do Executivo, a bancada situacionista ainda não conseguiu se transformar numa representação homogênea, com linhas e orientações definidas"[36] Em um tom mais crítico, Medeiros Filho seguiu seu texto afirmando "que o clima político atual da ARENA atingiu o seu grau de saturação" e relacionou o atual estágio das divergências internas na ARENA com eventos passados da gestão Salles. Em seus termos:

---

[36] MEDEIROS FILHO, Marcílio. Sinais de intemperança In: Trivial e variado. **O Estado**. Florianópolis, 4/9/1974. p.4

> Há obstáculos intransponíveis para o estabelecimento, agora, de articulações que possam resultar na plena harmonização das divergências surgidas nos últimos anos no quadro político estadual, onde as incompatibilidades foram levadas a tal ponto que a simples menção do diálogo causa incômodos e constrangimentos. A situação será, evidentemente, contornada até o fim da legislatura, improvisando-se arranjos e adaptando-se soluções episódicas, mantendo quando possível as aparências. Mas até as aparências já estão difíceis de se manter, como revela o atual incidente entre Executivo e Legislativo.[37]

No dia posterior, Medeiros Filho deu continuidade ao tema, afirmando nas primeiras linhas do seu artigo *Obstáculos irremovíveis* que "o atual incidente entre Executivo e Legislativo é o primeiro sinal concreto da existência do poder paralelo em Santa Catarina" e que este estaria gerando "mágoas, incompreensões e ressentimentos" na vida pública catarinense.[38] Tais afirmações faziam alusão à interferência de Konder Reis na bancada arenista da Assembleia Legislativa para barrar os projetos de lei propostos pelo governador Colombo Salles, sob a justificativa de que estes não seriam compatíveis com a sua administração. Na sua edição do dia 18 de setembro de 1974, a revista *Veja* também realizou uma matéria a respeito do caso, na qual publicou o seguinte comentário de Salles: "não vou consultar o senador Konder Reis antes de assinar qualquer papel. Sei o que é ético e o que não é. E o estabelecimento de um poder paralelo no Estado contraria o interesse público e prejudica a campanha da

---

[37] Idem, Ibidem.

[38] Idem. Obstáculos Irremovíveis In: Trivial e variado. **O Estado**. Florianópolis, 5/9/1974. p.4

ARENA nas próximas eleições".[39] Todavia, a revista manteve o seu posicionamento contrário a gestão Salles ao comentar em seguida da fala do governador que "com seu passado de desamor à política, Salles talvez seja o menos indicado para falar em prejuízos à campanha eleitoral do partido".[40]

Outro momento que gerou ampla repercussão na mídia durante a campanha eleitoral arenista, foi uma entrevista realizada pelo *Clube dos Repórteres Políticos* com o governador Colombo Salles e que foi publicada no jornal *O Estado* no dia 7 de setembro de 1974. Além de admitir a possibilidade de recorrer ao Judiciário no caso dos arquivamentos de projetos governamentais pela Assembleia Legislativa, Salles afirmou: "não recebi convite para participar da campanha da ARENA".[41] Ao desenvolver suas razões para tal postura, Salles declarou não estar certo se as obras de seu governo funcionariam "em termos de povo" ou se a sua "presença auxiliaria" e concluiu destacando: "se não estou na campanha é porque não fui chamado. E não costumo ir aonde não fui convidado".[42] Nos dias seguintes, uma série de matérias foi publicada ressaltando, especialmente, os convites realizados por Jorge Konder Bornhausen e Antônio Carlos Konder Reis para que o governador integrasse a campanha da ARENA.[43]

No dia 22 de setembro do mesmo ano, um novo movimento do governador Colombo Salles demonstrou sua predisposição em não colaborar com a campanha arenista para o pleito. Em matéria publicada no jornal *O Estado*, declarou-se que nos primeiros dias de outubro o governador requisitaria à

---

[39] Ato final. **Veja**. São Paulo, ed.315, 18/9/74. p.26

[40] Idem, Ibidem.

[41] Colombo: "não recebi convite para participar da campanha da ARENA". **O Estado**. Florianópolis, 7/9/1974. p.3

[42] Idem, Ibidem.

[43] Cf: "Mais que um pedido, fiz um apelo". **O Estado**. Florianópolis, 10/09/1974. p.3; ARENA se sente honrada. **O Estado**. Florianópolis, 10/09/1974. p.3; MEDEIROS FILHO, Marcílio. Por essas e por outras In: Trivial e variado. **O Estado**. Florianópolis, 10/09/1974. p.4

Assembleia Legislativa um pedido de afastamento do cargo pelo período de 30 dias. Assim, em plena campanha eleitoral, o governador viajaria para a Alemanha com o secretário da saúde Henrique Prisco Paraíso a fim de assinar convênios no setor da Saúde.[44] Todavia, sem maiores justificativas, dois dias após da publicação da notícia, a data do encontro foi alterada para após o período eleitoral.[45]

Entendemos que estes eventos demonstram uma faceta do cotidiano da campanha eleitoral da ARENA de 1974 que não pode ser desprezada pelo pesquisador que almeja compreender este complexo fenômeno a partir das idiossincrasias dos indivíduos e grupos que a constituíram. As divergências entre o governador Colombo Salles e as lideranças arenistas catarinenses estiveram presentes durante a campanha eleitoral do partido e influenciaram-na. Todavia, como ainda buscaremos desenvolver, a ampla vitória do MDB surpreendeu os setores governistas e até mesmo da sociedade civil, suscitando um grande debate a respeito das razões de uma votação tão expressiva ao partido de oposição.

4.2 Caem os mitos da ARENA

O resultado das eleições de 1974 em Santa Catarina confirmou as vitórias do MDB por todo o país. No quadro geral, o partido de oposição elegeu 16 das 22 cadeiras na disputa para o senado, bem como ampliou consideravelmente a sua representação na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas.[46] Em Santa Catarina, com 53,09% dos votos

---

[44] Colombo vai a Alemanha e Fontana assume o governo. **O Estado**. Florianópolis, 22/09/1974. p.4

[45] Colombo revê data da viagem e só vai a Alemanha em novembro. **O Estado**. Florianópolis, 24/09/1974. p.3

[46] As estatísticas apontam que no ano de 1970 o MDB possuía 29,68% dos deputados estaduais e 28% dos deputados federais. Com os resultados das eleições de 1974, o partido de oposição passou a ter 41,93% dos deputados estaduais e 43,95% dos deputados federais. Cf: BRASIL. TRIBUNAL

válidos contra 46,91% do candidato arenista, Evelásio Vieira conseguiu vencer o ex-governador Ivo Silveira na disputa ao Senado, bem como houve um equilíbrio inédito nos resultados para a Câmara Federal e Assembleia Legislativa; a ARENA elegeu 9 deputados federais contra 7 do MDB, e 22 deputados estaduais contra 18 do MDB. Assim, os resultados das eleições de 1974 suscitaram uma ampla discussão no cenário político nacional. Múltiplas foram as interpretações a respeito do cenário político de então. Foram questionadas as razões para o amplo crescimento do MDB nas casas legislativas e a derrota da ARENA. Em mensagem de fim de ano, veiculada pela televisão, o general-presidente Ernesto Geisel criticou publicamente as dissensões internas da ARENA, responsabilizando tais tensões como uma das causas do mal desempenho nas eleições.

> Acresce mencionar (...) que a ARENA aparentemente se beneficiou — e talvez mais correto seria dizer que se desgastou — com o largo período de confortável, mas emoliente posição majoritária. As consequências estão agora à vista. Sirva isso de alerta (...). Na ARENA, partido que se comportou como partido único, sem que na realidade o fosse, as dissensões internas sobrepor-se-iam aos objetivos maiores do conjunto, ensejando afirmações mais positivas do partido contrário.[47]

SUPERIOR ELEITORAL. op.cit., 1973; BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados estatísticos**: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1974. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, v.11, 1977.

[47] GEISEL, Ernesto. Saudação ao povo brasileiro, pela televisão, em 30 de dezembro de 1974. 30/12/1974. p.191. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/25.pdf. Acessado em: 9/6/2016

De acordo com Lucia Grinberg, por parte da ARENA, a derrota em 1974 abriu espaços para a discussão de problemas internos do partido por meio de uma série de autocríticas. Entre estas, estavam a necessidade de se criar um maior diálogo entre governo e partido e melhores relações entre governadores e suas bancadas estaduais.[48] A derrota nas eleições de 1974 também foi tema de vários discursos durante a Convenção Nacional da ARENA em Brasília, realizada nos dias 20 e 21 de setembro, em Brasília. Na ocasião, uma comissão, liderada pelo senador Jarbas Passarinho (ARENA-PA) encarregou-se de criar uma proposta de novo programa partidário. Ao apresentá-la, Passarinho asseverou que um dos objetivos seria a maior participação dos arenistas nas decisões governamentais, evitando que estes fossem "apenas defensores de ideais estabelecidas pelos técnicos livremente nos seus gabinetes, pensando apenas na melhor produtividade econômica e na melhor produtividade do seu planejamento, sem levar em consideração o homem a sua circunstâncias".[49] Ao comentar o programa apresentado por Passarinho, o senador alagoano Teotônio Vilella (ARENA-AL) frisou a importância de se defender a transição democrática como uma das metas da ARENA e destacou:

> o conformismo ou o medo, o bom jeito de agradar ou a falta de inteligência para criar nos tem levado à rua da amargura. O pleito de 1974 é testemunha dessa fraqueza. Se tivéssemos levado este documento para a praça pública, se tivéssemos dito que reconhecemos o Estado excepcional, mas que a meta da ARENA é o estado de direito, não teríamos passado pelo constrangimento que passamos.[50]

---

[48] GRINBERG, op.cit., 2009. p.189.
[49] ARENA 75.09.20 op/cd
[50] Idem, Ibidem.

Outro depoimento contundente sobre a convenção, ao destacar as eleições de 1974, foi o de Aluísio Campos (ARENA-PB). Em sua fala, o mesmo propõe uma correlação entre a falta de autodeterminação entre os membros da ARENA para criarem suas próprias deliberações e o resultado do pleito de 1974. Em seus termos:

> Este é o fundamental e grave problema da ARENA que, segundo impressão generalizada, apoia, mas não participa; transige, mas não crítica; obedece-se, sem ser ouvida; fracassa e não se emenda. É a imagem, negativa, deteriorada, mas dominante e cada dia mais expandida, por efeito da convicção de que não adotamos deliberações independentes, pois não dispomos de autodeterminação para decidir. (...) No último pleito, pagamos o preço da negligência porque o Povo, sempre atento ao exame das legitimidades, não perdoa os que se demitem ou se descuidam do dever de preservar a própria autoridade.[51]

Se antes das eleições o SNI acreditou que a superioridade da ARENA no Congresso era uma garantia de vitória nas eleições de 1974 e que o MDB não possuía intuitos de obter vitória no pleito, após os resultados, a leitura do evento foi outra. De acordo com Celso Castro, ao observar as apreciações realizadas pelos analistas do SNI, podemos encontrar uma leitura da vitória do partido de oposição misturada com um sentimento de insatisfação, sustentando-se a tese de que as eleições não fortaleceram a democracia, pois o voto não fora *esclarecido* e a campanha se pautado por *interesses pessoais* e não *nacionais*. Assim, o governo poderia

[51] Idem, Ibidem.

"sentir-se futuramente obrigado a medidas extremas destinadas a garantir a continuidade do processo revolucionário".[52]

A percepção de que o MDB utilizara o recurso da televisão de forma mais apropriada durante a propaganda eleitoral gerou insatisfações por parte do governo, em especial do Ministro da Justiça, Armando Falcão. Em uma reunião com o então presidente do Diretório Nacional da ARENA, Francelino Pereira (ARENA-MG), Falcão ressaltou a importância de governo e partido melhor utilizarem as transmissões televisivas, pois a ARENA seria "o partido do governo" e "o governo é o dono real da televisão e do rádio, que apenas dá em concessão a particulares", assim "os próprios jornais, com raríssimas exceções, dependem do governo para viver e sobreviver".[53] O Ministro da Justiça ainda categoricamente afirmou que estas *armas incríveis* deveriam ser utilizadas "com inteligência e habilidade" e que "foi um erro permitir o uso da televisão e do rádio na campanha eleitoral de 1974".[54] Em outro momento, Falcão ainda alertaria o presidente-militar Ernesto Geisel de que a propaganda eleitoral deveria ser restringida e limitada ao nível do justo, "não oferecendo ao adversário a principal arma que, sem sombra de dúvida, lhe assegurou considerável avanço no pleito de 15 de novembro de 1974".[55]

Uma outra leitura do fenômeno, desta vez em uma perspectiva acadêmica, porém certamente não isolada de forte conteúdo político — afinal os organizadores da obra atuaram na construção do manual de campanha do MDB paulista — pode ser encontrada em *Os partidos e as eleições no Brasil*,

---

[52] CASTRO, Celso. As apreciações do SNI. In: CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **Dossiê Geisel**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002. p. 44-45.

[53] D'ARAÚJO, Maria Celina. Ministério da Justiça: o lado duro da transição. In: CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **Dossiê Geisel**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002. p. 35.

[54] Idem, Ibidem.

[55] Idem, Ibidem, p.36.

lançado em 1975, e organizado por Bolivar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso. Os autores construíram leitura francamente positiva das vitórias conquistadas pelo MDB em 1974, chegando a propor que os resultados deste pleito teriam derrubado as teses segundo as quais a população brasileira seria apática, de que os partidos correspondiam mais a abstrações jurídicas do que aos eleitores e suas preferências ideológicas e de que a democracia representativa no Brasil seria inadequada ao suposto quadro de atraso cultural das massas e uma importação de modelos incompatível à realidade social brasileira.[56] Ao longo de sua obra, Lamounier e Cardoso também apontam para uma questão central na análise dos votos direcionados ao MDB: grande parte do seu eleitorado estava concentrada nos setores de classe baixa das grandes cidades brasileiras, o que contrariava as expectativas do regime de que a política econômica da gestão Médici resultaria em um consequente apoio à ARENA em áreas mais urbanizadas e industrializadas.[57]

Em Santa Catarina, a imprensa regional também realizava suas interpretações a respeito do resultado do pleito. No dia 17 de novembro, o colunista Marcílio Medeiros Filho levantou um questionamento que acreditamos servir como uma boa síntese das preocupações partilhadas pelos editoriais e colunas políticas dos dois principais jornais catarinenses no

---

[56] LAMOUNIER, Bolivar; CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Posteriormente, Lamounier deu seguimento a esta sua grande valorização do resultado do pleito considerando que a vitória do MDB em 1974, o regime militar se viu “diante um beco sem saída. Ou procurava a legitimidade via eleições, e submetia-se a contundentes derrotas, ou não as procurava, e assumia os riscos da ruptura completa com a ordem institucional vigente. O retorno a pluralidade de partidos foi a solução encontrada em 1979". Cf: LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos Políticos e Consolidação Democrática**: o caso brasileiro. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986. p.70

[57] Idem, Ibidem.

período: afinal, "foi o MDB que ganhou ou a ARENA que perdeu?"[58] Ao analisarmos os jornais *O Estado* e *Jornal de Santa Catarina*, podemos encontrar algumas interpretações que buscaram escamotear a capacidade do MDB de mobilizar um amplo eleitorado e vencer as eleições, colocando em primeiro plano e como causa preponderante dos resultados de 1974 as divergências internas da ARENA e a sua incapacidade de obter coesão interna. Tal perspectiva pode ser encontrada no artigo *De eleições e consequências*, do colunista Adolfo Ziguelli, publicado no *JSC*, no qual o jornalista afirmou que "os progressos da oposição se devem, em parte, aos seus próprios méritos, e muito mais ao lento processo de decomposição partidária experimentado pela ARENA ao longo dos últimos anos".[59] Ziguelli afirmou também que o crescimento do MDB poderia ser entendido enquanto um serviço à própria ARENA, "abrindo-lhe os olhos para uma realidade que contrastava intensamente com o universo colorido que as lentes panglossianas do arenismo insistiam em retratar".[60]

A noção de que a ARENA teria falhado ao perceber as movimentações no cenário político devido a um *excesso de confiança* nas vitórias passadas é uma das bases da retórica empregada por Ziguelli na sua série de artigos, intitulados *Mitos da ARENA*. Publicados nos dias 24 e 29 de novembro de 1974, estes cinco textos são marcados por pesadas críticas à ARENA catarinense. O jornalista criticou a própria origem elitista do partido por meio do AI-2, a sua preferência por uma *política de gabinetes* em detrimento as *aspirações populares* e a falta de uma ideologia partidária, além da paradoxal posição de *partido do governo sem estar no governo*. Para Zigelli, o partido sofreu com a pesada intervenção dos técnicos do

---

[58] MEDEIROS FILHO, Marcílio. Quem ganhou? In: Trivial e variado. **O Estado**. Florianópolis, 17/11/1974. p.4

[59] ZIGUELLI, Adolfo. De eleições e consequências In: Ponto por ponto. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 15/11/1974. p.2.

[60] Idem, Ibidem.

governo federal, simbolizados pela gestão Colombo Salles. Em suas palavras: "a tecnocracia (e não os técnicos) está em mare vazante, convencida de que, num regime democrático, quem ganha as eleições são os políticos. E quem sustentar o contrário que aponte um técnico entre os comandantes da vitória emedebista".[61] E ao realizar um comparativo entre as duas campanhas eleitorais, Zigelli afirmou a respeito do crescimento do MDB:

> a isso chama-se estruturação de um partido. Que não é feito apenas com a invocação reverente dos deuses da mitologia política, em velhos e fantásticos rituais, mas produtos de um trabalho consciente e penoso, no contato direto e frequente com as populações. E o que fez a ARENA durante todo esse tempo? Cindiu-se na Assembleia, discutiu o sexo dos anjos, brigou no diretório, desentendeu-se com o governo e o governo com ela, mas acima de tudo, acreditou demais no mito da invencibilidade, fruto das urnas de 1970.[62]

Após as eleições, os próprios partidários fizeram análises da situação de seus respectivos partidos. Nas palavras do arenista Zany Gonzaga, a ARENA seria "um partido que tem cacique, mas não tem índios"[63]. Para Evelásio Vieira, por outro lado, o MDB era "um exército de grandes soldados sem generais".[64] Ainda para Gonzaga, a vitória do MDB foi uma "advertência vigorosa à ARENA". O deputado seguiu seu argumento realizando uma autocrítica ao partido.

---

[61] Idem. Os mitos da ARENA (III) In: Ponto por ponto. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 26/11/1974. p.2

[62] Idem. Os mitos da ARENA (IV). **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p.2, 29/11/1974

[63] Lazinho: o MDB é um exército sem general. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p.2, 21/11/1974.

[64] Idem, Ibidem.

> Não é possível que o nosso partido permaneça encastelado nas posições de liderança (...) voltado para a solução dos grandes problemas nacionais mas desatendo ao diálogo mais franco e permanente com as classes populares, principalmente com a geração moça. Nestas eleições, a ARENA se valeu principalmente de obras e serviços já prestados ao povo, enquanto que o MDB teve capacidade e inteligência para sensibilizar melhor o povo, com uma mensagem simples. Creio que nisso será explicada uma das causas fundamentais da derrota da ARENA.[65]

Gonzaga ainda afirmou que o momento seria propício para que as lideranças partidárias da ARENA pensassem em reformas. De sua parte, externou posição favorável pela reformulação do decreto 477, que proibia a atividade política contestatória no âmbito universitário e restringia o movimento estudantil, definindo-o como "uma espada de Dâmocles em cima do universitário brasileiro", mas ainda demonstrou-se contrário à extinção do AI-5.[66]

Também podemos encontrar ricos elementos nos depoimentos do candidato arenista derrotado ao senado em 1974, Ivo Silveira. Em sua biografia, o ex-governador atribui sua derrota ao fato de ter sido vítima de um momento político em que a conjuntura dos fatos não lhe era favorável nos dois níveis. No estadual, Silveira citou o conturbado governo de Colombo Salles e a série de conflitos entre as tradicionais famílias catarinenses e o governador, enquanto que no âmbito federal, o mesmo interpretou que não houve apoio para sua candidatura.[67]

---

[65] Zany: vitória do MDB é uma advertência a ARENA. **O Estado**. Florianópolis, 19/11/1974. p.3

[66] Idem, Ibidem.

[67] PEREIRA, op.cit., 1998. p.78-89.

Porém, a questão mais interessante que Silveira coloca para analisarmos é a da aliança interna proposta pela ARENA para a campanha das eleições de 1974, na qual sua candidatura ao Senado demandaria que Antônio Carlos Konder Reis — que já havia sido indicado pelo governo federal para ser o próximo governador — estivesse mais ativamente envolvido em seu favor na campanha. De acordo com Silveira, a situação gerou represálias por parte do eleitorado catarinense, pois nas eleições de 1965, quando fora candidato a governador pelo PSD, enfrentou justamente Antônio Carlos Konder Reis, pela UDN, sendo que a disputa eleitoral fora muito acirrada, marcada por grandes divergências e fortes acusações. Em seus termos, a aliança "pode ter prejudicado" a sua campanha, pois a disputa de 1965 "tinha sido muito dura", bem como "a mudança partidária tinha sido imposta, e a base [do eleitorado] não aceitava com a mesma facilidade da cúpula".[68] Tal exemplo nos demonstra que, mesmo quase 10 anos após a fundação da ARENA e do MDB, o passado destes políticos não havia sido esquecido, bem como a aliança entre Ramos e Konder-Bornhausen para a fundação da ARENA não passou *despercebida* pelo eleitorado catarinense, suscitando dúvidas e suspeitas por parte de setores da sociedade civil.

Outro fator a ser levado em conta no caso catarinense é que, embora o MDB não tenha conseguido lançar tantas candidaturas como a ARENA para os cargos de deputado federal (a ARENA lançou 16 candidaturas contra 11 do MDB) e para deputado estadual (foram 64 candidatos da ARENA contra 46 do MDB), entre os 5 candidatos mais votados para estes cargos, a grande maioria foi do MDB. Como podemos observar no quadro a seguir, os emedebistas Jaison Barreto (62.151 votos) e Delfim Pádua Filho (20.089 votos) foram os mais votados no Estado para deputado federal e estadual, respectivamente. Estes apontamentos nos levam a constatar que, embora o MDB possuísse uma carência estrutural na sua

[68] Idem, Ibidem. p.79

organização, isto não impediu o partido de constituir lideranças partidárias com grande representatividade eleitoral em Santa Catarina e que foram capazes de utilizar do seu capital político para equilibrar a disputa contra a grande estrutura da ARENA.

Quadro 12 – Deputados estaduais e federais mais votados de 1974 em SC

	Assembleia Legislativa		Câmara Federal	
	Candidato	Votos	Candidato	Votos
1º	Jaison Barreto (MDB)	60.151	Delfim de Pádua Peixoto (MDB)	20.089
2º	Laerte Ramos Vieira (MDB)	60.043	Cacildo João Maldaner (MDB)	17.041
3º	Ademar Guizi (ARENA)	59.082	Dejandir Dalpasqualle (MDB)	16.236
4º	Francisco Libardoni (MDB)	58.154	Murilo Sampaio Canto (MDB)	16.004
5º	Luís Henrique da Silveira (MDB)	55.032	Epitácio Bittencourt (ARENA)	15.813
Fonte: BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL ELEITORAL. op.cit., 1977.				

Ao analisarmos alguns dados deste pleito com o fito de compreender as particularidades de Santa Catarina no pleito, devemos salientar que a diferença dos votos nominais de Evelásio para Ivo Silveira (53,09% x 46,91%) demonstra um equilíbrio maior na disputa do que no caso de São Paulo, por exemplo — onde Orestes Quércia (MDB-SP) venceu o ex-governador, ex-ministro da Fazenda e então Senador Carlos Alberto Carvalho Pinto (ARENA-SP) pela expressiva diferença de 73,18% contra 28,82% dos votos. Desta forma, como podemos ver no quadro abaixo, embora o MDB catarinense

tenha vencido a disputa no Senado e caminhado para uma maior igualdade na representação de deputados federais e estaduais entre os partidos, o seu resultado ainda ficou aquém dos obtidos pelo partido na região Sudeste e da região Sul no geral, bem como o predomínio eleitoral da ARENA nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ainda demonstrou-se maior do que em Santa Catarina.

Quadro 13 – Resultados eleitorais em porcentagem para a Câmara Federal em 1974 – SC X Regiões

Regiões	ARENA	MDB	Brancos e nulos	Total
Norte	45,3%	30,7%	24%	826.632
Nordeste	59,2%	20,4%	20,3%	6.370.642
Centro-Oeste	50,3%	27,9%	21,8%	1.284.454
Sudeste	32,8%	44,4%	22,8%	14.638.221
Sul	38,7%	43,4%	17,9%	5.861.066
Santa Catarina	44,4%	38%	17,8%	1.152.167

Tabela adaptada de: CARREIRÃO, op.cit., 1988. p.219 APUD KINZO, Maria D.G. Novos partidos em debate In: LAMOUNIER, Bolivar. **Voto de desconfiança**. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980, p.225

Por fim, ao confrontarmos as expectativas e significados atribuídos por membros da ARENA em relação às eleições de 1974 com algumas análises de dados a respeito do pleito, podemos perceber que o maior equilíbrio de forças conquistado pelo partido de oposição, não significou de forma alguma o fim do domínio eleitoral arenista no estado. Um exemplo da permanência deste domínio são os números das eleições municipais de 1976, quando a ARENA elegeu 83% dos prefeitos em Santa Catarina, demonstrando que o poder político do partido no interior ainda era muito influente. Já no pleito de 1978, os resultados seriam muito semelhantes aos de 1974, com o MDB elegendo Jaison Barreto para o Senado, mas

novamente não conseguindo superar a ARENA no número de deputados federais e estaduais; na disputa para a Câmara Federal a ARENA elegeu 10 representantes contra 6 do MDB, e para a Assembleia Legislativa foram 23 eleitos contra 17 do partido de oposição.[69]

As eleições de 1974 em Santa Catarina nos fornecem interessantes elementos para pensarmos as relações políticas na ARENA durante a gestão Colombo Salles. Os conflitos internos do partido estiveram presentes e influenciaram a forma como a campanha arenista no estado foi moldada e as próprias expectativas dos membros do partido, tal como no momento em que estes promoveram suas autocríticas em relação a derrota no pleito. Em grande medida, a experiência foi percebida como um fracasso para os arenistas catarinenses e por muitas vezes foi apresentada como uma razão preponderante para o insucesso do partido nas eleições. Esta perspectiva foi dominante na grande imprensa regional vinculada à ARENA, a qual se utilizou desta retórica para minimizar os méritos do MDB regional. A experiência do governo Salles ficou tão marcada entre as lideranças arenistas locais, que após a vitória por ampla margem da ARENA nas eleições municipais de 1976, o governador Antônio Carlos Konder Reis afirmou: "os resultados comprovam que um governo tem que ser político".[70] Deste modo, o pleito de 1974, analisado a partir das expectativas e significados dos membros da ARENA catarinense, revela relações e movimentações no campo político que sugerem uma realidade mais complexa e conflitiva do partido de apoio a ditadura, da política catarinense durante o período ditatorial e do próprio regime.

---

[69] DUWE, op.cit., 2013. p.64-69.

[70] ABREU, Alzira Alves de, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando & LAMARÃO, Sérgio Niemeyer (orgs.). (2001) **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV. p. 4951

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sua clássica obra *Apologia da História*, Marc Bloch assertivamente provocou os historiadores ao afirmar que estes – para não se tornarem *serviçais da erudição* - deveriam buscar capturar a ação humana. Em uma de suas mais célebres metáforas, Bloch propôs que a prática historiográfica deveria se parecer com *o ogro da lenda*; "onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça".[1] Este trabalho ensejou perscrutar as ações dos membros da ARENA durante o período militar. Indivíduos estes que ainda não receberam suficiente atenção da historiografia nacional – embora as últimas contribuições, em especial as que privilegiam o âmbito regional, estejam mudando este quadro – e que *desfrutam* de um *constrangedor silêncio* por parte da historiografia catarinense. Assim, antes de qualquer outra consideração a respeito deste trabalho, acreditamos que um dos seus objetivos foi alcançando: o de trazer este tema à tona para o debate historiográfico.

Ao privilegiarmos as ações e contradições dos arenistas catarinenses enquanto tema de estudo desta dissertação, encontramos no período do governo Colombo Salles um momento privilegiado para o debate de alguns conflitos nas hostes governistas que perpassaram o período da ditadura militar brasileira e que ganharam repercussões muito particulares em Santa Catarina. Os encontros e desencontros entre os projetos políticos das lideranças locais do partido do governo e do alto escalão militar suscitaram tensões e fissuras na relação entre ARENA e os governos militares. Durante a gestão Médici, tais desencontros ganharam contornos muito particulares devido a figura dos *governadores-técnicos*; indivíduos oriundos da alta burocracia estatal ou militar, sem filiação partidária prévia, e que foram indicados para serem

---

[1] BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p.54

governadores de diferentes estados da Federação, bem como líderes dos Diretórios Regionais da ARENA.

Ao realizarmos um estudo de caso das relações e culturas políticas da ARENA catarinense durante um governo de um destes *técnicos*, pudemos perceber em diversos momentos os limites que Colombo Salles encontrou ao buscar implementar reformas no partido do governo e na administração estadual catarinense. Certamente os estudos de caso destas experiências de governo em outras regiões podem ensejar novas problemáticas e dinâmicas ainda não exploradas. Outra possibilidade de análise - tendo em vista que as experiências dos governadores com este perfil não se limitaram ao governo Médici - seria a de realizar pesquisas destas particulares administrações estaduais em outros recortes temporais do período ditatorial, com o fito de explorar as distintas relações destes *governadores-técnicos* com outros governos militares.

Ao longo desta pesquisa, também pudemos discutir a atuação das oligarquias catarinenses durante o período ditatorial como lideranças da ARENA. Por meio de condições muito particulares da configuração política deste período autoritário, tais tradicionais lideranças encontraram condições favoráveis para a permanência de suas práticas políticas baseadas em um liberalismo elitista e excludente, sendo os membros destas famílias peças centrais na construção e ampliação de negócios nos âmbitos privado e público, sistemas de influência e benefícios eleitorais. Todavia, devido as complexas relações entre o alto escalão militar e a ARENA, estas também tiveram que resistir à tentativas de reforma do partido e de seus políticos, tal como durante a gestão Colombo Salles. Ao privilegiarmos em nossas reflexões as pressões socioculturais e políticas próprias do âmbito regional, também devemos salientar a influência que estas famílias conseguiram ter como aliadas dos governos militares durante todo o período ditatorial, sendo que, para além de Colombo Salles, todos os

demais governadores do período foram membros destas famílias (Celso Ramos, Antônio Carlos Konder Reis e Jorge Konder Bornhausen) ou indivíduos intimamente associados as suas redes de sociabilidades (Ivo Silveira e Espiridião Amin).

A campanha de 1974 analisada a partir das expectativas e significados construídos pelos próprios membros da ARENA catarinense também demonstrou facetas ainda pouco exploradas do fenômeno. As tensões entre os grupos conflitantes do partido influenciaram tanto na forma com a qual a campanha arenista foi estruturada, como nas leituras que estes tiveram do resultado do pleito. Políticos da ARENA e veículos midiáticos intimamente ligados ao partido responsabilizaram os seus conflitos, bem como a incapacidade da ARENA regional de obter coesão interna como uma das razões centrais de sua derrota. Tal perspectiva escamoteava os êxitos da campanha emedebista regional e o processo de franco crescimento que o partido vivenciava no estado. Embora deva-se considerar que o candidato vitorioso do MDB, Evelásio Vieira, fosse um membro do *setor moderado* do partido, empresário, dono de estação de rádio e ex-pessedista, o resultado da disputa ao Senado rompeu com as seguidas vitórias que os grupos ligados as oligarquias vinham conquistando nos últimos pleitos em Santa Catarina e gerou preocupação e autocríticas na ARENA.

Por fim, se para Henry Rousso, uma das características da História do Tempo Presente é a função social do historiador, "seja esse papel aceito, desejado ou imposto", consideramos pertinente que a historiografia catarinense não se furte de debater a ARENA regional.[2] Em especial, quando temos circulando pelas livrarias do estado mais autobiografias de membros do partido e biografias escritas por jornalistas a respeito da trajetória política destes, do que trabalhos

---

[2] ROUSSO, Henry. A história do tempo presente, vinte anos depois In: PÔRTO JÚNIOR, Gilson (org.). **História do Tempo Presente**. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p.283.

acadêmicos no campo da história. Convém destacarmos também que estas famílias permanecem ativas e amplamente influentes no cenário político catarinense. Durante o último pleito eleitoral para o Senado em Santa Catarina no ano de 2014, Paulo Bornhausen – filho de Jorge Konder Bornhausen – obteve expressiva votação (38,38% dos votos) e por uma pequena margem não se elegeu para o cargo. E, na data que marcou os 52 anos do golpe militar, o jornal de maior circulação de Santa Catarina – o *Diário Catarinense* - publicou entrevista com o ex-presidente do Diretório Regional do partido, Jorge Konder Bornhausen.[3] Ao confrontarmos as reflexões realizadas neste trabalho com a permanência dos membros destas famílias no cenário político catarinense, torna-se imperioso encerrar este trabalho recordando de Walter Benjamin:

> Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.[4]

---

[3] MARTINI, Rafael. Jorge Bornhausen: "O PT nunca teve condições de governar esse país". **Diário Catarinense**. Florianópolis, 1/4/2016. Disponível em: http://dc.clicrbs.com.br/sc/colunistas/rafael-martini/noticia/2016/04/jorge-bornhausen-o-pt-nunca-teve-condicoes-de-governar-este-pais-5702754.html. Acessado em: 9/6/2016

[4] BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história In: **Magia e técnica, arte e politica:** ensaios sobre literatura e historia da cultura. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. p.224-225.

REFERÊNCIAS

1. Fontes

1.1 Arquivos

CPDOC/FGV, Rio de Janeiro.

Biblioteca do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

1.2 Periódicos

O Estado. Coleção de periódicos. Acervo da Biblioteca do Estado de Santa Catarina.

O Jornal de Santa Catarina. Coleção de periódicos. Acervo da Biblioteca do Estado de Santa Catarina.

O Jornal do Brasil. Coleção de periódicos. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Estado de São Paulo. Acervo Digital do Estado de São Paulo.

Revista Veja. Acervo Digital da Revista Veja.

Revista Mensal. Acervo do Diretório Nacional da Aliança Renovadora Nacional. CPDOC-FGV/RJ.

1.3 Sites consultados

Ato Institucional de Número 1, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acessado em: 9/6/2016

BORNHAUSEN, Jorge Konder. Entrevista Roda Viva. 2/7/2001. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/354/entrevistados/jorge_bornhausen_2001.htm. Acessado em 30/08/2015. Acessado em: 9/6/2016

GEISEL, Ernesto. Saudação ao povo brasileiro, pela televisão, em 30 de dezembro de 1974. 30/12/1974. p.191. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/25.pdf. Acessado em: 9/6/2016

MARTINI, Rafael. Jorge Bornhausen: "O PT nunca teve condições de governar esse país". **Diário Catarinense**. Florianópolis, 1/4/2016. Disponível em: http://dc.clicrbs.com.br/sc/colunistas/rafael-martini/noticia/2016/04/jorge-bornhausen-o-pt-nunca-teve-condicoes-de-governar-este-pais-5702754.html. Acessado em: 9/6/2016

MÉDICI, Emílio Garrastazu. O jogo da verdade. Mensagem lida no rádio e na televisão. 7/10/1969. p.12. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1969/01.pdf/view. Acessado em: 9/6/2016

MÉDICI, Emílio Garrastazu. Como vejo um ministro. Mensagem lida em cadeia de rádio e televisão. 27/10/1969. p.23. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1969/02.pdf/view. Acessado em: 9/6/2016

MÉDICI, Emilio Garrastazu. Tempo de reconstrução. Discurso pronunciado na Convenção da ARENA. 20/11/1969. p.46.

Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1969/02.pdf/view. Acessado em: 9/6/2016

1.4 Publicações Oficiais

BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, 1971-1975.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados estatísticos**: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1970. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, v.9, 1973.

_____**Dados estatísticos**: eleições municipais realizadas no Brasil em 1972. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, v.10, 1988.

_____**Dados estatísticos**: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1974. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, v.11, 1977.

Livro comemorativo do Centenário de Blumenau. Blumenau: [s.n], 1950.

SALLES, Colombo Machado. **Geometria de linhas claras**. Florianópolis: [s.n], vol.1, [197-].

_____**Geometria de linhas claras**. Florianópolis: [s.n], vol.2, [197-].

SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1971-1975 (Colombo Salles). **Projeto Catarinense de desenvolvimento, 1971-1974.** Florianópolis: [s.n.], 1971.

1.5 Livros de memórias, autobiografias, biografias

ARANTES, Marco Antônio. **Conversa com Ingo Hering, hoje**. Tubarão: COAN, 2008.

BORNHAUSEN, Paulo Konder. **Retrato político de uma época** (1947-1960). Florianópolis: Insular, 1999.

_____**Retrato político de uma época II:** 1960-1982. Florianópolis: Insular, 2000.

_____**Pesquisas e arquivos políticos do PKB**. Florianópolis, SC: Insular, 2001.

GUTEMBERG, Luiz. **Jorge Bornhausen**: uma biografia. Florianópolis: Dédalo, 2002.

KONDER, Victor Marcio. **Irineu Bornhausen**: trajetória de um homem público exemplar. Brasília, DF: Senado Federal, 1997.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Celso Ramos**: um perfil politico. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1997.

PEDRINI, Nelson. **Pedra Lisa**: como tudo aconteceu. Florianópolis: Ed. Papa livro, 2001.

PEREIRA, Moacir. **Ivo Silveira**: um depoimento. Florianópolis, Insular, 1998.

_____**Colombo Salles**: o jogo da verdade. Florianópolis, Insular, 2007.

TANCREDO, Luiz Henrique. **Doutor Deba:** poder e generosidade. Florianópolis: Insular, 1998.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando & LAMARÃO, Sérgio Niemeyer (orgs.). (2001) **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV.

BARRETO, Cristiane Manique. Entre laços: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX In: RAMPINELLI, Waldir José (Org.). **História e Poder**: a reprodução das elites em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2003.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **UDN e udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e politica:** ensaios sobre literatura e historia da cultura. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX & SIRINELLI (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988.

_____Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernada Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

BIELOUS, Silvia Dutrenit. Dictaduras y partidos políticos en Argentina, Brasil y Uruguay. Anotaciones para una historia comparativa. **Revista de Ciencia Política,** Montevideu, v.7, 1994

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política vol.1**. Brasília, Ed. UNB, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos & abusos da historia oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **O colapso de uma aliança de classes:** a burguesia e a crise do autoritarismo tecnoburocratico. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982.

CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O estado de São Paulo. São Paulo: Alpha-Omega, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. Estado e sociedade In: **Autoritarismo e democratização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistemas partidários em Santa Catarina (1945-1979)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1988.

CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas durante o regime militar**: um estudo sobre os parlamentares da ARENA e do MDB. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2008.

_____Democracia e desenvolvimento versus Segurança e desenvolvimento: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970. **Varia História**, Belo Horizonte, vol.28, no 48, p.555-572: jul/dez 2012

CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). **Dados**, Rio de Janeiro , v. 48, n. 1, p. 115-147, Mar. 2005.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: Joachim König; Marianne Wiesebron. (Org.). **Nation-building in nineteenth-century Latin America.** 1ed. Leiden: Research School CNWS, 1998.

CASTRO, Celso. As apreciações do SNI. In: CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **Dossiê Geisel**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002.

COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar**. São Paulo: Ed. Record, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Ministério da Justiça: o lado duro da transição. In: CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **Dossiê Geisel**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002.

DIAS, Jose Luciano de Mattos; MOTTA, Marly Silva da.; GOMES, Ângela de Castro. **Engenheiros e economistas**: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUWE, Ricardo. **O partido da ARENA na imprensa catarinense**: poder e cultura política no Jornal de Santa Catarina (1974-1979). Florianópolis, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual básico**. Rio de Janeiro, 1977.

ESMERALDINO, Herval Ângelo (org.). **A história do Legislativo (1860-2012)**. Itajaí: Câmara de Vereadores de Itajaí, 2012.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**. ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. As ideias estão no seu lugar. **Cadernos de Debates**, n.1. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FREIRE, Silene de Moraes. **Cultura política, questão social e ditadura militar no Brasil**: o simulacro do pensamento político de militares e tecnocratas pós-1964. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

GARCIA, Fabiano. **Para além dos seletos e sinuosos consensos**: processo histórico, transformação social e a construção da memória coletiva, Lages-SC (1944-1990). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2016.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

GERTZ, Rene Ernani. **O fascismo no sul do Brasil:** germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. Campinas, 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

HACKENHAAR, Clayton. **O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945): política, trabalho e terra**. Florianópolis, 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade

Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí:** o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: Ed. da FURB, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1985.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB. São Paulo: Idesp/Vértice, 1988.

LAMOUNIER, Bolivar; CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos Políticos e Consolidação Democrática**: o caso rrasileiro. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** (o Município e o regime representativo no Brasil). 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1997.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder**: o (caso) dos coronéis. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Poder político e mudança social:** estudo sobre poder político oligárquico no município de Lages-SC. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis, 1977.

_____**Partidos e políticos de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: IUPERJ; São Paulo: Vértice, 1988.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER, Ana Alice; LOHN, Reinaldo Lindolfo (orgs.). **Histórias na Ditadura**: Santa Catarina (1964 1985). Florianópolis: Ed. UFSC, 2014.

_____Santa Catarina e a ditadura empresarial : o caso da política agrária. **Fronteiras**, v. 24, p. 23-41, 2014.

_____**Campos do atraso, campos modernos:** discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciencias da Educação, 1997.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo.** Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1912). In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011. v. 1.

MARCO, Benhur de. **O controle da mídia: elites e radiofusão em Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1991

MARTINS, Carlos Estevam. **Tecnocracia e capitalismo:** a politica dos técnicos no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1974.

_____ Tecnocracia e burocracia. **Estudos CEBRAP, nº2**., out. de 1972, p. 119-146.

_____O balanço da campanha In: LAMOUNIER, Bolivar; CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARTINS FILHO, João Roberto. Estado e regime no pós-64: autoritarismo burocrático ou ditadura militar. **Revista de Sociologia e Política**, n. 2, 1994.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil**: o projeto militar (1973-1979). Campinas: Papirus, 1995.

MAY, Patrícia Zumblick dos Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)**. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

MEIRINHO, Jali. **República e oligarquias**: subsídios para a história catarinense: 1889-1930. Florianópolis: Ed. Insular, 1997

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia e representação**. São Paulo: Ed.UNESP, 2014.

MOTTA, Rodrigo P.S. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo P.S. (org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009

_____**As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

NETTO, David Antonio de Castro. **Propaganda e legitimação da ditadura civil-militar brasileira** (1968-1977). Maringá, 2011. Dissertação – Universidade Estadual de Maringá.

PACHECO, Diego. **Ecos da resistência**: os Grupos dos Onze e os trabalhismos em Santa Catarina (1961-1964). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2012.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa & Poder**: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 1992.

POCOCK, Jonh. Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentários sobre o paper de Melvin Richter. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES, João Jr. **História dos Conceitos**: Debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio; Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

RAMOS FILHO, Celso. **Coxilha rica**: genealogia da Família Ramos. Florianópolis: Insular, 2002.

RAUPP, Marcelo Coelho. **Pequenos Getúlios**: O PSD e as elites políticas catarinenses (1945-1970). Dissertação

(Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2010.

RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti. **História Regional**: dimensões teórico-conceituais. História: debates e tendências. V.1, n.1, 1999.

REGO, Antônio Carlos Pojo do. **O congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

REIS, Antônio Carlos Konder. **Adolpho Konder:** improviso proferido na sessão solene da Câmara Municipal de Itajaí, em 16/2/84, centenário de nascimento de Adolpho Konder. Florianópolis: SECOM, 1984.

RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala**: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

_____Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.15, nº45, set/dez, 2010.

ROCHA, Cleiton Junior Pereira da. **Blumenau: acumulações originárias**. Florianópolis, 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

ROUSSO, Henry. A história do tempo presente, vinte anos depois In: PÔRTO JÚNIOR, Gilson (org.). **História do Tempo Presente**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

SCHMITZ, Sergio. **Planejamento estadual:** a experiência catarinense como Plano de Metas do Governo - PLAMEG, 1961/1965. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1985.
SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas:** forma literária e processo social nos inicios do romance brasileiro. 2a ed. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

_____Cultura e política In: **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar eu processo de abertura política no Brasil,1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (O Brasil Republicano, vol. 4).

SILVA, Michel Goulart da. **Crescer com o Brasil**: planejamento, modernização e utopia de desenvolvimento em Santa Catarina (1970-1975). Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2010.

SKIDMORE, Thomas. **De Castelo a Tancredo**, 1964-1985. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

TRINDADE, Hélgio. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822-1945). In ROUQUIÉ, Alain et al. **Como Renascem as Democracias**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.

WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira.** 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WILLIANS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.